

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



A MIGRAÇÃO DA UCRÂNIA: RETRATOS E CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Nuno Duarte Magalhães de Oliveira Machado

MESTRADO EM POPULAÇÃO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



A MIGRAÇÃO DA UCRÂNIA: RETRATOS E CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Nuno Duarte Magalhães de Oliveira Machado

**Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Alina Esteves e
coorientada pelo Professor Doutor Jorge Malheiros**

MESTRADO EM POPULAÇÃO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO

2013

ii

Esta dissertação foi redigida de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

RESUMO

Atualmente, os Ucrânicos constituem uma das comunidades imigrantes mais numerosas residentes no país. Apesar disso, e em virtude de ser um fluxo recente na realidade migratória de Portugal (apenas com origem entre o final do século passado e o início do atual), o número de estudos sobre a imigração Ucrânica, bem como os que focam as imagens que os nativos detêm acerca desta comunidade são ainda reduzidos.

Assim, este trabalho de investigação procura descrever a integração dos imigrantes ucranianos em Portugal, e mais concretamente, analisar as representações destes construídas pelos Portugueses.

A tese aborda tanto os conceitos temáticos fundamentais, como as teorias explicativas do fenómeno migratório, colocando um foco particular nas representações que os portugueses constroem acerca das comunidades imigrantes, utilizando para tal os resultados de estudos elaborados anteriormente.

Foram ainda analisados aspetos como a evolução da imigração em Portugal, os elementos fundamentais das principais comunidades imigradas e as características básicas da Ucrânia enquanto Estado-nação. Posteriormente, foram estudados os perfis sociográficos dos cidadãos ucranianos, os contextos que justificaram a saída da Ucrânia e a imigração para Portugal, efectuando-se também uma análise da integração socioprofissional dos imigrantes no país.

A base teórica desta investigação teve como suporte a bibliografia especializada sobre a temática, sendo que o recurso às estatísticas disponíveis foi realizado maioritariamente através de dados do INE e do SEF. Para além dos elementos provenientes destas fontes secundárias, a análise dos resultados refletiu também os resultados obtidos com a aplicação de instrumentos de recolha direta de informação, designadamente entrevistas aos imigrantes ucranianos residentes na AML e inquéritos a portugueses residentes igualmente nessa região.

Concluiu-se, que os imigrantes ucranianos se sentem bem integrados em Portugal, e os portugueses possuem uma boa imagem sobre eles, tendo considerado enriquecedora a presença destes para a vida e multiculturalidade do país. A estes imigrantes, os portugueses associam o facto de serem pessoas com educação, empenho, competência, humildade, e principalmente, bons trabalhadores.

Palavras-chave: Migração, Retratos sociais, Ucrânia, Integração socioprofissional

ABSTRACT

Currently, Ukrainians are one of the most numerous immigrant communities living in Portugal. Despite this, and due to the fact of being a recent flow on the migratory situation of the country (only from the end of the last century and the beginning of the current one), the number of studies about Ukrainian immigration, as well as works that focus on the images that natives have of this community are still quite limited in number.

Therefore, this research work aims to describe the integration of Ukrainian immigrants in Portugal, but more specifically, to analyze their representations built by Portuguese.

Firstly, the dissertation addresses both the thematic concepts, as the explanatory theories of migration. These are then followed by the analysis of previous studies with particular emphasis on the representations of immigrant communities by the Portuguese. Furthermore, issues like the evolution of immigration in the country, the main immigrant communities in Portugal, and the characterization of Ukraine as a country were also studied. Afterwards, the sociographic profiles of Ukrainian citizens, the contexts that justified their departure from Ukraine and immigration to Portugal were analyzed, as well as their socioprofessional integration in the country.

The theoretical basis of this research was supported by the specialized literature about the subject, and the use of available statistics was accomplished mainly through data from Instituto Nacional de Estatística and Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Beyond the elements from these secondary sources, the analysis of the results reflected, on the one hand, the application of interviews to Ukrainian immigrants living in the Metropolitan Area of Lisbon and on the other hand, the application of surveys to the Portuguese people living in that area.

We were able to conclude, that Ukrainian immigrants feel well integrated in Portugal, and Portuguese people have a good image of them, considering their presence enriching to life and to multiculturalism of the country. To these immigrants, Portuguese associate that they are citizens with education, commitment, competence, humility, and especially good working people.

Keywords: Migration, Social portraits, Ukraine, Socioprofessional integration

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação representa o resultado final de um percurso académico e, como tal, quero agradecer a todos os que tornaram possível a realização deste projeto.

Um simples obrigado não chegará para agradecer todo o apoio e motivação que foram demonstrados ao longo da conceção deste trabalho, nem sempre fácil mas bastante motivador.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Alina Esteves, pelo apoio sempre próximo e constante, pelas palavras e conselhos dados, como também pelo entusiasmo, pela motivação e pela força transmitidas ao longo de todo este processo.

O meu obrigado também ao meu co-orientador, o Professor Doutor Jorge Malheiros, pelo incentivo e pela ajuda demonstrada em todas as conversas.

A todos os professores deste Mestrado de IGOT pelos contributos de reflexão em todos os seminários.

Gostaria de agradecer igualmente aos imigrantes entrevistados pela disponibilidade e vontade que sempre demonstraram em me querer ajudar, por me terem aberto um pouco a janela das suas vidas. Sem as entrevistas concedidas, parte desta dissertação não teria sido realizada. A todos os inquiridos que responderam ao inquérito, quero deixar uma palavra de agradecimento e apreço.

À Cláudia, à Rita e ao Carlos, pela grande ajuda prestada na realização dos inquéritos e à Ivanna, pelos contactos que disponibilizou para a realização das entrevistas.

Quero deixar também umas palavras a todos os meus colegas e amigos de Mestrado (António, Mónica, Camila, Rafael e Daniel), sem os quais o Mestrado não teria sido o mesmo. Para todos, em especial para o António, o meu muito obrigado por estes dois últimos anos, pelas discussões sobre a dissertação, bem pelos momentos partilhados, e essencialmente, pela amizade.

O meu obrigado, especialmente à Rita e ao Carlos também pela já longa amizade.

A ti Irina, por estares ao meu lado, pela ajuda, pelo apoio e força incansáveis que sempre demonstraste ao longo da realização da tese.

A toda a família, e especialmente à minha irmã e aos meus pais, um muito obrigado pela ajuda, pela motivação, pela compreensão e pelo apoio incondicional que sempre me deram em todas as horas. Acima de tudo, um muito obrigado pela formação e pelos valores que sempre me transmitiram e transmitem, é a graças a vocês, que cheguei até aqui e que sou a pessoa que me tornei hoje. É a todos, e especialmente a vocês, que dedico este trabalho.

A todos, o meu muito obrigado!

ÍNDICE

RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
AGRADECIMENTOS.....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS.....	x
ÍNDICE DE QUADROS.....	xi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	xv
Justificação da escolha do tema.....	xvi
Questão de partida.....	xvi
Objetivos e hipótese da investigação.....	xvii
Estrutura da dissertação.....	xviii
CAPÍTULO I: AS MIGRAÇÕES E TEORIAS EXPLICATIVAS.....	1
1.1. Migrações e globalização: dois fenómenos interligados.....	1
1.2. Migração e outros conceitos inerentes.....	3
1.3. As migrações internacionais: crescimento mundial, diferenciação regional e feminização.....	5
1.4. A complexidade dos sistemas migratórios: diversidade regional e amplitude temporal.....	9
1.5. Os modelos teóricos das migrações internacionais.....	10
1.6. As Teorias Macro-Sociológicas.....	11
1.6.1. Teoria do mercado de trabalho dual: mercado primário e secundário de trabalho.....	11
1.7. As Teorias Micro-Sociológicas.....	16
1.7.1. Teoria do Capital Humano e Teoria Push-Pull.....	16
1.8. Outras Teorias.....	20
1.8.1. Teoria das Redes Migratórias.....	20
1.8.2. Teoria do Sistema Mundial.....	21

1.8.3. Teoria das “Cidades Mundiais” ou “Globais”	22
1.8.4. Teoria dos “Sistemas Migratórios”	23
1.8.5. Teoria da Transição da Mobilidade	23
CAPÍTULO II: RETRATOS SOCIAIS	25
2.1. Conceptualização das Representações Sociais	25
2.2. A objetivação e a ancoragem: dois processos inerentes à construção das representações sociais e formas de expressão destas	27
2.3. Representações sociais acerca dos imigrantes	29
2.4. Os imigrantes vistos pela sociedade de acolhimento	33
2.5. Atitudes dos portugueses face à imigração.....	45
2.6. Breve análise às representações dos imigrantes nos media	63
2.7. Modelo de análise da dissertação.....	68
2.8. Metodologia e métodos aplicados na dissertação	71
CAPÍTULO III: IMIGRAÇÃO UCRANIANA EM PORTUGAL.....	75
3.1. Enquadramento geral da imigração para Portugal	75
3.1.1. Breve evolução da imigração em Portugal: de um país de emigração a um país de imigração.....	75
3.1.2. Distribuição espacial da população	80
3.1.3. Evolução das principais comunidades e características demográficas.....	81
3.1.4. Atividade económica das principais comunidades	84
3.2. Imigração Ucraniana	85
3.2.1. Os imigrantes ucranianos em Portugal: elementos de caracterização	85
3.2.2. Perfil Sociográfico dos entrevistados	87
3.2.3. Tomada de decisão de emigrar	92
3.2.4. Contexto socioeconómico da imigração ucraniana: os motivos da vinda para Portugal.....	93
3.2.5. Dificuldades sentidas na chegada a Portugal.....	99
3.2.6. Trajetórias migratórias.....	100

3.2.7. Meios usados na vinda para Portugal	101
3.2.8. Integração socioprofissional dos imigrantes ucranianos	102
3.2.8.1. <i>No mercado de trabalho</i>	102
3.2.8.2. <i>Primeira profissão em Portugal, mobilidade laboral e desemprego</i>	104
3.2.8.3. <i>Qualificações formais e trabalhos exercidos em Portugal: brain waste</i>	108
3.2.8.4. <i>Incorporação no mercado de trabalho em Portugal: as redes de conhecimento e os contactos formais</i>	110
3.2.9. Na sociedade portuguesa	113
3.2.9.1. <i>O domínio da língua</i>	113
3.2.9.2. <i>A aquisição da nacionalidade</i>	116
3.2.9.3. <i>Aspetos positivos e negativos da vida em Portugal</i>	117
3.2.9.4. <i>Perceção da integração em Portugal</i>	118
3.2.9.5. <i>Perspetivas futuras dos imigrantes ucranianos: permanência, retorno e reemigração</i>	120
3.2.9.6. <i>Representações</i>	123
4.1. Caracterização dos inquiridos na AML	130
4.2. Multiculturalidade e integração	133
4.3. Trabalho	140
4.4. Discriminação, experiências de interação e imagens	150
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
BIBLIOGRAFIA	165
Fontes Estatísticas e Jornais	171
ANEXOS	174
Guião de Inquérito a Portugueses	175
Guião de Entrevista a Imigrantes Ucranianos	178

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. População Mundial – Não Migrantes e Migrantes, 1965-2050 (N.º e %)	5
Figura 1.2. Proporção de mulheres migrantes, em percentagem do fluxo internacional de migrantes, por grupos de desenvolvimento, 1990-2010	7
Figura 1.3. Principais países recetores de migrantes, 1950-2050 (N.º)	8
Figura 1.4. Principais países emissores de migrantes, 1950-2050 (N.º)	9
Figura 2.1. Qualidades mais apreciadas pela sociedade de acolhimento (N.º) (2010)	34
Figura 2.2. N.º de peças da imprensa relativas a ucranianos, russos e moldavos (N.º) (2004)	35
Figura 2.3. Frequência de peças da imprensa relativas a ucranianos, russos e moldavos em relação ao total de peças publicadas em 2005 e 2006 (N.º)	37
Figura 2.4. Presença de vozes relativas a cidadãos de países de Leste, moldavos, russos, ucranianos e romenos nas peças de imprensa (N.º) (2005 e 2006)	41
Figura 2.5. Distribuição das referências às minorias/nacionalidades por ano, 2005-2006 (%)	42
Figura 2.6. Frequência de notícias relativas a cidadãos de países de Leste, moldavos, russos, ucranianos e romenos como protagonistas de peças, 2007 (%)	43
Figura 2.7. Concordância dos portugueses face aos direitos dos imigrantes legais (%)	47
Figura 2.8. Concordância dos portugueses face aos direitos dos imigrantes ilegais (%)	48
Figura 2.9. Valorização da Imigração (%), por parte dos portugueses (2002)	49
Figura 2.10. Valorização da Imigração (%), por parte dos portugueses (2004)	50
Figura 2.11. Oposição à Imigração, por Origem Geográfica dos Imigrantes (%) (2010)	56
Figura 2.12. Atitudes acerca do impacto dos imigrantes na vida do país (%)	58
Figura 2.13. Direitos dos Imigrantes Legais (%)	60
Figura 2.14. Condições de Repatriação de Imigrantes Legais (%)	61
Figura 2.15. Características Atribuídas a Imigrantes (%) (Dados de 2004)	62
Figura 2.16. Modelo de Análise (elaboração própria)	70
Figura 3.1. População portuguesa e estrangeira por grupo etário (2011) (%)	84
Figura 3.2. Oblasts da Ucrânia	87
Figura 3.3. Perspetivas a longo prazo dos imigrantes, 2002 e 2004 (%)	121
Figura 3.4. Stock de Estrangeiros Nacionais de Países da Europa Central e Oriental (N.º) (2005)	126
Figura 4.1. Word Clouds (Nuvem de palavras) acerca do que os respondentes pensam sobre os imigrantes ucranianos	153
Figura 4.2. Opinião dos inquiridos sobre as afirmações “Essa imagem é diferente entre as várias comunidades da Europa de Leste?” e “Se sim, qual considera ser a comunidade melhor integrada?” (N.º e %)	155

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1. Evolução das migrações internacionais a nível mundial, 1960-2005 (N.º e %)	2
Quadro 2.1. Temas mais focados na imprensa nacional (% e N.º)	35
Quadro 2.2. Situações de trabalho mais focadas na imprensa nacional (% e N.º)	36
Quadro 2.3. Frequência (N.º e %) dos temas nas peças analisadas e peso de cada tema no total da amostra (2005 e 2006)	38
Quadro 2.4. Imigrantes como autores ou vítimas nas peças identificadas com o tema Crime, 2005 e 2006 (N.º e %)	39
Quadro 2.5. Temas mais identificados nas peças (N.º) (2007)	44
Quadro 2.6. Comparação da Valorização da Imigração (%), por parte dos portugueses (2002 e 2004)	51
Quadro 2.7. Temas mais abordados e associados aos imigrantes e minorias étnicas, na imprensa	54
Quadro 2.8. Distribuição temporal das notícias selecionadas no jornal Correio da Manhã (CM), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)	64
Quadro 2.9. Categorização temática das notícias selecionadas no jornal Correio da Manhã (CM), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)	65
Quadro 2.10. Distribuição temporal das notícias selecionadas no jornal Diário de Notícias (DN), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)	66
Quadro 2.11. Categorização temática das notícias selecionadas no jornal Diário de Notícias (DN), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)	67
Quadro 3.1. Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro (N.º e %)	78
Quadro 3.2. População Estrangeira Residente (N.º), segundo o INE e o SEF, e respetivas Taxas de variação (%), 1991-2011	80
Quadro 3.3. Principais municípios de residência da população residente de nacionalidade estrangeira (N.º) (2011)	81
Quadro 3.4. Comunidades imigrantes mais representativas em Portugal, 2001-2011 (N.º e %)	82
Quadro 3.5. Perfil sociográfico dos entrevistados 1 a 8	89
Quadro 3.6. Perfil sociográfico dos entrevistados 9 a 16	90
Quadro 3.7. Setor de atividade do primeiro emprego e do emprego atual dos imigrantes ucranianos (%) (2004)	106
Quadro 3.8. Resumo das situações contratuais dos entrevistados, nos empregos em Portugal	107
Quadro 3.9. Nível educativo dos imigrantes ucranianos inquiridos e residentes em Portugal (%) (2004)	109
Quadro 3.10. Forma de obtenção do primeiro emprego e do emprego atual dos imigrantes ucranianos (%) (2004)	111
Quadro 3.11. Evolução do número de ucranianos residentes em Portugal (N.º e %)	112
Quadro 3.12. Taxa de crescimento do PIB a preços constantes (%) (2007-2012)	113
Quadro 3.13. Aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de cidadãos ucranianos (N.º e %) (2007-2012)	116

Quadro 3.14. Proporção de imigrantes provenientes da Europa de Leste a residir em alojamentos clássicos próprios e em alojamentos clássicos arrendados e subarrendados (%) (2001).....	129
Quadro 4.1. Distribuição dos respondentes, por grupo etário e por género (N.º e %).....	130
Quadro 4.2. Distribuição dos respondentes, por concelho de residência na AML (N.º e %).....	131
Quadro 4.3. Distribuição dos respondentes, por habilitações literárias (N.º e %).....	132
Quadro 4.4. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %).....	133
Quadro 4.5. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %).....	134
Quadro 4.6. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %).....	134
Quadro 4.7. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Devem ter os mesmos direitos que os portugueses” (N.º e %).....	135
Quadro 4.8. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “Devem ter os mesmos direitos que os portugueses” (N.º e %)......	135
Quadro 4.9. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “O processo de legalização deveria ser facilitado” (N.º e %).....	136
Quadro 4.10. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “O processo de aquisição da nacionalidade deveria ser facilitado” (N.º e %)......	136
Quadro 4.11. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A um nível geral, estão bem integrados quer sócio como profissionalmente em Portugal” (N.º e %)......	137
Quadro 4.12. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “A um nível geral, estão bem integrados quer socio como profissionalmente em Portugal” (N.º e %)......	138
Quadro 4.13. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A sua presença em particular contribui para a multiculturalidade do nosso país” (N.º e %)......	138
Quadro 4.14. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “A sua presença em particular contribui para a multiculturalidade do nosso país” (N.º e %)......	139
Quadro 4.15. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “Os ucranianos e as restantes comunidades provenientes do Leste Europeu são distintas entre si” (N.º e %)......	140
Quadro 4.16. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A um nível geral, têm habilitações superiores às dos portugueses” (N.º e %)......	141
Quadro 4.17. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “Realizam os trabalhos que os portugueses não querem fazer” (N.º e %)......	141
Quadro 4.18. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “Realizam os trabalhos que os portugueses não querem fazer” (N.º e %)......	142
Quadro 4.19. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “São explorados no trabalho e recebem salários mais baixos” (N.º e %)......	143
Quadro 4.20. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “Geralmente realizam trabalhos abaixo da sua qualificação” (N.º e %)......	144

Quadro 4.21. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “Adaptam-se bem aos postos de trabalho” (N.º e %)	144
Quadro 4.22. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “São trabalhadores e disciplinados” (N.º e %)	145
Quadro 4.23. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Produzem mais do que os portugueses” (N.º e %)	145
Quadro 4.24. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Vivem fechados na sua comunidade e não convivem com portugueses” (N.º e %)	146
Quadro 4.25. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “Vivem fechados na sua comunidade e não convivem com portugueses” (N.º e %)	147
Quadro 4.26. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “São pessoas de confiança” (N.º e %)	147
Quadro 4.27. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “São pessoas de confiança” (N.º e %)	148
Quadro 4.28. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “São pessoas de confiança” (N.º e %)	148
Quadro 4.29. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “São violentos e ligam-se muito a máfias” (N.º e %)	149
Quadro 4.30. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre as afirmações “Considera que os imigrantes ucranianos são, de alguma forma, discriminados?” e “Se sim, em que domínio?” (N.º e %)	150
Quadro 4.31. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos” (N.º e %)	150
Quadro 4.32. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Se sim, qual é a frequência do contacto” (N.º e %)	151
Quadro 4.33. Opinião dos inquiridos sobre as afirmações “Essa imagem tem...?” e “Se sim, qual a frequência de contacto?” (N.º e %)	152
Quadro 4.34. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “[A imagem] É diferente entre homens e mulheres” (N.º e %)	154
Quadro 4.35. Opinião dos inquiridos sobre as afirmações “O número de ucranianos em Portugal deveria?” e “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %)	156
Quadro 4.36. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Considera que o número de ucranianos em Portugal deveria?” (N.º e %)	156
Quadro 4.37. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “Considera que o número de ucranianos em Portugal deveria?” (N.º e %)	157
Quadro 4.38. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “Considera que o número de ucranianos em Portugal deveria?” (N.º e %)	157

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
AML - Área Metropolitana de Lisboa
AP - Autorização de Permanência
AR - Autorização de Residência
CESO-UCP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa
CES-UC - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
CM - Correio da Manhã
DN - Diário de Notícias
DRE - Direções Regionais de Educação
FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
JN - Jornal de Notícias
OBERCOM - Observatório da Comunicação
OIM – Organização Internacional das Migrações
ONU – Organização das Nações Unidas
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB - Produto Interno Bruto
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE - União Europeia
WMR – World Migration Report

INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação insere-se no contexto do Mestrado em População, Sociedade e Território, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, tendo como tema: “A Migração da Ucrânia: Retratos e Construções Sociais”. Tem como fins, por um lado, a descrição e análise da integração socioprofissional dos imigrantes ucranianos residentes no país e, por outro lado, a identificação e caracterização das imagens patentes e as representações criadas na sociedade portuguesa acerca desta comunidade imigrante, a segunda mais numerosa em Portugal em 2011, segundo dados veiculados pelo INE (2012).

Sendo temporalmente recentes, os fluxos provenientes de vários países da Europa de Leste, mas especialmente da Ucrânia, configuram uma singularidade no diversificado panorama imigratório português, entre os finais do século XX e o início do século XXI, nomeadamente devido ao facto, e ao contrário de outras comunidades imigrantes no país, de Portugal não ter até então laços particulares com os países desta região da Europa, provenientes do desmembramento do antigo Bloco Soviético.

Em Portugal, estes imigrantes desempenham, com frequência, empregos que não se ajustam às suas qualificações, inserindo-se muitas mulheres nos setores das limpezas e trabalho doméstico, enquanto os homens aparecem claramente sobre-representados na construção civil e obras públicas. Apesar disso, e por norma, os imigrantes ucranianos sentem-se bem integrados no país, verificando-se mesmo alguns percursos de mobilidade profissional ascendente, com o passar dos anos em Portugal.

No panorama de integração socioprofissional num novo país e de vivência numa mesma sociedade em que existem e interagem entre si as mais variadas culturas, são produzidos e interpretados retratos e construções por parte da sociedade maioritária acerca destes cidadãos, onde pode e se supõe existir interação entre imigrantes e nacionais. Essas construções são influenciadas pelo trabalho que os imigrantes desempenham, pelo contacto entre autóctones e estes cidadãos, bem como pela reprodução de determinadas matérias e temáticas noticiosas acerca destes imigrantes, por parte de determinados meios de comunicação social junto da sociedade portuguesa.

Justificação da escolha do tema

As razões que explicam a escolha do tema de investigação relacionam-se, por um lado, com o gosto em termos pessoais pela temática da imigração proveniente da Ucrânia rumo a Portugal. Neste sentido, e tendo em atenção que se tratou de um elevado fluxo proveniente de uma região, e em especial de um país com o qual Portugal não tinha uma relação privilegiada, como já foi salientado anteriormente, é crescente o interesse em perceber como se caracteriza a integração numa realidade completamente distinta daquela que estes cidadãos vivenciavam, sendo este o processo mais importante para a vivência integral em sociedade. Adicionalmente, entusiasmava-nos também perceber o modo como os membros da sociedade maioritária olhavam para os imigrantes ucranianos e que imagem social construía destes.

Por outro lado, destaca-se o facto de o fenómeno migratório proveniente da Ucrânia ser relativamente recente, e, numa opinião pessoal, não estar ainda profundamente abordado e estudado na sociedade portuguesa, comparativamente a outras comunidades de imigrantes presentes no país. Apesar de existirem múltiplos estudos sobre as várias comunidades imigrantes em Portugal, é possível apurar que, até ao momento, são escassos os estudos relativamente recentes respeitantes às representações ou às imagens que uma comunidade imigrante, nomeadamente a ucraniana, detém na sociedade portuguesa.

O território de estudo da presente tese é a Área Metropolitana de Lisboa, sobre a qual incide a aplicação dos instrumentos de observação (entrevistas e inquéritos), dado que, apesar da comunidade ucraniana estar espacialmente dispersa pelo país, esta é uma das regiões onde a sua presença é mais significativa.

Assim, esta investigação espera, não só contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico acerca deste tema, como também, constituir-se com um trabalho útil para a comunidade ucraniana, em particular.

Questão de partida

A questão de partida da investigação foi definida de acordo com dois princípios: por um lado, o conhecimento geral já adquirido no contexto do mais recente percurso académico; e por outro lado, através de toda a pesquisa bibliográfica e das leituras efetuadas, que serviram como base teórica para a formulação da mesma. Procura-se assim descrever o processo de integração socioprofissional na sociedade de destino e compreender como é que este último

influi nas representações sociais que os indivíduos da sociedade de destino constroem acerca dos imigrantes ucranianos.

Como tal, a questão de partida definida é a seguinte: De que forma o processo de integração socioprofissional dos imigrantes ucranianos, poderá ter influência nos retratos sociais construídos (acerca dos mesmos) pela sociedade de acolhimento?

Esta questão de partida originou outras questões de investigação complementares, que contribuem para facilitar a interpretação dos elementos que dão resposta à pergunta principal. Essas questões são:

- Como se caracteriza o processo de integração socioprofissional dos imigrantes ucranianos?
- Quais as razões que explicam a origem deste fluxo de imigrantes rumo a Portugal?
- Quais os retratos sociais construídos pelos portugueses acerca dos imigrantes ucranianos?

Objetivos e hipótese da investigação

Os objetivos gerais desta investigação estão intimamente relacionados quer com os conceitos-chave, quer com as questões complementares à pergunta de partida.

Como objetivos gerais propostos para este trabalho, enunciam-se os seguintes:

- Caracterizar os retratos sociais construídos acerca dos imigrantes ucranianos por parte dos cidadãos portugueses.
- Relacionar o processo de integração aos níveis social e profissional com os retratos sociais que se construíram.

Como objetivos específicos desta investigação, enunciam-se os seguintes:

- Explicar as razões que originaram este fluxo rumo a Portugal.
- Descrever e caracterizar o processo de integração socioprofissional destes imigrantes, na sociedade de acolhimento.

Tanto os objetivos gerais como os específicos estão relacionados entre si, sendo que definem e suportam conjuntamente os capítulos constituintes do presente trabalho de investigação. Em primeiro lugar, torna-se importante conhecer e perceber quais os motivos que explicam este fluxo migratório da Ucrânia para Portugal, de modo a posteriormente

descrever e caracterizar a integração destes imigrantes na sociedade de acolhimento. Pretende-se, igualmente, caracterizar os retratos construídos na ótica dos nacionais, para assim se poder perceber a relação entre o processo de integração e os retratos construídos pelos portugueses.

Como resposta provisória à questão de partida definida nesta investigação, foi ainda identificada a seguinte hipótese: os retratos sociais construídos acerca dos imigrantes ucranianos são influenciados pelo trabalho que os imigrantes desempenham, pelo contacto entre os autóctones e estes cidadãos, bem como pela reprodução de determinadas matérias e temáticas noticiosas acerca destes imigrantes, por parte de determinados meios de comunicação social junto da sociedade portuguesa.

Estrutura da dissertação

Para além da introdução, este trabalho de investigação é composto por cinco capítulos. No primeiro capítulo, o objetivo passará pela abordagem, em primeiro lugar, dos conceitos de migrações e globalização. Posteriormente, também serão abordados diversos aspetos inerentes às migrações internacionais e os vários tipos de teorias que explicam o fenómeno migratório.

No segundo capítulo do presente trabalho de investigação, o foco de abordagem incidirá primeiramente sobre o conceito de representações sociais, bem como sobre os processos que permitem a construção das representações e, ainda, sobre o modo como estas se expressam. Nos restantes subpontos, e com base em estudos elaborados por diversos autores, serão ainda abordadas as representações dos nativos acerca das comunidades imigrantes, e como é que estas são vistas na sociedade portuguesa, com especial foco nos imigrantes provenientes da Europa de Leste e na comunidade ucraniana. Ainda neste capítulo, serão apresentados, por um lado, o modelo de análise, que procura fazer a articulação entre as várias componentes que se crê poderem influenciar ou modelar as representações sociais acerca dos cidadãos ucranianos, e, por outro lado, todos os métodos e técnicas a aplicar, nomeadamente a definição de procedimentos e explicação das questões, para ambos os métodos de recolha de dados (entrevistas a imigrantes ucranianos e inquéritos a portugueses).

No terceiro capítulo, procurar-se-á fazer um enquadramento da evolução da imigração em Portugal, bem como das principais comunidades imigradas no país e das respetivas atividades económicas. Posteriormente, será ainda efetuada uma breve caracterização da

Ucrânia enquanto país, e serão analisados os primeiros dados relativos ao trabalho de campo, nomeadamente os perfis sociográficos dos cidadãos ucranianos entrevistados. Com base na literatura e na análise das entrevistas a imigrantes ucranianos, procurar-se-ão abordar igualmente os contextos e as razões que explicam a emigração para Portugal, os meios usados e a reflexão acerca da decisão de emigrar, a integração socioprofissional destes imigrantes no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa e, ainda, a sua dispersão espacial no território nacional.

No quarto capítulo, serão apresentadas as representações dos imigrantes ucranianos pelos portugueses, através da análise dos dados recolhidos pelos inquéritos realizados. Pretende-se, nomeadamente, caracterizar os inquiridos, abordar as questões relacionadas com a multiculturalidade e os aspetos inerentes à integração, focar os pontos relacionados com o trabalho, bem como a eventual discriminação, experiências de interação e imagens acerca destes cidadãos.

No quinto capítulo, o objetivo passará pela síntese dos pontos primordiais abordados durante a tese, em especial dos resultados obtidos através da realização do trabalho de campo, e que possibilitará não só responder à questão de partida formulada, como também confirmar a hipótese definida.

CAPÍTULO I: AS MIGRAÇÕES E TEORIAS EXPLICATIVAS

Neste capítulo, em primeiro lugar, serão abordados principalmente os conceitos associados às migrações e globalização, sendo posteriormente feita referência a diversos aspectos das migrações internacionais, tais como o crescimento da população migrante a nível mundial, a diferenciação regional das migrações e respetiva feminização, bem como a complexidade dos sistemas migratórios e aos modelos teóricos das migrações internacionais. Por último, o capítulo tratará das diversas tipologias de teorias explicativas das migrações, dentro dos dois grandes grupos: as micro e macro-sociológicas.

1.1. Migrações e globalização: dois fenómenos interligados

Atualmente, no quadro de um mundo globalizado, constata-se a existência de um fenómeno em crescendo. Trata-se do fenómeno migratório que, na sua génese, envolve fluxos de bens, mas também de pessoas. Segundo a Organização Internacional das Migrações¹ (2008: 24), a globalização alude à “[...] multitude de interações e interdependência crescente entre os governos, organizações, empresas e pessoas em todo o mundo”.² Ainda de acordo com a OIM (2008: 25), esta última é explicada pela “[...] possibilidade de maior liberdade de circulação de mercadorias diversas, recursos e bens e a existência destes fluxos mais livres leva a uma maior globalização da economia mundial”.³ Já para Held *et al.* (1999) citado por Castles e Miller (2010: 51), a globalização entende-se como “o alargamento, aprofundamento e aceleração da interconexão mundial em todos os aspectos da vida social contemporânea”.⁴

É de esperar que, com o aprofundamento do processo de globalização, o papel das empresas multinacionais que atuam em todo o mundo e, essencialmente das novas tecnologias da informação e comunicação e o desenvolvimento dos transportes, irão trazer a esta nova sociedade um crescimento dos fluxos dos mais diversos bens e capitais. Para além disto, a compressão na distância entre dois pontos distintos no globo promoverá, essencialmente, uma maior mobilidade de pessoas. Neste sentido, e de

¹ Referente a International Organization for Migration, daqui em diante designada como OIM.

² Tradução da minha autoria.

³ Tradução da minha autoria.

⁴ Tradução da minha autoria.

acordo com o World Migration Report⁵ (2008), a crescente mobilidade laboral é simplificada não só pela difusão da informação, como também pelo desenvolvimento dos transportes, nomeadamente pelos custos de transporte mais baixos, o que faz com que as pessoas se movam na procura de melhores condições de trabalho e de melhores empregos. A crescente mobilidade propicia a intensificação das migrações ao nível mundial, como demonstra o Quadro 1.1. Em 1960, o número de migrantes internacionais a meio do ano já ultrapassava os 75 milhões, sendo que 25 anos depois, em 1985, este número era superior aos 111 milhões de migrantes internacionais, a nível mundial. É, sobretudo, a partir de 1985 que a tendência de crescimento do número de migrantes internacionais se intensifica. Se o período temporal de 45 anos que o Quadro 1.1. retrata for separado por dois períodos distintos (o primeiro de 1960 a 1985 e o segundo de 1985 a 2005), é possível concluir que, tendo sido o crescimento de um pouco mais de 35,5 milhões entre 1960 e 1985, já entre 1985 e 2005 o crescimento de migrantes internacionais não só duplicou em relação a este primeiro período, como se estabeleceu em 79 milhões de pessoas.

Quadro 1.1. Evolução das migrações internacionais a nível mundial, 1960-2005 (N.º e %)

Ano	Migrantes internacionais a meio do ano (N.º)	Crescimento anual do número de migrantes (%)
1960	75 463 352	-----
1965	78 443 933	0,8
1970	81 335 779	0,7
1975	86 789 304	1,3
1980	99 275 898	2,7
1985	111 013 230	2,2
1990	154 945 333	6,7
1995	165 080 235	1,3
2000	176 735 772	1,4
2005	190 633 564	1,5

Fonte: Oulhaj, 2007.

⁵ Referente ao World Migration Report, daqui em diante designado como WMR.

1.2. Migração e outros conceitos inerentes

Segundo o World Migration Report (2003), o fenómeno migratório simboliza uma variável importante, no que à evolução das sociedades e economias diz respeito. Por outro lado, importa também salientar que as migrações tornaram-se um fenómeno inserido no quadro quotidiano, especialmente e como aponta a referida fonte (2003), para as pessoas que desejam melhorar as respetivas condições de vida. Papademetriou (2006) refere-se a este fenómeno como sendo de abrangência universal, uma vez que “As migrações afectam actualmente as vidas de um maior número de pessoas e assumem-se como uma questão mais importante nas esferas política e económica de um maior número de estados do que em qualquer outra fase da era moderna” (2006: 15).

Na opinião de Silva (2010: 15), “As migrações internacionais constituem um importante fenómeno a nível global e têm implicações em várias áreas, visto que originam uma grande circulação de pessoas por diversos pontos do globo”. Sendo um fenómeno à escala global, como refere o autor, torna-se imprescindível compreender no que este consiste, ou seja, o seu conceito.

Segundo Jackson (1991: 2-3), “A migração implica o movimento de indivíduos e grupos entre duas sociedades: a que acabaram de deixar e aquela em que procuram inserir-se. O processo consuma-se normalmente através do movimento físico, com a consequente alteração de residência e de outras circunstâncias, não assumindo um carácter diferente das transições resultantes de lentos e bem definidos movimentos históricos que provocam alterações circunstanciais radicais para todos os que vivem”.

Na mesma linha de pensamento, e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística⁶ (citado por Castro, 2008: 23), a migração é definida como “[...] a deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente, interna (no interior de um país) ou internacional (fora do seu país de origem)”. Já segundo o WMR (2003), a migração é o movimento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas de uma unidade geográfica para outra através de uma fronteira de tipo administrativa ou política, em que o objetivo é estabelecer-se de forma definitiva ou temporária num lugar distinto do seu local de origem.

Na perspectiva de Arango (2003), está subjacente o argumento de que as migrações decorrem de aspetos económicos, exemplificado com a referência à díspar distribuição

⁶ Referente ao Instituto Nacional de Estatística, daqui em diante designado como INE.

do capital e do trabalho. Ainda segundo o mesmo autor, são as decisões de carácter individual por parte dos indivíduos que explicam as migrações. Estes procuram um aumento do respetivo bem-estar, onde a recompensa do seu trabalho é superior à que conseguem alcançar no país de origem e que, como tal, consegue cobrir os custos inerentes ao ato migratório.

No que respeita ao conceito de migrante, o WMR (2003: 8) citando a Organização das Nações Unidas (1998)⁷, refere que migrante é “uma pessoa que entra num país do qual não é cidadã(o) [que não o de que ele / ela é um(a) cidadã(o)] por pelo menos 12 meses, depois de ter estado ausente por um ano ou mais”.⁸ De acordo com a mesma fonte (2003: 9), outra das propostas para o conceito de migrante é o de “uma pessoa que, voluntariamente e por razões pessoais, move-se do seu/sua local de origem para um determinado destino, com a intenção de estabelecer residência sem ser obrigada a fazê-lo”.⁹

Outro dos conceitos debatidos é o de emigrante. Para o WMR (2003: 9), é emigrante “Qualquer pessoa que deixa o seu país com a intenção de residir noutro [...]”.¹⁰ Por sua vez, no estudo que realizaram, Rosa; Seabra e Santos (2003: 30) abordam outro conceito: de imigrante internacional. Segundo estes autores, “O imigrante (internacional) pode definir-se como alguém que, tendo migrado para um outro país, aí passa a residir durante um período continuado (normalmente pelo menos um ano)”.¹¹

Através da literatura temática sobre esta matéria, nomeadamente da multiplicidade de definições sobre o conceito de migração, é possível verificar e concluir que o foco dos autores é centrado sobretudo no facto de as migrações serem um fenómeno bem definido tanto temporalmente como espacialmente. Na base deste fenómeno está incluída a decisão individual do ator em migrar, em que o objetivo é a procura de melhores condições de vida e de bem-estar noutro território, dado que estas não são satisfeitas no seu país de origem. As pessoas podem ainda migrar por razões de reunificação familiar, estudo, receber tratamento médico, mas o foco de atenção nesta tese são as migrações laborais). São nestas ideias que se enquadram os restantes conceitos abordados neste ponto: migrante, emigrante e imigrante.

⁷ Referente à Organização das Nações Unidas, daqui em diante designada como ONU.

⁸ Tradução da minha autoria.

⁹ Tradução da minha autoria.

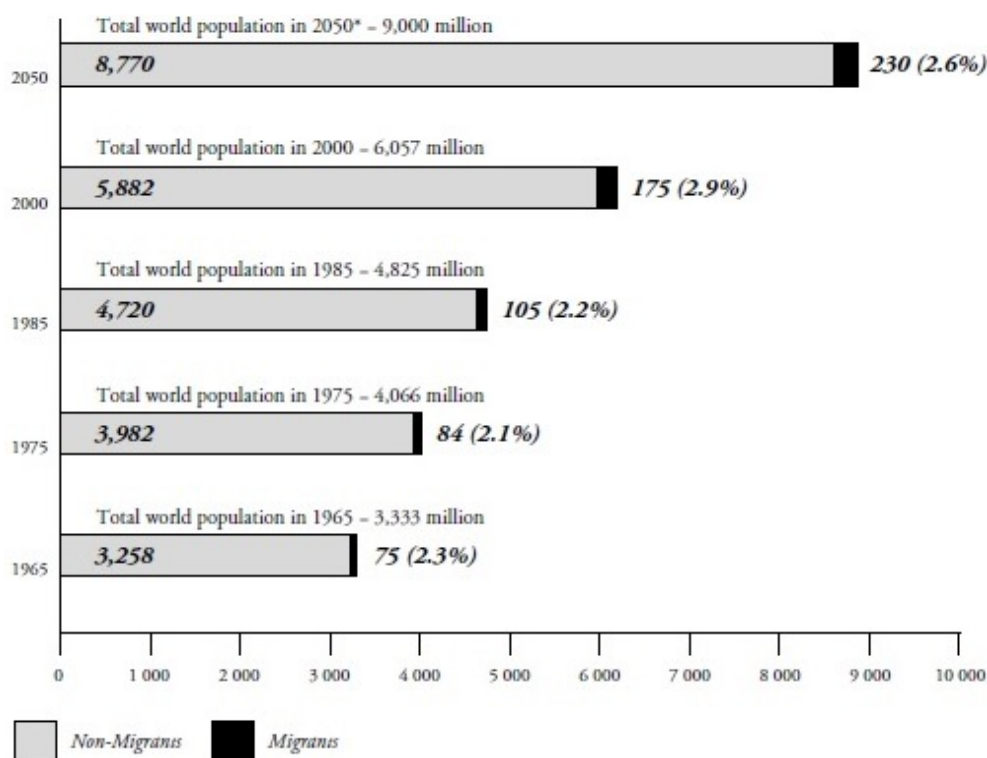
¹⁰ Tradução da minha autoria.

¹¹ Tradução da minha autoria.

1.3. As migrações internacionais: crescimento mundial, diferenciação regional e feminização

Como aponta o WMR (2003) e é atestado na Figura 1.1., no período compreendido entre 1965 e 2000, o número de migrantes a nível mundial passou de 75 para 175 milhões de indivíduos, tendo assim mais que duplicado, embora em termos percentuais o aumento não tenha sido tão expressivo (de 2,3% da população total em 1965 para 2,9% da população total em 2000), pois a população mundial cresceu de 3 para 6 mil milhões de pessoas. Segundo a Figura 1.1. para 2050, está projetado o cenário de aumento da população mundial para aproximadamente 9 mil milhões de pessoas, sendo que essa projeção inclui 230 milhões de migrantes, representando estes últimos 2,6% do total da população total.

Figura 1.1. População Mundial – Não Migrantes e Migrantes, 1965-2050 (N.º e %)



Note:
* Figures for 2050 are extrapolations.

Fonte: World Migration Report (2003).

Segundo Papademetriou (2004), no início do século XXI, o número de migrantes à escala mundial situava-se, aproximadamente, entre 175 e 180 milhões. Num momento

posterior, Papademetriou (2006) aponta que, em 2006, e com base em dados da ONU, o número de migrantes à escala mundial era de 200 milhões, sendo o fenómeno migratório inerente à grande parte dos países do mundo. Relativamente ao aumento do número de imigrantes, e na mesma linha do que outros autores referiram, Penninx; Berger e Kraal (2006) também sustentam este argumento, já que o número de imigrantes aumentou exponencialmente em apenas 20 anos, no período temporal correspondente entre 1985 e 2005, de 105 para 200 milhões, respetivamente. Especificamente no que à Europa diz respeito, também se assistiu a um aumento do número de imigrantes, concretamente de 8% aproximadamente, entre 1985 e 2000 (OIM, 2003 citada por Penninx; Berger e Kraal, 2006).

Outro dos aspetos inerentes às migrações prende-se com a sua feminização. Segundo dados do WMR (2003) recorrendo a dados da OIM (2000), quase metade (48%) dos 175 milhões de migrantes estimados em todo mundo eram mulheres. Complementando esses dados, a Figura 1.2. retrata a proporção de mulheres migrantes, em percentagem do fluxo internacional de migrantes, e por grupos de desenvolvimento, no período compreendido entre 1990 e 2010. Como é observável, a nível mundial existiram dois períodos distintos: de 1990 a 2000, a proporção de mulheres aumentou ainda que de forma pouco expressiva (apenas 0,3%, de 49,1% em 1990 para 49,4% em 2000). Já de 2000 a 2010, sucedeu exatamente o contrário: a proporção de mulheres migrantes decresceu, ainda que apenas 0,4%. Nas regiões mais desenvolvidas, a proporção de fluxos de mulheres migrantes decresceu 0,5% (0,2% de 1990 a 2000 e 0,3% de 2000 a 2010); por seu turno, nas regiões menos desenvolvidas, existiu um aumento de 0,2% até 2000, e desse ano até 2010, a proporção de mulheres migrantes reduziu-se 0,8% (de 46,1% para 45,3%). Ainda assim, nos países menos desenvolvidos, a proporção de mulheres que migraram aumentou aproximadamente 1% (de 46,7% em 1990 para 47,4% em 2010).

Figura 1.2. Proporção de mulheres migrantes, em percentagem do fluxo internacional de migrantes, por grupos de desenvolvimento, 1990-2010

<i>Development group</i>	<i>Percentage female</i>				
	<i>1990</i>	<i>1995</i>	<i>2000</i>	<i>2005</i>	<i>2010</i>
World.....	49.1	49.3	49.4	49.2	49.0
More developed regions.....	52.0	51.7	51.8	51.6	51.5
Less developed regions.....	45.9	46.1	46.1	45.6	45.3
Least developed countries.....	46.7	47.6	47.4	47.4	47.4

Fonte: International Migration Report (2009).

Ainda relativamente à feminização dos fluxos migratórios, embora muitas mulheres migrem com as respetivas famílias, uma considerável proporção fazem-no de forma independente, para trabalhar num país estrangeiro. Já inseridas no mercado de trabalho, e de acordo com o WMR (2003), muitas mulheres realizam trabalhos não qualificados com escassas perspetivas de mobilidade profissional ascendente, auferindo salários baixos, trabalhando longas jornadas, tendo pouca ou até nenhuma segurança de emprego, e não usufruindo do direito às denominadas prestações sociais.

No que diz respeito à diferenciação regional, e focando primeiramente a atenção nos principais países recetores (Figura 1.3.), no período entre 1950 e 2050 (este último, segundo previsões), é possível verificar que os Estados Unidos encabeçam o primeiro lugar do *ranking* dos principais países recetores nos 4 períodos temporais (1950-1960; 1980-1990; 2000-2010 e 2040-2050), sendo o país a nível mundial que recebe mais migrantes em valor absoluto. Independentemente do lugar em que se encontram, países como França, Canadá, Alemanha, Austrália ou China constam em quase todos, ou até todos, os 4 períodos temporais. É de salientar que os 3 primeiros lugares dos *rankings* dos principais países recetores se foram alterando com o tempo. Em 1950-1960, o segundo lugar pertencia ao Cazaquistão e o terceiro a França; entre 1980-1990, em segundo lugar situava-se o Paquistão e em terceiro a Arábia Saudita, sendo que em 2000-2010, o segundo pertencia a Espanha e o terceiro a Itália, e para 2040-2050 (segundo projeções), o segundo país mais recetor de migrantes será o Canadá e o terceiro o Reino Unido.

Figura 1.3. Principais países recetores de migrantes, 1950-2050 (N.º)

A. Net immigration countries (in thousands)

<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>1950-1960</i>	<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>1980-1990</i>
1.	United States of America	3 064	1.	United States of America	8 620
2.	Kazakhstan	1 640	2.	Pakistan	2 940
3.	France	1 151	3.	Saudi Arabia	2 450
4.	Canada	1 120	4.	Russian Federation	2 014
5.	Germany	996	5.	Germany	1 848
6.	Australia	793	6.	Iran (Islamic Republic of)	1 737
7.	Brazil	549	7.	Ethiopia	1 379
8.	Argentina	522	8.	Canada	1 219
9.	Israel	454	9.	Australia	1 156
10.	China, Hong Kong SAR	375	10.	Republic of Korea	842
<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>2000-2010</i>	<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>2040-2050</i>
1.	United States of America	10 728	1.	United States of America	10 560
2.	Spain	4 254	2.	Canada	2 147
3.	Italy	3 400	3.	United Kingdom	1 745
4.	Canada	2 139	4.	Italy	1 500
5.	United Kingdom	1 895	5.	Spain	1 472
6.	Afghanistan	1 805	6.	Germany	1 100
7.	Thailand	1 711	7.	France	1 000
8.	Germany	1 480	8.	Australia	1 000
9.	South Africa	1 400	9.	China, Hong Kong SAR	600
10.	France	1 261	10.	Japan	540

Fonte: International Migration Report (2009).

Relativamente aos principais emissores de migrantes (Figura 1.4.), no período entre 1950 e 2050, é possível verificar que os 3 países ocupam os primeiros lugares na lista dos principais países emissores nos 4 períodos temporais (Rússia, antiga União Soviética em 1950-1960, Afeganistão em 1980-1990, e México em 2000-2010 e 2040-2050). É de destacar o facto de que os 3 primeiros lugares dos *rankings* dos principais países emissores também mudaram ao longo deste período temporal. Em 1950-1960, o segundo lugar pertencia a Espanha e o terceiro a Itália, em 1980-1990, o segundo lugar ao Afeganistão e o terceiro ao México, em 2000-2010, o segundo à China e o terceiro ao Paquistão, e já em 2040-2050 (segundo projeções), o segundo país mais recetor de migrantes em termos absolutos será a China e o terceiro a Índia, isto é, economias asiáticas emergentes.

Figura 1.4. Principais países emissores de migrantes, 1950-2050 (N.º)

<i>B. Net emigration countries (in thousands)</i>					
<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>1950-1960</i>	<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>1980-1990</i>
1.	Russian Federation.....	- 1 328	1.	Afghanistan.....	-4 873
2.	Spain.....	- 777	2.	Mexico.....	-3 872
3.	Italy.....	- 763	3.	Mozambique.....	-1 673
4.	Algeria.....	- 722	4.	Somalia.....	-1 464
5.	Dem. People's Republic of Korea.....	- 686	5.	Viet Nam.....	-1 462
6.	Portugal.....	- 631	6.	Kazakhstan.....	-1 006
7.	United Kingdom.....	- 577	7.	Egypt.....	- 994
8.	Belarus.....	- 564	8.	Iraq.....	- 830
9.	Puerto Rico.....	- 470	9.	Bangladesh.....	- 815
10.	China.....	- 435	10.	Nigeria.....	- 763
<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>2000-2010</i>	<i>Rank</i>	<i>Country or area</i>	<i>2040-2050</i>
1.	Mexico.....	- 5 132	1.	Mexico.....	- 3 222
2.	China.....	- 3 789	2.	China.....	- 3 043
3.	Pakistan.....	- 2 655	3.	India.....	- 2 543
4.	India.....	- 2 540	4.	Philippines.....	- 1 750
5.	Philippines.....	- 1 800	5.	Pakistan.....	- 1 554
6.	Indonesia.....	- 1 730	6.	Indonesia.....	- 1 534
7.	Myanmar.....	- 1 500	7.	Bangladesh.....	- 1 504
8.	Iran (Islamic Republic of).....	- 1 493	8.	Egypt.....	- 800
9.	Zimbabwe.....	- 1 400	9.	Nigeria.....	- 600
10.	Bangladesh.....	- 1 270	10.	Sri Lanka.....	- 600

Fonte: International Migration Report (2009).

1.4. A complexidade dos sistemas migratórios: diversidade regional e amplitude temporal

O sistema migratório internacional subdivide-se em três tipos distintos de países: os países de origem, de trânsito e os de destino. Papademetriou (2006: 17) afirma que é crescente o número de países que se assumem como “áreas de origem e trânsito dos imigrantes e [...] áreas nas quais esses imigrantes se instalam ou, [...] para as quais se deslocam temporariamente para trabalhar”. Ainda assim, os países podem ser simultaneamente de origem, de trânsito e de destino de imigrantes.

Ao falar do conceito de migração, há que referir as dimensões espaciais que este fenómeno envolve. Segundo o WMR (2003: 4), as migrações podem suceder-se “da aldeia para a cidade, de uma região para outra, de um país para outro, ou de um continente para outro”¹², podendo ainda ser internas ou internacionais. As primeiras referem-se aos movimentos dentro de um mesmo país que, a título de exemplo, se podem suceder de uma região para outra. Por seu turno, as segundas implicam o atravessamento de fronteira e, como tal, a mudança de país.

¹² Tradução da minha autoria.

No que respeita à dimensão temporal das migrações, Jackson (1991) indica que se trata de um movimento exercido por uma determinada população e que pode assumir um carácter temporário, ou por outro lado, uma índole permanente. Ainda segundo o WMR (2003: 16), “Há alguns anos, os fluxos migratórios tornaram-se mais diversificados e complexos. Os países receptores em todos os continentes estão a encontrar movimentos de população muito díspares: estudantes, mulheres, migrantes para fins de reunião de família, profissionais altamente qualificados, migrantes retornados, trabalhadores temporários, vítimas de tráfico, refugiados e pessoas indocumentadas [...] Com o tempo, as oportunidades e os constrangimentos mudam as direcções dos fluxos: os antigos países de acolhimento estão-se a tornar países de origem e os antigos países de origem tornam-se países de acolhimento; outros países tornam-se países de trânsito, pontos de transferência”.¹³

No que concerne ao fluxo de imigrantes, grande parte do mesmo é constituído por elementos do sexo masculino (Papademetriou, 2004), apesar da feminização dos fluxos atrás referida. É afirmada ainda a ideia que o (re)agrupamento familiar é percecionado como a “coluna vertebral” de um sistema de imigração, como salienta o autor (2004: 23) “[...] ainda a unidade de base e o pilar, ou multiplicador se quiserem, de qualquer sistema de imigração”. Para além do fluxo de imigrantes ser predominantemente masculino, existem ainda fluxos de famílias, trabalhadores, requerentes de asilo e refugiados.

1.5. Os modelos teóricos das migrações internacionais

Por outro lado, é fundamental perceber o porquê de existir um qualquer ato migratório. O WMR (2003) salienta que a principal causa das migrações é a económica, dizendo respeito aos níveis de rendimento, emprego e bem-estar social. O ato migratório é, ainda, percecionado, especialmente por determinadas ‘franjas’ da população - de ambos os sexos -, como um mundo de oportunidades, que poderá garantir ao futuro migrante a independência aos níveis financeiro e pessoal. Existem duas razões que explicam o facto de a população, essencialmente a mais qualificada, emigrar: por um lado, o nível salarial é mais elevado no Norte (países desenvolvidos), aliado à escassez de oportunidades existentes ao nível profissional e o facto de as condições de trabalho e

¹³ Tradução da minha autoria.

vida existentes no Sul (países menos desenvolvidos) serem pobres (Castles e Miller, 2010).

Numa perspetiva de índole macroeconómica, as disparidades existentes entre os territórios explicam o ato migratório e, apesar das diversas tipologias de migrações (a título de exemplo, por motivos de estudo e de reagrupamento familiar) serem igualmente importantes, Massey *et al.* citados por Figueiredo (2005: 33), observam que “a procura do factor trabalho por parte da sociedade em geral [...] é o factor de base que gera as migrações”.

1.6. As Teorias Macro-Sociológicas

1.6.1. Teoria do mercado de trabalho dual: mercado primário e secundário de trabalho

No que se refere às teorias explicativas das migrações, constata-se uma dicotomia entre as teorias micro e as teorias macro. As teorias micro privilegiam o papel do agente individual na decisão de emigrar, ao passo que as teorias macro dão privilégio à atuação de fatores coletivos, no que respeita às decisões migratórias dos agentes sociais. Uma das características referentes ao ato de emigrar é a importância da decisão individual, inerente às teorias micro, em detrimento da decisão grupal (agregado familiar), característica das teorias macro-sociológicas.

De acordo com a literatura, é identificada como teoria macro, a teoria do mercado dual (ou teoria da segmentação ou do mercado de trabalho segmentado).

Segundo a perspetiva de Arango (2003), a permanente procura de mão-de-obra nas sociedades caracterizadas como industrialmente avançadas explica, por um lado, o ato migratório e, por outro, faz com que exista um mercado segmentado. O autor (2003: 14) argumenta que “[...] economias bastante desenvolvidas precisam de trabalhadores estrangeiros para preencher os trabalhos que os trabalhadores nativos ignoram e que já deixaram de ser realizados por mulheres ou adolescentes, [...]”.¹⁴

Piore (1979) citado por Figueiredo (2005), dá conta da existência de diversas justificações que explicam o motivo pelo qual se geram as migrações. Entre a perspetiva que afirma a escassez de trabalho como explicação para o fenómeno migratório, e por

¹⁴ Tradução da minha autoria.

outro lado, a perspectiva que aponta os migrantes como a resposta à necessidade de ocupação de uma dada hierarquia na sociedade (concretamente nos trabalhos de baixo estatuto social), surge a perspectiva dita intermédia, a teoria do mercado dual.

Piore (1979) citado por Arango (2003) explica que a existência de trabalhos caracterizados tanto pela baixa qualidade como também pela instabilidade nas sociedades avançadas provoca a divisão da economia em dois segmentos diferenciados entre si - o mercado primário (intensivo em capital) e o mercado secundário de trabalho (intensivo em trabalho, mas caracterizado pela fraca produtividade) – dando, assim, origem a um mercado de trabalho segmentado.

No que concerne ao mercado de trabalho secundário - o segmento de mercado onde se verificam empregos de cariz temporário caracterizados pela precariedade, insegurança laboral e poucas perspectivas de promoção ao nível profissional -, importa perceber o contexto que explica o seu aparecimento em particular. Peixoto (2004) aponta que, desde os anos 70, as alterações estruturais das economias fordistas e o desenvolvimento de novas formas de regulação tornaram mais evidente a existência de setores precários e a necessidade de uma mão-de-obra caracterizada pela flexibilidade.

De acordo com Kovács e Castillo (1998) e Kovács (2005), citados em Peixoto, 2008, a tendência crescente para a segmentação do mercado de trabalho explica-se pelas alterações estruturais sofridas pelas economias e pelo desenvolvimento de novas formas de regulação, nomeadamente a partir da década de 70 do século XX, que fizeram com que a existência de segmentos precários e a necessidade de mão-de-obra “flexível” ganhassem maior relevância. Assim, e relativamente à segmentação do mercado de trabalho, como referido anteriormente, “Tornaram-se comuns novas formas de organização do trabalho ou modelos atípicos de trabalho, como o trabalho temporário, trabalho em *part-time* ou trabalho no domicílio. Nalguns casos, estas formas de organização contemplaram tarefas altamente qualificadas e de estatuto social elevado; noutros, talvez os mais frequentes, estiveram ligadas a tarefas de baixa qualificação e de fraca avaliação social” (Peixoto, 2008: 21). Por seu turno, alguns autores como King *et al.* (2000) e Ribas-Mateos (2004) citados por Mateus (2008) apontam fatores que, por um lado, têm agravado situações de segmentação laboral e que, por outro, explicam boa parte dos modos de incorporação laboral destes imigrantes, tais como a continuidade de um tecido produtivo que se alicerça, sobretudo, em tecnologias tradicionais, a difusão

da economia informal, a fraca regulação da economia pelo Estado, a parca proteção social dos trabalhadores e a existência de dualismo social.

Figueiredo (2005) argumenta que, de acordo com alguma literatura, existe uma diferenciação de características no que à inserção no mercado de trabalho diz respeito. Góis (2004) também aponta para dois segmentos distintos. Por um lado, o mercado de trabalho primário, caracterizado por empregos a tempo inteiro, boas condições de trabalho, segurança, bons salários e perspectivas de promoção a nível profissional. Por outro lado, o mercado secundário, onde prevalecem empregos temporários e precários, insegurança laboral e escassas perspectivas de promoção profissional. Acrescentado, Góis (2004: 106) refere que “Os empregos do mercado primário requerem e desenvolvem hábitos estáveis de trabalho, as qualificações são geralmente adquiridas no emprego, os salários são relativamente altos e há uma possibilidade de promoção hierárquica. Os empregos do mercado secundário não requerem e, frequentemente desencorajam, os trabalhos estáveis, os salários são baixos, as mudanças de posição são muitas e as possibilidades de promoção são poucas”.

Os imigrantes estão geralmente inseridos no mercado secundário de trabalho, ao passo que os trabalhadores nativos preenchem, na grande maioria, os empregos correspondentes ao mercado primário de trabalho, onde “os empregos são mais seguros, a remuneração é maior e existe a possibilidade de ascensão na hierarquia social” (Castro, 2011: 24). Assim, os nativos possuem vantagens comparativas relativamente aos imigrantes no que concerne o domínio da língua do país de acolhimento, conhecimento da legislação laboral, estatuto legal, entre outros, vantagens que se revelam muito importantes na inserção laboral dado que, quando chegam ao país de acolhimento, os imigrantes poderão revelar desconhecimento da língua, bem como relativamente a informações sobre os seus direitos, o contrato de trabalho e à regularização da sua situação no país.

Segundo Arango (2003), são explícitas as razões pelas quais os trabalhadores nativos recusam executar este tipo de tarefas relativas ao mercado secundário. Os trabalhos pertencentes ao mercado secundário são recusados pelos trabalhadores nativos pois “eles conferem status social baixo e baixo prestígio, oferecem poucas oportunidades de mobilidade social e não são motivadores”¹⁵ (Arango, 2003: 15). Desta forma, serão os trabalhadores estrangeiros (imigrantes numa dada sociedade)

¹⁵ Tradução da minha autoria.

provenientes, especialmente, de países caracterizados pelos baixos rendimentos e que ainda pensam um dia em regressar ao país de origem, que aceitam este tipo de trabalhos. Fazem-no porque “os baixos salários no país de destino costumam ser elevados quando comparados com os habitualmente praticados nos seus países de origem e porque o prestígio que conta para eles é o que têm ou podem ter no seu país”¹⁶ (Arango, 2003: 14-15).

Na mesma linha de Figueiredo (2005), Góis (2004) constata que trabalhadores com pouca qualificação ou mesmo desqualificados e trabalhadores chegados há pouco tempo ao mercado de trabalho (nos quais se inserem os imigrantes) são os que ocupam este segmento do mercado. Neste sentido, uma realidade que está subjacente ao mercado de trabalho e referida em alguma literatura, é o facto de uma parte dos indivíduos imigrantes se incorporar no mercado secundário de trabalho. Apesar de Castles e Miller (2010: 65), afirmarem que “alguns migrantes não conseguem obter o reconhecimento das suas qualificações ou não conseguem encontrar emprego compatível com as suas habilitações”¹⁷, Figueiredo (2005: 35) salienta que “os imigrantes não têm, frequentemente, as competências e qualificações exigidas pelo país de destino em termos de acesso ao mercado primário, [...]” e, desta forma, estão restringidos à inserção no segmento secundário do mercado de trabalho.

Tendo em linha de conta as características e especificidades inerentes ao mercado secundário de trabalho já referidas anteriormente, Castro (2011) citando Massey *et al.*, (1993, 1998), Ribas-Mateos (2004) e Castles e Miller (2009) aponta que os imigrantes tendem a ser inseridos neste segmento, dada a constante procura de que são alvo os trabalhadores com escassas ou até mesmo nenhuma qualificações, e que consentam trabalhar sob estas condições, tais como salários baixos, escassas perspectivas de mobilidade e promoção na carreira. Essa procura específica de trabalhadores é efetuada através da importação de mão-de-obra estrangeira, que esteja disposta a trabalhar sob as condições referidas anteriormente, pertencentes a este segmento específico do mercado de trabalho. Ao aceitarem essas condições de trabalho, estes imigrantes (em particular os recém-chegados) conseguem ganhar dinheiro, o que lhes permitirá aumentar o seu rendimento, melhorar o respetivo bem-estar, enviar remessas para a família no país de

¹⁶ Tradução da minha autoria.

¹⁷ Tradução da minha autoria.

origem e, ainda, aumentar o status social no país de origem (Massey *et al.*, 1998; Piore, 1970, citados por Castro, 2011).

A partir desta análise, Figueiredo (2005) tende a reforçar a ideia de que os imigrantes preenchem o mercado secundário, visto que os cidadãos nativos não aceitam esses empregos. Como tal, a autora salienta o argumento de que não existe concorrência entre nativos e imigrantes, pois ambos ocupam segmentos diferenciados do mercado de trabalho. Assim, neste contexto de segmentação do mercado de trabalho, e entre os defensores da segmentação, é afirmada a ideia de que existe uma complementaridade entre os cidadãos nativos e os imigrantes, no que respeita ao trabalho que ambos desenvolvem. Na opinião de Pimentel (2006: 15), “[...] estes dois grupos de trabalhadores constituem uma resposta a diferentes oportunidades de emprego de um mercado de trabalho que é segmentado em dois níveis: o primário e o secundário”.

Num contexto de grande e grave crise económica como a que o mundo, e especialmente Portugal, vivem atualmente, se por um lado a taxa de desemprego já atingiu máximos históricos nunca antes vistos,¹⁸ também a tendência será para um aumento na precariedade laboral. Neste contexto de escassez em que tanto os nacionais como os imigrantes são afetados, garantir a sobrevivência é o objetivo primordial. Se anteriormente havia uma distinção clara entre a inserção, a um nível geral, dos nativos no mercado primário e dos imigrantes no mercado secundário, com a deterioração das condições de vida decorrentes do agravamento da crise, as ocupações profissionais tenderão a mudar ou até mesmo diversificar-se, sendo possíveis diversos cenários tais como a inserção de pessoas no mercado secundário de trabalho (o que inclui a aceitação de trabalhos precários), que anteriormente estavam inseridas em empregos do mercado de trabalho primário. Outra das hipóteses para fazer face à crise é a acumulação de empregos, que permite o aumento de rendimento disponível.

Ainda no contexto das teorias macroeconómicas do mercado de trabalho, as disparidades entre territórios, no que concerne a procura ou oferta de trabalho, explicam os fenómenos migratórios de índole internacional. Os países com uma elevada dotação de quantidade de trabalho comparativamente ao capital têm baixos salários, enquanto os países com uma dotação limitada de trabalho em relação ao capital caracterizam-se por elevados salários. Essas disparidades salariais fazem com que os trabalhadores dos

¹⁸ A taxa de desemprego em Portugal, em 2013 foi de 17,7% no 1.º trimestre e 16,4% no 2.º trimestre.

países com baixos salários desejem ir para os países onde os salários são em média mais elevados. Deste modo, e de forma sucinta, a literatura sugere que a oferta de trabalho diminui e os salários sobem no país pobre, ao passo que a oferta de trabalho aumenta e os salários caem no país dito rico (Massey, 1993). Arango (2003) também partilha desta perspetiva, ao apontar que “As migrações resultam da distribuição espacial desigual do capital e do trabalho. Em alguns países ou regiões o fator trabalho é escasso em relação ao capital e, por conseguinte, o seu preço - o nível dos salários - é elevado, enquanto que noutros países ou regiões ocorre o contrário”¹⁹ (2003: 4). Como consequência, tendem a ocorrer fluxos migratórios caracterizados pela saída de trabalhadores provenientes de países onde se assiste a uma abundância em mão-de-obra, mas onde os salários são escassos, para países com escassez de mão-de-obra e onde os salários se caracterizam por serem elevados. Assim, esta situação fará com que se assista a uma tendência no que à redistribuição dos fatores de produção diz respeito e, a longo prazo, à igualdade salarial entre os países (Arango, 2003).

1.7. As Teorias Micro-Sociológicas

Outras das teorias que discutem o mercado de trabalho são de carácter micro. Neste contexto, a literatura identifica a Teoria do Capital Humano e a Teoria Push-Pull.

1.7.1. Teoria do Capital Humano e Teoria Push-Pull

Em contraponto com estes argumentos, encontra-se a Teoria do Capital Humano. Borjas (1990) citado por Góis (2004: 110) argumenta que “[...] fluxos migratórios com origens diversas possuem um diferente desempenho no mercado de trabalho e que a qualificação de diferentes migrantes deve ser o factor determinante para definir a sua forma de inserção no mercado de trabalho”. Segundo o autor (2004), está subjacente quer a ideia de que os imigrantes, concretamente os que possuem baixas qualificações, ocupam os empregos dos cidadãos autóctones, como também o facto de contribuírem para a redução salarial, no que às áreas onde se concentram diz respeito. Acrescenta também que, de acordo com vários teóricos, está presente a ideia que aponta para uma concorrência entre trabalhadores autóctones e indivíduos imigrantes, em relação ao mercado de trabalho, ao contrário do afirmado e defendido pela teoria do mercado dual.

¹⁹ Tradução da minha autoria.

Os argumentos defendidos por Borjas (1990) citado por Góis (2004) são igualmente corroborados por Pimentel (2006: 15) quando a autora afirma que “Os teóricos do capital humano argumentam que os imigrantes concorrem com os nacionais pelo emprego e contribuem para baixar os salários nas regiões onde se concentram [...]”.

Por seu turno, Borjas citado por Figueiredo (2005) considera os fluxos migratórios como um investimento em capital humano e as disparidades salariais entre as mais diversas economias como a explicação para a existência de fluxos migratórios de trabalhadores. Ainda que genericamente, a mesma autora (2005) ressalta que os migrantes que possuem qualificações superiores à média são escolhidos de forma positiva, o mesmo não acontecendo com os que possuem qualificação abaixo da média. O facto de um indivíduo migrante possuir elevadas qualificações traduz-se, segundo Chiswick (2000), citado por Figueiredo (2005), numa maior capacidade de integração na sociedade de destino, integração no mercado de trabalho que, como é sabido, se faz, por vezes, abaixo das qualificações dos imigrantes. Por seu lado, Peixoto (2004) faz referência ao ato de migrar e ao investimento do migrante no respetivo potencial produtivo ou no da família e, como tal, conclui que o proveito desse mesmo investimento apenas será alcançado ao longo do tempo, a médio e longo prazo.

Na opinião de Góis (2004: 96), “A análise das determinantes da migração, empreendida por estas teorias, tem como base as premissas do modelo de capital humano. De acordo com estas teorias, o indivíduo irá migrar para a área que, de entre as limitações impostas pelos recursos que o migrante em potencial dispõe, ofereça o maior retorno. A avaliação do retorno é a soma de todos os ganhos futuros que esse indivíduo irá auferir, tendo um horizonte temporal que pode ir até à totalidade da vida do indivíduo, com as respectivas taxas de desconto, percecionadas eventualmente como a taxa de juro do empréstimo para emigrar. Uma mudança de local de residência apenas ocorrerá se os ganhos do movimento entre uma origem A e um destino B forem compensadores, isto é, se forem maiores os ganhos que os custos envolvidos no processo” (Góis, 2004: 96). Assim, o ganho líquido da migração, para o futuro migrante, pode ser percecionado através das situações em que os benefícios dessas deslocações sejam superiores aos custos inerentes a essa mudança (Góis, 2004). Ainda segundo este autor (2004: 96), “Se o ganho líquido da migração for positivo ocorrerá uma migração”. Esta afirmação coloca o cenário em que se induz que o futuro migrante só se desloca se a perceção dos benefícios forem superiores. Assim, uma das

características apontadas, como já referido anteriormente, é a importância da decisão individual (teorias micro-sociológicas). Segundo Peixoto (2004: 13), “[...] o privilégio analítico concedido ao papel do agente individual. Por outras palavras, por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão – trate-se de um contexto económico ou do contexto social de acção –, é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão da mobilidade”.

Citando o exemplo de uma das três maiores comunidades imigrantes residentes em Portugal e, simultaneamente, a estudada nesta dissertação, a comunidade ucraniana está, genericamente, inserida nos setores da construção e obras públicas (no caso do sexo masculino) e, sobretudo, no setor das limpezas (no sexo feminino). Estando inseridos, de uma forma geral, em trabalhos pertencentes ao mercado secundário, estes imigrantes não irão competir com os nacionais pelo emprego, pois a população nacional está, comumente, inserida no mercado primário de trabalho, o que contraria assim o postulado pela Teoria do Capital Humano.

No que à Teoria Push-Pull diz respeito, Figueiredo (2005) recorre a Castles e Miller (2003) para explicar a designação desta teoria. Segundo estes autores, esta teoria alude a uma junção de fatores que faz com que os indivíduos emigrem: por um lado, fatores push, ou seja, repulsivos, de caráter económico, social, político (no país de origem); e por outro lado, fatores pull, retratados na literatura como um todo de vantagens comparativas existentes nos países desenvolvidos (os países de acolhimento) que são atrativas (procura de mão-de-obra e oportunidades económicas). Pimentel (2006: 12), citando Harris e Todaro (1970), salienta que “[...] a decisão de emigrar seria determinada por uma análise custo-benefício por parte dos indivíduos”.

De acordo com a escola neoclássica, na qual a teoria Push-Pull se inspirou e igualmente com base no postulado pela Teoria do Capital Humano, o fenómeno migratório deriva da distribuição díspar de capital e trabalho, a nível geográfico. Existindo essa realidade, ela irá espelhar as disparidades existentes relacionadas com salários e padrões de vida. Os migrantes deslocam-se para onde, por exemplo, os empregos e salários são mais vantajosos. Como tal, a decisão de migrar é voluntária e refletida, após uma análise em que se possam comparar, por um lado, os possíveis custos e, por outro lado, os possíveis benefícios da migração. Assim, os migrantes irão escolher os respetivos destinos, onde os benefícios líquidos esperados sejam maiores (WMR, 2003). Em conformidade com o já referido, Arango (2003: 4) refere-se ao ato

migratório e descreve-o como “[...] um acto individual, espontâneo e voluntário, com base na comparação entre a situação actual do actor e do ganho líquido esperado derivado da deslocação, resultante de um cálculo de custo-benefício”.²⁰

De acordo com Pires (2003), citado por Pimentel (2006), esta teoria baseia-se no argumento da procura de melhores condições de vida, de forma a explicitar o porquê de os indivíduos emigrarem. Citado em Pimentel (2006: 11), Pires (2003) aponta que: “... as pessoas decidem emigrar para melhorar as suas condições de vida deslocando-se de zonas mais desfavorecidas para zonas mais prósperas, ou seja, a decisão de imigrar está subjacente às condições que o imigrante espera encontrar no país de acolhimento”. Além disso, o autor (2003) acrescenta que a área de destino é percebida como uma área de atração, ao contrário da área de origem, vista como área de rejeição. Na sua ótica (2003: 65-66), “[...] o potencial migrante como alguém que, actuando racionalmente, avalia as desvantagens da permanência na sociedade em que vive por comparação com as vantagens da migração para uma sociedade com melhores condições materiais de vida (salários mais elevados, mais garantias de emprego...). Procurando minimizar os custos da sua condição e maximizar os ganhos das oportunidades, o potencial migrante *escolhe* migrar sempre que a comparação lhe revela que a permanência representa um custo e a migração um ganho”. Ou seja, na perspectiva do autor, quando o cálculo entre os fatores de repulsão e atração for negativo para a área de origem e positivo para a área de destino, o ato migratório é efetivado. Como tal, a área de origem é designada como área de repulsão e a área de destino como área de atração.

Por seu turno, Góis (2004: 15) destaca que “A existência de factores que levam a uma rejeição da região de origem – factores de ordem económica, social ou política – e outros que promovem o apelo da região de destino é determinante”, sendo o emprego o indicador destacado. Segundo o autor, nesta teoria, “o emprego assume especial relevância como um factor repulsivo nas áreas de origem ou um factor de atracção nas áreas de destino, como se pode constatar [...] nas sociedades de origem as características do mercado de trabalho surgem, primeiramente, como factores de repulsão e, posteriormente, nas sociedades de destino como principais mecanismos de inserção/integração do(s) migrante(s)” (Góis, 2004: 91).

²⁰ Tradução da minha autoria.

Essencialmente, estas duas teorias têm em comum o facto de mencionarem a análise custo-benefício que o migrante realiza, bem como que estes migram apenas se os benefícios perspetivados forem superiores aos custos esperados inerentes ao movimento migratório.

1.8. Outras Teorias

Ao contrário de algumas discutidas anteriormente, as teorias seguidamente abordadas não colocam o foco de atenção no mercado de trabalho. Na literatura, são ainda referidas outras teorias tais como a teoria das redes migratórias, estruturas espaciais, sistema mundial e teoria das cidades mundiais ou globais. Para além disto, será também feita uma breve referência ao transnacionalismo e à teoria da transição da mobilidade de Zelinsky.

1.8.1. Teoria das Redes Migratórias

No que respeita à teoria das redes migratórias, Arango (2003: 20) define-as como “conjuntos de relações interpessoais que vinculam os imigrantes a emigrantes retornados ou a candidatos à emigração com parentes, amigos ou compatriotas, seja no país de origem ou no país de destino”.²¹ Para Portes (1999), citado por Castro (2011: 26), as redes sociais são “Conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. [...] são importantes na vida económica, na medida em que são meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, [...]”. A literatura destaca ainda o papel de mediação que as redes sociais têm entre migrantes, antigos migrantes e não migrantes, quer na sociedade de origem, como igualmente na sociedade de destino, mais concretamente no que respeita à construção de estruturas sociais que podem contribuir para a integração dos futuros migrantes na sociedade de acolhimento. Esses futuros migrantes podem ser indivíduos pertencentes ao núcleo familiar, como também ao núcleo de amigos, ou até mesmo, conterrâneos (Castro, 2011).

Peixoto (2004) salienta que os indivíduos migrantes não agem de forma isolada, quer no ato de reflexão inicial, como também aquando da integração na sociedade de

²¹ Tradução da minha autoria.

destino. Não agindo isoladamente, o autor (2004) aponta para a diversidade de formas de inserção, tais como a inserção em redes de compatriotas, familiares ou até de agentes que fomentam a imigração. Estas redes migratórias são vistas como uma forma de capital social dado que, por um lado, auxiliam nos mais variados aspetos, como por exemplo, em termos económicos, apoios à deslocação, em relação ao alojamento e na procura de emprego; por outro lado, estabelecem relações sociais que possibilitam o acesso a melhores empregos e níveis salariais. Na literatura, é ainda destacado o desenvolvimento destas redes sociais, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento das mesmas. Em relação a este aspeto, Arango (2003) argumenta que o desenvolvimento das redes sociais pode elucidar acerca da continuação de um dado fluxo migratório, pelo que, de certa forma, as redes sociais podem indicar tendências em relação a fluxos migratórios futuros (Arango, 2003).

Para Massey, citado no WMR (2003: 12), as redes migratórias são igualmente vistas como “[...] um composto de relações interpessoais em que os imigrantes interagem com a sua família, amigos ou compatriotas que ficaram para trás no seu país de origem. As ligações incluem a troca de informação, a assistência financeira, ajuda a encontrar um emprego e outras formas de assistência. Essas interações tornam a migração mais fácil, reduzindo os custos e riscos inerentes. A rede abre o caminho para o estabelecimento e perpetuação dos canais de imigração, dado o seu efeito multiplicador”.²² Faist (1997) citado por Arango (2003) aponta ainda que as redes migratórias se inserem num contexto intermédio, ou seja, entre as teorias micro (em que o futuro migrante desempenha o papel de agente decisor no ato migratório) e as teorias macro (onde o privilégio de decisão é dado, por exemplo, a um determinado grupo).

1.8.2. Teoria do Sistema Mundial

Baseada na ideia do «moderno sistema mundial», referente à década de 70 do século XX, Wallerstein alude a um sistema mundial que se começou a originar no século XVI (centro, periferia e semiperiferia) e em que a Europa predominava. Para Arango (2003), esta teoria associada a Piore (1979) partilha o argumento da inevitável necessidade de mão-de-obra estrangeira por parte das sociedades/economias ditas desenvolvidas, de

²² Tradução da minha autoria.

modo a que se possam preencher os empregos caracterizados pela baixa remuneração em dados setores de produção.

Esta teoria enfatiza não só as desigualdades existentes ao nível salarial, como também a necessidade premente de mão-de-obra imigrante. Este último aspeto parece estar em concordância com o que a Teoria do Mercado de Trabalho Dual defende, dada a referência ao facto de a mão-de-obra estrangeira se inserir em determinados setores do mercado de trabalho, setores esses distintos daqueles em que a população nativa geralmente está inserida.

1.8.3. Teoria das “Cidades Mundiais” ou “Globais”

Uma das teorias abordadas diz respeito à teoria das “cidades mundiais” ou “globais”. Segundo Peixoto (2004), os núcleos urbanos são responsáveis, por um lado, pela atração de mão-de-obra qualificada, nomeadamente os profissionais de gestão e, por outro lado, trabalhadores desqualificados, que executam os serviços de apoio inerentes à mão-de-obra qualificada.

Ribas-Mateos (2004) e Sassen (1991), citadas por Castro (2011) explicam que o processo de globalização económica teve um papel importante, ao ter colaborado para um conceito de uma nova geografia da economia.

Originalmente estudada por Sassen (2001), esta teoria estuda três cidades globais que dirigem o investimento estrangeiros (Nova York, Londres e Tóquio) e, com base nestas, a autora tenta perceber as mudanças pelas quais passaram para se ajustarem à globalização da economia. No que diz respeito somente aos imigrantes, a maior parte executa trabalhos em que os salários são baixos em setores mais atrasados. Na opinião da autora (2001), a imigração pode ser percecionada como um fornecimento de trabalho para os serviços caracterizados pelos baixos salários e empregos na indústria e serviços em expansão, o setor de serviços altamente especializados. Conforme acrescenta Sassen (2001), alguns desses trabalhos realizados por imigrantes podem ser classificadas como parte dos setores em declínio da economia.

1.8.4. Teoria dos “Sistemas Migratórios”

No que concerne à teoria dos “sistemas migratórios”, Peixoto é um dos autores que também a trabalha. Este (2004: 27) destaca que “[...] os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema”.

Além de Peixoto (2004), Castles e Miller (2010), citados por Castro (2011: 27), partilham deste argumento ao referir que “os movimentos migratórios em geral, decorrem da existência de uma relação prévia entre países emissores e receptores e têm por base a colonização, a influência política, o comércio, o investimento ou laço cultural”. Além disso, Peixoto (2004) refere que através desta teoria, é possível enumerar fluxos migratórios sustentados por regiões e países. É acrescentado ainda pelo autor que a dinâmica de um sistema migratório advém não só de um dado contexto histórico, como também da interligação existente entre fluxos migratórios e diferentes tipos de intercâmbios, sobretudo aos níveis político, comercial e de capital.

1.8.5. Teoria da Transição da Mobilidade

Numa abordagem às teorias das migrações, é necessário ainda fazer referência à teoria da transição da mobilidade de Zelinsky. Este modelo datado de 1971 e com analogias a teorias das décadas de 50 e 60 do século XX, tem como um dos objetivos ligar a variável espaço à variável tempo (Castro, 2008). Outro dos objetivos é explicar de que modo as mais diversas sociedades humanas evoluem, desde fases mais primitivas para fases mais avançadas de mobilidade, em que estão incluídos tipos recentes de circulação e «mobilidade virtual» (Peixoto, 2007). Esta teoria considera a existência de cinco fases distintas. A primeira fase, correspondente a uma Sociedade Pré-Moderna, caracteriza-se tanto pela natalidade, como também pela mortalidade elevada (estabilidade do ponto de vista natural e em relação à mobilidade dos cidadãos).

Já segundo Malheiros (1996: 50-51), “Na segunda fase (Sociedade de Transição Inicial), a população começa a revelar uma tendência para um incremento rápido que é o resultado de um acréscimo limitado na fertilidade, acompanhado por uma diminuição significativa da mortalidade. [...] Ao nível das migrações internacionais, o acréscimo natural da população implica a ocorrência de migrações de razoável amplitude para

espaços que ofereçam recursos aos migrantes (colonização de terras virgens ou pouco habitadas)”. Por sua vez, à terceira fase é associada a industrialização como processo.

Em relação a aspetos demográficos, o ritmo do crescimento natural conhece um abrandamento crescente. Na quarta fase (avançada), é vincada a ideia de que os processos industriais sofrem uma mecanização ativa, sendo que é de salientar o desenvolvimento do setor dos serviços. O crescimento demográfico é escasso ou quase nulo. É, ainda, importante referir que a emigração conhece uma expressiva redução, exceção feita aos movimentos de profissionais altamente qualificados, e que nesta fase, a tendência exprime-se no recrutamento de mão-de-obra pouco ou nada qualificada (Malheiros, 1996). Por último, e no que concerne à fase da “sociedade futura «superavançada»”²³, segundo (Malheiros, 1996: 51), esta “ainda não tinha sido alcançada por nenhuma sociedade no início dos anos 70. De qualquer modo, são apresentadas como hipóteses a manutenção da natalidade e da mortalidade a níveis baixos, verificando-se uma expansão na esperança de vida. No que diz respeito às migrações internacionais, pressupõe a continuidade das migrações laborais de regiões menos desenvolvidas para regiões mais avançadas, se bem que a um ritmo um pouco mais atenuado”.

No contexto das teorias abordadas anteriormente, esta tese enquadra-se na teoria do mercado de trabalho dual. A existência de dois segmentos distintos - o mercado primário e o mercado secundário de trabalho, origina um mercado de trabalho segmentado. A integração dos imigrantes ucranianos no mercado de trabalho em Portugal é feita, a nível geral, no mercado secundário de trabalho, nos empregos temporários e precários, insegurança laboral e escassas perspetivas de promoção profissional, como são os casos da inserção em setores da construção civil e obras públicas para os homens e das limpezas para as mulheres.

Apesar de em relação aos imigrantes em geral ser referido que não possuem frequentemente as competências e qualificações exigidas pelo país de destino para o acesso ao mercado primário de trabalho, um problema que os imigrantes ucranianos em específico encontram na chegada a Portugal, prende-se com o não reconhecimento dos diplomas da Ucrânia, o que fará com que a inserção seja restrita apenas no mercado secundário de trabalho.

²³ Ver Peixoto, João (2007): Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal, *Análise Social*, vol. XLII (183), 445-469.

CAPÍTULO II: RETRATOS SOCIAIS

Neste capítulo, serão abordados os retratos / representações sociais relativos aos imigrantes ucranianos em Portugal. Para uma melhor compreensão do objeto de estudo em causa, torna-se importante proceder à definição do conceito. Em primeiro lugar, a literatura salienta a multidisciplinaridade inerente a este conceito, tal como refere Martins (2005: 49) “[...] o conceito de Representações Sociais é hoje um quadro teórico de referência comum a uma série de ciências sociais, nomeadamente da antropologia, da sociologia, da psicologia, e conseqüentemente da psicologia social”.

Spink (1993) acrescenta que a temática das representações sociais é também inerente a outros campos de estudo, tais como a filosofia, a história e a psicologia cognitiva. No contexto da geografia, e especialmente no da geografia humana, tem-se assistido a um progressivo interesse neste campo de estudo, o que poderá significar a crescente realização de estudos académicos com recorrência a esta abordagem teórica.

2.1. Conceptualização das Representações Sociais

Partindo do conceito de representação social de Durkheim, do final do século XIX, Moscovici, no início dos anos 60 do século XX, pretendeu perceber qual o uso que o homem faz de uma teoria científica e de que forma constrói para si a realidade. Desta forma, Hewstone (1989), citado em Martins (2005: 50) refere que “Por representações sociais, nós designamos um conjunto de conceitos, de enunciados e de explicações que provêm da vida quotidiana. [...] Elas são o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e dos sistemas de crenças das sociedades tradicionais; poder-se-á mesmo considerar como a visão contemporânea do senso comum”. Martins (2005: 50) acrescenta ainda que “A representação social articula a dimensão colectiva do conhecimento com reinterpretção individual ou grupal desse mesmo conhecimento. É, acima de tudo, uma construção de um objecto [...] A representação do outro passa a constituir esse outro, formaliza uma realidade construída e orienta a interacção. Alimenta-se das teorias científicas, da cultura e da ideologia, das experiências e das comunicações quotidianas”.

Já na ótica de Jodelet (1990) citada por Martins (2005), está inerente o argumento de que o conhecimento que é feito elaborado socialmente e partilhado constitui as representações sociais. Estas últimas são dadas não só pelo sujeito e pelo sistema em

que o mesmo se encaixa, como também pelas interações existentes instituídas entre o sujeito e esse dado sistema social e pelo lugar que esse mesmo sujeito ocupa neste último. São, também, uma forma em que se compreende a realidade do dia-a-dia, no que respeita ao modo como se apreendem os acontecimentos, as informações e os sujeitos com quem se interage (Jodelet, 1990, citada em Martins, 2005). O conceito de representação social “estabelece a ligação entre processos simbólicos e condutas. É a partir das suas representações que o indivíduo apreende o ambiente que o rodeia, descodifica as mensagens e se situa face ao outro. É, por isso, também uma forma de manifestação da posição individual e grupal em relação a outrem” (Martins, 2005: 50-51).

Para Vala *et al.* (1993: 354), as representações sociais não são mais do que “Uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum ao conjunto social”. Além do já referido, na ótica destes autores, as representações sociais traduzem-se num todo de conceitos e explicações concebido no quotidiano. Nesta mesma obra, intitulada “Psicologia Social”, onde refletem não só, mas também acerca dos conceitos de outros autores, Vala *et al.* (1993: 354) acrescentam que “[...] as representações sociais alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações quotidianas”.

Doise é outros dos autores que estuda esta temática. Para Doise (1989), citado em Martins (2005: 51), as representações sociais são “princípios geradores de tomadas de posição que regulam as interações sociais e se elaboram através e nas relações de comunicação”. Ainda segundo este autor, a representação social encontra-se nas vertentes da atitude, informações e imagens, possuindo ainda o papel de colaborar para a criação de atitudes e comportamentos. De acordo com a literatura, subdivide-se, ainda, em dois processos distintos: a objetivação e a ancoragem, os quais serão abordados mais adiante neste capítulo. Conforme Simões (2007: 212), “Toda a representação social é representação de qualquer coisa (o objecto), por alguém (o sujeito). Não se traduz na reprodução do real nem do imaginário, mas do facto de as características do sujeito e do objecto influírem sobre o que é a realidade, envolvendo necessariamente um carácter significativo, de modo a significar sempre qualquer coisa para alguém”. Por sua vez, de acordo com Santiago (1993) (citado em Martins, 2005), as representações sociais modelam a realidade, reconstruindo-a em grupos mentais. Este primeiro autor

argumenta que as representações expressam-se em evidências e conjunto de evidências que pretendem tornar simples uma dada realidade. Por seu turno, e como refere no artigo que elaborou, Araujo (2008: 101) argumenta que estas são igualmente “formas de conhecimento socialmente construídas pelos integrantes dos grupos para explicar as relações estabelecidas entre eles, com outros grupos e com a natureza”.

Já Jodelet (1985), citada em Spink (1993: 300), indica que sendo “modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos (...) as representações são, essencialmente, fenómenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção”.

Entre as mais diversas conceptualizações, existe, ainda, uma que aponta que as representações sociais são interpretações do quotidiano, formas de conhecimento por parte quer de um dado sujeito, como também de grupos com o objetivo de estabelecer as respetivas opiniões acerca de situações e eventos, bem como de objetos e comunicações que lhes dizem respeito (Sêga, 2000). Sêga (2000: 129) argumenta ainda que “A representação é sempre a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém. [...] ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas”.

2.2. A objetivação e a ancoragem: dois processos inerentes à construção das representações sociais e formas de expressão destas

Tendo anteriormente conceptualizado as representações sociais, importa abordar brevemente os processos distintos que lhes estão/ são inerentes, sendo eles a objetivação e a ancoragem, como já referido. Na sua dissertação de mestrado, Martins (2005: 53) afirma que “As representações organizam-se em torno de um núcleo central que assegura as seguintes funções: função geradora, uma vez que é a partir do núcleo central que se criam e organizam as representações, [...] função organizadora, [...] que determina as ligações entre os elementos da representação, [...]”.

A ancoragem diz respeito à inserção do que é percebido como estranho num pensamento que já foi composto (Spink, 1993). Sêga (2000: 130) aborda a ancoragem no sentido em que a mesma corresponde ao “enraizamento social da representação e de seu objecto”. Por outro lado, este processo “[...] prende-se com o facto de qualquer tratamento de informação exigir pontos de referência. Um sujeito quando pensa num

objecto, fá-lo por referência a esquemas e experiências anteriormente estabelecidos” (Simões, 2007: 212). Vala (o.c.), (citado em Martins, 2005), argumenta ainda que este processo é visto como um sistema que permite quer classificar, quer explicar e avaliar pessoas e acontecimentos e, tal como também afirma Doise (1989), citada em Martins (2005: 54), a ancoragem respeita à “[...] incorporação do estranho numa rede de categorias familiares”. Por seu lado, Jodelet (1990), citada em Martins (2005), considera que a ancoragem tem como papel orientar comportamentos, bem como encaixar as representações no sistema social.

Relativamente à objetivação, esta é “uma operação formadora de imagens, o processo através do qual noções abstratas são transformadas em algo concreto, quase tangível” (Spink, 1993: 306). Na mesma linha de pensamento, a objetivação é definida como “[...] uma operação imaginante e estruturante que dá corpo aos esquemas conceituais, reabsorvendo o excesso de significações, [...]” (Mazzotti, 2008: 28). Este mesmo processo está ainda relacionado com o “[...] modo como se organizam os elementos constituintes da representação, e por outro lado, aos percursos através dos quais se materializam, tornando-se expressões sobre a realidade, vista como natural” (Simões, 2007: 212). Como refere Doise (o.c.), (citado em Martins, 2005), a objetivação concretiza o que é caracterizado como abstrato em concreto e, por seu turno, este processo possibilita perceber como no contexto do senso comum se dá a transformação de conceitos em realidades externas aos indivíduos (Vala, 1996, citado em Martins, 2005).

Segundo alguma literatura, existe a percepção de que as representações são como um todo de juízos. Estes juízos manifestam-se, por exemplo, por imagens e teorias que se constituem como orientação para um dado sujeito, relativamente à forma como interage com o outro e à forma como produz uma dada realidade (Neto o.c., citado em Martins, 2005). Citada em Martins (2005: 52-53), Jodelet (o.c.), uma das autoras que estuda esta temática, afirma que existem diversos modos pelos quais as representações sociais podem ser manifestadas: “as imagens que se constroem sobre uma determinada realidade e a que são atribuídas significações; os sistemas de referência que permitem aos indivíduos interpretar ou descodificar uma realidade que lhe é estranha; as categorias para classificar circunstâncias, fenómenos, indivíduos; as teorias que lhe permitem posicionar-se face a uma determinada realidade”. Um dos aspetos a que a literatura também faz referência, nomeadamente Jodelet (o.c.) (citada em Martins,

2005), prende-se com a diversidade de compreensão perante uma dada situação, bem como com a diversidade de condutas para um procedimento semelhante. Para Vala (1996), são as dissemelhanças sociais produzidas socioeconomicamente e ao nível da conduta (atitudes, valores) que fazem com que exista uma multiplicidade de representações relativas a igual objeto. Na mesma linha do anteriormente referido, Martins (2005) recorre a Abric (1989) para explicar que são produzidas representações distintas com significados igualmente diferenciados face a uma mesma situação, a um mesmo contexto. Como refere Martins (2005: 55), “A diversidade de identificações e contextos sociais em que se movimenta levam a que um indivíduo possa partilhar diferentes representações sobre uma mesma realidade. Pode, inclusivamente, adaptar-se a variadas situações e identificações, criando discursos e comportamentos adequados ao contexto [...] o comportamento social do indivíduo é profundamente influenciado pelas representações que elabora”.

2.3. Representações sociais acerca dos imigrantes

Na última década, a temática das representações sociais tem emergido em alguma literatura nacional, sobretudo com a elaboração de estudos cujo objetivo primordial consiste em dar a conhecer, ou até aprofundar, a realidade inerente às mais diversas comunidades imigrantes residentes no nosso país. No quadro de uma sociedade cada vez mais globalizada e diversificada tanto cultural como socialmente, onde se supõe a existência de um contexto de interação entre nativos e imigrantes e vice-versa, importa compreender que imagens, opiniões, representações são construídas. Neste ponto, serão apenas abordadas as representações dos nativos face aos imigrantes, com foco para a comunidade dos «Imigrantes de Leste» e, em particular, como objeto de estudo da dissertação, a comunidade ucraniana.

Em território nacional, e entre os nativos, existe a ideia geral de que os imigrantes que aqui trabalham não veem valorizado o seu papel económico no país de destino (Mendes, 2010). Além deste aspeto, existem mais alguns apontamentos que não poderão deixar de ser mencionados. O primeiro prende-se com o facto de “os estrangeiros serem por vezes acusados de todos os males, nomeadamente por parte de partidos e sectores sociais xenófobos, o que é mais evidente nos períodos de crise económica em que se difunde a ideia de que o estrangeiro é um concorrente direto do

autóctone” (Mendes, 2010: 114). Segundo esta autora, os imigrantes são, assim, também percecionados como uma ameaça, o que está relacionado não só com a atual crise económica, mas também com a conjuntura difícil existente no mercado de trabalho português. Já o segundo apontamento prende-se com a tendência de aos imigrantes serem associados frequentemente aspetos negativos, o que se irá traduzir numa imagem igualmente negativa na ótica dos cidadãos nativos. Na sua dissertação de doutoramento, Mendes (2010: 113) conclui que, face a diferentes comunidades imigrantes e não-lusas, existem atitudes distintas: “[...] paternalista face aos imigrantes negros, de benevolência (e de caridade) face aos que provêm da Europa de Leste e de repúdio manifesto (por vezes, de forma aberta e radical) relativamente aos ciganos”. Acrescentando, segundo a mesma (2010: 326), “[...] em torno dos principais grupos imigrantes com presença entre nós, se constroem imagens estereotipadas, redutoras e depreciativas”.

Interagir com o outro, aparentemente percecionado como diferente, pode ser uma experiência enriquecedora, na medida em que irá contribuir, por um lado, para desmitificar preconceitos e outra informação veiculada e filtrada não raras vezes pelos *media*, como também poderá ser o “motor” para a construção de uma sociedade mais diversa, mas também mais justa e igualitária nas oportunidades que tem para oferecer.

Em 2002, um estudo publicado pela Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas²⁴, realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa²⁵ e da autoria de Lages e Policarpo (2002), visava dar conhecer as opiniões e atitudes da população portuguesa acerca dos imigrantes (no geral, os legais e ilegais, e relativamente a três grupos em particular: os africanos, brasileiros e do Leste Europeu) que na altura residiam no país. Neste estudo, é referido que a maioria dos respondentes considerava que não deviam entrar mais imigrantes em território nacional, sendo os africanos o grupo menos aceite no país (74,4% da amostra referiu que discordava da sua vinda). Pelo contrário, e entre a minoria que concordava com a vinda de mais imigrantes, e sabendo também que existia uma diferença mínima relativamente à proveniência dos imigrantes, o grupo mais aceite eram os imigrantes brasileiros (28,3% referiu que concordava com a sua vinda). Este estudo pôde concluir ainda que mais de 90% dos inquiridos (mais concretamente, 97,2%) concordavam que os

²⁴ Referente ao Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, daqui em diante designado como ACIME.

²⁵ Referente ao Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, CESO-UCP.

imigrantes legais possam usufruir dos mesmos direitos que os autóctones. No que respeita à possibilidade de poderem trazer a sua família para Portugal, 93% considerou que os imigrantes legais devem poder fazê-lo. Relativamente à naturalização dos imigrantes, 84% dos inquiridos demonstrou concordância perante a facilitação deste processo. Tais resultados relativamente aos diversos indicadores demonstram uma atitude pró-integração por parte dos nativos. É ainda referido que, em relação aos imigrantes ilegais, aproximadamente 80% dos inquiridos considerou que lhes devia ser facilitada a legalização e, quando confrontados com a afirmação de que os imigrantes ilegais devem ser protegidos contra a exploração dos patrões, mais de 92% dos inquiridos concordou.

Já relativamente ao mercado de trabalho, e concretamente à hipótese de os imigrantes trabalharem mais do que os portugueses, os autores (2002) referem que “a maioria dos inquiridos respondeu negativamente”. No entanto, registam-se diferenças importantes entre os diferentes grupos de imigrantes. Enquanto para os vindos de Leste, uma grande percentagem de pessoas considerou que eles trabalham mais do que os portugueses (44,6%), essa percentagem diminuiu relativamente aos africanos (27,6%) e mais ainda relativamente aos brasileiros (15%), sendo estas percentagens possivelmente influenciadas por alguns estereótipos disseminados na sociedade portuguesa acerca destes grupos. Por seu turno, quando os inquiridos foram questionados acerca da hipótese de os imigrantes terem elevadas habilitações comparativamente aos trabalhos que efetuam, aproximadamente 68% demonstrou concordância relativamente aos imigrantes de Leste, para 16% em relação aos brasileiros e 12% para os africanos.

Por sua vez, o jornal O Público na edição de 16 de março de 2005, fez referência em notícia a um estudo realizado ao nível da União Europeia, intitulado “Atitudes das maiorias perante as minorias” e que teve como base dois inquéritos distintos²⁶. Foi possível concluir que metade dos europeus, especialmente os que possuem mais baixos graus de instrução e empregos precários, se opunham à entrada de mais estrangeiros, apesar de terem demonstrado aceitar conviver com outras etnias. Os responsáveis por este estudo concluíram ainda que existia abertura face a uma sociedade multicultural, pelo que também cada vez mais cidadãos europeus (2 em cada 3 pessoas) destacaram a necessidade de existir conformidade dos comportamentos dos migrantes relativamente

²⁶ Os inquéritos foram realizados pelo Eurobarómetro e, em média, a mil pessoas de cada um dos Estados-membros, no período compreendido entre 1997 e 2003. Relativamente ao Inquérito Social Europeu, fizeram-se entre 1500 a 2500 entrevistas na maior parte dos países, em 2002 e 2003.

às leis nacionais. Este estudo afirmou ainda que eram as pessoas mais jovens que manifestavam uma maior abertura relativamente à diversidade, verificando-se que os indivíduos que possuíam um maior contacto com os migrantes e as minorias, ou seja, as populações urbanas, eram mais defensores e abertos a uma sociedade multicultural do que quem vivia em áreas rurais. Note-se que alguns resultados podem revelar-se preocupantes, nomeadamente se se tiver em linha de conta que, por exemplo, 50% dos europeus inquiridos do estudo estavam contra a entrada de mais estrangeiros.

Tal poderá ser explicado pela possível permanência de ideologias preconceituosas e xenófobas entre uma parte significativa da população.

Em relação aos «imigrantes de leste», Mendes (2010) estuda qual a imagem deste grupo perante a sociedade maioritária. A autora afirma que a atitude destes aparenta ser avaliada de maneira negativa mas, ainda assim, e devido à sua presença ser aliada ao facto de estarem inseridos profissionalmente na sociedade de acolhimento, existe a imagem de que estes imigrantes respeitam os valores da nossa sociedade, do nosso país. Para a autora, em relação a estes imigrantes, há ainda a destacar aspetos como a facilidade de integração e a mobilidade geográfica, tal como se constata: “Em 2000 e 2001, os *media* faziam «eco» da posição dominante na opinião pública, realçando que os «imigrantes de Leste», aparentemente, têm uma maior facilidade de «integração» entre nós, pois aprendem com mais facilidade a língua portuguesa, têm uma maior mobilidade geográfica [...]” (Mendes, 2010: 115). Neto (2001), citado pela mesma autora (2010: 115) destaca ainda outras características, tais como “«despertam facilmente solidariedades informais», «não arranjam problemas», «são mais educados», «estão a animar as aldeias», «têm outra preparação», [...] «mais fácil lidar com eles”.

Apesar de as características salientadas anteriormente serem positivas, atualmente a opinião pública aparenta já não ser tão positiva, quando comparada com os anos da transição do século, podendo eventualmente ter despontado “alguns atritos entre os próprios nacionais dos países de Leste ou entre estes e a população nacional” (Mendes, 2010: 116). A este facto, segundo a mesma autora, acrescenta-se a criação de mitos relacionados com os «imigrantes de Leste», que os ligam às máfias e à criminalidade violenta e organizada, tráfico de mão-de-obra, de uma forma geral, e à prostituição e atividade de alterne, no que à imigração feminina diz respeito. Os imigrantes entrevistados por Mendes (2010) frisam que as notícias veiculadas pelos *media*, de uma forma genérica, também os associam ao tipo de fenómenos negativos anteriormente

apontado. Outro dos aspetos a que a autora faz referência é que, ao existir criminalidade, os protagonistas são geralmente assumidos como provenientes da Europa de Leste e, desta forma, quando existem referências noticiosas a estes imigrantes, os meios de comunicação social associam-nos frequentemente aos atores dos crimes. Complementando a ideia anterior, Mendes (2010: 328) argumenta que “[...] Para a comunicação social e seus profissionais, a verdadeira nacionalidade do agressor é algo de irrelevante. A partir do momento em que o indivíduo é identificado como originário de uma região da Europa ainda pouco conhecida entre nós, é natural que se depreenda de forma errónea que o indivíduo só poderá ser ucraniano, até porque os ucranianos são o grupo estrangeiro provindo desta parte da Europa mais numeroso em contexto nacional”. Ou seja, a ideia subjacente é de que, pelo indivíduo ser proveniente desta região em particular, associa-se a que seja ucraniano, visto que os ucranianos são a maior comunidade imigrante em território nacional, proveniente desta região da Europa.

2.4. Os imigrantes vistos pela sociedade de acolhimento

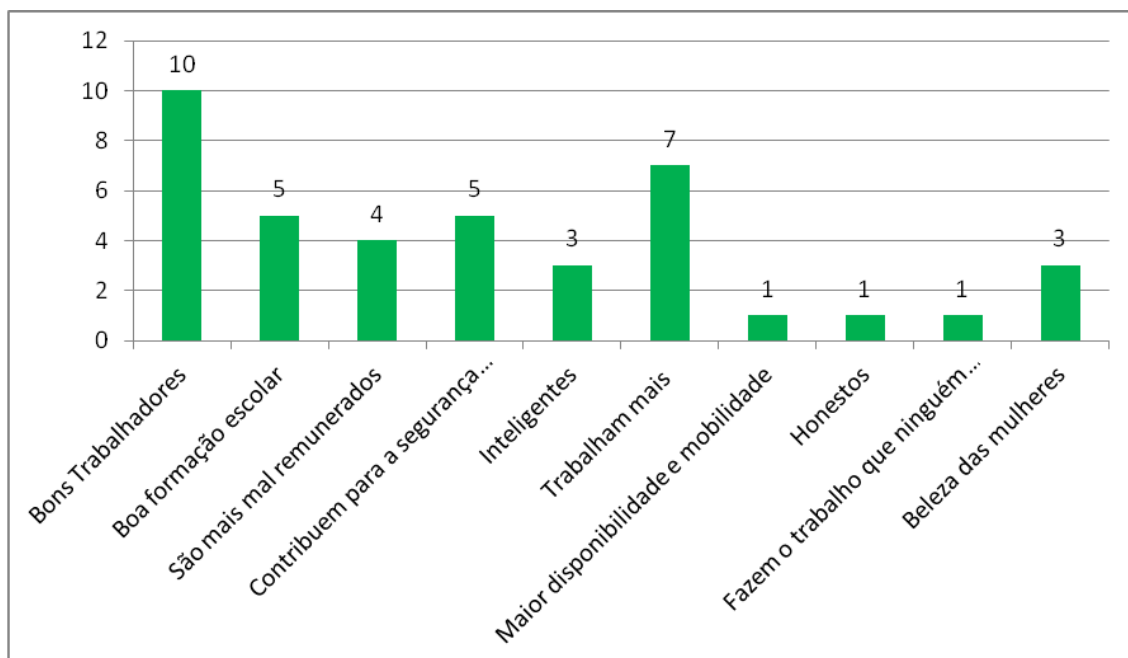
De seguida, serão apresentados e discutidos resultados de diversos estudos elaborados, que os autores obtiveram quer a partir de trabalho de campo, quer da análise de alguma imprensa. Estes estudos visaram a exploração do conhecimento acerca das representações sociais, nomeadamente de aspetos subjacentes e que permitem explicar estas últimas.

Na sua dissertação, Mendes (2010) questionou os membros da sociedade de acolhimento, relativamente às qualidades mais apreciadas nos imigrantes ucranianos, as quais são demonstradas anteriormente na Figura 2.1. Como se pode constatar, as qualidades que a sociedade de acolhimento destacou mais nestes imigrantes são o facto de serem bons trabalhadores, trabalharem mais, terem uma boa formação escolar e contribuírem para a segurança social e para as finanças, com 10, 7, 5 e 5 respostas, respetivamente, num total de 45 respostas (a pergunta admitia resposta múltipla).

Por outro lado, as qualidades menos referidas pela maioria foram a maior disponibilidade e mobilidade, o serem honestos e fazerem o trabalho que ninguém quer, todas com somente 1 resposta. Mendes (2010) destaca que, apesar da invisibilidade positiva que é particularidade destes imigrantes, primeiramente é possível identificar uma avaliação de carácter positivo dos “imigrantes de Leste” – veiculado pelos meios de

comunicação social – mas essa imagem positiva tem-se alterado em virtude da ligação destes imigrantes a grupos que praticam atos de criminalidade organizada e violenta.

Figura 2.1. Qualidades mais apreciadas pela sociedade de acolhimento, 2010 (N.º)



Fonte: Mendes (2010) (Elaboração própria).

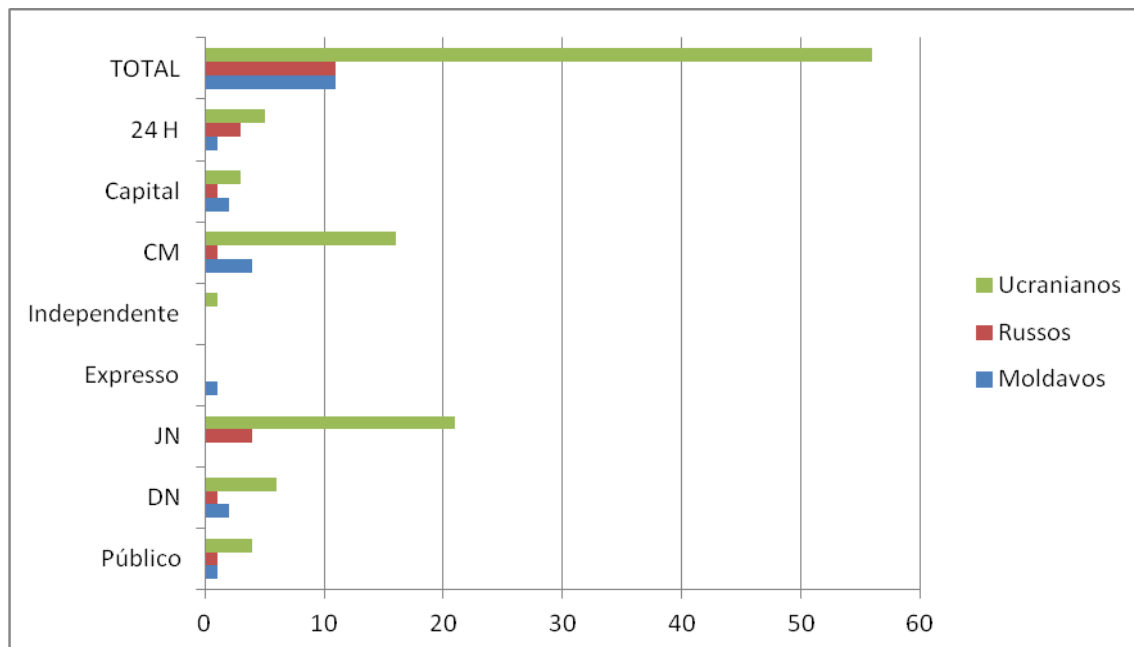
Ao longo dos últimos dez anos, foram elaborados vários estudos que tinham como objetivo descrever e compreender as imagens das comunidades imigrantes e minorias étnicas perante os *media* nacionais, nomeadamente, através da análise da imprensa e da televisão. Esses diversos estudos serão abordados agora, no que concerne à análise da imprensa.

Um dos estudos pioneiros sobre esta temática é o de Ferin *et al.* (2004). Como se constata a partir da Figura 2.2., e segundo esse estudo (2004), das comunidades provenientes do Leste Europeu, a que possuiu o maior número de referências na imprensa no ano de 2004 foi a comunidade ucraniana, com sete dos oito títulos da imprensa (exceção feita ao jornal Expresso) que foram incluídos no âmbito deste estudo. Existiu um maior número de referências às comunidades ucraniana e russa no JN (21 e 4 peças, respetivamente) e à comunidade moldava no Correio da Manhã²⁷ (com 4 peças). No total, há ainda a destacar que a comunidade ucraniana foi referida em

²⁷ Referente ao Correio da Manhã, daqui em diante designado como CM.

56 das 78 peças respeitantes a ucranianos, russos e moldavos, incluídas no estudo destes autores.

Figura 2.2. N.º de peças da imprensa relativas a ucranianos, russos e moldavos, 2004 (N.º)



Fonte: Ferin *et al.* (2004)

No que concerne aos temas mais abordados nestas publicações, Ferin *et al.* (2004) constataram que existiam quatro temas que dominaram os títulos de imprensa escrita analisados neste âmbito: a clandestinidade, o trabalho, o crime e a integração. A distribuição destes temas pela imprensa nacional pode ser observada a partir do Quadro 2.1.

Quadro 2.1. Temas mais focados na imprensa nacional (% e N.º)

Jornal	Temas
O Público	Clandestinidade: 14,9%, 49 peças
Diário de Notícias ²⁸	Trabalho: 20,2%, 41 peças
Jornal de Notícias ²⁹	Crime; Trabalho: cada tema com 16,6%, 58 peças
Expresso	Trabalho; Integração: cada tema com 16,4%, 9 peças
O Independente	Crime: 22,2%, 4 peças

²⁸ Referente ao Diário de Notícias, daqui em diante designado como DN.

²⁹ Referente ao Jornal de Notícias, daqui em diante designado como JN.

Correio da Manhã	Crime: 31,1%, 94 peças
A Capital	Trabalho: 16,8%, 31 peças
24 Horas	Crime: 20,8%, 20 peças

Fonte: Ferin *et al.* (2004).

Já no que diz respeito às situações de trabalho mais abordadas pela imprensa, Ferin *et al.* (2004) apontaram a existência de sete situações: desemprego, obras públicas, construção civil, profissões não qualificadas, serviços, jogadores e outros. A distribuição das situações de trabalho pela imprensa nacional pode ser observada a partir do Quadro 2.2.

Quadro 2.2. Situações de trabalho mais focadas na imprensa nacional (% e N.º)

	Jornal								Total
	Público	DN	JN	Expresso	Independente	CM	Capital	24 H	
Desemprego	11	14	18	3	0	11	7	6	70
	13,6%	25,9%	14,5%	15,8%	0,0%	14,9%	15,6%	16,2%	16,0%
Obras Públicas	1	0	2	0	0	0	0	0	3
	1,2%	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
Construção civil	3	5	13	1	0	3	1	3	29
	3,7%	9,3%	10,5%	5,3%	0,0%	4,1%	2,2%	8,1%	6,6%
Profissões não qualificadas	37	20	61	6	2	45	20	19	210
	45,7%	37,0%	49,2%	31,6%	66,7%	60,8%	44,4%	51,4%	48,1%
Profissões qualificadas	6	4	8	2	0	4	5	0	29
	7,4%	7,4%	6,5%	10,5%	0,0%	5,4%	11,1%	0,0%	6,6%
Serviços	7	4	11	2	0	3	5	1	33
	8,6%	7,4%	8,9%	10,5%	0,0%	4,1%	11,1%	2,7%	7,6%
Jogadores	5	3	6	4	0	6	2	7	33
	6,2%	5,6%	4,8%	21,1%	0,0%	8,1%	4,4%	18,9%	7,6%
Outros	11	4	5	1	1	2	5	1	30
	13,6%	7,4%	4,0%	5,3%	33,3%	2,7%	11,1%	2,7%	6,9%
Total	81	54	124	19	3	74	45	37	437

Fonte: Ferin *et al.* (2004).

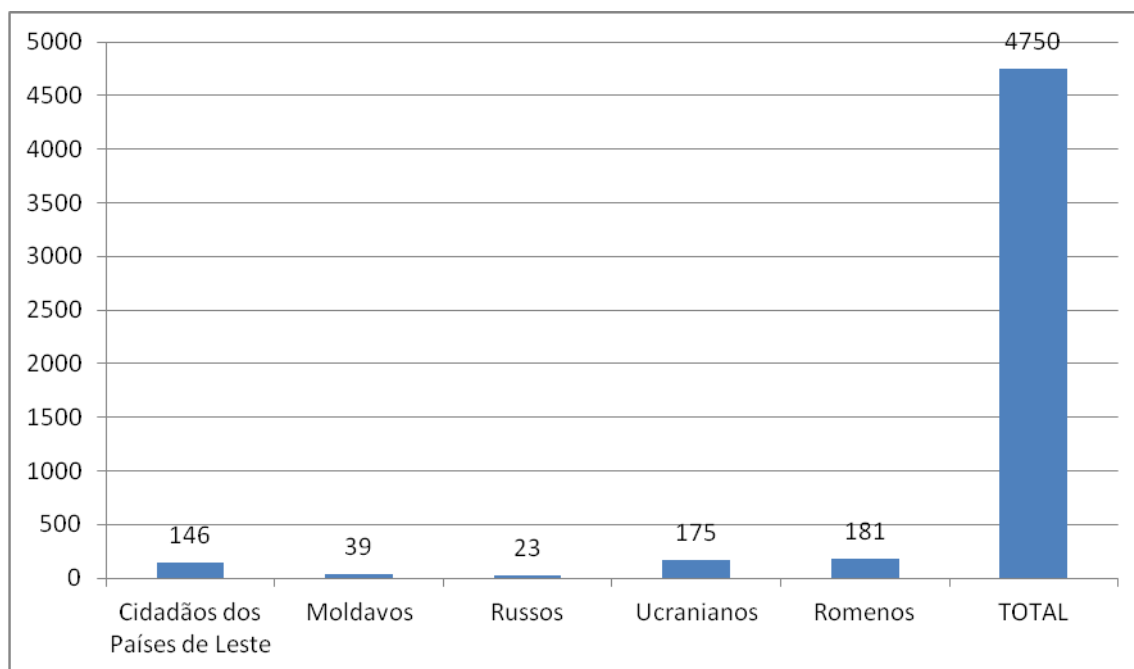
Outro dos aspetos estudados por Ferin *et al.* (2004) prendeu-se com o género que foi abordado nas peças noticiosas. Apesar do predomínio de peças relacionadas com o sexo masculino, o sexo feminino foi referido num total de 210 peças (210 num total de 570), 44 delas no jornal O Público, 53 peças no JN, 11 peças no Expresso e 3 peças

no jornal O Independente. Em relação ao sexo masculino, num total de 216 peças enumeradas, 28 foram referidas no DN, 66 no Correio da Manhã, 29 no 24 Horas.

Ferin *et al.* (2008) realizaram o mesmo estudo sobre imigração e minorias étnicas, mas agora relativamente aos anos de 2005 e 2006. Farmhouse (2008), citada em Ferin *et al.* (2008: 11) afirmou e explicou a principal razão pela qual este estudo foi elaborado, referindo que “o ACIDI, através do seu Observatório de Imigração, considerou fundamental desenvolver regularmente e de forma sistemática estudos acerca da informação que é veiculada pelos *media* em Portugal acerca da imigração e minorias étnicas.

A Figura 2.3. demonstra a frequência das peças de imprensa por nacionalidades (em N.º), para os dois anos deste estudo. Para um total de 4750 respostas (100%), foram encontradas 181 peças relativas a romenos (3,8% do total), 175 referentes a ucranianos (3,7%), 146 a cidadãos dos países de Leste (3,1%), 39 a moldavos (0,8%), e por último, 23 a russos (0,5%). O conjunto destes grupos representou 564 peças num total de 4750, o que equivaleu a 11,9% do total das nacionalidades.

Figura 2.3. Frequência de peças da imprensa relativas a ucranianos, russos e moldavos em relação ao total de peças publicadas em 2005 e 2006 (N.º)



Fonte: Ferin *et al.* (2008) (Elaboração própria; Adaptação).

Por seu turno, quando a variável analisada foi o crime, segundo Ferin *et al.* (2008), a minoria mais referida na imprensa, em 2005 e 2006, foram os brasileiros, com

243 referências (22,9% do total de referências), sendo que a categoria “várias” possuiu 165 referências (14,5% do total). A comunidade ucraniana teve 90 registros (7,9%) e as restantes comunidades provenientes do Leste da Europa como os moldavos, russos e romenos tiveram 15 (1,3%), 9 (0,8%) e 137 (12%) das referências, respetivamente. Constatou-se assim que, de entre as comunidades do Leste Europeu, e de acordo com os dados da imprensa, a comunidade romena foi a que teve uma maior ligação à temática crime.

Nesta obra, as autoras também elaboraram uma recolha, que tinha como objectivo perceber não só a frequência dos temas nas peças de imprensa analisadas, bem como o peso de cada tema do total da amostra, para o período entre 2005 e 2006 (Quadro 2.3.). Constatou-se que existiram três temas que dominaram largamente o número de referências no total da amostra. Foram eles: clandestinidade, crime e integração/direitos, com 9,1%; 15,6% e 6,9%, respetivamente, perfazendo, assim, um total de 31,6%.

Contudo, outros temas são referidos, tais como Legislação (6,0%), Acidentes/incidentes (5,6%), Trabalho (4,6%) e Prostituição (4,5%). Sendo o Crime o tema mais referido nas peças de imprensa no âmbito de estudo, Ferin *et al.* (2008) fazem ainda uma distinção, contrariamente ao que tinham elaborado no estudo de 2004. Como referem Ferin *et al.* (2008), foi acrescentada a autoria dos crimes pois, no estudo de 2004, os autores concluíram que muitos imigrantes eram vítimas de crimes e, mesmo nesse cenário, as peças de imprensa eram inseridas nesta variável.

Quadro 2.3. Frequência (N.º e %) dos temas nas peças analisadas e peso de cada tema no total da amostra (2005 e 2006)

Temas	Frequência	% no total do tema	Temas	Frequência	% no total do tema
Crime	1139	15,6	Legalização	161	2,2
Clandestinidade	668	9,1	Estudos sobre imigração	161	2,2
Integração/direitos	501	6,9	Exploração	155	2,1
Legislação	440	6	Violência	139	1,9
Acidentes/incidentes	407	5,6	Economia	132	1,8
Discriminação	345	4,7	Expulsão	110	1,5
Trabalho	336	4,6	Educação	108	1,5
Prostituição	326	4,5	Saúde	75	1

Agenda	264	3,6	SEF	66	0,9
Estatística	258	3,5	Cultura	47	0,6
Segurança	257	3,5	Sem-abrigo	30	0,4
Outro	247	3,4	Religião	29	0,4
Habitação	233	3,2	Família	25	0,3
Condições sociais	196	2,9	Terrorismo	11	0,2
Máfia	189	2,6	Reagrupamento	9	0,1
Naturalização	165	2,3	Desemprego	7	0,1
			TOTAL	7306	100,0

Fonte: Ferin *et al.* (2008) (Elaboração própria).

Como demonstra o Quadro 2.4. que representa a frequência dos imigrantes como autores ou vítimas nas peças identificadas com o tema Crime, e relativamente ao ano de 2005, mais de 2/3 (70%) das peças identificadas com o crime, mencionaram os imigrantes como autores, sendo que apenas aproximadamente 18% apontou que os mesmos são tanto autores como vítimas desses crimes, e somente 11,1% (47 peças) referiu os imigrantes como vítimas. Por seu turno, em 2006 e comparativamente ao ano anterior, constatou-se um aumento do número de peças em que os imigrantes apareceram como autores de crimes (mais 37 peças que em 2005, o correspondente a 339). Ainda assim, e apesar de o número de peças em que os imigrantes foram apontados como autores e vítimas ter decrescido face a 2005, o número de peças jornalísticas que identificaram os imigrantes como vítimas de crimes, aumentou mais do dobro (101 peças em 2006 comparativamente a 47 peças em 2005).

Quadro 2.4. Imigrantes como autores ou vítimas nas peças identificadas com o tema Crime, 2005 e 2006 (N.º e %)

Situação	2005	2006	Total
Autor	302 (71,1%)	339 (69,0%)	641 (70,0%)
Vítima	47 (11,1%)	101 (20,6%)	148 (16,2%)
Ambos	76 (17,9%)	51 (10,4%)	127 (13,9%)
Total	425 (100,0%)	491 (100,0%)	916 (100,0%)

Fonte: Ferin *et al.* (2008) (Elaboração própria).

Ferin *et al.* (2008) fazem ainda a comparação dos resultados obtidos no biénio 2005-2006 com os de anos transatos. Segundo os autores (2008), para o este período verificou-se uma descida na percentagem de peças que continham o tema crime.

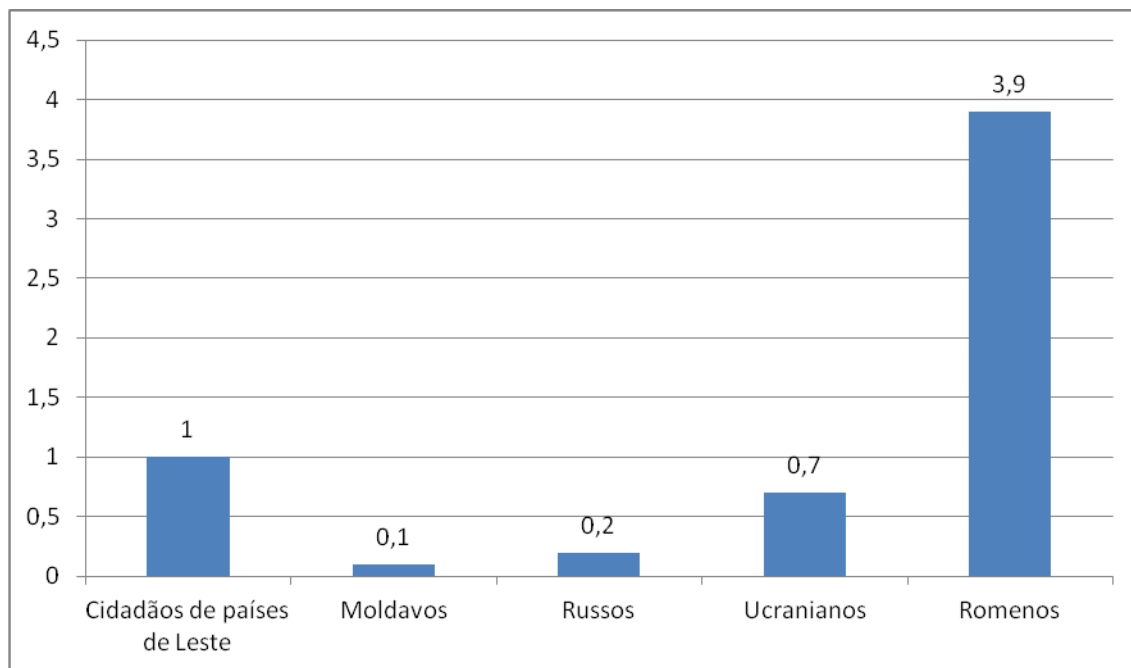
No que diz respeito à clandestinidade (o segundo tema mais presente em 2005 e 2006, e que consta em 9,1% das peças), observou-se uma descida, já que nos outros anos (2003 e 2004) se verificaram, valores mais baixos. A integração/direitos constitui o terceiro tema mais significativo em 2005 e 2006, com 6,9% do total de peças.

Já no que concerne à ocupação dos imigrantes/minorias referidas na imprensa para 2005 e 2006, Ferin *et al.* (2008) fazem alusão à existência de oito categorias: desemprego, construção civil, profissões não qualificadas, profissões qualificadas, serviços, jogadores, prostituição e várias. Em relação à categoria prostituição, esta foi a categoria com maior número de referências na imprensa (49,1% do total). De seguida, encontraram-se as referências à categoria profissões não qualificadas (19,7% no conjunto), seguidamente pela categoria serviços (9,2% no total de referências), categoria várias (6,3% do total de peças), categoria respeitante a profissões qualificadas (6,1% do total de peças), categoria construção civil (com 4,1% de peças), categoria desemprego (com um total de 2,9% das peças), e por último, categoria jogadores (apenas 2,6% no total da imprensa).

Relativamente ao género dos protagonistas referidos na imprensa (2005-2006), constatou-se que 38,9% das referências eram relativas ao sexo masculino, seguido de referências a ambos os sexos (33,2%) e ao sexo feminino, com 28%. Por outro lado, no que concerne ao grupo etário dos protagonistas (2005-2006), constatou-se uma preponderância na referência a adultos (73%), seguida pela referência a ambos os sexos (misto), com 20,4%, de 13-19 anos com 4,5%, e por fim, até 12 anos, com 2,1% das peças (Ferin *et al.*, 2008).

Outro dos aspetos que Ferin *et al.* (2008) procuraram estudar dizia respeito à presença de vozes relativas a cidadãos de países de Leste - moldavos, russos, ucranianos e romenos nas peças de imprensa -, para 2005 e 2006. Para o biénio 2005-2006 (Figura 2.4.), num total de 735 peças, as vozes dos romenos corresponderam a 130 peças (3,9% do total), seguidas pelas dos “cidadãos dos países de Leste”, mencionadas em 33 peças (1,0%), dos ucranianos (com 23 peças, 0,7% do total), dos russos com 0,2 (5 peças) e por fim, dos moldavos, apenas com 3 peças (0,1% do total).

Figura 2.4. Presença de vozes relativas a cidadãos de países de Leste, moldavos, russos, ucranianos e romenos nas peças de imprensa, 2005 e 2006 (N.º)



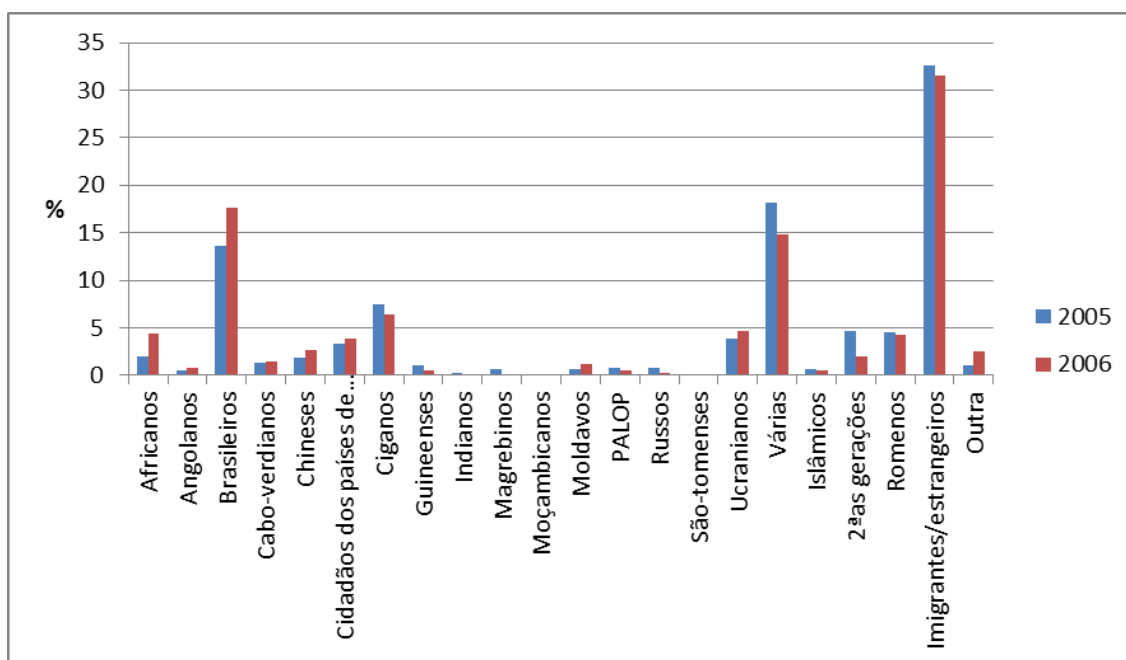
Fonte: Ferin *et al.* (2008) (Elaboração própria; Adaptação).

Os autores estudaram igualmente a distribuição das referências às minorias/nacionalidades, para 2005 e 2006. A Figura 2.5. representa a distribuição das referências às minorias/nacionalidades na imprensa, para os anos de 2005 e 2006, em percentagem. Relativamente ao ano de 2005 e segundo este estudo de Ferin *et al.* (2008), concluiu-se que a maior percentagem de referências na imprensa diz respeito à categoria Imigrantes/estrangeiros (com 32,6%), à categoria várias, com 18,1% e aos brasileiros, com 13,6%. Os moldavos possuíam 0,7% das referências, os russos 0,8%, os romenos 4,5% e, sendo o caso de estudo desta dissertação, há que fazer referência aos ucranianos, dado que esta comunidade possuía a percentagem mais elevada de entre as comunidades do Leste. Tal também poderá ser explicado pelo facto de, no contexto das comunidades do Leste Europeu, já ser a comunidade mais numerosa em território nacional.

Já em relação ao ano de 2006, constatou-se que não existiram grandes alterações relativamente às comunidades que no ano anterior (2005) já eram mais referenciadas na imprensa escrita. Tanto a categoria imigrantes/estrangeiros como a categoria várias e brasileiros foram as mais referidas, embora se tenha assistido a um decréscimo nas duas primeiras referências. A primeira passou de 32,6% em 2005 para 31,6% em 2006 e a segunda, de 18,1% em 2005 para 14,8% em 2006, sendo que, nesse período temporal

(2005-2006), apenas a comunidade brasileira assistiu a um aumento de 4% no número de referências, de 13,6% em 2005 para 17,6% em 2006.

Figura 2.5. Distribuição das referências às minorias/nacionalidades por ano, 2005-2006 (%)



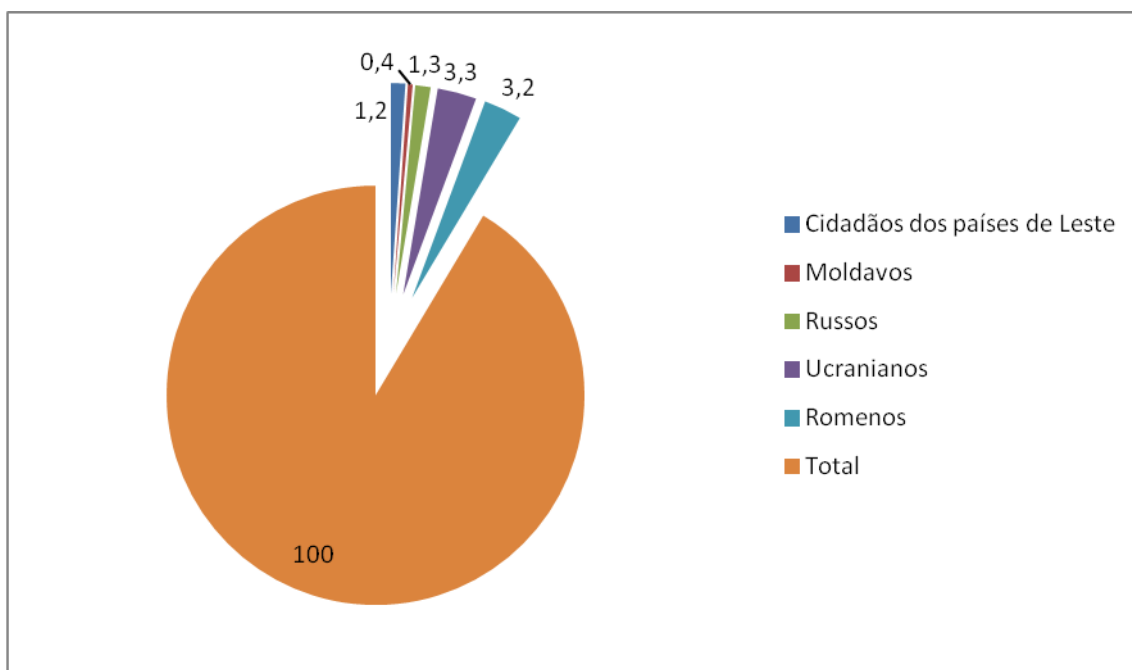
Fonte: Ferin *et al.* (2008) (Elaboração própria).

Os autores, à semelhança dos anos de 2004 e do biénio 2005-2006, realizaram o mesmo estudo para o ano de 2007. A Figura 2.6 demonstra a proporção de notícias dos imigrantes oriundos do Leste Europeu, em que estes últimos foram protagonistas de peças de imprensa (N.º).

De acordo com o estudo de 2007 realizado por Ferin *et al.* (2008), e como se observa pela Figura 2.6., num total de 2624 peças (correspondentes a 100%), os ucranianos foram os protagonistas mais mencionados, com um total de 85 peças, o que perfaz um total de 3,3%. De seguida, a comunidade romena foi referida em 82 peças (3,2% do total), seguida da comunidade russa (34 peças, 1,3% do total), da categoria cidadãos dos países de Leste (31 peças, 1,2% do total) e, por fim, a comunidade moldava, com apenas 11 referências, o que corresponde a 0,4% do total de peças analisadas neste estudo. Complementado, e em jeito de conclusão, Ferin *et al.* (2008: 18-19) apontaram a preponderância destas comunidades no seu todo, referindo que “O peso dos cidadãos de Leste aumenta se somarmos as comunidades romena, russa,

moldava e de pessoas identificadas como sendo oriundas de países de Leste, perfazendo assim 9,2%”.

Figura 2.6. Frequência de notícias relativas a cidadãos de países de Leste, moldavos, russos, ucranianos e romenos como protagonistas de peças, 2007 (%)



Fonte: Ferin *et al.* (2008) (Elaboração própria; Adaptação).

À semelhança do realizado para o estudo relativo ao biênio 2005-2006 (já referido anteriormente neste capítulo), no contexto do estudo de 2007, os autores (2008) também analisaram qual a ocupação laboral dos imigrantes protagonistas das peças de imprensa. Como foi constatado no estudo relativo a estes dois anos (2005-2006), Ferin *et al* (2008) concluíram que para o ano de 2007, o tema prostituição, com 230 peças, (46,7% do total) continuou a ser o tema mencionado com maior frequência na imprensa escrita, quando a ocupação laboral dos imigrantes era abordada. De seguida, encontrava-se a referência às profissões não qualificadas, com 119 peças (24,2% do total) e às profissões qualificadas com 49 peças (10% do total). As restantes categorias respeitantes à ocupação laboral dos imigrantes, tais como várias (7,7%), jogadores (6,7%), serviços (4,3%) e desemprego (0,4%) perfaziam um total de 19,1%. Estes factos, nomeadamente o de o tema prostituição ter sido o mencionado com maior frequência, pode indiciar a manutenção de ideias estereotipadas e preconceituosas por parte dos *media*, que serão de certa forma propagadas no seio de uma determinada faixa

da população, e que contribuirão, de facto, para a manutenção de determinados preconceitos. Embora tendencialmente os imigrantes se insiram em profissões não qualificadas, o que constitui assim uma realidade existente no nosso país, de certa forma, parece existir a desvalorização de indicadores positivos associados aos imigrantes.

Para o ano de 2007, foram identificados os temas mais mencionados na imprensa (em N.º). Como o Quadro 2.5. atesta, existem dois temas, à semelhança do estudo feito para o biénio 2005-2006, que dominaram o número de referências no total de peças analisadas por Ferin *et al.* (2008). Foram eles: crime e clandestinidade, com 590 e 592 peças, respetivamente, constituindo assim, 1182 peças num total de 4240 (27,8%). Ainda assim, é de realçar que diversos temas foram também bastante mencionados na imprensa, a título de exemplo, os temas sobre legislação com 325 peças (7,6%), discriminação com 317 peças (7,5%), integração/direitos com 223 peças (5,3%) e máfia com 218 peças (5,1%). Em sentido inverso, destacou-se a existência de temas que pouco foram abordados na imprensa e que, como tal, não tiveram grande expressão no que aos temas mais identificados nas peças dizia respeito, como são os casos dos temas violência (36 peças), família (35 peças), religião (22 peças), sem-abrigo (17 peças) e reagrupamento, com apenas 2 peças no total.

Quadro 2.5. Temas mais identificados nas peças (N.º) (2007)

Temas	Frequência	%
Clandestinidade	592	14,0
Crime	590	13,9
Legislação	325	7,7
Discriminação	317	7,5
Integração / direitos	223	5,3
Máfia	218	5,1
Trabalho	147	3,5
Segurança	146	3,4
Exploração	140	3,3
Acidentes / incidentes	136	3,2
Outro	127	3,0
Condições sociais	126	3,0

Temas	Frequência	%
Estudos sobre imigração	83	2,0
Expulsão	75	1,8
Agenda	69	1,6
Economia	66	1,6
Naturalização	63	1,5
Cultura	56	1,3
Saúde	54	1,3
Educação	51	1,2
Terrorismo	41	1,0
Violência	36	0,8
Família	35	0,8
Desemprego	26	0,6

Estatística	123	2,9	Religião	22	0,5
Prostituição	122	2,9	Sem-abrigo	17	0,4
Legalização	104	2,5	SEF	14	0,3
Habitação	94	2,2	Reagrupamento	2	0,0
				4240	100,0

Fonte: Ferin *et al.* (2008) (Elaboração própria; Adaptação).

À semelhança dos estudos de anos anteriores, para o ano de 2007, Ferin *et al* (2008) abordaram igualmente a perspetiva da imprensa em relação aos imigrantes quando o tema identificado era o crime. Neste sentido, constatou-se que os imigrantes foram identificados em aproximadamente 60% das situações como sendo autores de crimes (310 peças), aproximadamente, 25% como vítimas (137 peças) e em 104 peças como autores e vítimas (categoria ambos, com aproximadamente 19%). Face aos resultados do estudo correspondente ao biénio 2005-2006, foi possível concluir que houve um decréscimo no número de peças nas três categorias (a que identificou os imigrantes como autor, vítima e como autor e vítima dos crimes), ainda que o número de peças que identificavam os imigrantes como autores de crimes tenha registado um decréscimo muito acentuado (de 641 peças em 2005-2006 para 310 em 2007) quando comparado com a categoria vítima (de 148 peças em 2005-2006 para 137 em 2007) e com a categoria ambos (127 peças em 2005-2006 e 104 em 2007).

2.5. Atitudes dos portugueses face à imigração

Relativamente às atitudes dos portugueses face à imigração, Lages *et al* (2006) são outros dos autores que abordaram a temática da imigração, nomeadamente a imagem dos imigrantes perante a população autóctone. No estudo que estes autores elaboraram, intitulado “Os Imigrantes e a População Portuguesa – Imagens Recíprocas”, foi possível concluir que apesar de os portugueses, de forma geral, terem opinado que o número de imigrantes em Portugal devia reduzir-se, defenderam de forma mais acentuada a redução de imigrantes africanos (55%) do que de outras comunidades (asiáticos, 54%; brasileiros, 52%; imigrantes provenientes de países ocidentais, 47%).

No caso dos imigrantes provenientes da Europa de Leste, essa percentagem foi um pouco superior a 50% (53%). Por outro lado, outro dos aspetos que deve ser destacado é o facto de apenas uma parte residual (6%) dos inquiridos portugueses ter considerado que o número de imigrantes existentes no país deveria crescer. Da amostra,

um pouco mais de metade considerou que o número devia diminuir (53%) e os 47% remanescentes consideraram que o número de imigrantes em Portugal devia manter-se ou até mesmo aumentar. Em termos sociodemográficos, os grupos que tendencialmente se opuseram mais à imigração foram as mulheres (57% e 47% dos homens), os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos³⁰, as domésticas (61%), os desempregados e aposentados (ambos com 57%), os trabalhadores não-especializados (55%), os quadros médios e os trabalhadores especializados (ambos com 54%)³¹.

Neste estudo de Lages *et al.* (2006), os autores chegaram ainda a outras conclusões, destacando-se as relacionadas com o contacto interpessoal. Os autores puderam concluir que, quando comparadas com as pessoas que nunca experienciaram uma situação de emigração e no que respeita à chegada de mais imigrantes, existia uma atitude mais favorável por parte das pessoas que no passado já emigraram. Tal é explicado com “[...] uma maior compreensão da dificuldade de relacionamento e integração social e económica por que se passa em situação de imigração, [...]” (Lages *et al.*, 2006: 215). Complementando esta última ideia, quanto maior for o convívio entre autóctones e imigrantes, maior é a aceitação em relação à manutenção no número de imigrantes residentes.

A Figura 2.7. (Concordância dos portugueses face aos direitos dos imigrantes legais, em %) tem como objetivo perceber as atitudes demonstradas pelos portugueses inquiridos, em percentagem de concordância, quando estes últimos eram entrevistados acerca dos direitos dos imigrantes legais. O item em que mais inquiridos demonstraram concordância estava relacionado com a possibilidade de os imigrantes poderem trazer a sua família para Portugal, tendo alcançado aproximadamente 90% (87,2%) de concordância em toda a amostra.

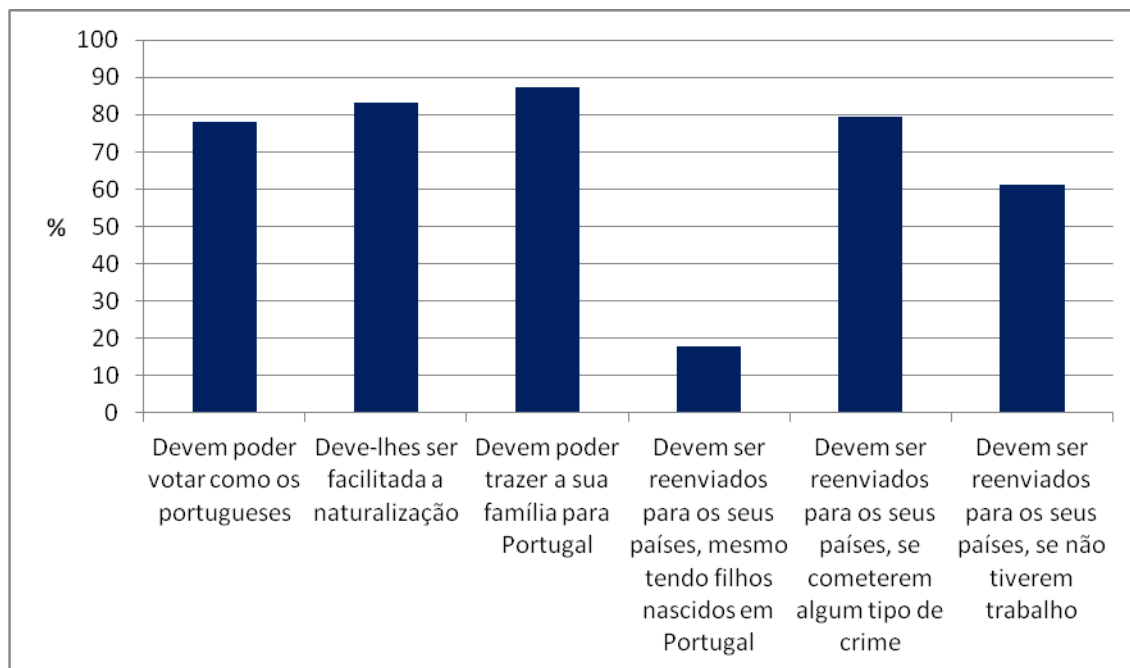
Seguidamente, concluiu-se que 83,2% concordou com a facilitação do processo de naturalização, seguindo-se o item “devem ser reenviados para os seus países, se cometerem algum tipo de crime”, com 79,5%, de “devem poder votar como os portugueses”, com 77,9% de concordância, de “devem ser reenviados para os seus países, se não tiverem trabalho” (61,3%), e por último, o item em que mais inquiridos

³⁰ No sentido inverso, Lages *et al.* (2006) constata que os grupos etários que menos se opõem à imigração são o de 35-44 anos, 18-24 anos e 55-64 anos.

³¹ Por seu turno, os que menos se opõem são à imigração são os profissionais superiores (34%), os estudantes (45%) e os trabalhadores dos serviços, com 48% (Lages *et al.*, 2006). Os autores referem ainda que são os indivíduos que socialmente estão inseridos nas profissões com um estatuto social mais baixo, os que demonstram maior oposição à imigração. Há ainda a referir que, de uma forma geral, quanto menor o rendimento dos indivíduos, maior é a oposição por parte destes últimos à imigração.

demonstraram discordância (82,2%), “devem ser reenviados para os seus países, mesmo tendo filhos nascidos em Portugal”, tendo somente 17,8% dos inquiridos demonstrado concordância.

Figura 2.7. Concordância dos portugueses face aos direitos dos imigrantes legais (%)



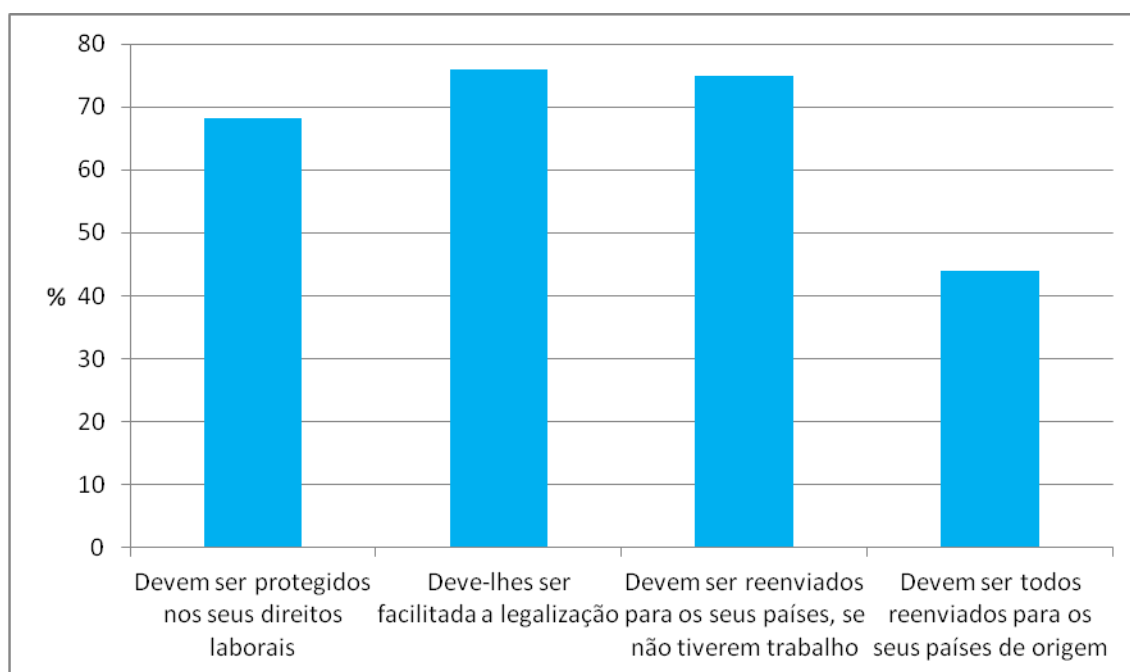
Fonte: Lages *et al.* (2006) (Elaboração própria; Adaptação).

No estudo de 2006 que Lages *et al.* (2006: 222) elaboraram, observou-se que “No que refere aos direitos dos imigrantes legais, [...] nota-se que são os indivíduos mais instruídos e com rendimentos mais elevados que mais concordam com a atribuição de direitos aos imigrantes legais. [...] Ao que parece, o facto de ter tido uma experiência de emigração não influencia a concordância com este tipo de atitudes. No entanto, os inquiridos que têm algum familiar emigrante defendem mais este tipo de direitos do que aqueles que não o têm”. Foi, ainda, possível concluir que, quanto mais elevado for o número de interações com imigrantes e mais elevada a qualidade da interação pessoal, mais os inquiridos tendem a demonstrar concordância relativamente à atribuição deste tipo de direitos.

Se a figura anterior mostra as atitudes demonstradas pelos portugueses, em percentagem de concordância sobre os direitos dos imigrantes legais, a Figura 2.8. retrata as atitudes dos portugueses face aos direitos dos imigrantes, mas desta vez ilegais, em percentagem de concordância. Sendo que se o tópico de abordagem se centrava nos imigrantes ilegais, o item em que mais portugueses concordaram estava

relacionado com a facilitação da legalização (76%). Posteriormente, 75% concordou com os imigrantes serem reenviados para os seus países, se não tiverem trabalho, 68,2% com devem ser protegidos nos seus direitos laborais, e por último, aproximadamente 44% (43,9%) dos inquiridos concordaram que os imigrantes devem ser todos reenviados para os seus países de origem (56,1% discordou). Particularmente em relação à repatriação, Lages *et al.* (2006: 223) referiram ainda que “De facto, são os indivíduos menos instruídos, com menores rendimentos, com crença religiosa e preferencialmente do sexo feminino aqueles que mais defendem a repatriação de imigrantes nas condições definidas. São também aqueles que revelam menos contacto com imigrantes que defendem a sua repatriação”.

Figura 2.8. Concordância dos portugueses face aos direitos dos imigrantes ilegais (%)

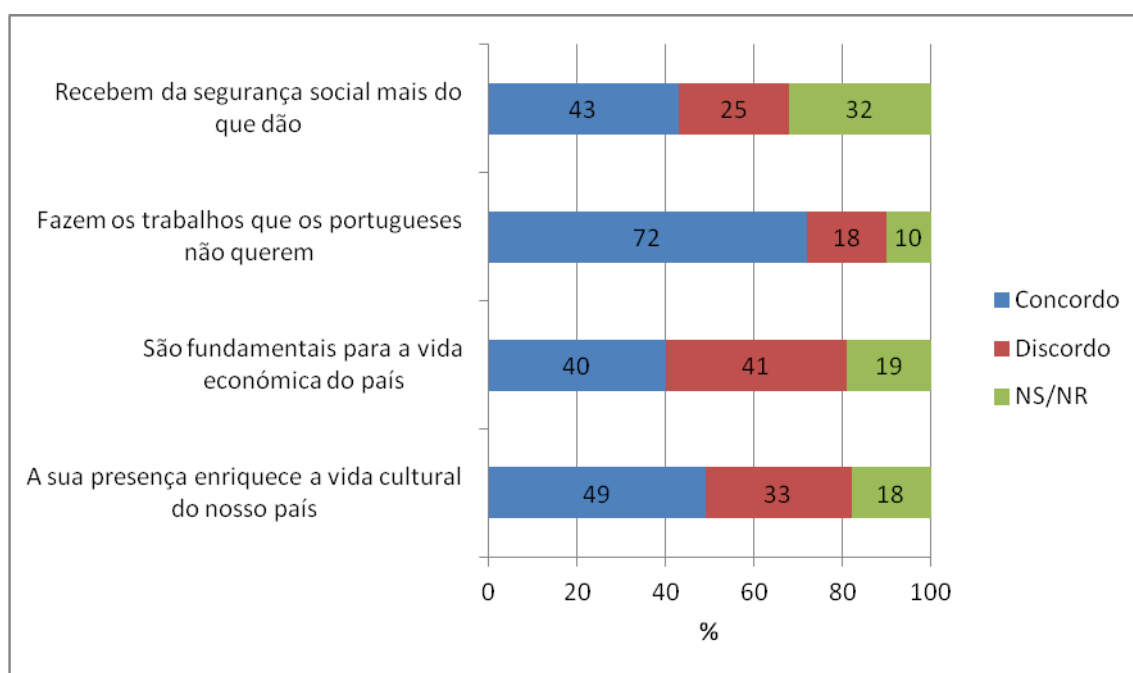


Fonte: Lages *et al.* (2006) (Elaboração própria; Adaptação).

Partindo deste estudo e em jeito de apontamento final, os autores concluíram que “Em resumo, o perfil sociográfico dos portugueses que mais tendem a concordar com os direitos dos imigrantes, legais ou ilegais, assim como a rejeitar a sua repatriação em determinadas condições, remete para indivíduos mais instruídos, com melhores níveis de rendimento, sem identificação religiosa e que têm maior contacto com imigrantes” (Lages *et al.*, 2006: 225).

A valorização da imigração por parte da população portuguesa foi outro dos tópicos de estudo abordados. Para 2002, e como a Figura 2.9. pode confirmar, constatou-se que o item em que maior percentagem da amostra concordou dizia respeito aos imigrantes fazerem os trabalhos que os portugueses não querem, em que aproximadamente $\frac{3}{4}$ da amostra (72%) respondeu em concordância. Por outro lado, o item em que maior percentagem da amostra discordou esteve relacionado com o facto de os imigrantes serem fundamentais para a vida económica do país, em que 41% não reconheceu a importância dos imigrantes residentes para a economia do país. Quando se perguntou aos inquiridos se a sua presença enriquece a vida cultural do nosso país, aproximadamente metade da amostra (49%) reconheceu-a, tendo concordando com tal afirmação. Por último, no que ao item recebem da segurança social mais do que dão dizia respeito, 43% dos inquiridos demonstrou concordância.

Figura 2.9. Valorização da Imigração (%), por parte dos portugueses (2002)

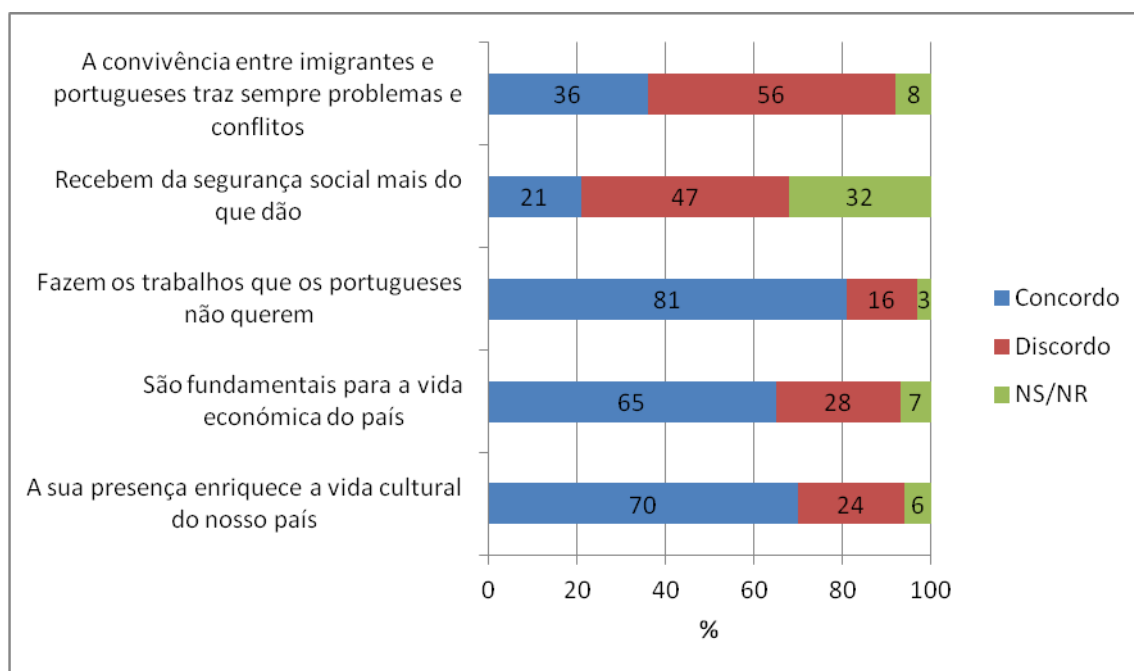


Fonte: Lages *et al.* (2006) (Elaboração própria; Adaptação).

A valorização da imigração (em %) por parte da população portuguesa inquirida em relação a diversos itens, mas para o ano de 2004 também foi abordada (Figura 2.10). Para este ano, concluiu-se que a maior percentagem da amostra concordou dizia respeito ao item relacionado com a execução de trabalhos que os portugueses não querem, em que a larga maioria da amostra (81%) concordou. Por outro lado, o item em que maior percentagem da amostra discordou prendeu-se com a convivência entre imigrantes e

portugueses trazer sempre problemas e conflitos (acrescentado no estudo de 2004), em que 56% da amostra discordou. Quando se pergunta aos inquiridos se os imigrantes são fundamentais para a vida económica do país, a maioria (65%) já apontou que os imigrantes residentes são importantes para a economia do país. Em relação ao item se a sua presença enriquece a vida cultural do nosso país, mais de 2/3 da amostra (70%) considerou que sim, tendo concordado, o que constituiu um reconhecimento da importância da presença destes imigrantes por parte dos nacionais. Já quando os inquiridos foram questionados acerca de se os imigrantes recebem da segurança social mais do que dão, apenas 21% concordou, resultados que servem para desmistificar a ideia, muitas vezes existente entre os nativos, de que os imigrantes vivem a partir da atribuição de subsídios desta entidade.

Figura 2.10. Valorização da Imigração, por parte dos portugueses, 2004 (%)



Fonte: Lages *et al.* (2006) (Elaboração própria; Adaptação).

Para além das análises já realizadas quer para 2002 quer para 2004, e por forma a perceber se existem diferenças, fez-se a comparação entre os dois anos, para os valores referentes à valorização da imigração, por parte dos portugueses. Como se verifica através do Quadro 2.6., o único item analisado para apenas um dos anos (2004) estava relacionado com a convivência entre imigrantes e portugueses trazer sempre problemas e conflitos, do qual discordaram 56% dos portugueses. As tendências maioritárias de resposta evidenciadas em 2002 mantiveram-se e cresceram em 2004:

1 – se, em 2002, 25% dos portugueses discordou em relação aos imigrantes receberem da segurança social mais do que dão, em 2004 esse valor cresceu até aos 47%;

2 – se, em 2002, 72% concordou relativamente aos imigrantes efetuarem os trabalhos que os portugueses não querem, em 2004 esse valor foi superior e chegou até aos 81%;

3 – se, já em 2002, 40% dos portugueses assinalava que os imigrantes eram fundamentais para a vida económica do país, ao concordar com o item, em 2004 esse valor foi reforçado (65%);

4 - em 2002, 49% concordou relativamente à importância da sua presença para o enriquecimento da vida cultural do país. Já para 2004, esse valor superiorizou 2/3 da amostra, chegando aos 70% dos inquiridos.

Quadro 2.6. Comparação da valorização da imigração (%), por parte dos portugueses (2002 e 2004)

Afirmações	Opinião	2002 (%)	2004 (%)
A convivência entre imigrantes e portugueses traz sempre problemas e conflitos	Concordo	-----	36,0
	Discordo	-----	56,0
	NS/NR	-----	8,0
Recebem da segurança social mais do que dão	Concordo	43,0	21,0
	Discordo	25,0	47,0
	NS/NR	32,0	32,0
Fazem os trabalhos que os portugueses não querem	Concordo	72,0	81,0
	Discordo	18,0	16,0
	NS/NR	10,0	3,0
São fundamentais para a vida económica do país	Concordo	40,0	65,0
	Discordo	41,0	28,0
	NS/NR	19,0	7,0
A sua presença enriquece a vida cultural do nosso país	Concordo	49,0	70,0
	Discordo	33,0	24,0
	NS/NR	18,0	6,0

Fonte: Dados extraídos de Lages *et al.* (2006) (Elaboração própria).

Para além do anteriormente analisado, através deste estudo, Lages *et al.* (2006) puderam concluir que a imigração é percebida como um fenómeno positivo no seio da nossa sociedade. Foi também perceptível o facto de não existirem disparidades relevantes no que respeita ao género dos inquiridos e, por outro lado, de a faixa etária correspondente às pessoas com 45 anos ser menos favorável à imigração quando comparada com a faixa etária anterior. Os autores (2006: 228) referem que “Homens e mulheres valorizam igualmente a imigração. Tal como na resistência à imigração,

também para com esta variável a idade não garante uma interpretação linear. É, porém, possível afirmar que a faixa etária entre os 35 e os 44 anos é claramente mais favorável à imigração do que as pessoas com mais de 45 anos”. Este estudo permitiu concluir ainda, que quanto mais elevado era o grau de instrução dos inquiridos, maior era a valorização dada à imigração como fenómeno, na medida em que “As pessoas que exercem profissões superiores, os quadros médios, os trabalhadores dos serviços e os estudantes valorizam mais a imigração do que os restantes grupos profissionais/ocupacionais” (2006: 230). Por outro lado, quando existiu um maior interação íntima com imigrantes, a imigração era mais valorizada e os inquiridos que mais valorizaram a imigração eram simultaneamente os que menos defenderam uma diminuição no número de imigrantes, em situação ilegal, defenderam também um maior número de direitos e aceitaram menos frequentemente a repatriação. É, ainda, de referir que um pouco mais de metade da amostra de população portuguesa inquirida concordou com um decréscimo no número de imigrantes residentes em território nacional, incluindo a expulsão de uma parte que já estava no país (Lages *et al.*, 2006).

Estes resultados acabam por demonstrar que, de uma forma geral, existe abertura à imigração e valorização da mesma. Tanto a abertura à imigração como a sua valorização dependem, como visto anteriormente, da idade, do grau de instrução e das profissões que os inquiridos exerciam e do contacto que estes últimos estabeleciam com os imigrantes. Ainda assim, e por outro lado, os resultados deste estudo não deixam de ser um pouco preocupantes, devido, essencialmente, ao facto de uma parte substancial dos inquiridos ter demonstrado estar a favor da diminuição do número de imigrantes residentes e até da expulsão de uma parte destes. Para estes resultados mais negativos se alterarem em estudos que venham futuramente a ser realizados, seria essencial, a título de exemplo, consciencializar a população ou uma parte da mesma da importância dos imigrantes para o país, quer a nível demográfico, como também nas vertentes social, económica e até cultural. É, e será, necessário desmistificar preconceitos e estigmas acerca do “outro” que é percecionado como diferente da sociedade maioritária, porém ao fazê-lo, está a caminhar-se no sentido de uma sociedade mais igualitária, mais justa, onde todos possam usufruir dos mesmos deveres e direitos, inerentes à condição humana, independentemente do género, raça, cor e nacionalidade.

No ano de 2003, o Observatório da Comunicação³² realizou para o então ACIME, atual Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural³³, e com apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia³⁴, um estudo acerca das representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa, realizado por Cádima *et al.* (2003). O estudo da OBERCOM realizado por Cádima *et al.* abrangeu (2003: 28), “[...] cerca de 4000 notícias, entre jornais e revistas de distribuição nacional e regional, [...] entre o período de 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Março de 2002. [...] que coincidiu com [...] a entrada de um grande contingente de imigrantes de Leste”. A realização deste estudo permitiu a Cádima *et al.* (2003) tirar diversas conclusões, as quais são abordadas a partir deste momento. Neste âmbito, e em relação à generalidade das notícias analisadas sobre imigração e minorias étnicas, os autores concluíram existir uma concentração no 1º e 3º trimestres de 2001 (fevereiro e agosto, respetivamente), superior a 20% (22%), e no 1º trimestre de 2002 (fevereiro).

Sendo a comunidade ucraniana o foco de estudo da presente dissertação, e também parte integrante do grupo heterogéneo designado como “imigrantes da Europa de Leste”, importa referir que, no âmbito deste estudo de Cádima *et al.* (2003), foi o grupo com mais protagonistas citados na imprensa (em cerca de 30% das notícias), mais do que qualquer outra comunidade/categoria, tendo que a categoria imigrantes 28% das respostas, ciganos 12,5%, imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa³⁵ 12% e, por fim, imigrantes provenientes do continente americano (a grande maioria, imigrantes brasileiros), apenas 5%. Esta tendência manteve-se na imprensa nacional, sendo que na imprensa de distribuição regional destacaram-se os indivíduos de etnia cigana, com aproximadamente 19% das referências (18,5%).

Outros aspetos abordados por Cádima *et al.* (2003) neste estudo, e que assumem especial relevância no âmbito desta dissertação, são os temas que, a um nível geral e na imprensa, foram e são ligados aos imigrantes e minorias étnicas. Constatou-se que a estes últimos, de uma forma genérica, era associada uma diversidade de temáticas, tais como delitos cometidos (12,2%), acolhimento (8,5%), convivência e exploração e máfias, ambos com valores aproximadamente de 6%, e luta contra as máfias, exploração

³² Referente ao Observatório da Comunicação, daqui em diante designado como OBERCOM.

³³ Referente ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, daqui em diante designado como ACIDI.

³⁴ Referente à Fundação para a Ciência e Tecnologia, daqui em diante designada como FCT.

³⁵ Referente aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, daqui em diante designados como PALOP.

e tráfico ilegal, com 5,1% das referências. Sendo esta diversidade de temáticas semelhante à existente na imprensa nacional, nos periódicos de distribuição regional, o tema mais mencionado na imprensa é o do acolhimento (13,4%), seguido pelo ensino de cursos de português (8,3%), delitos (7,3%), convivência e exploração e máfias (estas duas com 6,6%), e por fim, o tema cultura dos imigrantes e minorias étnicas, com menos 0,2% que o item anterior (6,4%).

O Quadro 2.7. diz respeito aos temas relativos aos imigrantes e minorias étnicas, e que mereceram uma maior abordagem por parte da imprensa escrita. Desta forma, e quando os conteúdos das notícias eram relacionados com a imigração irregular, as comunidades focadas foram os imigrantes na sua generalidade, os imigrantes de Leste, os imigrantes africanos, bem como os imigrantes árabes e magrebinos.

Relativamente ao processo de legalização, como também às dificuldades inerentes a este processo, foram maioritariamente mencionados os imigrantes na generalidade, bem como os imigrantes de leste, os africanos e os imigrantes do continente americano.

Quando as temáticas abordadas estavam relacionadas com delitos, destacou-se a referência aos imigrantes de leste, à comunidade cigana, aos imigrantes africanos e aos imigrantes do continente americano. Quando a temática referida foi a exploração e máfias, segundo Cádima *et al.* (2003) foram mencionados os imigrantes de Leste, os imigrantes a um nível geral, os imigrantes oriundos do continente americano, bem como os imigrantes africanos, como é possível observar pelo Quadro 2.7.

Quadro 2.7. Temas mais abordados e associados aos imigrantes e minorias étnicas, na imprensa

Tema	Imigrantes e minorias étnicas
Imigração regular	Imigrantes; imigrantes de leste; imigrantes do continente americano; imigrantes africanos
Processo de legalização	Imigrantes; imigrantes de leste; imigrantes africanos; imigrantes do continente americano
Imigração irregular	Imigrantes; imigrantes de leste; imigrantes africanos; imigrantes árabes e magrebinos
Dificuldades no processo de legalização	Imigrantes; imigrantes de leste; imigrantes africanos; imigrantes do continente americano
Exploração e máfias	Imigrantes de leste; imigrantes; imigrantes do continente americano; imigrantes africanos

Delitos	Imigrantes de leste; ciganos; imigrantes africanos; imigrantes do continente americano
Racismo e Xenofobia	Imigrantes africanos; imigrantes; ciganos
Dificuldades de convivência	Ciganos; imigrantes de leste; imigrantes africanos; imigrantes
Acidentes de trabalho	Imigrantes de leste; imigrantes africanos; imigrantes do continente americano
Habitação, realojamento e más condições de vida	Imigrantes de leste; imigrantes; imigrantes africanos; ciganos

Fonte: Cádima *et al.* (2003) (Elaboração própria; Adaptação).

Os avanços e dificuldades na integração dos imigrantes foi outro dos aspetos abordados. No período temporal a que este estudo diz respeito, - de janeiro de 2001 a março de 2002 -, verificou-se a existência de duas realidades distintas. Relativamente à imprensa em geral, a maior parte das notícias analisadas (43,2%) focava a temática avanços na integração, sendo que, por outro lado, aproximadamente 41% teve como foco de atenção e abordagem, a temática relacionada com as dificuldades de integração dos imigrantes. Por seu turno, e no que concerne à imprensa nacional, verificou-se precisamente o contrário do que se pôde concluir para a imprensa em geral. No contexto da imprensa nacional, existiu uma diferença de 7% entre as duas temáticas, sendo que a temática dificuldades foi mencionada maioritariamente (45% das notícias analisadas) face à temática avanços, referida em 38%. Importa ainda salientar que estes estudos têm 10 anos e que as opiniões das pessoas podem ter mudado.

Como já referido anteriormente, as comunidades imigrantes provenientes da Europa de Leste foram, durante o período de realização deste estudo, as mais mencionadas na imprensa, o que se deveu ao facto de, nessa altura³⁶, o panorama migratório português se ter alterado e, regra geral, ter coincidido com o período de maior fluxo de entrada destes imigrantes no nosso país. Cádima *et al.* (2003: 52) reforçam este argumento ao afirmar que “[...] o número de autorizações de residência concedidos àquela comunidade era, no final de 2001, de 66.700”.

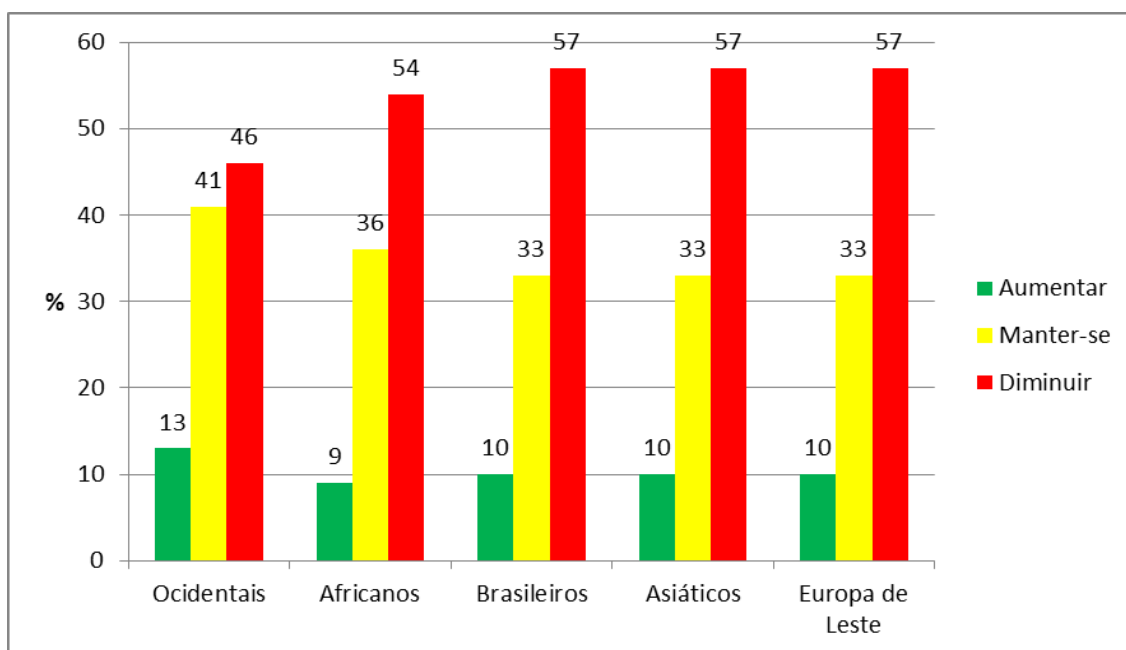
No estudo realizado por António e Policarpo (2011), estes procuraram compreender quais as atitudes face à imigração e aos imigrantes em Portugal. Sendo Portugal um país recetor das mais diversas comunidades imigrantes (dos PALOP,

³⁶ Entre janeiro de 2001 a março de 2002.

Brasil, países do Leste da Europa, Ásia, e de países ocidentais – da União Europeia, Estados Unidos e Canadá), importa perceber qual a oposição dos autóctones a todas estas comunidades. Segundo António e Policarpo (2011: 41), “[...] a generalidade dos portugueses tende a ser favorável à diminuição do número de imigrantes no país”.

Como demonstra a Figura 2.11. (Oposição à Imigração, por Origem Geográfica dos Imigrantes, em %, e para 2010), em primeiro lugar, há uma conclusão que deve ser tirada: é transversal a todas as comunidades a ideia de que a maior parte dos portugueses inquiridos era a favor da diminuição do número dos respetivos imigrantes. Ainda assim, foi entre a comunidade de imigrantes ocidentais que a percentagem de portugueses inquiridos a favor da diminuição foi mais baixa (46% a favor da diminuição, 41% a favor do número ser mantido, 13% a favor de um aumento no número). Em relação ao número de imigrantes africanos, 54% concordou com a sua diminuição. Já para brasileiros, asiáticos e imigrantes da Europa de Leste, os resultados foram iguais. Para mais de metade dos portugueses (57%), o número de imigrantes destas três comunidades deveria diminuir, como é observável pela Figura 2.11. Ao ser patente a tendência de que a maioria dos portugueses inquiridos era favorável à diminuição do número de imigrantes residentes no país, importa perceber quais as razões que podem explicar tal tendência. Na sua obra, António e Policarpo (2011) tentam identificar as razões de tais comportamentos por parte dos autóctones.

Figura 2.11. Oposição à Imigração, por Origem Geográfica dos Imigrantes (%) (2010)



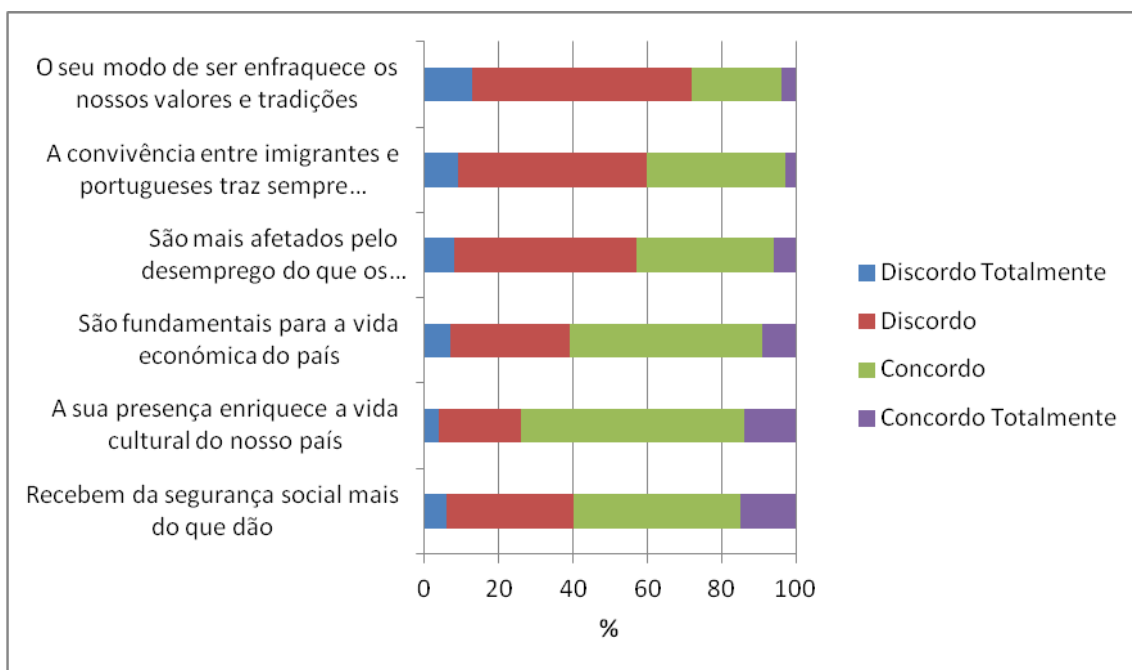
Fonte: António e Policarpo (2011) (Elaboração própria).

No estudo que elaboraram, António e Policarpo (2011) criaram um índice, que varia de 1 a 5 e em que a valores mais elevados correspondia uma maior oposição à imigração (posição mais favorável para a diminuição do número de imigrantes). Assim, em relação à oposição à imigração por grupo etário, constatou-se que, entre os seis grupos etários analisados neste estudo, são os três grupos de idades mais avançadas (45-54 anos, 55-64 e 65 ou mais) os que demonstram uma maior oposição à imigração, com 3,66; 3,72 e 3,65, respetivamente.

No âmbito deste estudo, concluiu-se ainda que os inquiridos com um menor nível de escolaridade (até ao 9º ano) expressaram uma maior oposição à imigração (3,66) em comparação com os inquiridos que possuíam o ensino secundário (3,63) e o ensino superior (3,39). Por outro lado, “A situação económica é várias vezes referida como uma das variáveis causadoras de atitudes favoráveis à diminuição da imigração [...] as pessoas com situação económica mais frágil tenderiam a ser contrárias ao aumento da imigração pois perceberiam esse factor como uma ameaça ao seu emprego e aos seus rendimentos” (António e Policarpo, 2011: 44). Os autores (2011: 44-45) tiraram mesmo outras conclusões: “quanto pior a situação económica percebida, maior a oposição à imigração [...] quanto mais satisfeitos com a vida, menor a oposição à imigração”.

Outra das conclusões inerentes a esta investigação é que, entre as pessoas que não contactavam com imigrantes, tenderia a haver uma oposição mais elevada à vinda de mais imigrantes para o nosso país, comparativamente aos indivíduos que realizavam esse contacto (António e Policarpo, 2011). Tal como Lages *et al.* (2006), António e Policarpo (2011) também estudaram de que forma os inquiridos portugueses valorizavam a imigração, ou seja, de forma concreta, quais as atitudes dos cidadãos nacionais relativamente ao impacto dos imigrantes na vida da sociedade portuguesa (Figura 2.12.).

Figura 2.12. Atitudes acerca do impacto dos imigrantes na vida do país (%)



Fonte: António e Policarpo (2011) (Elaboração própria).

A Figura 2.12. diz respeito às atitudes, por parte dos nacionais, acerca do impacto dos imigrantes na vida do país. No estudo que António e Policarpo (2011) desenvolveram foi possível observar que a maioria dos nacionais (74%) discordou quando questionados sobre se o modo de vida dos imigrantes enfraquecia os nossos valores e tradições, tal como mais de metade da amostra (60%) discordou ou discordou totalmente quando confrontados com a afirmação “a convivência entre imigrantes e autóctones traz sempre problemas e conflitos”. Em relação à importância dos imigrantes para o país, 61% concordou que estes são fundamentais para a vida económica de Portugal. Os valores de concordância ou concordância total foram ainda mais elevados, quando os inquiridos foram questionados sobre se a sua presença enriquece a vida cultural do país, tendo estes valores chegado aos 74%. Por um lado, é importante salientar que 60% dos portugueses considerou que os imigrantes recebem da segurança social mais do que o dão (40% discordou ou discordou totalmente relativamente a esta afirmação). Verificou-se ainda que apenas 43% dos nacionais concordou ou concordou totalmente, quando questionados sobre se o desemprego afeta mais os imigrantes do que os nativos.

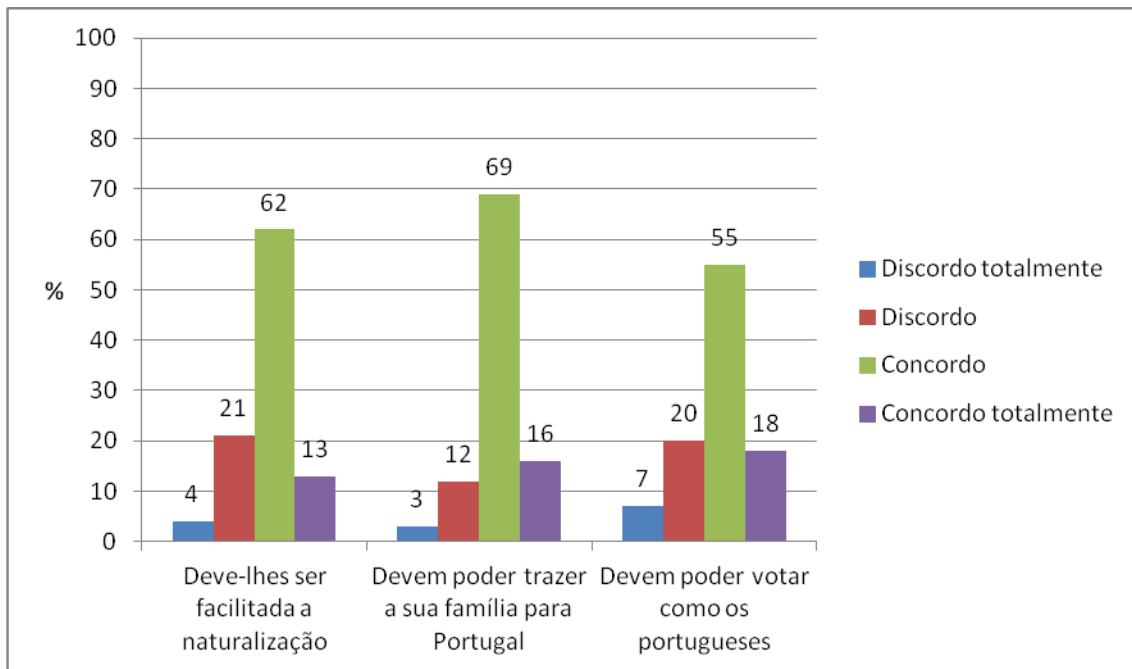
A ambivalência de opiniões dos autóctones sobre os imigrantes não é uma questão nova nesta matéria, tendo sido inclusivamente detetada em outros estudos. Um

desses exemplos foi o estudo “Ambivalent rejudice toward refugees: the role of social contact and ethnic origin”, realizado por Matsuo *et al.*, (2010), em que o caso de estudo foi a cidade de St. Louis, estado do Missouri, nos Estados Unidos, e o foco foram os refugiados. Referindo dois exemplos, este estudo permitiu concluir que os inquiridos acreditavam que todos devem ter a mesma oportunidade de prosperar na sociedade mas que, por outro lado, esses mesmos inquiridos também acreditavam que a prosperidade resulta de trabalho árduo e da realização individual. Através deste estudo também foi possível verificar que as atitudes relativamente aos imigrantes asiáticos e europeus tornaram-se mais positivas ao longo do tempo, o mesmo não tendo acontecido com as atitudes em relação, por exemplo, aos imigrantes africanos (mantiveram-se) e aos imigrantes do Médio Oriente (tendo-se mantido ou, até, tornado mais negativas).

Voltando ao estudo desenvolvido por António e Policarpo (2011), quando questionados sobre se os imigrantes eram mais afetados pelo desemprego em comparação com os trabalhadores nativos, 57% dos portugueses discordou com esta afirmação.

Esta ambivalência – já referida anteriormente – foi também manifestada, segundo António e Policarpo (2011), pelas respostas dos portugueses face aos direitos dos imigrantes (Figura 2.13.). Relativamente à percentagem de concordância e discordância dos portugueses face aos direitos dos imigrantes documentados, e em relação à naturalização, 75% considerou que esta última deveria ser facilitada e 85 % demonstrou concordância sobre a possibilidade de trazerem a respetiva família para Portugal. Por último, quando questionados acerca da hipótese de os imigrantes terem direito ao voto como os autóctones, 73% esteve de acordo.

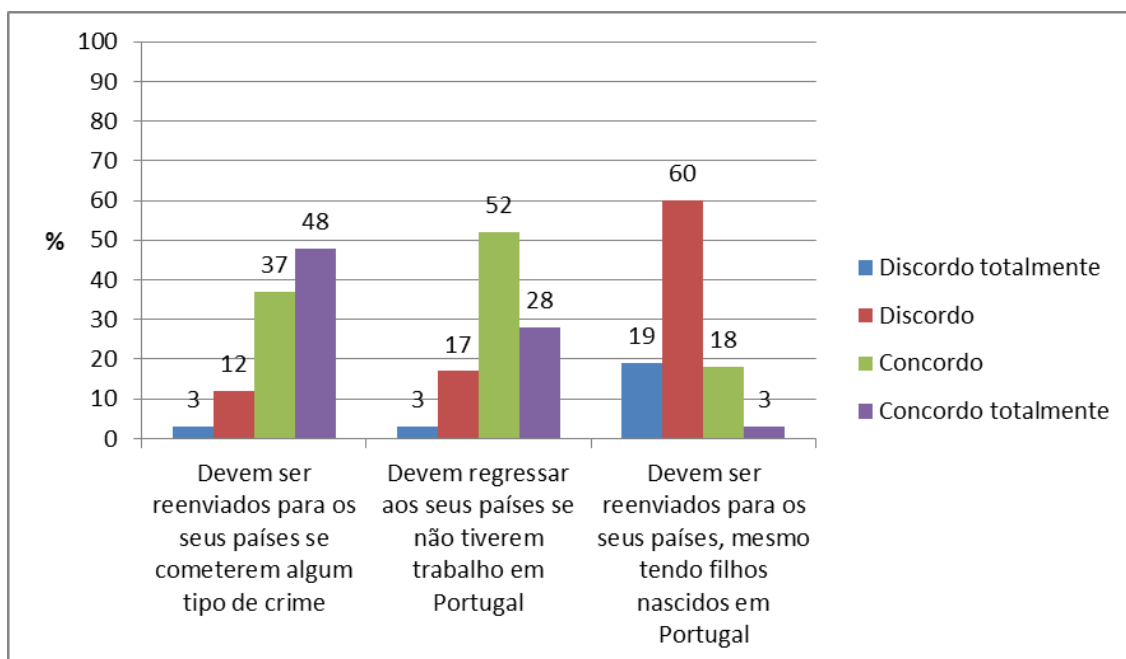
Figura 2.13. Direitos dos imigrantes legais (%)



Fonte: António e Policarpo (2011) (Elaboração própria).

No entanto, já quando inquiridos perante as condições de repatriação desses mesmos imigrantes, e como demonstra a Figura 2.14., a grande maioria dos portugueses apoiou tanto a repatriação em caso de desemprego do imigrante (80% demonstrou concordância), como em caso de crime (85% concordou ou concordou totalmente). Para António e Policarpo (2011: 48), existe “uma concepção maioritária do imigrante enquanto trabalhador, a quem se deseja que sejam atribuídos direitos que o aproximam do cidadão português, mas apenas sob a condição da existência e permanência da condição “trabalhador””. Em sentido contrário a esta citação estão as respostas manifestadas pelos inquiridos, pois quando questionados se os imigrantes deveriam ser reenviados para os respetivos países, mesmo que tivessem filhos nascidos em Portugal, 79% demonstrou discordância.

Figura 2.14. Condições de repatriação de imigrantes legais (%)



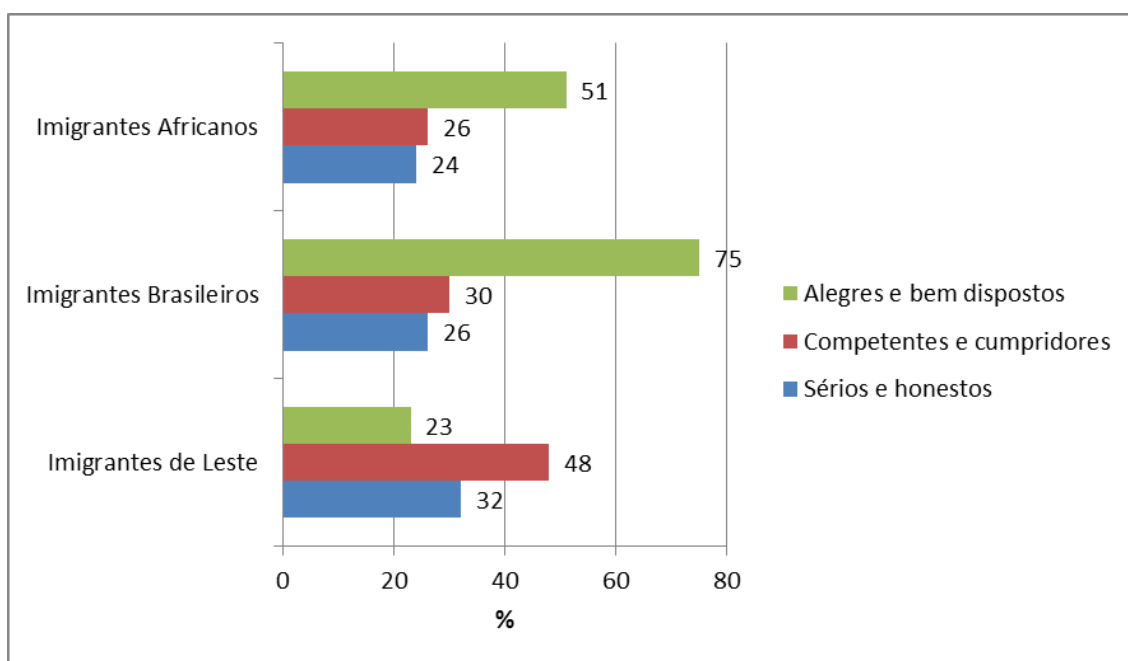
Fonte: António e Policarpo (2011) (Elaboração própria).

Outro dos aspetos que se torna importante compreender e que é parte inerente do estudo de António e Policarpo (2011) prendeu-se com as atitudes de aculturação dos autóctones perante os imigrantes. Segundo os autores, aproximadamente 90% dos portugueses acreditava que a aprendizagem da cultura portuguesa por parte dos imigrantes era importante. Já numa perspetiva de contacto com a cultura do país de destino, 85% dos inquiridos considerou importante que os imigrantes e respetivos filhos convivam com os autóctones fora da esfera de contacto profissional e escolar, e mais de 70% dos portugueses revelou discordância sobre os imigrantes passarem o tempo livre somente com conterrâneos. Ainda numa perspetiva de contacto, aproximadamente 80% (77%) dos inquiridos concordou que é importante os imigrantes manterem a sua cultura, bem como o seu modo de vida (68% dos portugueses inquiridos).

Os resultados anteriores demonstraram que o imigrante poderá, por um lado, adotar a cultura do país de destino, neste caso a cultura portuguesa e, por outro lado, manter a cultura de origem. O reconhecimento e aceitação destas dimensões diz respeito ao processo de integração. A Figura 2.15. reporta-se às características atribuídas aos imigrantes, pelos portugueses inquiridos no estudo de António *et al.* (2011). Quando questionados acerca dos imigrantes africanos, 51% dos portugueses salientou o facto de serem alegres e bem-dispostos, seguido da sua competência (26%) e, por último, pelo

facto de serem sérios e honestos, com 24%. Já em relação aos imigrantes brasileiros, 75% dos portugueses salientou o facto de serem pessoas alegres e com boa disposição, sendo que, em relação à sua competência (30%), seriedade e honestidade (26%), estes imigrantes estavam em segundo lugar, à frente dos imigrantes africanos, mas atrás dos imigrantes provenientes do Leste da Europa. Em relação a estes últimos, 48% dos inquiridos salientou o facto de serem competentes e cumpridores, 32% sérios e honestos, e apenas 23% referiu que estes imigrantes são alegres e bem-dispostos.

Figura 2.15. Características atribuídas a imigrantes (%) (Dados de 2004)



Fonte: António e Policarpo (2011), Retirado de Lages *et al.* (2006). (Elaboração própria; Adaptação).

Tendo como foco apenas a comunidade imigrante proveniente da Europa de Leste, no estudo que elaboraram, António e Policarpo (2011) distinguiram, por género, as características referidas anteriormente. A característica maioritariamente atribuída pelos portugueses a ambos os sexos foi o facto de serem competentes e cumpridores (homens com 43% e mulheres com 41%). Em seguida, os portugueses destacaram a seriedade e honestidade que lhes é inerente (30% para os homens de Leste e 29% para as mulheres de Leste). Por último, somente 19% e 21% dos portugueses referiram que os homens e mulheres, respetivamente, são pessoas alegres e bem-dispostas.

Em particular, o ponto deste capítulo permitiu tirar algumas considerações relativamente ao modo como os imigrantes, no seu geral, são vistos pela sociedade de acolhimento. Pela imprensa analisada em diversos estudos anteriormente apontados,

existem temas que são inerentes aos imigrantes, no seu geral, sendo eles: trabalho, integração, crime e clandestinidade, com especial destaque para estes dois últimos. Este maior destaque das temáticas com caráter negativo irá, de certa forma, reproduzir imagens ou opiniões de pejorativas, entre os nacionais, relativamente aos imigrantes residentes no país.

Quanto aos estudos referidos ao longo do capítulo, e no que aos direitos dos imigrantes legais diz respeito, grande parte dos portugueses concordou com aspetos como a facilitação da naturalização, e a possibilidade de terem os mesmos direitos que os nacionais. De forma crescente, e como demonstram alguns dos estudos abordados, os portugueses têm vindo a valorizar a imigração de forma crescente. A maioria concordou que os imigrantes fazem os trabalhos que os nacionais não executam, que a sua presença é importante para o país, como também é enriquecedora para a vida cultural de Portugal. Como já referido anteriormente, a valorização da imigração depende de variáveis como a idade, o grau de instrução e a profissão do inquirido e o contacto que estes possuem com os imigrantes. Também foi visível e crescente o número de portugueses que discordou da ideia que a convivência entre imigrantes e nacionais traz problemas, assim como os primeiros receberem mais da segurança social, tendo esses valores oscilado entre pouco menos de metade e pouco mais de metade de amostra, o que, de certa forma, se revela algo significativo.

Por outro lado, também foi possível verificar que mais de metade dos nacionais defendeu a diminuição do número de imigrantes residentes e até a expulsão de uma parte. A maioria considerou que, caso não obtivessem trabalho em Portugal, os imigrantes deviam ser reenviados para os países de origem. Destaca-se ainda que a oposição à imigração foi expressa em várias comunidades mas, ainda assim, com especial ênfase entre brasileiros, asiáticos e cidadãos provenientes da Europa de Leste.

2.6. Breve análise às representações dos imigrantes nos media

Complementando e atualizando os elementos mencionados no sub-capítulo anterior e orientando a pesquisa apenas para os sujeitos desta investigação, será agora efetuada uma breve análise das representações sobre os imigrantes ucranianos, em dois títulos da imprensa nacional diária que exprimem linhas editoriais distintas: o Correio da Manhã (CM) e o Diário de Notícias (DN). Aquando da pesquisa efetuada para ambas as

publicações e para três períodos temporais diferenciados (2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011), procedeu-se ao levantamento de artigos noticiosos (contabilizou-se um total de 191 no CM e 43 no DN) e, posteriormente, à atribuição da categoria/tema que melhor descrevia o conteúdo de cada artigo/peça noticiosa. Ainda relativamente à forma de recolha, esta diferença no número de notícias entre os dois títulos poderá ser explicada pela eventual remoção das páginas *on-line* de algumas notícias mais antigas, o que, de certa forma, pode ter influenciado o número de notícias selecionadas para este estudo.

Os três períodos temporais referidos anteriormente espelham, à priori, realidades diferentes da imigração ucraniana em Portugal. Os anos de 2001-2002 correspondem ao período que a literatura aponta como sendo o de maior fluxo migratório de ucranianos para Portugal. Já 2005-2006 é uma fase de estabilização dessa vaga imigratória, ao passo que 2010-2011 é conhecido como o período em que existiu um decréscimo no número de ucranianos no país, o que se poderá explicar pela reemigração ou retorno ao país natal, fruto da difícil conjuntura económica que Portugal vive atualmente.

Abordando a informação recolhida, e como se pode observar pelo Quadro 2.8., foi possível verificar que, nos seis anos analisados³⁷, 2005 foi o ano com o maior número de registos noticiosos respeitantes a ucranianos³⁸, contabilizando-se um total de 47. Em sentido contrário, encontra-se o ano de 2001, que não contabilizou qualquer notícia. No período precedente a 2005, foram selecionadas 33 notícias. Já em 2006 e face ao ano anterior, constatou-se um decréscimo de 14 notícias (de 47 em 2005 para 33 em 2006), sendo que, desde 2006, foi possível concluir que ocorreu um acréscimo no número de artigos (mais 7 notícias, 33 em 2006, 38 em 2010 e 40 em 2011).

Quadro 2.8. Distribuição temporal das notícias selecionadas no jornal Correio da Manhã (CM), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)

Mês	2001	2002	2005	2006	2010	2011	TOTAL
Janeiro	0	1	9	3	5	4	22
Fevereiro	0	0	6	1	1	3	11
Março	0	0	4	5	3	0	12
Abril	0	0	5	2	5	2	14
Maió	0	0	3	4	4	2	13
Junho	0	5	2	5	3	4	19

³⁷ Os seis anos analisados dizem respeito aos três biénios temporais de estudo (2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011).

³⁸ Aquando do momento da pesquisa, o termo inserido nos sítios *on-line* tanto do CM como do DN foi ‘ucranianos’.

Julho	0	9	4	1	1	5	20
Agosto	0	5	1	1	4	0	11
Setembro	0	1	6	0	3	2	12
Outubro	0	4	4	1	5	4	18
Novembro	0	2	2	3	1	6	14
Dezembro	0	6	1	7	3	8	25
TOTAL	0	33	47	33	38	40	191

Noutro âmbito, e como já foi apontado anteriormente, a cada notícia selecionada foi atribuída uma categoria, existindo doze destas: Máfia, Vítimas de Acidentes /Mortes, Práticas de Convivência, Imigração ilegal, Más condições de vida, Delitos (prática de crimes), Atos de violência, Estatísticas da imigração ou (re)emigração ucraniana, Integração em Portugal, Vítimas de crimes, Desaparecimentos e Outras. Como se atenta, a partir da observação do Quadro 2.9., existe um denominador comum a todos os anos abrangidos nesta análise: notícias relacionadas com os temas Vítimas de Acidentes /Mortes e Delitos (prática de crimes) foram as mais mencionadas, com 53 e 55 registos, respetivamente. Tendo em conta que a categoria Delitos (prática de crimes) teve o maior número de referências, a estes imigrantes parece ter sido associada uma imagem depreciativa, facto que também foi corroborado por Mendes (2010:125), a partir dos dados do seu estudo “Ao etnicizar as notícias referentes a conflitos, principalmente o *Correio da Manhã* ajuda a construir uma imagem negativa de alguns grupos [...] [entre os quais] os ucranianos, [...] o que contribui para acentuar os processos de estigmatização e até de discriminação já existentes na sociedade envolvente”. Para os anos abrangidos no estudo, em 2002 foi possível concluir que tanto as duas categorias já referidas anteriormente como Imigração ilegal, com 6 notícias, foram as mais mencionadas. Para os restantes anos (2005-2006 e 2010-2011), a categoria Delitos (prática de crimes) teve ainda um maior número de referências do que a Vítimas de Acidentes /Mortes, exceção feita a 2011.

Quadro 2.9. Categorização temática das notícias selecionadas no jornal Correio da Manhã (CM), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)

Temas	2001	2002	2005	2006	2010	2011	TOTAL
Máfia	0	3	2	1	2	0	8
Vítimas de Acidentes /Mortes	0	8	9	7	12	17	53
Práticas de Convivência	0	2	3	0	0	0	5
Imigração ilegal	0	6	6	2	1	0	

							15
Más condições de vida	0	3	6	1	3	1	14
Delitos (prática de crimes)	0	6	12	8	16	13	55
Atos de violência	0	2	3	1	0	2	8
Estatísticas da imigração ou (re)emigração ucraniana	0	1	2	5	3	0	11
Integração em Portugal	0	1	2	5	1	2	11
Vítimas de crimes	0	1	2	1	0	1	5
Desaparecimentos	0	0	0	2	0	1	3
Outras	0	0	0	0	0	3	3
TOTAL	0	33	47	33	38	40	191

Relativamente ao DN, há que referir em primeiro lugar que existe uma modificação no que concerne aos anos de análise. Devido à escassez noticiosa, primeiro para 2001 e 2002, e depois para 2006, os períodos abrangidos foram 2004-2005, 2007-2008 e, por fim, 2010-2011, tal como definido na análise noticiosa do CM. Como atenta o Quadro 2.10., a distribuição temporal no DN demonstra que nos anos incluídos na análise, 2011 foi o ano com o número maior de referências relativamente a imigrantes ucranianos, com 15 num total de 43 referências; inversamente, para os anos de 2004 e 2007, existiram apenas 3 referências para cada um destes anos. No período temporal desta análise, a tendência foi quase sempre a de existir um aumento no número de registos noticiosos (de 3 em 2004 para 6 em 2005, de 3 em 2007 para 4 em 2008, de 12 em 2010 para 15 em 2011), o que pode ser explicado pelo facto de algumas notícias mais antigas terem sido retiradas das páginas *on-line* dos jornais. Em termos mensais, cinco detinham um maior número de referências noticiosas, os meses de junho e julho com 7 cada, dezembro com 5 e fevereiro, maio e novembro com 4 registos cada.

Quadro 2.10. Distribuição temporal das notícias selecionadas no jornal Diário de Notícias (DN), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)

Mês	2004	2005	2007	2008	2010	2011	TOTAL
Janeiro	0	0	0	0	1	1	2
Fevereiro	0	0	0	0	1	3	4
Março	0	0	0	1	2	0	3
Abril	0	0	1	0	0	0	1
Maio	0	1	0	1	2	0	4
Junho	0	2	0	1	0	4	7

Julho	0	0	0	1	2	4	7
Agosto	0	1	0	0	2	0	3
Setembro	0	0	0	0	0	1	1
Outubro	0	0	0	0	1	1	2
Novembro	1	0	2	0	1	0	4
Dezembro	2	2	0	0	0	1	5
TOTAL	3	6	3	4	12	15	43

No que diz respeito à categorização temática das notícias selecionadas no DN, à semelhança do que se concluiu para a análise do CM, os temas em que as notícias estão relacionadas com Delitos (prática de crimes), com 10 registos e Vítimas de Acidentes /Mortes, com 7 registos, foram igualmente as mais mencionadas. Ainda assim, e contrariamente ao concluído em relação ao CM, a categoria de notícias acerca das Estatísticas da imigração ou (re)emigração ucraniana (com 8 referências, mais 1 que Vítimas de Acidentes /Mortes) foi igualmente uma das mais abordadas, o mesmo acontecendo com a categoria que englobou todas as referências noticiosas relacionadas com Reconhecimento das qualificações (4 registos), como se observa no Quadro 2.11.

Quadro 2.11. Categorização temática das notícias selecionadas no jornal Diário de Notícias (DN), para os períodos 2001-2002, 2005-2006 e 2010-2011 (N.º)

Temas	2004	2005	2007	2008	2010	2011	TOTAL
Iniciativas para a integração	1	0	0	0	0	0	1
Integração em Portugal	1	1	1	0	2	0	5
Vítimas de Acidentes / Mortes	1	0	0	0	1	5	7
Atos de violência	0	1	0	0	0	0	1
Imigração ilegal	0	1	0	0	0	0	1
Reconhecimento das qualificações	0	1	2	1	0	0	4
Delitos (prática de crimes)	0	2	0	0	4	4	10
Estatísticas da imigração ou (re)emigração ucraniana	0	0	0	2	2	4	8
Desemprego	0	0	0	1	1	0	2
Máfias	0	0	0	0	2	0	2
Más condições de vida	0	0	0	0	0	1	1
Outras	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	3	6	3	4	12	15	43

Esta breve análise às representações dos imigrantes na imprensa permitiu concluir que, apesar da desigualdade numérica patente em termos de registos noticiosos entre as duas publicações (191 no CM e 43 no DN), a distribuição das notícias selecionadas pelos diversos temas revelou-se semelhante. No CM, 108 das notícias estavam relacionadas com os imigrantes ucranianos terem sido vítimas de crimes, com a morte destes, bem como com a prática de crimes da autoria destes imigrantes. Já no DN, a categoria de notícias relacionadas com a prática de crimes teve o maior número de referências. Não obstante, e contrariamente ao sucedido no CM, o segundo maior número de registos noticiosos relacionou-se com a referência a estatísticas acerca da imigração ou (re)emigração ucraniana. Por último, foi possível observar que, em ambas as publicações, a grande maioria das categorias está relacionada com temáticas negativas, o que, por si só, foi e é revelador das imagens que os *media*, transmitem acerca das comunidades imigrantes, em geral, e sobre os cidadãos ucranianos, em particular.

2.7. Modelo de análise da dissertação

Como é perceptível pela observação da Figura 2.16., ao emigrarem, os indivíduos têm como destino uma dada sociedade. Nessa sociedade de acolhimento, os imigrantes ucranianos são integrados não só socialmente, como também profissionalmente. Em primeiro lugar, e como será abordado no capítulo seguinte, o tipo de emprego ou de tarefas laborais exercidas influenciam a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento aos mais diversos níveis (social, económico), bem como as imagens que os nativos constroem. Estas imagens são modeladas/condicionadas pelo tipo de trabalho que os imigrantes exercem (qualificação), carreira profissional em Portugal desde o momento de chegada até à atualidade, forma como encontraram os diversos empregos, bem como pelo contacto dos cidadãos nacionais com a comunidade ucraniana, nomeadamente pela frequência de contacto e proximidade entre os dois grupos. Tendencialmente a um contacto mais próximo, regular e frequente com os imigrantes, está associada uma imagem mais positiva entre os cidadãos nacionais, ou pelo menos, mais realista e menos estereotipada acerca destes últimos. O contrário também se sucede, ou seja, a um contacto menos frequente ou mais distante, é tendencialmente associada a uma imagem mais negativa.

Os *media*, enquanto veículo de difusão de notícias, têm um papel central na seleção do tipo de notícias divulgadas e especial influência na propagação de determinadas imagens junto dos cidadãos. Dependendo do veículo de informação em si, determinados conteúdos podem contribuir para dissimular ou acentuar estigmas ou ideias pré-concebidas. Este facto pode ser um determinante para o que os cidadãos nacionais pensam acerca das comunidades imigrantes residentes no seu país. No caso da comunidade ucraniana, sujeito de investigação neste trabalho, tais imagens e opiniões serão apresentadas e discutas no 4.º capítulo desta dissertação.

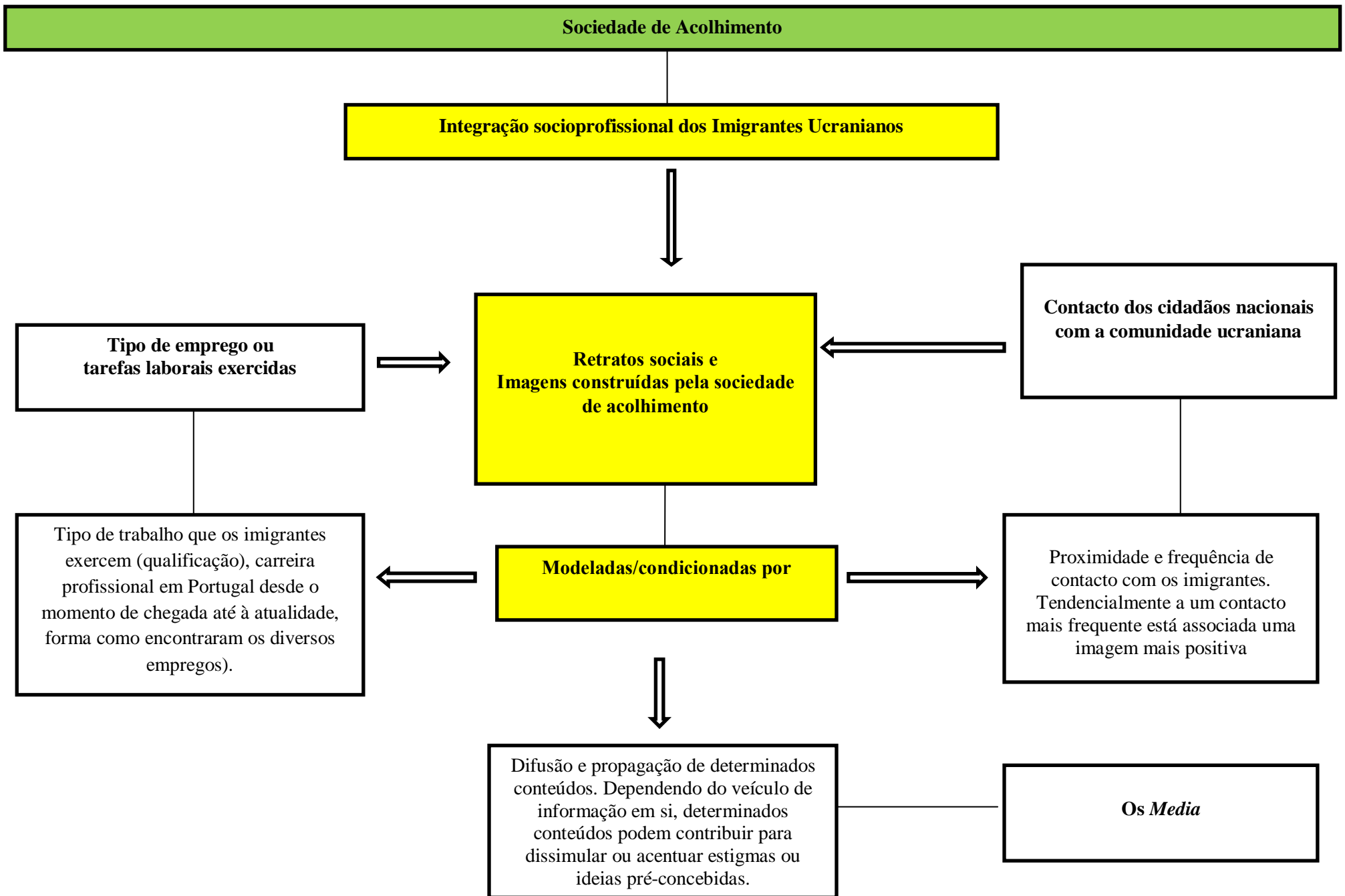


Figura 2.16. Modelo de Análise (elaboração própria)

2.8. Metodologia e métodos aplicados na dissertação

Neste ponto do capítulo, será abordada e explicitada toda a metodologia e métodos inerentes à elaboração da dissertação. Como já referido anteriormente, em primeiro lugar, foram efetuadas pesquisas bibliográficas. Através da exploração de leituras e revisão da bibliografia, foi possível formular não só a questão de partida inerente a esta investigação, como também as questões complementares, a hipótese de investigação, os objetivos, e inclusivamente, o modelo de análise, explicitado neste ponto.

Seguidamente ao modelo de análise e num momento posterior, para que se possa confirmar ou infirmar o que a bibliografia especializada estuda sobre a imigração ucraniana, partiu-se para a recolha direta dos dados. Esta recolha incidu sobre dois métodos distintos: primeiramente, entrevistas presenciais, semiestruturadas, a imigrantes ucranianos residentes na Área Metropolitana de Lisboa³⁹ para conhecer o seu percurso profissional, a mobilidade laboral e geográfica e condicionantes associadas; e, posteriormente, inquéritos a portugueses, com o intuito de averiguar as características das imagens que a população autóctone tem destes cidadãos.

Com a realização das entrevistas, para além de responder a uma parte da questão de partida já apresentada, pretende-se entender os perfis sociográficos dos imigrantes ucranianos entrevistados, bem como as causas da imigração rumo a Portugal e a descrição da integração socioprofissional na nossa sociedade. Incidindo a análise espacial deste estudo sobre a AML, foram entrevistados 16 imigrantes ucranianos residentes neste território. Dos 16 imigrantes ucranianos entrevistados, 5 residem em Setúbal, 3 no concelho de Palmela, 3 em Lisboa, 2 no concelho de Oeiras, 1 na Amadora, 1 no Seixal e 1 em Cascais. Dos 16 entrevistados, a maioria, 10 (62,5%) são do sexo feminino e 6 (37,5%) do sexo masculino. Esta diferença entre os dois géneros deveu-se não apenas à maior facilidade e disponibilidade das mulheres para responderem à nossa solicitação, como também ao facto de, e não querendo generalizar, os homens não se mostrarem tão disponíveis e, ainda, ao seu carácter e personalidade mais reservados.

Relativamente ao método para “angariar” imigrantes para as entrevistas, este baseou-se essencialmente no método “*snowball*”. Como sublinha Abreu (2005: 101),

³⁹ Referente à Área Metropolitana de Lisboa, daqui em diante designada como AML.

este método “É uma variante do método intencional, em que a selecção dos indivíduos a inquirir é feita por indicação de anterior inquiridos”. Ainda segundo o mesmo autor (2005: 101), “Neste método, [Amostragem intencional] os elementos são escolhidos pelo investigador, quer por que este julga que apresentam as características médias da população, quer por os achar representativos da sua totalidade”. Na prática, os entrevistados ucranianos foram “recrutados” através de contactos particulares, de outros contactos fornecidos não só pelos primeiros entrevistados, como também por familiares e amigos, que divulgaram o projeto de investigação. Desta forma, seguiu-se assim o método “*snowball*”. É importante referir, ainda, que existe uma predominância de entrevistados residentes na margem sul.

Terminada esta fase, foram estabelecidos com os imigrantes “angariados”, contactos telefónicos e por correio eletrónico, de modo a combinar a data e local da futura entrevista.

Nos contactos prévios com os imigrantes, e nos momentos antecedentes às entrevistas, os cidadãos ucranianos foram questionados sobre a possibilidade de gravação das mesmas, dado que as entrevistas seriam posteriormente transcritas para análise. As 16 entrevistas foram gravadas na íntegra, com o respetivo consentimento de cada um dos imigrantes entrevistados.

Após a transcrição integral das entrevistas, foi construída uma grelha síntese da informação que se considerou mais relevante para todas as questões. Esta grelha síntese tem como objetivo compreender com maior rigor e detalhe todas as respostas, de modo a não perder informação pormenorizada e preciosa para a investigação, e responder às questões de investigação apresentadas na dissertação. O guião das entrevistas é baseado em 21 questões de resposta aberta que se encontram divididas em dois grupos distintos, mas relacionados entre si. O grupo I engloba 3 questões, e tem como objetivo compreender as causas e os motivos que levaram à emigração para Portugal, qual era a situação do entrevistado no país de origem, qual a situação económica e social da Ucrânia aquando da data de emigração, a data da emigração, se o entrevistado saiu diretamente da Ucrânia para Portugal, ou se por outro lado, trabalhou noutro país antes de cá chegar, por que razões escolheu Portugal para viver, de que forma viajou até cá. As questões incidem ainda sobre como é que o próprio imigrante caracteriza a sua decisão de emigrar em termos de reflexão e apoio por parte de terceiros.

Já o grupo II é composto pelas restantes 18 questões, e visa a descrição da integração socioprofissional destes imigrantes na sociedade de acolhimento, assim como as expectativas e as dificuldades inerentes ao ato migratório. Com este conjunto de perguntas, pretende-se compreender qual a trajetória migratória e profissional dos imigrantes entrevistados, as dificuldades sentidas na chegada a Portugal, assim como a trajetória residencial dos entrevistados, se o imigrante já frequentou cursos de aprendizagem da língua portuguesa, e se já solicitaram ou não a nacionalidade portuguesa. Tenta-se também compreender que fatores têm facilitado e dificultado a integração na vida quotidiana, quais os problemas mais difíceis, como se caracterizam as redes sociais dos entrevistados, como é que os imigrantes autocategorizam a sua integração em Portugal, e também como descrevem a respetiva experiência migratória no nosso país (esta descrição está muito longa; simplifique e resuma). Por último, as últimas três questões têm objetivos diferenciados. A primeira (questão 19) tenta perceber, do ponto de vista dos imigrantes ucranianos, qual é a opinião que os portugueses têm sobre eles. Por outro lado, sendo a designação «Imigrantes de Leste» muito abrangente, e as comunidades do Leste europeu muito diversas, pretende-se entender se estes imigrantes consideram que os diversos grupos são ou não semelhantes (questão 20). Por fim, na questão 21, que respeita à mobilidade, procura-se perceber quais são as expectativas futuras destas pessoas, bem como compreender os motivos que as sustentam e futuras escolhas de vida.

Relativamente ao segundo instrumento de observação e recolha dos dados, o inquérito, com a realização deste último, pretende-se identificar e compreender quais as imagens e opiniões dos portugueses acerca dos imigrantes ucranianos. A amostra teve a dimensão de 200 pessoas, residentes em diversos municípios da AML, e à semelhança do sucedido com as entrevistas, o método de amostragem selecionado foi o “*snowball*”. O inquérito está dividido em 13 questões. A primeira questão consiste em saber qual o grau de discordância e concordância do inquirido perante um conjunto de afirmações, estando estas relacionadas com a presença dos imigrantes ucranianos no país, com os seus direitos, mercado de trabalho ou com as interações que estes estabelecem com os autóctones. A questão 2 incide sobre se o inquirido considera que estes imigrantes são ou não alvo de práticas de discriminação e se, em caso afirmativo, qual o domínio em que maioritariamente tais situações acontecem. A questão 3 tem como objetivo saber se o inquirido já interagiu, num momento passado, ou interage com imigrantes ucranianos,

e caso a resposta seja afirmativa, quantos conhece e qual a frequência de contacto que estabelece com essas pessoas. A questão 4 é a primeira das duas questões abertas presentes neste instrumento de observação e atenta saber o que o inquirido pensa sobre os ucranianos residentes no nosso país. Assim, e tendo em conta esta última questão, a pergunta 5 tenta saber se essa imagem que os nativos possuem acerca da comunidade ucraniana tem melhorado, piorado, estabilizado ou mudado com o tempo. No que concerne às derradeiras questões, o objetivo centra-se em perceber se, para os portugueses inquiridos, existe diferenciação da imagem entre as diversas comunidades oriundas do Leste Europeu, bem como (mas somente se a resposta for positiva) qual comunidade o inquirido considera ser a melhor integrada no país. Por fim, os inquiridos eram questionados sobre se o número de ucranianos presentes em Portugal deveria aumentar, manter-se ou diminuir.

Através destas entrevistas, será possível perceber e caracterizar as trajetórias dos entrevistados, desde o momento em que saíram da Ucrânia até à sua chegada a Portugal, e, já aqui, como se tem caracterizado o seu processo de integração, aos mais variados níveis. Com os inquiridos, pretende-se conhecer e caracterizar a imagem que os portugueses constroem acerca dos imigrantes ucranianos. Esta dissertação combina, assim, métodos qualitativos (as entrevistas) e quantitativos (os inquiridos), tendo como objetivo primordial compreender melhor o processo de integração socioprofissional dos ucranianos e o modo como este influencia a construção e a formação das imagens sociais produzidas pelos portugueses em relação àqueles imigrantes.

CAPÍTULO III: IMIGRAÇÃO UCRANIANA EM PORTUGAL

Neste capítulo, será efetuado, em primeiro lugar, um enquadramento da imigração em Portugal, sendo analisados alguns dados relativos às principais comunidades imigrantes residentes no nosso país. Num momento posterior, o principal foco de abordagem irá incidir apenas sobre a comunidade ucraniana.

3.1. Enquadramento geral da imigração para Portugal

3.1.1. Breve evolução da imigração em Portugal: de um país de emigração a um país de imigração

No contexto migratório internacional, tem-se assistido a uma mudança no panorama migratório português. Tendo sido Portugal conhecido como um país de emigração, sobretudo nas décadas de 50 e 60, é exatamente desde meados da década de 70 do século XX que o país se tornou também uma nação de imigração.

Nas décadas de 50 e 60, assistiu-se a um fluxo migratório de portugueses (essencialmente trabalhadores com poucas ou até mesmo nenhuma qualificações) rumo aos países do centro da Europa, nomeadamente França e Alemanha, que no contexto do pós-guerra se caracterizavam por escassez de mão-de-obra, situação ultrapassada com os fluxos migratórios provenientes da Europa do Sul, nos quais se incluía Portugal. O país era, maioritariamente, de emigração, onde quem emigrava procurava sobretudo melhores salários e condições de vida, satisfazendo também as necessidades prementes das economias desenvolvidas da Europa, ao nível do mercado de trabalho.

Se, até aí, a presença de comunidades imigrantes em território nacional não era muito expressiva⁴⁰, é a partir da década de 70 que essas comunidades imigrantes crescem e ganham maior notoriedade e, como tal, que o panorama migratório português se altera. Nessa altura, e como consequência da descolonização, assistiu-se a um elevado fluxo de imigrantes oriundos das ex-colónias portuguesas de África, especialmente angolanos e cabo-verdianos, o que demonstra a importância inerente às

⁴⁰ Segundo Malheiros e Esteves (2013), o número de cidadãos estrangeiros em Portugal, no início da década de 60, era próximo de 30 000 indivíduos. Eram sobretudo provenientes de Espanha, Reino Unido, França, Alemanha, América do Norte, e ainda do Brasil. Ressalta-se ainda o facto de em Portugal, nomeadamente na região de Lisboa, desde os anos 50 se encontrarem cidadãos de origem cabo-verdiana recrutados para os trabalhos de construção civil e obras públicas, numa lógica de migrações dentro do império colonial português.

raízes e relações históricas e culturais entre Portugal e os PALOP. Por outro lado, também é de salientar um aumento de ingleses e alemães⁴¹ que se fixaram no sul do país, em concreto, no Algarve (Gomes e Batista, 2003).

Para além disto, a década de 80 simbolizou uma maior diversificação da imigração no país, já que segundo Baganha, Ferrão e Malheiros (1999: 149) “O número de estrangeiros continuou a aumentar a um ritmo razoável, mas o acréscimo relativo de asiáticos (principalmente indianos, paquistaneses e chineses) e sul-americanos (particularmente brasileiros) tornou-se mais significativo”. Neste contexto, a crise económica vivida no Brasil durante a vigência dos governos presididos por João Figueiredo, Tancredo Neves e José Sarney, levou à emigração de brasileiros que viram em Portugal um país para poder melhorar e continuar as suas vidas. Como apontam Baganha, Ferrão e Malheiros (1999: 170): “[...] a crise económica brasileira de finais dos anos 80 e a adesão de Portugal à CEE⁴² aumentaram tanto o desejo de partir como a atracção exercida por Portugal”. Efetivamente, a pertença à então Comunidade Económica Europeia como membro de pleno direito a partir de 1986, trouxe consigo avultados fundos comunitários que estimularam um crescente número de obras públicas, o que, na prática, se traduziu na necessidade de mão-de-obra e respetivo preenchimento por imigrantes africanos e brasileiros. Em jeito de resumo, e como sugere Peixoto (2007: 461), “Entre os finais da década de 70 e de 90 predominaram os fluxos provenientes do mundo lusófono: africanos oriundos dos PALOP, sobretudo, e um contingente estável de brasileiros. Estes fluxos configuram o que podemos designar por um «sistema migratório lusófono»”.

Mais recentemente, o final da década de 90 marcou o início de uma nova era no que aos fluxos imigratórios rumo a Portugal diz respeito, com o aparecimento de um elevado contingente proveniente da Europa de Leste⁴³, especialmente da Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia, países com os quais Portugal não tinha ligação histórica, cultural ou económica. Tal como destacam Baganha, Marques e Góis (2004: 25): “[...] porque Portugal não adoptou qualquer política pró-activa para recrutar trabalhadores

⁴¹ De acordo com o Censos de 1981, o número de o de ingleses residentes em Portugal era de 3105 e o de alemães era de 3628.

⁴² Referente à Comunidade Económica Europeia, daqui em diante designada como CEE.

⁴³ Mendes (2010: 342) constata que “No discurso dos media, à semelhança do que acontece no discurso popular, os imigrantes da Rússia e Ucrânia aparecem geralmente incluídos na amálgama indistinta que é a categoria «imigrantes de Leste» ou, ainda, «ucranianos». Já de acordo com Perista (2004: 127), “Dentro da designação “imigrantes de Leste” há, porém que distinguir diferenças significativas em termos da expressão da presença de diferentes nacionalidades em território português”.

Europeus de Leste, nem tinha quaisquer relações económicas, históricas ou culturais privilegiadas com aquela região [...]”.⁴⁴ Apesar de não existirem ligações significativas até então com Portugal, estes imigrantes vieram, em parte, devido à concessão de vistos por outros estados-membros da União Europeia⁴⁵, como a Alemanha, para o Espaço Schengen, do qual Portugal faz parte. Citando o relatório sobre a evolução do fenómeno migratório (ACIME, SEF, IGT, 2002), Baganha, Marques e Góis (2004) explicam que em vários consulados alemães existentes em alguns países de Leste, como por exemplo na Ucrânia, em Kiev, milhares de cidadãos faziam pedidos de vistos de curta duração, sendo que esses pedidos, aliados à imigração para o nosso país, mudaram de forma qualitativa a constituição da população imigrante de Portugal. No estudo efetuado por estes autores, 96% dos inquiridos apontaram ter entrado em Portugal com um visto de curta duração, emitido por um consulado ou, por alternativa, por uma embaixada não portuguesa. Desses vistos, 57% foram emitidos por uma embaixada alemã num dos países da Europa de Leste.

Face ao enorme e rápido aumento do número de trabalhadores estrangeiros em Portugal sem permissão para exercer uma atividade profissional, o governo vigente na época criou a figura jurídica de autorização de permanência⁴⁶ - (Decreto-Lei 4/2001 de 10 de janeiro). Esta permitia ao cidadão estrangeiro possuidor de um contrato de trabalho válido trabalhar por um ano, renovável até ao máximo de 5 anos, momento em que a AP seria substituída por uma autorização de residência.⁴⁷

Como atesta o estudo de Baganha, Marques e Góis (2004) e o Quadro 3.1., as principais nacionalidades a solicitarem AP foram os cidadãos da Europa de Leste, com particular destaque para os ucranianos. Moldavos, russos e romenos também as solicitaram frequentemente, mas em número muito inferior.

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras⁴⁸, citados por Baganha, Marques e Góis (2004), relativamente às autorizações de permanência concedidas ao abrigo do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de janeiro, no período de 2001 a 2004, foi possível verificar um decréscimo no número de regularizações não só dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), de um pouco mais de 15000 em 2001 (12,3% do total) para 1925 em 2003 (21,2% do total), como também

⁴⁴ Tradução da minha autoria.

⁴⁵ Referente a União Europeia, daqui em diante designada como UE.

⁴⁶ Referente a Autorização de Permanência, daqui em diante designada como AP.

⁴⁷ Referente a Autorização de Residência, daqui em diante designada como AR.

⁴⁸ Referente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, daqui em diante designado como SEF.

dos países da Europa de Leste (Moldávia, Roménia, Rússia e Ucrânia). Este decréscimo resulta do prolongamento da resposta dos serviços, até 2004. Os países da Europa de Leste figuram, neste período, em primeiro lugar no número de AP, representando mais de metade do total de autorizações quer em 2001 (55,5%, 70 430), quer em 2002 (55,6%, 26 475), ficando ligeiramente abaixo da fasquia dos 50% em 2003. Neste contexto, existe um destaque especial para a Ucrânia como o país com o mais elevado número de autorizações concedidas, com 45 233 para 2001, 16 916 para 2002 e 2 546 para 2003. Atrás da Ucrânia, e a uma grande distância, encontrava-se o Brasil, com o segundo maior número de autorizações atribuídas.

Quadro 3.1. Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro (N.º e %)

Nacionalidade	2001		2002		2003	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
PALOP's	15 624	12,3	6 874	14,4	1 925	21,2
Angola	4 997	3,9	2 681	5,6	855	9,4
Cabo Verde	5 488	4,3	2 452	5,1	618	6,8
Guiné-Bissau	3 239	2,6	866	1,8	213	2,3
Moçambique	315	0,2	117	0,2	29	0,3
São Tomé e Príncipe	1 585	1,2	758	1,6	210	2,3
Brasil	23 713	18,7	11 559	24,3	2 468	29,1
Europa de Leste	70 430	55,5	26 475	55,6	4 057	44,6
Moldávia	8 984	7,1	3 066	6,4	582	6,4
Roménia	7 461	5,9	2 992	6,3	473	5,2
Rússia	5 022	4,0	1 807	3,8	218	2,4
Ucrânia	45 233	35,6	16 916	35,5	2 546	28,0
Outros	3 730	2,9	1 694	3,6	238	2,6
China	3 348	2,6	520	1,1	41	0,5
Paquistão	2 851	2,2	-	-	34	0,4
Índia	2 828	2,2	488	1,0	69	0,8
Outros	8 107	6,4	1 770	3,7	323	3,6
TOTAL	126 901	100,0	47 657	100,0	9 097	100,0

Fonte: Baganha, Marques e Góis (2004) (Elaboração própria).

Este processo de regularização extraordinário trouxe modificações no que concerne às comunidades imigrantes mais representadas em território nacional, dado que os ucranianos passaram a ser uma das três maiores comunidades, conforme já demonstravam os dados do SEF para o ano de 2006. Nessa altura, os ucranianos eram a terceira maior comunidade imigrante (37 851) atrás dos brasileiros (65 463) e cabo-verdianos (65 485). Como refere Silva (2010: 24), “O processo de regularização extraordinária realizada em 2001 produziu grandes mudanças a nível das comunidades mais representativas existentes em Portugal, visto que os imigrantes de Leste passaram

a ocupar um lugar de destaque a partir dessa altura, sobretudo os ucranianos que representavam a maior parte destes”.

De acordo com dados do SEF, e considerando apenas os cidadãos documentados, os ucranianos passaram a ser a segunda maior comunidade residente em Portugal a partir de 2008, com 52 494 cidadãos, ultrapassando os nacionais de Cabo Verde, com 51 353. De acordo com dados do INE (2012) de 21 de março de 2011⁴⁹, em Portugal residiam, aproximadamente, 395 000 estrangeiros, representando estes últimos sensivelmente 4% do total da população residente em território nacional⁵⁰. Face aos dois momentos censitários anteriores, assistiu-se a um progressivo acréscimo da população imigrante no nosso país, dado que esta era de 226 715 (2,2% da população residente) em 2001 e 106 664 (1,1% da população residente) em 1991. Neste contexto, “Na última década, a população estrangeira, a residir em Portugal, cresceu cerca de 70%, correspondendo a um aumento de 167 781 pessoas [...]” (INE, 2012: 1).

O Quadro 3.2 representa a evolução da população estrangeira residente em Portugal (N.º), segundo o INE e o SEF, e as respetivas taxas de variação, entretanto calculadas. Como é possível observar pelo Quadro 3.2., os valores dos dados dos Censos (INE) e do SEF divergem: para 1991, segundo os Censos de 1991 (1996) a população estrangeira era de 106 664, no entanto, para o SEF, a mesma superava os 113 000. Já para 2001, a diferença de valores era de pouco mais de 3 100 (226 715 para os Censos (2002) e 223 602 para o SEF). Mais recentemente para 2011, e tal como apontado pelos Censos desse mesmo ano (2012), a população estrangeira em Portugal era de quase 395 000, ao passo que, para o SEF, a mesma era de aproximadamente 437 000. Estas divergências no que aos valores dos dados diz respeito são explicadas pelos diferentes critérios de recolha dos dados entre as instituições. Se o INE inquirir e contabiliza os indivíduos independentemente do seu estatuto legal, já o SEF apenas dispõe dos valores referentes aos cidadãos estrangeiros com permanência regularizada em território nacional.

⁴⁹ Data dos Censos 2011, do Instituto Nacional de Estatística (INE).

⁵⁰ O número de estrangeiros residentes era de 394 496, ou seja 3,7% do total da população residente.

Quadro 3.2. População estrangeira residente (N.º), segundo o INE e o SEF, e respetivas taxas de variação (%), 1991-2011

Ano	Censos (INE)		SEF	
	Nº	Taxa de variação	Nº	Taxa de variação
1991	106 664	-----	113 978	-----
2001	226 715	112,55%	223 602	96,18%
2011	394 496	74,00%	436 822	95,36%

Fonte: Censos 1991 (1996), Censos 2001 (2001) e Censos 2011 (2012); SEF (2001) e (2011) e <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx> (Elaboração própria; Adaptação).

3.1.2. Distribuição espacial da população

No que respeita à distribuição espacial da população estrangeira residente em Portugal a meio da primeira década do novo milénio, Fonseca (2007: 2) demonstra que “No final de 2005, os distritos de Lisboa, Setúbal, Faro e Porto concentravam 75% do *stock* de imigrantes documentados registados em Portugal”. Já por Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas⁵¹ II, e segundo dados do INE para 2011, mais de metade (51,6%) residia na NUT II Lisboa, seguida da NUT II Centro (13,9%), Algarve (13,2%), Norte (13,1%), Alentejo (6%), Região Autónoma da Madeira (1,4%) e com apenas 0,8%, a Região Autónoma dos Açores.

Relativamente aos principais municípios de residência da população de nacionalidade estrangeira, em 2011, como é possível constatar no Quadro 3.3., Sintra e Lisboa eram os dois municípios onde residia o maior número de imigrantes, com aproximadamente 35 000 (8,87% da população residente) e 34 500 habitantes (8,74%), respetivamente. A estes seguiam-se os municípios da Amadora (4,79%), Cascais (4,73%) e Loures (4,47%), respetivamente. Por fim, e com valores absolutos entre aproximadamente 10000 e sensivelmente 13000 indivíduos, estavam os municípios de Odivelas (3,28%), Almada (2,89%), Seixal (2,70%), Loulé (2,61%) e Oeiras (2,58%).

⁵¹ Referente à Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas, daqui em diante designada como NUTS ou NUT.

Quadro 3.3. Principais municípios de residência da população residente de nacionalidade estrangeira (N.º) (2011)

Município	Nº	%
Sintra	34 994	8,87
Lisboa	34 492	8,74
Amadora	18 883	4,79
Cascais	18 661	4,73
Loures	17 638	4,47
Odivelas	12 925	3,28
Almada	11 399	2,89
Seixal	10 649	2,70
Loulé	10 303	2,61
Oeiras	10 197	2,58
TOTAL	394 496	45,66

Fonte: INE (2012) “A População Estrangeira em Portugal”. (Elaboração própria; Adaptação).

Para além disto, no que se refere à distribuição espacial das principais comunidades, a população dos PALOP estava concentrada especialmente em dois municípios: Sintra e Amadora. De acordo com o INE (2011: 3), “Estes dois municípios concentram 35% do total da comunidade cabo-verdiana, 26,6% da angolana e 37,3% dos cidadãos da Guiné-Bissau”. Já no que respeita à comunidade proveniente do Reino Unido, esta estava concentrada essencialmente na região do Algarve, ao passo que as comunidades oriundas do Leste da Europa (Ucrânia, Moldávia, Roménia) estavam mais dispersas espacialmente. De acordo com o INE (2012) e segundo dados de 2011, os principais municípios de residência da população ucraniana residente em Portugal eram Sintra com 5,11% (1 725 habitantes), Lisboa com 4,47% (1 510), Albufeira com 3,53% (1 193), Loulé com 3,04% (1 026) e Leiria com 3,02% (1 020).

3.1.3. Evolução das principais comunidades e características demográficas

De acordo com o que se encontra patente no Quadro 3.4., verificou-se que, em 2011, a maior comunidade imigrante em Portugal era a brasileira, com 109 787 indivíduos, o que corresponde a 27,8% do total de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. Seguidamente à comunidade brasileira, encontrava-se a cabo-verdiana, com 38 895

indivíduos (9,9% do total), seguidos pelos ucranianos como a 3ª comunidade com maior representatividade no nosso país, com 33 790 pessoas (8,6% do total nacional).

Quadro 3.4. Comunidades imigrantes mais representativas em Portugal, 2001-2011
(N.º e %)

País	2011 (N.º)	2011 (%)	2001 (N.º)	Varição 2001-2011
Brasil	109 787	27,8%	31 869	244,5%
Cabo-Verde	38 895	9,9%	33 145	17,3%
Ucrânia	33 790	8,6%	10 793	213,1%
Angola	26 954	6,8%	37 014	-27,2%
Roménia	24 356	6,2%	2 661	815,3%
Guiné-Bissau	16 360	4,1%	15 824	3,4%
Reino Unido	15 774	4,0%	8 227	91,7%
França	14 360	3,6%	15 359	-6,5%
China	11 458	2,9%	2 176	426,6%
Espanha	10 486	2,7%	9 047	15,9%
Moldávia	10 475	2,7%	2 984	251,0%
S. Tomé e Príncipe	10 408	2,6%	8 517	22,2%
TOTAL	394 496	100%	177 616	

Fonte: INE (2012) (Elaboração própria; Adaptação).

Estes dados contradizem os do SEF dado que, mais recentemente, para 2011, a 2ª maior comunidade era a ucraniana com 48 022, seguindo-se então a cabo-verdiana, com 43 920 cidadãos. Por outro lado, e de acordo com o INE (2012) em 2011, a comunidade mais pequena era a santomense, com 10 408 indivíduos (2,6% do total). Já em 2001, a maior comunidade imigrante era a angolana (37 014), seguida pela cabo-verdiana (33 145), brasileira (31 869), guineense (15 824), francesa (15 359) e pela comunidade ucraniana (10 793), que nesse ano era a 6ª comunidade mais representativa no país. Apesar de muitos ucranianos já se encontrarem no país em 2001, o já mencionado DL 4/2001 de 10 de janeiro, possibilitou a regularização de aproximadamente 184 mil estrangeiros, apenas entre 2001 e 2004, entre os quais a maioria era proveniente da Europa de Leste, como também do Brasil, África e Ásia (Malheiros e Esteves, 2013).

Tendo em conta os dados disponíveis para 2011 e face a 2001, destacam-se cinco aumentos exponenciais: a comunidade romena (815,3%), as comunidades chinesa

(426,6%), moldava (251%) e brasileira (244,5%) e, por fim, a ucraniana (213,1%). Em sentido contrário, assistiu-se a um pequeno decréscimo na comunidade francesa (-6,5%) e, mais acentuado, na comunidade angolana, tendo esta última diminuído aproximadamente 30% (-27,2%). Estes decréscimos estão, em parte, relacionados com a aquisição da nacionalidade portuguesa, nomeadamente após a publicação da nova lei da nacionalidade de 2006. Assim, muitos cidadãos são filhos de emigrantes portugueses em França e, como tal, são residentes nesse país. Relativamente aos angolanos, e tendo em conta que segundo a nova lei da nacionalidade os cidadãos estrangeiros só necessitam de ter 6 anos de residência regular para solicitar a nacionalidade portuguesa, para os angolanos residentes há muito tempo em Portugal, o pedido para aquisição da nacionalidade não constituiu ou constituirá grandes dificuldades ou problemas.

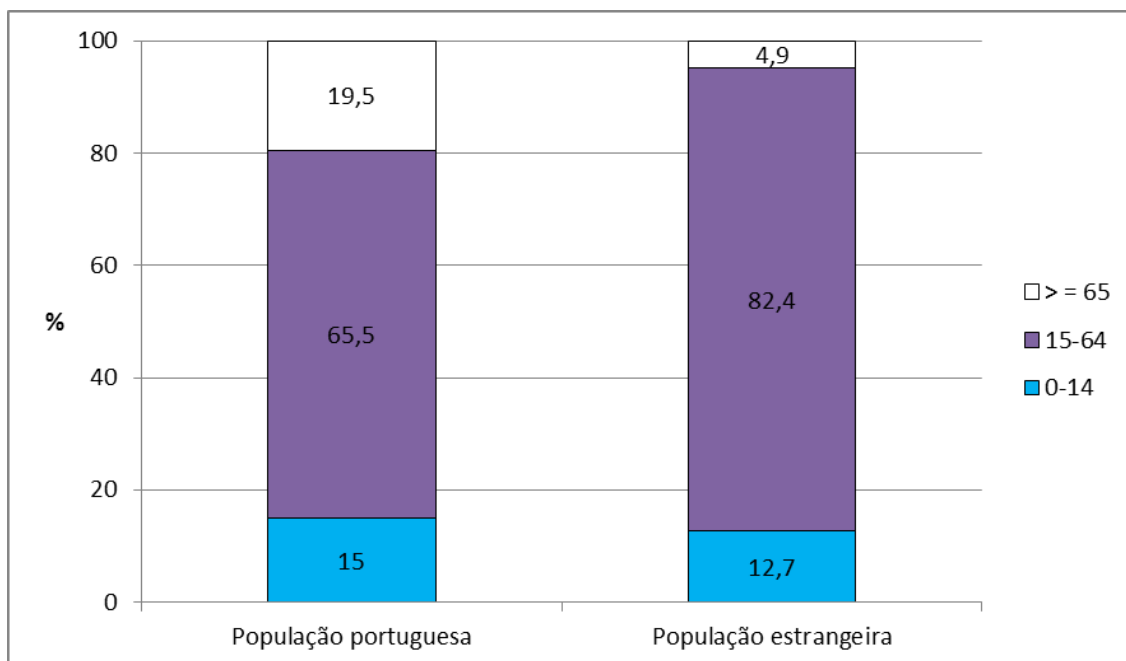
Outra questão que merece atenção está relacionada com o género da população imigrante, mais concretamente a proporção de distribuição nos dois sexos (*sex ratio* H/M x 100), e inclusive pelas várias comunidades. Desta forma, em 2011, as mulheres constituíam de forma maioritária a população estrangeira residente em Portugal, com 206 410 indivíduos (52,3%), sendo que em minoria estavam os homens com 188 086, representando na altura 47,7% da população estrangeira residente no país.

Relativamente à última década, essa relação alterou-se, dado que em 2001 os estrangeiros residentes em maior número eram precisamente os homens (54%) (INE, 2012). Já por comunidades, em 2011, “A comunidade brasileira era aquela em que a importância relativa das mulheres era superior, representando 57,9% da comunidade brasileira. Nas comunidades da Guiné-Bissau, Ucrânia e Roménia, a proporção de homens era superior” (INE, 2012: 7). Concretamente em relação à comunidade ucraniana, tal poderá ser explicado pelo facto de esta ser inicialmente mais masculinizada, predominando os casos em que o homem emigrava primeiro, e só depois se assistia ao reagrupamento familiar. Como atestou o estudo realizado por Malheiros e Esteves (2013), o *sex ratio* foi favorável para as mulheres para a comunidade brasileira, de outros países da América Latina e Caraíbas e para a comunidade chinesa. Já para as comunidades da Índia, Paquistão e Bangladesh (221,5%), PALOP (106,6%) e da Europa de Leste (108,4%), na qual se incluem os ucranianos, a proporção de homens é maior, com 221,5%.

Já em termos etários, e de um modo geral, como se constata pela Figura 3.1., a população estrangeira é mais nova, quando comparada com a população autóctone. Em

2011, 12,7% da população imigrante pertencia à faixa etária “0-14 anos” (face a 15% da população portuguesa), 82,4% dos estrangeiros tinham entre 15 e 64 anos (face a 65,5% dos portugueses) e, por fim, apenas 4,9% da população possuía 65 ou mais anos (face aos 19,5% de portugueses pertencentes a esta faixa etária).

Figura 3.1. População portuguesa e estrangeira por grupo etário (2011) (%)



Fonte: INE (2012) (Elaboração própria).

Face a esta última análise, é possível concluir que a percentagem de indivíduos em idade ativa é superior na população imigrante (61,1%) quando comparada com a população portuguesa (47%), o que também demonstra o carácter económico inerente ao ato migratório (INE, 2012).

3.1.4. Atividade económica das principais comunidades

Relativamente à condição perante a atividade económica da população estrangeira, segundo dados do INE (2012), aproximadamente metade da população estrangeira no nosso país (49,8%) encontrava-se empregada. Já 12,7% tinha, à data do recenseamento, menos de 15 anos, 11,3% da população estava desempregada, aproximadamente 9% noutra situação, mais de 7% (7,3%) eram estudantes, 6,1% reformados, e somente 3,9% eram domésticos. Se se considerar a proporção de população ativa em cada comunidade, os resultados foram distintos. Seis das comunidades mais representativas em território

nacional possuíam, em 2011, mais de 60% de população ativa, que se encontrava empregada: China (64,6%), Moldávia (65,1%), Roménia (66,7%), Brasil (68,9%) e com a percentagem mais elevada, a população ucraniana (71,3%). Por seu turno, as comunidades com menor percentagem de população ativa eram a de França (55,1%), São Tomé e Príncipe (54,7%), Espanha (50,4%) e Reino Unido (29,5%).

De acordo com o INE (2012), segundo dados de 2011, o principal setor de atividade onde se empregava a população estrangeira residente em Portugal era o das limpezas, quer em casas particulares, como em hotéis (15,2%). Seguiam-se os vendedores em lojas com aproximadamente 9%, os trabalhadores qualificados do setor da construção (7%), cozinheiros (5,2%), empregados de mesa e bar (3,5%). Por fim, uma proporção menor exercia trabalho não qualificado, quer no setor da indústria (3%), como no da construção (2,9%). É ainda de referir que 2,6% eram motoristas, 2,5% cabeleireiros e esteticistas e, por último, aproximadamente 2% eram trabalhadores de cuidados pessoais na saúde. No estudo que elaboraram, Malheiros e Esteves (2013) também abordaram a profissão da população estrangeira e, como tal, concluíram que mais de 26% exerciam a sua profissão como pessoal dos serviços e vendedores, 25,4% como trabalhadores não qualificados e 22,6% como operários, artífices e trabalhadores similares. Por outro lado, e a título de exemplo, apenas 3,8% trabalhavam como quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas e 1,9% como agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas.

3.2. Imigração Ucraniana

3.2.1. Os imigrantes ucranianos em Portugal: elementos de caracterização

A Ucrânia é um país relativamente recente na história e geografia mundiais, sendo até à dissolução da União Soviética⁵², uma das suas 15 repúblicas⁵³. Proclamou a independência da URSS a 1 de dezembro de 1991, e celebra um dos seus feriados nacionais (O Dia da Independência) a 24 de agosto. O país tem como línguas oficiais o ucraniano e o russo, sendo o ucraniano a língua maioritariamente falada, ao passo que o

⁵² Referente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/União Soviética, daqui em diante designada como URSS.

⁵³ As outras repúblicas eram: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estónia, Cazaquistão, Geórgia, Letónia, Lituânia, Moldávia, Quirguízia, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão.

russo é o idioma especialmente usado no sul do país. A Ucrânia possui uma área total de 603 700 km² e, em termos de fronteiras, é limitado a Este pela Rússia, a Norte pela Bielorrússia, a Sul pela Moldávia e Roménia, e a Oeste pela Polónia, Eslováquia e Hungria, sendo ainda banhada pelo Mar Negro e o Mar de Azov. A maior parte do território do país tem um clima temperado continental, sendo que no Sul (Crimeia) o clima é mediterrâneo. O país tem como capital Kiev, sendo que de acordo com o State Statistics Service of Ukraine (<http://www.ukrstat.gov.ua/>), e segundo dados de 1 de julho de 2013, a sua população total era de 45 469 812 habitantes, com uma proporção de 68,91% de população urbana. De acordo com a mesma fonte (dados disponíveis em http://database.ukrcensus.gov.ua/PXWEB2007/eng/news/op_1_e.pdf), as cidades mais populosas são: Donetsk (4 359 882), Dnipropetrovsk (3 299 035), Kiev (2 847 210), Kharkiv (2 738 243), Lviv (2 537 471), Luhansk (2 249 013), Odessa (2 392 555), República da Crimeia (1 965 924), Zaporizhzhya (1 780 379) e Vinnytsya (1 622 501).

O país está dividido em 24 *Oblasts*: a Oeste, Volyn, Rivne, Lviv, Ternopil, Khmelnytsky, Zakarpattia, Ivano Frankivsk, Chernivtsi; a Norte, Chernihiv, Sumy, Kiev e Poltava, no Centro do país, Vinnytsya, Zhytomyr, Cherkasy, Poltava, Kirovohrad, Dnipropetrovsk, a Este, Kharkiv, Luhansk, Donetsk e Sul, Odessa, Mykolayiv, Crimeia, Kherson e Zaporizhzhya. Relativamente a grupos étnicos, mais de 70% são ucranianos, mais de 20% são russos, pertencendo os restantes a outras etnias.

Figura 3.2. *Oblasts* da Ucrânia



Fonte: <http://www.russia-ukraine-travel.com/ukraine-maps.html>

3.2.2. Perfil Sociográfico dos entrevistados

Tal como referido anteriormente, no capítulo 2 desta dissertação, foram entrevistados 16 cidadãos ucranianos residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Apesar das dificuldades inerentes ao trabalho de campo, foram entrevistados 10 imigrantes do sexo feminino e 6 do sexo masculino com uma média de idades de 41,5 anos. Relativamente ao estado civil, 11 eram casados, 3 eram solteiros, 1 entrevistada vivia em união de facto e 1 era divorciada. Relativamente ao grau de instrução, 2 entrevistados tinham como habilitações o Ensino Secundário, 3 o Ensino Secundário com Curso Técnico, 5 o Ensino Superior, outros 5 o Ensino Superior com Curso Técnico, e por fim, apenas 1 tinha somente o Curso Técnico.

Relativamente à naturalidade dos entrevistados, 8 eram dos *Oblasts* de Cherkasy, Donetsk, Ivano-Frankivsk e Ternopil (2 em cada um). Os outros entrevistados eram provenientes dos *Oblasts* de Chernivtsi, Kherson, Khmelnytskyi, Kirovohrad, Odesa, Rivne, Volyn e Zhytomir.

Os Quadros 3.5. e 3.6. demonstram que antes da vinda para Portugal, ou seja, ainda na Ucrânia, 2 entrevistadas eram Professoras e 2 eram Economistas, 1 era Professor Universitário em Filosofia, 1 era Técnica Superior, 1 Engenheira Tecnóloga numa fábrica, 1 Educadora de Infância, 1 Professora e Terapeuta da Fala. Por outro lado, destacam-se ainda 3 entrevistados que trabalhavam como empregados (de loja, de supermercado e de restaurante). Quando questionados sobre a situação atual relativamente ao trabalho já em Portugal, 12 encontravam-se empregados, 1 era doméstica, e 3 dos entrevistados encontravam-se desempregados.

Como é possível verificar pelos Quadros 3.5 e 3.6., dos 12 entrevistados que estavam a exercer uma profissão quando foram entrevistados, 3 são mediadores culturais, 1 empregada de limpeza, 1 empregada doméstica de auxílio a pessoas idosas, 1 ajudante de fábrica, 2 funcionárias de supermercado/hipermercado e outras 3 entrevistadas conjugam o trabalho de empregadas de limpeza com o de professora de língua e literatura russas numa associação, com o de analista de análises clínicas e com o de *barmaid*. É de destacar a preponderância de inserção destes imigrantes em trabalhos desqualificados (sobretudo no setor dos serviços das limpezas), que, na grande maioria, não correspondem às habilitações literárias que possuem. Mais de metade dos entrevistados (9) chegou a Portugal entre 2000 (4) e 2001 (5), sendo este o período em que significativa parte da bibliografia sobre esta temática aponta que ocorreu o maior fluxo de imigrantes provenientes da Europa de Leste. Os restantes entrevistados chegaram em 2002 (3) e no período entre 2003 e 2007 (4). Atualmente, 5 dos entrevistados residem no concelho de Setúbal, 3 no de Palmela, 3 no de Lisboa, 2 no de Oeiras, e os restantes residem nos concelhos da Amadora, Cascais e Seixal. Relativamente ao agregado familiar, 9 dos entrevistados residem com o (a) respetivo (a) cônjuge e filhos, 3 sozinhos, e os restantes com o companheiro, com a namorada, com outro membro da família (um primo) e com o cônjuge. De seguida, são apresentados com maior detalhe, os Quadros 3.5. e 3.6., respeitantes aos perfis sociográficos dos 16 entrevistados.

Quadro 3.5. Perfil sociográfico dos entrevistados 1 a 8

ENTREVISTAS	1	2	3	4	5	6	7	8
Idade	40 anos	57 anos	38 anos	50 anos	26 anos	39 anos	43 anos	36 anos
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Estado Civil	Casada	União de Facto	Casada	Casada	Solteira	Casada	Casada	Casada
Grau de Instrução	12.º Ano	Licenciatura em Língua e Literatura Russa	Licenciatura em Biologia e Química	Licenciatura em Ensino	Curso Superior em Economia e Finanças	Bacharelato em Economia / Estatística	Curso em Engenharia Tecnológica	12.º Ano
Curso Técnico (Anos de Estudo)	Não	Não	Sim (3 anos)	Não	Não	Sim (3 anos)	Sim (5 anos)	Não
Naturalidade	Zhytomyr (Zhytomyr)	Spola (Cherkasi)	Odessa (Odessa)	Cherkasi (Cherkasi)	Lutsk (Volyn)	Mariupol (Donetsk)	Donetsk (Donetsk)	Zdolbuniv (Rivne)
Última profissão antes de vir para Portugal	Técnica Superior	Professora	Professora	Professora de Ensino Especial / Terapeuta da Fala	Empregada de loja de <i>souvenirs</i>	Economista	Engenheira Tecnóloga em fábrica de tricot	Empregada de Supermercado
Condição atual	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Doméstica	Exerce Profissão	Exerce Profissão
Profissão atual	Mediadora Cultural	Empregada de Limpeza e Professora de Língua e	Analista de Análises Clínicas	Funcionária de Hipermercado	Empregada de Limpeza e Barmaid	Doméstica	Empregada de limpeza	Empregada de Supermercado

		Literatura Russa numa associação						
Ano de chegada a Portugal	2001	2002	2007	2004	2005	2000	2003	2001
Concelho de Residência	Setúbal	Palmela	Setúbal	Setúbal	Palmela	Setúbal	Setúbal	Oeiras
Agregado familiar em Portugal	Marido e a filha	Companheiro	Marido e com as duas filhas	Marido	Sozinha	Marido e os filhos	Marido e dois filhos	Marido e dois filhos

Quadro 3.6. Perfil sociográfico dos entrevistados 9 a 16

ENTREVISTAS	9	10	11	12	13	14	15	16
Idade	38 anos	53 anos	47 anos	30 anos	40 anos	34 Anos	54 anos	39 anos
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
Estado Civil	Casado	Casado	Divorciada	Solteiro	Casado	Casada	Solteiro	Casado
Grau de Instrução	11.º Ano	12.º Ano	Curso Superior Universitário em Economia	12.º Ano (Curso Superior incompleto em Direito)	Curso Técnico (Eletricista)	Secundário	Doutoramento em Filosofia	Curso Superior incompleto (em Economia)
Curso Técnico (Anos de	Sim (Professor de Educação	Sim (Conductor de	Sim (3 anos)	Não	Sim (4 anos)	Sim (3 anos)	Não	Sim (Agronomia, 4

Estudo)	Física, 4 anos)	manobradores, 2 anos)						anos)
Naturalidade	Kirovohrad (Kirovohrad),	Probizna (Ternopil)	Kherson (Kherson)	Ivano-Frankivsk (Ivano-Frankivsk),	Kamyanets-Podilsky (Khmelnyskyi)	Khotyn (Chernivtsi)	Ivano-Frankivsk (Ivano-Frankivsk)	Zalishchiki (Ternopil)
Última profissão antes de vir para Portugal	Jogador de Futebol	Condutor manobrador	Economista na secção de economia da fábrica produtora de papel	Estudante	Empregado de restaurante	Educadora num infantário	Professor Universitário	Assistente de Hospital
Condição atual	Desempregado	Desempregado	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Exerce Profissão	Desempregado
Profissão atual	Desempregado	Desempregado	Empregada Doméstica (cuida de pessoas idosas)	Mediador Cultural	Ajudante de padaria numa fábrica	Mediadora Sociocultural	Alfarrabista	Desempregado
Ano de chegada a Portugal	2001	2001	2000	2001	2002	2002	2000	2000
Concelho de Residência	Pinhal Novo (Palmela)	Amadora	Cascais	Lisboa	Algés	Lisboa	Lisboa	Seixal
Agregado familiar em Portugal	Esposa e dois filhos	Esposa e três filhos	Sozinha	Com o primo	Sozinho	Marido e as duas filhas	Com a namorada	Esposa e dois filhos

3.2.3. Tomada de decisão de emigrar

No que respeita à tomada de decisão de migrar, e segundo um estudo elaborado por Gubhaju e De Jong (2009) acerca da realidade sul-africana, a escolha individual encontra-se no cerne no contexto da teoria neoclássica microeconómica. Os atores comportam-se de forma racional, decidindo migrar com base em cálculos do tipo custo-benefício em que a migração trará retornos positivos para o indivíduo. As pessoas migram para onde sentem que as suas capacidades de trabalho podem ser melhoradas e recompensadas, sendo que, como estudado por Todaro (1976) citado pelos autores, a migração é perspectivada e baseada na decisão do que é melhor para o futuro dos próprios indivíduos. Já a nova teoria económica das famílias coloca a importância da tomada de decisão em migrar nas famílias, em que as pessoas agem de forma coletiva não só de modo a que se possa maximizar o rendimento esperado, mas também a que se minimize riscos.

No âmbito desta dissertação, procurou-se perceber como é que os entrevistados autocaracterizavam a decisão de emigrar para Portugal, se tinha sido uma decisão refletida e, em caso afirmativo, se a nível individual ou familiar, bem como, por outro lado, se tinham recebido apoio da família e, se sim, de que forma. Constatou-se que 9 dos entrevistados afirmaram ter sido uma decisão pensada e, no seio destes, a decisão foi refletida conjuntamente com a família em 6 dos casos, sendo que 3 entrevistados afirmaram que a decisão foi pensada apenas individualmente. Por outro lado, 7 entrevistados revelaram que a emigração para Portugal não foi de alguma forma refletida, tendo inclusivamente sido resultado de hipóteses surgidas à última hora, de circunstâncias da vida. Em consonância com os resultados do nosso estudo de caso, no trabalho de Baganha, Marques, Góis (2011), e segundo dados de 2002, aproximadamente 59% dos inquiridos afirmou ter sido uma decisão planeada, ao contrário de mais de 41%, que apontou ter sido uma decisão espontânea. Dos inquiridos que afirmaram ter sido uma decisão pensada, mais de 47% revelou que a decisão fez parte de uma estratégia no seio familiar, ao passo que 52,1% afirmou que o nível de tomada de decisão restringiu-se à esfera individual, contrariamente ao constatado com o estudo de caso desta dissertação.

Por último, e no que concerne à existência ou não de apoio por parte da família que ficou na Ucrânia, apenas sete imigrantes indicaram ter recebido algum tipo de apoio dos

familiares, sendo que em três entrevistados, o apoio foi tanto psicológico como financeiro (neste aspeto, a entrevistada n.º14, 34 anos, em Portugal desde 2002, refere que teve os dois tipos de suporte mas que, ainda assim, o apoio foi mais psicológico do que financeiro). Para outros três entrevistados, o apoio foi apenas psicológico e torna-se interessante referir que somente um dos entrevistados (o entrevistado n.º15, 54 anos, em Portugal desde 2000), sublinhou ter recebido apoio financeiro da família que ficou no país natal e reforçou, referindo: “Psicologicamente não, em termos monetários. A gente consegue sobreviver, pelo menos não preciso muito dinheiro, mas para sobreviver precisava”.

3.2.4. Contexto socioeconómico da imigração ucraniana: os motivos da vinda para Portugal

Sendo um fluxo migratório relativamente recente, torna-se pertinente compreender quais os motivos e causas que explicam a saída de ucranianos do seu país de origem e a escolha de Portugal, em particular, como país de destino.

Estes fluxos migratórios provenientes da Europa de Leste, não só da Ucrânia mas com especial incidência neste país, tiveram a sua origem entre os finais da década de 90 do século passado e os primeiros anos do século XXI, nomeadamente entre 1997 e 2001. De acordo com Perista (2004: 127): “[...] começaram a chegar a Portugal a partir de 1997, coincidindo o maior número de entradas com os anos de 2000 e, sobretudo, 2001, o ano de regularização extraordinária de imigrantes”. Martins (2005: 43) acrescenta que “No começo de 2001, ano da realização do último censo da população portuguesa, a visibilidade dos imigrantes de Leste era ainda muito reduzida, tendo sido ao longo desse ano que se verificou uma grande entrada desses imigrantes no nosso país, incentivados pela oferta de trabalho na construção civil e pelas possibilidades de regularização da situação introduzidas pela Lei nº 4 /2001”. Assim, as mudanças ao nível legislativo antecipavam que apenas provisoriamente se emitissem novos vistos de trabalho em Portugal, as denominadas *autorizações de permanência*, renovadas anualmente e somente para um período máximo de 5 anos (Matias, 2004) (as quais dariam origem a uma autorização de residência).

Aos fluxos migratórios está associado um determinado contexto no país de origem, que foi determinante para a saída de um elevado fluxo de pessoas da Ucrânia, as quais

procuraram em Portugal, entre outros países, melhores condições de vida. Na União Soviética, dominava a política “centralizada que conferia múltiplos benefícios aos cidadãos: acesso a habitação, alimentação, trabalho, saúde, educação, serviços municipalizados de água e energia fortemente subsidiados pelo Estado” (Antunes, 2007: 89). Com a decadência e queda dos regimes comunistas da União Soviética, começaram a surgir problemas de índole tanto económica como social, tais como a criminalidade, a falência de indústrias, que arrastaram as pessoas para o desemprego, baixos salários ou até mesmo salários em atraso, como testemunha o estudo de Matias (2004). Com os altos níveis de desemprego, as pessoas não tinham como pagar as despesas, dar sustento às respetivas famílias e, como destaca Antunes (2007: 89), “[...] as pessoas viram as suas vidas viradas do avesso e tudo aquilo que era garantido e sólido deixou de o ser”. Face a este delicado e complicado contexto de crise económica e social, a solução de muitos cidadãos passou por emigrar. Estes fluxos migratórios são de carácter predominantemente económico e visam, como atesta Perista (2004), a saída de uma situação sócio e economicamente delicada no país de origem, onde não estavam reunidas as condições básicas de vida.

Existem ainda outras razões, segundo Baganha, Marques e Góis (2004) que explicam a imigração ucraniana, tais como a pressão migratória elevada no país de origem, a falta de controlo de outros países da UE relativamente à emissão de vistos de curta duração, a facilidade de circulação no Espaço Schengen, o tráfico de pessoas a partir de “agências de viagens”. Particularmente em relação a este último ponto, os elevados fluxos de imigrantes que chegaram a vários países da Europa Ocidental, entre os quais Portugal, estão também associados aos esquemas das redes organizadas e que para Peixoto são (2007: 462) “o primeiro sintoma alargado do funcionamento de redes de tráfico e contrabando de migrantes organizadas”. Estas redes de tráfico humano geraram e alimentaram a propagação desta corrente em particular, como também a dispersão sócio espacial da mesma, em todo o território nacional, pelo que essa distribuição pelo país é consequência das possibilidades de trabalho existentes nas várias regiões. Para um certo número de imigrantes, a solução para a saída de processos burocráticos muito morosos e complexos passou pela aquisição de vistos de turismo e, para tal, procederam ao estabelecimento de contactos com intermediários (Antunes, 2007).

Em particular para Portugal, Baganha, Marques e Góis (2004: 98-99) mencionam “as diferenças salariais e de nível de vida existentes entre Portugal e os vários países de origem; a promoção de Portugal feita por “agências de viagem” dos países do Leste Europeu que ofereciam pacotes atrativos e acessíveis a um largo segmento da população; a existência em Portugal de uma regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes, aberta em permanência de Janeiro a Novembro de 2001; a escassez de mão de obra que se verificava no mercado de trabalho português, particularmente acentuada em sectores como a construção civil e obras públicas” como fatores explicativos da chegada a Portugal destes imigrantes. Outros motivos são ainda apontados na literatura e prendem-se com a maior facilidade em obter vistos de trabalho no nosso país, quando comparados com outros países e, por outro lado, a suposta facilidade de regularização da situação em Portugal, como atestam aproximadamente 30% dos inquiridos que indicaram esse motivo no estudo de Perista (2004). Como explica Silva (2010: 25) “Havia a ideia de que em Portugal o processo de regularização era fácil de se realizar e, mesmo no caso de não se concretizar, as probabilidades de serem apreendidos pelas autoridades eram reduzidas”.

Por outro lado, a existência de grandes obras públicas no final dos anos 90 e início da primeira década do novo século e a escassez de mão-de-obra nacional impulsionaram a incorporação de imigrantes no mercado de trabalho, entre os quais se inserem os ucranianos, para a execução dessas mesmas obras, como a Ponte Vasco da Gama, a Exposição Mundial de 1998 em Lisboa (Expo 98’), a construção de estádios para o Campeonato Europeu de Futebol de 2004 (Euro 2004), as obras do metro do Porto e a Barragem do Alqueva.

Num estudo realizado por Baganha, Marques, Góis (2011), os autores partiram de inquéritos aplicados em 2002 e 2004 pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)⁵⁴ a imigrantes de Leste, cujo objetivo era caracterizar um fluxo migratório que, à altura, se encontrava em desenvolvimento. No total da amostra, para 2002, a percentagem de ucranianos inquiridos foi de aproximadamente 90% de um total de 735 inquiridos e para 2004 foi de 59% em 913 inquiridos. Neste contexto e relativamente a 2002, quando questionados sobre os motivos para a emigração, mais de 80% dos entrevistados indicou que a saída do seu país se ficou a dever as razões

⁵⁴ Referente ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, daqui em diante designado como CES-UC.

económicas, o que por si só demonstra o carácter económico deste fluxo migratório. Aproximadamente 8% apontou outras razões, cerca de 6% referiu motivações políticas e mais de 6% questões profissionais. Por outro lado, quando abordados acerca das razões pelas quais escolheram Portugal para país de acolhimento, sensivelmente ¼ da amostra salientou as características do país, seguidas pelo aconselhamento dos amigos (aproximadamente 19%), a obtenção de emprego e melhores condições económicas (16,1%) e a legalização (mais de 13%). Foram ainda salientadas por aproximadamente 5% o aconselhamento da família e outras razões, mais de 4% a necessidade de um tipo de visto para entrar no país e cerca de 2% referiu terem sido circunstâncias do acaso. Relativamente a 2004, 90% dos inquiridos (mais 10% do que em 2002) apontou razões económicas como a causa para a saída do seu país, e aproximadamente 6% (à semelhança do estudo para 2002) referiu motivações políticas.

À semelhança dos resultados do trabalho de Baganha, Marques, Góis (2011) e relativamente ao estudo de caso desta dissertação, quando questionados acerca dos motivos que os levaram a emigrar (questão 1), pelo menos 12 dos entrevistados apontaram motivos económicos adjacentes à crise que se vivia na Ucrânia. Como apontam alguns dos entrevistados, a entrevistada n.º1 (40 anos, em Portugal desde 2001): “É principais, ou seja, a parte de financiamento, porque na altura quando nós deixámos o nosso país, é assim... tinha trabalho, não é... mas o tal financiamento que nós tivemos, não chegava para sobreviver”. No mesmo sentido, o entrevistado n.º9 (38 anos, em Portugal desde 2001) apontou: “Quando o [nível] económico do nosso país caiu, acabou o ganhar bem e vim para cá”. O entrevistado n.º13 (40 anos, em Portugal desde 2002) justifica que: “Problema de Ucrânia...é sempre crise, não tem trabalho bem, paga pouco e eu vai procurar trabalho na outro, no outro sítio”. A mesma opinião é partilhada pelo entrevistado n.º15 (54 anos, em Portugal desde 2000) ao responder: “A única coisa, falta de dinheiro”.

Outro motivo muito frequentemente referido é o reagrupamento familiar. Como constatou a entrevistada n.º3 (38 anos, desde 2007 em Portugal): “O meu marido ficou aqui, no momento em que fizemos os documentos ele já ficou aqui 5 anos e depois nos três anos fizemos documentos para chegar aqui. Por isso eu cheguei por causa do agrupamento familiar”. Segundo a entrevistada n.º7 (43 anos, em Portugal desde 2003): “Motivo... meu marido não, não teve... meu marido primeiro chegou cá, porque teve, foi situação pouco mal lá, lá na Ucrânia, ele pessoa da Moldávia. Nós, minha filha

primeira nasceu na Ucrânia, nós vivemos lá na Ucrânia e ele não... não conseguia arranjar trabalho. Ele chegou cá em Portugal, e 2 anos, ele trabalhou cá...mas, mas eu pensei que é temporária, mas ele não conseguiu voltar, não conseguiu voltar, eu cheguei para, cheguei cá para, como... para fazer... companhia...”. Sabendo que muitos dos imigrantes que na atualidade chegam ao país, fazem-no por questões relacionadas com o reagrupamento familiar, é importante perceber que “Reunificar a família obedece a uma lógica migratória específica – um projecto – desenvolvida pelas famílias migrantes. Têm de decidir quem migra, quem se reúne aos membros já emigrados (e quem não se reúne), em que momento devem migrar, quais os papéis e responsabilidades de cada membro no estrangeiro e no país de origem [...]” (Fonseca *et al.*, 2005: 156).

Outras razões pelas quais escolheram Portugal para viver estão relacionadas com aspetos como o facto de já terem alguns amigos e familiares no país, saberem que muitos outros ucranianos já cá estavam e que veiculavam informação positiva (mecanismos de *feedback* positivo) sobre o país para os seus conterrâneos na origem, nomeadamente sobre a regularização e também sobre as hipóteses de trabalho. A entrevistada n.º8 (36 anos, em Portugal desde 2001) salientou que: “Porque é, era já muita gente que conhecia Portugal, já... era uma etapa... que muita gente foi para cá, e diz que “aqui está mal”, não é mal”, é um país bom para os imigrantes. Isto é verdade”. Massey (1990: 8) explica que tendo em conta a “natureza das estruturas quer de parentesco como também de amizades, cada novo migrante cria um conjunto de pessoas que possuem vínculos sociais com a área de destino. Os migrantes são inevitavelmente ligados aos não-migrantes através de redes de obrigações recíprocas com base em entendimentos partilhados de parentesco e amizade. Os não-migrantes recorrem a essas obrigações para ganhar acesso ao emprego e assistência no local de destino, reduzindo substancialmente os seus custos”.

Também foi salientada a procura de melhores condições de vida, nomeadamente a maior facilidade na procura de trabalho, o facto de este ser melhor remunerado, comparativamente à Ucrânia, e também o facto de Portugal ser um país mais calmo e seguro quando comparado com a Ucrânia, tal como é destacado pelo entrevistado n.º13 (40 anos, desde 2002 em Portugal): “Ah... porque aqui está mais... aqui muito calminho e aqui... é bem porque polícia não tem problemas para estrangeiros, não, não procura, não, não apanhar nada, nada, nada. Na Espanha é assim, mais complicado que aqui...”. Ainda como razões justificativas da vinda para Portugal, são apontadas o facto

de em Portugal os vistos serem mais baratos, a vontade de querer mudar de vida, o clima, as pessoas e o gosto pelo país.

Quando questionados sobre qual a respetiva situação em termos de trabalho na Ucrânia, 75% (12) dos 16 entrevistados assumiram que trabalhavam lá, mas que existiam problemas como dificuldades financeiras: “Situação sobre de trabalho? É assim, tem trabalho, quem quer trabalhar acho eu que consegue arranjar, consegue trabalhar, só que há mesmo dificuldade de... Mês... muito pouco e altura que, exemplo nós trabalhamos mas alguns meses que não fomos receber, ou seja, foi atraso, o pagamento que foi atraso e isso é que complicou um bocadinho a nossa vida, e nunca pensámos que podíamos sair, deixar o nosso país, mas...” (entrevistado n.º1, 40 anos, em Portugal desde 2001). Outra situação semelhante foi retratada pela entrevistada n.º11 (47 anos, desde 2000 no país): “Sim, faltava trabalho porque eu, esta fábrica onde eu trabalhava, de repente, de repente, quer dizer, a Rússia estava independente, plantava árvores pela Ucrânia, árvores para a Ucrânia não dava, não tem celulose, não podemos produzir, mudámos... a nossa coisa para outros países, pronto e pessoas se não têm, não produzimos, não recebemos. Pronto, e trabalho, não tem, não tem recebido. E pessoas querem de manhã comer”. Apesar de ter trabalhado na Ucrânia, o entrevistado n.º13 (40 anos, desde 2002 em Portugal) lamentou: “Não chega para nada o dinheiro, não chega”. Ao contrário destes entrevistados, a entrevistada n.º5 (26 anos, em Portugal desde 2005) afirmou: “Sim, tinha trabalho, tinha a minha casa, tenho, tinha o meu carro. É a minha vida. Tinha tudo”.

Estas diversas situações de vida refletem, de uma forma geral, a situação económica e social da Ucrânia, no período posterior à queda dos regimes comunistas da União Soviética. Segundo os entrevistados, a situação do país era de crise social e económica, em que o encerramento de postos de trabalho, nomeadamente fábricas, indústrias, a falta de trabalho ou até mesmo o desemprego afetavam a vida quotidiana das pessoas. Para a entrevistada n.º2 (57 anos, em Portugal desde 2002), “Fecharam fábricas, fecharam lojas, fecharam como... muitas pessoas ficaram despedidas, ficaram despedidas, por isso, estava a fazer, é assim, para, estava a... como que explicar para si... era a situação muito, muito, muito grave, porque muitas pessoas ficou sem trabalho. Ficaram fábricas fechadas...”. No seguimento do que a entrevistada n.º2 referiu, a entrevistada n.º4 (50 anos, em Portugal desde 2004) reafirmou: “Eu acho que o que aconteceu no ano de 1991 foi uma catástrofe social, económica, cultural, porque foi tudo destruído.

Destruído no ano de 1991 e como estou a dizer nesta altura nós fomos todos iguais, casas, carros, roupa, ninguém se importava com nada e de repente todas as pessoas com poder começaram a roubar sem vergonha, sem nada. Eu acho que aconteceu uma coisa incrível. Pessoas com ensino, com habilitações, pessoas com boas famílias perderam tudo. Sem trabalho, depois as pessoas sem dinheiro precisavam de ir para outra terra, começavam a tomar álcool e houve destruição da família”.

Ao ser abordado o contexto inerente à vinda dos imigrantes, torna-se importante saber quando estes entraram em Portugal. No estudo de Baganha, Marques e Góis (2011), segundo dados dos inquéritos realizados em 2002 que foram mencionados pelos autores, constatou-se que o número de chegadas ao nosso país é crescente desde o 2º semestre de 1999 mas que, ainda assim, o maior “pico” aconteceu no ano de 2001, em que chegaram aproximadamente 58% dos inquiridos. Resultados semelhantes constatarem Fonseca, Alegria e Nunes (2004) no seu estudo a 518 imigrantes, efetuado no Alentejo, em que pouco mais de 6% dos inquiridos entraram em Portugal antes de 2000 e sensivelmente metade da amostra chegou em 2001. Os resultados dos nossos estudos de caso comprovam o que a literatura refere, pois a maioria (5) dos 16 entrevistados chegou a Portugal no decorrer do ano de 2001, 4 em 2000, 3 em 2002, sendo que os restantes emigraram para o nosso país entre 2003 e 2007.

3.2.5. Dificuldades sentidas na chegada a Portugal

Quando questionados acerca das dificuldades que sentiram no momento em que chegaram a Portugal, 2 dos entrevistados afirmaram que não sentiram ou tiveram grandes dificuldades. A entrevistada n.º7 (43 anos, em Portugal desde 2003), agradecendo, confessou que: “não, não fui muitos problemas (...) tem aqui uma igreja batista... cá, cá em Setúbal, eles ajudaram muito, muito, muito, porque o primeiro tempo, eu sempre foi ajudar na igreja deles, eles fizeram a... fizeram jantares (...) para a gente, eu, eu ajudei sempre, ajudei e preparei... sim, porque... consegui fazer alguma (coisa) (...) e preparei lá o comida, e ajudei, e lavar a loiça, e tudo, tudo, tudo (...) Eles fizeram contrato, contrato efetivo para mim, tudo, tudo, mas eu gostei muito, esta pessoa é muito bons, eles ajudaram muito, muito na minha vida quando eu cheguei cá, eu penso que... quando eu cheguei cá e encontrei estas pessoas... ajudou muito para mim”. São mencionadas as dificuldades com a alimentação (nos primeiros dias),

documentação, legalização, com o alojamento, na procura de trabalho, acesso à saúde, o facto de algum membro da família, ainda que num momento inicial ter ficado na Ucrânia, e dificuldades financeiras. Além do já referido, e recorrendo ao seu caso, a entrevistada n.º4 (50 anos, desde 2004 no país) afirmou que: “A pessoa quando tem o seu ritmo de vida, eu fiquei arrancada, restrita, faltava a zona de conforto, ser útil, a família, a sociedade, tudo”. Ainda assim, em relação ao resto aponta que: “Alojamento eu tive ajuda de algumas funcionárias do meu marido. Quando chegamos tive ajuda de vizinhos que deram roupa, loiça, laranja, tudo. Nós fomos recebidos cinco estrelas”.

Noutro âmbito, a entrevistada n.º11 (47 anos, desde 2000 no país) salientou outro tipo de dificuldades, relacionadas com os hábitos culturais e de educação: “... em Norte, pessoas ensinam a falar palavrões. Eu falava inglês. E primeiras coisas que eu vi na rua, até crianças falavam mal (...) com, mas estas, as crianças jogam futebol e falam mal, aberto e andam pessoas idosos e outros não dizem nada. É este primeiro choque que eu apanhei”. Por outro lado, é unânime entre os entrevistados que a maior dificuldade sentida quando chegaram ao país é a língua, sendo esta referida diretamente por 9 dos entrevistados: “Dificuldades de língua”, salienta o entrevistado n.º9 (38 anos, em Portugal desde 2001). Tal como o compatriota, o entrevistado n.º16 (39 anos, em Portugal desde 2000) refere a dificuldade com a língua e os problemas que tal situação acarreta: “Não, é sempre a língua. Não conseguia arranjar jeito nenhum, não percebia nada português, não falava, por isso é muito difícil. E depois, pronto, sobre trabalho, como não falava, ninguém, não queria dar trabalho”. Já a entrevistada n.º5 (26 anos, desde 2005 no país) refere que: “Eu fui logo na escola, fui aprender língua portuguesa, mas primeiro ano não podia falar nada porque estava com vergonha, perceber, perceber tudo, mas falar não”.

3.2.6. Trajetórias migratórias

Outra das questões do guião de entrevistas a imigrantes ucranianos incidia sobre a trajetória migratória dos entrevistados, nomeadamente se quando saíram da Ucrânia tinham vindo diretamente para Portugal, ou se tinham trabalhado noutro(s) país(es) antes de cá chegar. Dos 16 entrevistados, apenas 2 emigraram anteriormente para outro país que não Portugal. No caso da entrevistada n.º6 (39 anos, em Portugal desde 2000), o destino foi a Grécia (em 1995, onde trabalhou como tradutora, rececionista e

empregada de restauração, tendo reemigrado para o nosso país em 2000), ao passo que, para o entrevistado n.º13 (40 anos, em Portugal desde 2002), o primeiro destino foi Espanha (em 2002, tendo reemigrado para Portugal apenas um mês depois de ter chegado a Espanha, onde não obteve trabalho).

3.2.7. Meios usados na vinda para Portugal

Na pergunta sobre como é que chegaram até ao nosso país, 7 dos entrevistados vieram de autocarro, 6 de avião, 2 de carrinha e 1 entrevistada, ao obter o visto na Grécia, foi de autocarro até à Alemanha, na Alemanha deslocou-se de comboio até França e Espanha, e, depois de Espanha, chegou até Portugal através do transporte próprio do marido. Destaca-se que, aquando da viagem até Portugal, alguns entrevistados salientaram o facto de terem vindo outras pessoas a acompanhá-los, embora não as conhecessem, como também alguns referiram terem sido acompanhados pelos companheiros (referido por 2 entrevistadas) e outros membros da família, amigos e pelo menos num dos casos, a própria entrevistada admitiu ter chegado ao nosso país no âmbito do tráfico de pessoas. A entrevistada n.º11 (47 anos, em Portugal desde 2000) afirma: "...Uma máfia portuguesa como uma máfia nossa, conjunto trazerem pessoas para trabalhar. É uma miséria. Querem ouvir, não querem ir, mas na altura assim, tráfico das pessoas". A maioria dos imigrantes entrevistados deslocou-se de autocarro, estando estes resultados em consonância com o que Matias (2004) conclui no seu estudo. Nesse estudo, o autocarro foi o meio de transporte mais utilizado pelos imigrantes inquiridos, no qual estavam mais pessoas que entrariam no país de forma irregular. Este meio de transporte em particular era associado a mecanismos de controlo por parte dessas redes de tráfico, bem como a riscos relacionados com práticas de extorsão.

Relativamente ao custo da viagem, poderá concluir-se que este último dependerá do meio de transporte utilizado, mas os valores referidos são algo subjetivos, dado que variam entre os 16 e os 20 Euros (valor da viagem paga pelo entrevistado n.º13 (40 anos, desde 2002 no país), em autocarro de Espanha até Portugal), e valores entre os 1200 e 1300 Euros, pagos por dois dos entrevistados, não esquecendo ainda valores entre os 200 e os 800 Euros.

3.2.8. Integração socioprofissional dos imigrantes ucranianos

3.2.8.1. No mercado de trabalho

Com a chegada do fluxo migratório, proveniente do Leste da Europa e maioritariamente da Ucrânia, a relevância dos imigrantes no contexto do mercado de trabalho português tem vindo a ser crescente, precisamente no período compreendido entre os finais dos anos 90 do século XX e os primeiros anos do século XXI, em que ocorreram os maiores fluxos provenientes da Europa de Leste (Silva, 2010). De acordo Góis (2004), e no seguimento do que Piore estudou nos anos 70, concretamente em 1979, o mercado de trabalho caracteriza-se pela existência de dois segmentos distintos⁵⁵: o mercado de trabalho primário e o mercado de trabalho secundário. Para Massey (1990), os trabalhadores do mercado primário são em número menor, mas por outro lado são melhor remunerados, mais qualificados e têm mais segurança no trabalho relativamente aos trabalhadores inseridos no mercado secundário. O mercado de trabalho primário é caracterizado pela existência de empregos estáveis, a tempo inteiro, melhores salários, boas condições de trabalho, vantagens sociais, hipóteses de promoção ao nível da carreira e segurança laboral. Já no mercado secundário, a situação é a oposta: empregos a tempo parcial ou de duração limitada, caracterizados pela vulnerabilidade salarial e contratual, com escassas ou inexistentes possibilidades de promoção, o que, por si só, é revelador de um contexto de insegurança laboral.

Num contexto de carência e necessidade de mão-de-obra que caracterizava o mercado de trabalho português nos finais dos anos 90 e início do século XXI, outro dos aspetos a que importa fazer uma breve referência é que, de uma forma geral, os imigrantes, principalmente os recém-chegados, demonstram uma grande disponibilidade em termos de trabalho visto que frequentemente estão dispostos a trabalhar mais horas, laborar por turnos, não recusando os horários mais “duros” e exigentes, e exercer tarefas que os trabalhadores nativos ou os imigrantes mais antigos já não aceitam. Além disso, têm uma maior mobilidade laboral e geográfica pelo facto de aceitarem com mais facilidade os empregos que lhes oferecem. Estas observações aplicam-se de um modo geral aos imigrantes recentes, e os cidadãos do Leste da Europa não constituíram exceção quando chegaram a Portugal.

⁵⁵ Este ponto já foi previamente abordado, no Capítulo I sobre “As Migrações e Teorias Explicativas”.

Na opinião de Pereira (2008), as características de inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho português estão bem identificadas. Em particular para o contexto do estudo de caso, os trabalhadores dos países do Leste da Europa, estão particularmente incorporados no segmento secundário do mercado de trabalho, em profissões pouco exigentes em termos de qualificações, nos setores da construção civil e obras públicas, trabalho doméstico, hotelaria e restauração, como também nas limpezas industriais e urbanas e, ainda, na agricultura. Relativamente às formas de inserção laboral dos imigrantes, existem diferenças de género às quais os ucranianos imigrados em Portugal não fogem. As mulheres encaminham-se especialmente para os setores das limpezas e trabalho doméstico e os homens maioritariamente para a construção civil (Pereira, 2009). Esta tendência verifica-se no estudo de Perista (2004), quando o autor conclui que a maior parte dos imigrantes do Leste do sexo masculino⁵⁶ se encontrava a trabalhar em profissões relacionadas com o setor da construção, ao passo que uma parte significativa dos inquiridos (três em quatro) que se encontravam a trabalhar no setor da restauração eram mulheres. Há, claramente, uma questão de género na repartição dos trabalhadores pelas atividades profissionais, dado que nenhuma mulher se encontra representada nas profissões relacionadas com o setor da construção e nenhum homem desenvolve a sua atividade nos serviços domésticos/de limpeza, características que também se encontram entre os trabalhadores não-imigrantes. Tal argumento é partilhado por Matias (2004), no estudo que desenvolveu. Para a autora, a inserção ao nível do setor dos serviços é fundamentalmente realizada por mulheres, enquanto a inserção no setor da construção civil conta somente com os entrevistados do sexo masculino. Ao comparar a incorporação dos Europeus de Leste com a dos imigrantes africanos, Peixoto (2007: 462) em relação dos imigrantes de Leste acrescenta que “na maioria dos casos, ocuparam posições desqualificadas em sectores como a construção civil e, no caso das mulheres, serviços domésticos”. Assim, ao estarem inseridos em trabalhos pouco exigentes em termos de qualificações formais, há a levantar a questão da sobre qualificação destes imigrantes (mais do que em relação a outras comunidades imigrantes residentes no país) relativamente ao desajustamento entre os trabalhos que desempenham, por um lado, e as suas habilitações e capacitações profissionais, por outro. Sendo uma realidade inerente à vida dos imigrantes ucranianos no seu geral,

⁵⁶ No estudo de Perista (2004), a amostra era construída por imigrantes de diversas comunidades: 47,6% eram ucranianos, 20,5% moldavos, e 20,5% russos. Foram inquiridos ainda imigrantes de outras oito nacionalidades.

“vivem no mercado de trabalho português um processo de desqualificação profissional evidente [...]” (Matias, 2004: 7) que diversos autores já denominaram como desperdício de cérebros (*brain waste*).

Relativamente ao caso de estudo e aos problemas na procura de emprego e de inserção no mercado de trabalho português, 11 dos 16 entrevistados afirmaram não ter tido problemas. Entre os que enfrentaram obstáculos, foram referidos os relacionados com a língua, tendo dificultado o acesso a um trabalho, a falta de requisitos para a procura de emprego (por exemplo, a carta de condução), o desconhecimento perante onde se podia exercer, trabalhar (o que está relacionado com o facto de, regra geral, estes imigrantes executarem trabalhos não condizentes com as suas habilitações académicas) e de frequentemente a tarefa exercida não ser coincidente com as qualificações, como também alguns problemas de documentação para a obtenção de visto.

3.2.8.2. *Primeira profissão em Portugal, mobilidade laboral e desemprego*

Dos 16 entrevistados, como já referido, 10 eram do sexo feminino. O primeiro emprego destas entrevistadas foi, regra geral, como empregadas no setor da restauração e limpezas, tendo-se observado um caso em que a entrevistada ordenhou vacas numa quinta, outra situação em que a imigrante trabalhou a apanhar fruta, e ainda o caso de outra entrevistada que trabalhou na Igreja Batista na cidade onde reside. De uma forma geral, e nos empregos posteriores ao primeiro, as entrevistadas continuaram a exercer nas mesmas áreas de atividade, sendo empregadas de limpeza em empresas ou casas particulares, funcionárias de empresas, restaurantes, hotéis ou hipermercados. O tempo médio de duração dos empregos que as entrevistadas têm tido em Portugal é de 1 ano (7 referências) ou menos de 1 ano (8 referências), o que é particularmente breve e pode estar associado a fracos laços contratuais entre as entidades empregadoras e os trabalhadores. Contabilizam-se ainda 5 e 7 anos (ambos com 4 referências cada).

Relativamente à existência ou não de contrato, a maior parte dos trabalhos referidos pelas entrevistadas teve a existência de um vínculo contratual (17 referências calculadas em relação a quase todos os empregos, visto que, para alguns empregos, as respondentes não referiram a existência ou não de contrato). Verificam-se ainda casos de mobilidade socioprofissional ascendente em pelo menos 4 entrevistadas: a

entrevistada n.º1 (40 anos), que quando chegou era funcionária num restaurante e atualmente é mediadora cultural numa associação em Setúbal; a entrevistada n.º2 (57 anos), que no primeiro emprego ordenhou vacas, e apesar de atualmente ainda ser empregada de limpezas, também leciona língua e literatura russas numa associação em Setúbal; a entrevistada n.º3 (38 anos), que acumula o facto de ser empregada de limpeza com a função de analista de análises clínicas e a entrevistada n.º14 (34 anos), que quando chegou era empregada doméstica e desde 2005 é mediadora sociocultural. Importa ainda salientar que uma outra entrevistada (n.º11, 47 anos) no passado já experienciou essa mobilidade ascendente, dado que, ao chegar a Portugal, trabalhou como copeira num restaurante e, passados 2 anos, trabalhou em 2 hotéis (entre 2002 e 2003).

Em relação aos entrevistados do sexo masculino (6), em 3 deles verificou-se que o primeiro emprego teve lugar no setor da construção, sendo que os restantes 3 exerceram a sua atividade no setor da restauração, na jardinagem e como tratador de animais. Depois do primeiro emprego, os entrevistados enquadraram a sua atividade nos mesmos setores e exerceram profissões tais como serralheiro, soldador, ajudantes em fábricas, ajudantes de vendas e a apanhar fruta. O tempo médio de duração dos empregos que estes entrevistados têm tido em Portugal é de menos de 1 ano (11 referências), seguido por 1 ano (7 referências). Contabilizam-se ainda 2 anos (4 referências), e 4 e 9 anos (ambos com 2 referências cada). Relativamente à existência ou não de contrato, e à semelhança do que se sucedeu com as entrevistadas, a maior parte dos trabalhos referidos pelos homens envolveu um vínculo contratual (20 referências calculadas em relação a praticamente todos os empregos, dado que, para alguns empregos, os entrevistados não referiram a existência ou não de contrato).

Verificam-se ainda casos de mobilidade socioprofissional ascendente em 2 dos entrevistados: o entrevistado n.º12 (30 anos), que quando chegou foi funcionário num restaurante e atualmente é mediador cultural, bem como o entrevistado n.º15 (54 anos), que no primeiro emprego foi jardineiro e que desde 2002 até à atualidade é alfarrabista. Em ambos os sexos, foi possível verificar os empregos que já exerceram e ainda os que atualmente exercem, que, regra geral, não são compatíveis com as qualificações que possuem.

Existe, para estes imigrantes, uma dada evolução profissional no momento posterior ao primeiro emprego, pois com a aprendizagem da língua portuguesa e com

elevadas habilitações escolares, os imigrantes ucranianos são procurados como mão-de-obra em setores como a hotelaria ou, por alternativa, em empregos muito qualificados, mas tal acontece com o reconhecimento dos estudos obtidos no país de origem (Martins, 2005). Na mesma linha, Rocha-Trindade (2004: 177) afirma que “[...] é de prever que quando possuidores de um adequado domínio da nossa língua e tenham feito prova de capacidades de desempenho em trabalhos de natureza mais qualificada ou especializada, a eles venham progressivamente a ter acesso”. Na mesma linha, para Perista (2004) também é patente que o maior tempo de permanência no país parece ser um fator determinante para o acesso a empregos mais recompensadores.

Neste processo de mobilidade socioprofissional ascendente, constata-se que passados alguns anos, parte destes imigrantes exerce a sua profissão em setores de atividade qualificados, como por exemplo no comércio, serviços, quadros técnicos, intelectuais e científicos (Mendes, 2009 citado em Silva, 2010). Este processo ocorre destacadamente nos homens, e tal sucede-se por serem estes últimos que exercem o seu trabalho nos setores da construção civil.

Relativamente ao setor de atividade nos quais se inserem os imigrantes ucranianos, e mais especificamente ao primeiro emprego, aproximadamente metade dos imigrantes inquiridos no estudo de Baganha, Marques e Góis (2004) estavam enquadrados no setor da construção civil e sensivelmente 14% trabalhavam no setor da indústria (do sexo masculino) (Quadro 3.7). Por outro lado, mais de 15% dos ucranianos residentes trabalhavam em serviços coletivos, sociais e pessoais (nomeadamente o sexo feminino).

Quadro 3.7. Setor de atividade do primeiro emprego e do emprego atual dos imigrantes ucranianos (%) (2004)

Setor de atividade	Primeiro emprego	Emprego atual
Agricultura e Pesca	6,5	6,7
Indústria	13,3	14,1
Construção civil	44,8	30,8
Alojamento e restauração	4,4	6,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	15,3	17,4
Atividades pessoais, familiares e domésticas	5,6	6,0
Outro setor	10,1	18,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Baganha, Marques e Góis (2004) (Elaboração própria; Adaptação).

Por outro lado, e relativamente ao emprego atual, verifica-se um aumento pouco expressivo quer no setor da agricultura e pescas (0,2%), nas atividades pessoais, familiares e domésticas (0,4%), como também no setor da indústria (0,8%) e mais elevado noutros serviços coletivos, sociais e pessoais e no setor do alojamento e restauração, ambos acima dos 2%, sendo que, noutro setor, o crescimento ronda os 8%. Já no setor da construção civil, e sabendo que no primeiro emprego se inseriam aproximadamente metade dos ucranianos inquiridos neste estudo, relativamente ao emprego atual constata-se um expressivo decréscimo entre os imigrantes que à data do estudo lá trabalhavam. Esse decréscimo é de 14%, ao qual não é indiferente a crise do setor da construção, onde se insere uma significativa proporção dos imigrantes ucranianos, e que se traduz em situações de desemprego.

No momento da inquirição, 3 dos entrevistados estavam desempregados. Para o entrevistado n.º9, a situação de desemprego já dura desde 2011 (2 anos), o entrevistado n.º10 está sem trabalho desde dezembro de 2012, e o entrevistado n.º16 está desempregado desde agosto de 2012. Este último já passou por situações de desemprego 4 vezes que conjuntamente perfazem um período de 5 anos. Ainda assim, desde que estão em Portugal, e excluindo estes 3 entrevistados, mais 4 dos entrevistados já teve períodos de desemprego no nosso país. No caso da entrevistada n.º1, o período de desemprego durou 8 meses (de janeiro a setembro de 2012), ao passo que para as entrevistadas n.º3 e n.º14 durou mais de 2 anos (a primeira chegou em 2007 e esteve desempregada até 2009, tendo somente trabalhado um pouco numa casa particular, enquanto que para a segunda, a situação de desemprego começou em julho de 2003 e terminou em agosto de 2005). Para a entrevistada n.º11, o período no desemprego foi de 1 ano (2004 a 2005). É de salientar também que nenhum dos entrevistados optou por trabalhar no estrangeiro mesmo que por períodos curtos, desde que está em Portugal. Noutro âmbito, a referência às situações contratuais dos entrevistados, no empregos em Portugal pode ser observada com maior detalhe a partir do Quadro 3.8.

Quadro 3.8. Resumo das situações contratuais dos entrevistados, nos empregos em Portugal

	Empregos em Portugal								
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º
Entrevistada n.º1	√	√	√						
Entrevistada	√	√	n/a	n/a					

n.º2									
Entrevistada n.º3	X	X	n/a						
Entrevistada n.º4	X	X	√	X	√				
Entrevistada n.º5	X	X	√	X					
Entrevistada n.º6	√								
Entrevistada n.º7	√	√							
Entrevistada n.º8	X	X / √	n/a	√					
Entrevistado n.º9	√	√							
Entrevistado n.º10	√	√	√	√	√	√			
Entrevistada n.º11	X	X	√	n/a	√	n/a	n/a	X	
Entrevistado n.º12	√	n/a	√						
Entrevistado n.º13	X	X	X	√	√				
Entrevistada n.º14	X	n/a	n/a	n/a	√	√			
Entrevistado n.º15	X	X	X	√	√	√			
Entrevistado n.º16	X	√	√	√	X	√	√	n/a	

Legenda: √ significa que o entrevistado teve ou tem um contrato de trabalho. X significa que o entrevistado não teve ou não tem um contrato de trabalho. n/a significa que não se teve/tem informação. X / √ significa que, num determinado emprego, num primeiro momento o entrevistado não tinha contrato, mas posteriormente já o teve.

3.2.8.3. *Qualificações formais e trabalhos exercidos em Portugal: brain waste*

Relativamente às qualificações dos imigrantes ucranianos residentes no país, como se observa no Quadro 3.9., que representa o nível educativo dos imigrantes residentes no nosso país, e inquiridos por Baganha, Marques e Góis (2011), mais de 30% possuía ensino profissional, 20% detinha um curso de ensino politécnico, 22,6% uma licenciatura e 12,5% um curso de pós-graduação (mestrado, doutoramento ou outro), o que demonstra que, regra geral, que estes indivíduos detêm elevadas habilitações escolares. Nesta mesma linha, e segundo os resultados do seu estudo, Perista (2004: 130) afirma que “Esta, é de facto, uma população com um alto nível de

escolaridade, muito superior ao da população portuguesa [...] O ensino técnico/profissional ocupa, nesta população, um lugar de destaque”. Nesta linha, Martins (2005) conclui que aproximadamente metade dos indivíduos da amostra da investigação que realizou (49,1%) terminou um curso técnico ou profissional.

Quadro 3.9. Nível educativo dos imigrantes ucranianos inquiridos e residentes em Portugal (%) (2004)

Nível escolar	%
Sem formação escolar	0,0
Ensino Básico	1,2
Ensino Secundário	12,7
Ensino Profissional	31,0
Ensino Politécnico	20,0
Licenciatura	22,6
Pós-graduação (Mestrado, Doutoramento ou outra Pós-Graduação)	12,5
Total	100

Nota: n = 504

Fonte: Baganha, Marques e Góis (2011); (Elaboração própria; Adaptação).

Dado que o segmento primário e secundário são completamente opostos, a divisão do mercado de trabalho nestes dois segmentos gera perspetivas de vida diversas (Silva, 2010). Sabendo que, genericamente, os imigrantes ucranianos são portadores de elevadas qualificações, a inserção no mercado de trabalho primário constituiria a melhor hipótese para estes imigrantes e para a sua qualidade de vida, mas verifica-se que tal não acontece, devido a um conjunto diverso de fatores, entre os quais se destaca a carência no domínio da língua portuguesa⁵⁷ (Silva, 2010). Para estes imigrantes, a inserção no mercado secundário também não constitui a realidade adequada, na medida em que este “é um tipo de segmento que não proporciona uma boa progressão na carreira profissional para quem apresenta um nível de formação acima da média, como é o caso destes imigrantes” (Silva, 2010: 54).

⁵⁷ Para além da língua, há outros fatores como a dificuldade de serem reconhecidos os diplomas escolares e de formação profissional trazidos do país de origem em Portugal, o desconhecimento das leis que regem o mercado de trabalho português e a irregularidade documental que caracteriza a situação de muitos imigrantes nos primeiros tempos do processo migratório.

Ainda assim, o estudo realizado por Perista (2004) afirma que 2/3 dos inquiridos que se encontravam a trabalhar se sentiam satisfeitos com o respetivo trabalho/emprego. Esta situação é explicada não só pelo nível salarial auferido (mais de 20% dos inquiridos revelou que ganhava um bom salário), mas também pelo gosto da profissão exercida (aproximadamente 36% disseram que gostavam do trabalho que realizavam). Desta forma, coloca-se a questão da desadequação entre as habilitações destes imigrantes e o que trabalho que realizam. Essa desadequação existe e Perista (2004) pôde constatar que é expressa entre os inquiridos que não estavam satisfeitos com o trabalho que possuíam, devido aos baixos salários, bem como ao facto de realizarem tarefas fatigantes.

3.2.8.4. *Incorporação no mercado de trabalho em Portugal: as redes de conhecimento e os contactos formais*

Sendo que a migração proveniente é claramente de natureza económica, a incorporação no mercado de trabalho, é um aspeto primordial para uma melhor compreensão de como se tem processado a integração na sociedade de destino, desde a saída do país natal até ao momento da entrevista. No que à obtenção de um emprego diz respeito, Silva (2010) constata a existência de dois modos distintos: o informal e o formal. O informal é caracterizado pelas redes de amigos e familiares e, em sentido oposto, o modo formal, em que a obtenção de emprego se faz a partir de outro tipo de contactos, tais como anúncios, concursos, recrutamentos. Aquando do começo de uma experiência migratória, existe uma maior dependência face às redes constituídas por amigos, familiares e compatriotas já residentes no país, dado que o imigrante não tem conhecimento do funcionamento da sociedade onde acabou de chegar, pode não dominar suficientemente bem a língua do país, como também não ter conhecimento de como pode aceder às modalidades formais de obtenção de emprego. Tal é reconhecido por Massey (1990: 8), dado que para este “Os primeiros migrantes que saem para um novo destino não têm laços sociais para se preparar, e para eles a migração é dispendiosa, especialmente se se trata de entrar noutro país sem documentos”.⁵⁸

Face a situações de desemprego, Perista (2004) argumenta que o tempo de permanência no nosso país pode estabelecer-se como um fator de proteção, pela

⁵⁸ Tradução da minha autoria.

possibilidade de acesso a empregos marcados pela maior estabilidade e segurança, garantido pela chegada mais cedo ao país, sabendo que este poderá gerar mais-valias relativamente a um melhor conhecimento do mercado de trabalho e de comunicação oral e escrita na língua do país de acolhimento. Nestas situações, existe, assim, uma maior independência do imigrante face à rede de amigos e familiares pertencentes à comunidade. No país de destino, quanto mais elevado é o tempo de permanência, maior é o seu domínio da língua, e isso fará com que a dependência das redes de sociabilidade da própria comunidade decresça. Como resultado tanto do maior tempo no país, bem como do domínio da língua, existe o acesso a oportunidades de trabalho, bem como a mais informação sobre condições e leis laborais (Silva, 2010).

Segundo os dados de Baganha, Marques e Góis (2004), mais de 63% dos ucranianos obteve o primeiro emprego por intermédio de compatriotas ou da respetiva família que já residia no nosso país, o que demonstra a dependência do imigrante recém-chegado relativamente às redes sociais mais próximas nos primeiros tempos no país de destino (Quadro 3.10). Por outro lado, apenas 12% dos ucranianos obteve o primeiro emprego com base exclusivamente nos seus recursos individuais, isto é, sem a ajuda de terceiros.

Quadro 3.10. Forma de obtenção do primeiro emprego e do emprego atual dos imigrantes ucranianos (%) (2004)

Forma de obtenção	Primeiro emprego	Emprego atual
Através do próprio	12,2	35,9
Através de uma agência de viagens no país de origem	7,3	2,1
Através de portugueses	5,3	12,2
Através de familiares a viver em Portugal	21,8	9,6
Através de compatriotas a viver em Portugal	41,5	28,2
Através de angariador da comunidade imigrante	6,9	4,0
Através de uma associação ou IPSS	1,2	3,3
De outra forma	3,9	4,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Baganha, Marques e Góis (2004) (Elaboração própria; Adaptação).

Comparando estes dados com a forma de obtenção do emprego atual (à data do estudo) dos imigrantes ucranianos inquiridos, é possível verificar um decréscimo na dependência das redes mais próximas (família e amigos), pois ambas apresentam percentagens mais baixas se comparadas com as registadas na altura do primeiro emprego. Constatase, por outro lado, um aumento na percentagem de respostas em que o emprego foi obtido através de portugueses, o que pode indicar uma maior tendência para a socialização com os nacionais, como também da proporção de respondentes que afirmaram não ter recorrido a terceiros, o que vai ao encontro do referido anteriormente dado. Face a um maior tempo de permanência no país de destino, existirá tendencialmente um maior domínio da língua, bem como, por outro lado, um menor recurso à própria comunidade e à rede familiar.

O Quadro 3.11 representa a evolução do número de imigrantes ucranianos em Portugal. É possível verificar que, entre 2002 e 2004, o número destes imigrantes aumentou em aproximadamente 4 000 pessoas. O decréscimo da comunidade ucraniana, apesar de se ter verificado entre 2004 e 2006, entre 2006 e 2007 e em 2008 e 2009, começou a ser mais evidente a partir de 2009 até à atualidade, sendo que num período de 4 anos (2009-2012) decresceu em mais de 8 000 imigrantes. Em 2002 e 2004, os imigrantes ucranianos em Portugal representavam 15% e 14% da população estrangeira documentada residente, respetivamente, em 2006 10% e em 2007, 9%. Entre 2008 e 2009, 12% da população estrangeira residente total, e de 2010 a 2012, apesar de descida em 1%, estes imigrantes representavam 11% desta população.

Quadro 3.11. Evolução do número de ucranianos residentes em Portugal (Nº e %)

Anos	Nº	%
2002	63 045	14,9
2004	66 981	14,3
2006	42 765	9,8
2007	39 480	9,0
2008	52 494	12,0
2009	52 293	12,0
2010	49 505	11,0
2011	48 022	11,0
2012	44 074	11,0

Fonte: Silva (2010), SEF.

O decréscimo do número de ucranianos em Portugal regista-se, segundo Pereira (2009: 118-119), devido às “evoluções desfavoráveis no sector da construção civil e

obras públicas”, bem como ao “cumprimento dos objectivos migratórios, largamente de curto prazo” (...) e ao “reconhecimento de melhores oportunidades laborais noutros países europeus”. Neste contexto de crise económica e financeira a nível mundial, ao qual Portugal não é imune, importa destacar que a mesma se começou a fazer sentir em 2008, quando o valor da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto⁵⁹ foi negativa, (-0,01%). A partir dessa altura, a estagnação da economia portuguesa, aliada ao enorme aumento do desemprego e a deterioração das condições de vida, com redução do investimento nos setores da construção civil e obras públicas, tem afetado em grande medida os imigrantes ucranianos, dado que, de uma forma geral, estes estão inseridos nessas actividades. Nos anos seguintes, e como se verifica pelo Quadro 3.12, foi possível constatar um agravamento da taxa de crescimento do PIB, dado que, com exceção feita a 2010, ano em que a taxa de crescimento foi de aproximadamente 2%, de 2009 a 2012 esta variou entre os -2.91% e os -3,17%.

Quadro 3.12. Taxa de crescimento do PIB a preços constantes (%) (2007-2012)

PIB	2007	2008	2009	2010	2011	2012
(%)	2,37	-0,01	-2,91	1,94	-1,55	-3,17

Fonte: PORDATA (2013) (Elaboração própria; Adaptação).

3.2.9. Na sociedade portuguesa

Neste ponto serão abordados, por subpontos, temas como a língua, a aquisição da nacionalidade, bem como os aspetos positivos e negativos da vida em Portugal, a perceção da integração, perspectivas futuras dos imigrantes e as representações que os portugueses têm sobre os imigrantes ucranianos, na ótica destes últimos.

3.2.9.1. O domínio da língua

Relativamente à integração ao nível social, um dos fatores, ou até mesmo o fator, que assume maior relevância é a aprendizagem e o domínio da língua do país de destino. A importância da sua aprendizagem reside em “aceder melhor à esfera pública, ao mercado de trabalho e à própria cidadania, uma vez que a obtenção da nacionalidade

⁵⁹ Referente ao Produto Interno Bruto, daqui em diante designado como PIB.

do país de residência depende, também, do domínio do idioma deste” (Malheiros e Esteves, 2013: 165). Neste âmbito, a existência e frequência de cursos de aprendizagem da língua portuguesa para estrangeiros possibilita suprir as carências linguísticas destes. Essas carências resultam em desvantagens ao nível da interação entre os nacionais e os imigrantes, como também em relação às oportunidades no mercado de trabalho (Malheiros e Esteves, 2013).

Nos inquéritos realizados a imigrantes de Leste em Portugal, em 2002, segundo Baganha, Marques e Góis (2004), a maior parte dos inquiridos já possuía um certo domínio a nível linguístico, sendo que somente 9% afirmou não ser capaz de se exprimir oralmente e 15% no plano da leitura. Em relação à escrita, aproximadamente 1/3 da amostra (30%) afirmou não conseguir, na altura da inquirição, escrever em língua portuguesa. Ainda assim, aproximadamente 2/3 não frequentou no passado, nem frequentava no momento de inquirição, nenhum curso de português (Baganha, Marques e Góis, 2011). Já para 2004, os autores concluíram ter havido um aumento dos inquiridos que dominavam o português, pelo que esse acréscimo é verificado nas três vertentes: a oralidade, a escrita e a leitura.

Contrariando alguns destes resultados, no estudo de caso desta dissertação, dos 16 entrevistados, 11 (68,8%) tiveram aulas de aprendizagem da língua portuguesa, nos respetivos municípios de residência, em institutos, escolas, bibliotecas e centros de emprego. Tratavam-se, sobretudo, de cursos de aprendizagem e de iniciação ao português.

A este propósito, entre 2001 e 2007, surgiu o Programa Portugal Acolhe, que tinha como objetivo “contribuir para o acolhimento e inserção socioprofissional dos imigrantes que se encontravam em situação legal em Portugal, bem como desenvolver ações de formação em língua portuguesa e cidadania” (Semedo, 2011: 76). Este programa teve a autoria da Secretaria de Estado do Emprego e Formação do Ministério do Trabalho, tendo sido realizado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional⁶⁰, através da rede de centros de empregos e de formação profissional, conjuntamente com o ACIME. No que respeita à sua formação, era constituído por dois módulos, denominados de Português Básico e Cidadania. Em termos estatísticos, é importante salientar que, durante a existência deste programa, desenvolveram-se 840 ações de

⁶⁰ Referente ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, daqui em diante designado como IEFPP.

língua portuguesa, compreendendo aproximadamente 12 800 formandos, oriundos das mais diversas origens e países (Semedo, 2011).

Já em 2008, surgiu o Programa Português para Todos, que tinha como objetivo a promoção de ações de formação de língua portuguesa, como também a dinamização de ações que fomentem a aprendizagem e ensino do português e que facilitem o acesso ao mercado de trabalho aos imigrantes residentes no país. Este programa foi uma iniciativa tomada entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Educação, tendo sido materializado pelo ACIDI, pelo IEFP, e pelas Direções Regionais de Educação (DRE)⁶¹ (Semedo, 2011). Segundo dados recolhidos pela autora, entre 2008 e 2010, o número de formandos ao abrigo deste programa foi de 16 538, referentes ao Norte, Centro e Alentejo, Algarve e Lisboa.

Voltando ao caso de estudo da presente dissertação, e quanto à importância da aprendizagem da língua portuguesa na integração no mercado de trabalho, e acima de tudo na sociedade de acolhimento, foi unânime entre os entrevistados que aprender a língua assume a maior relevância e é de primordial importância, pois é fundamental quer para comunicar, como também para conseguir trabalho, conviver, alcançar uma melhor integração, resolver os problemas quotidianos, estar perto do que se passa no país. Segundo a entrevistada n.º4 (50 anos, em Portugal desde 2004): “sem língua eu não consigo integrar-me e quando estou a aprender a língua aprendo história, literatura e mentalidade. (...) se aprender acho que a pessoa pode integrar melhor”. Sobre a aprendizagem da língua, a entrevistada n.º7 (43 anos, em Portugal desde 2003) afirma que: “Primeira... eu penso primeira importância... porque isto abre muito portas. Muito portas, e para procurar trabalho... para... resolver algumas problemas, e... situações, e tudo, tudo, tudo. Mas língua, esta é primeira. Esta é primeira. E primeiro, precisa sempre antes de chegar ao país, precisa estudar língua, e depois ir neste país. Eu, eu, esta é minha opinião”. Já para o entrevistado n.º12 (30 anos, desde 2001 em Portugal): “Muito importante. Desde que a pessoa saiba falar consegue alguma coisa, se não souber uma palavra não consegue nada. (...) para a integração mesmo para encontrar trabalho e falar com as entidades empregadoras”.

⁶¹ Referente às Direções Regionais de Educação, daqui em diante designadas como DRE.

3.2.9.2. *A aquisição da nacionalidade*

Em primeiro lugar, a aquisição da nacionalidade reveste-se de grande importância para a integração de qualquer imigrante, dado que esta lhe permitirá ter acesso aos mesmos direitos em igualdade de circunstâncias com os nacionais, como também possibilitará uma menor discriminação formal de que muitos dos imigrantes são alvo em situações do seu quotidiano. Segundo dados do SEF, a aquisição da nacionalidade portuguesa por parte dos cidadãos ucranianos tem registado um aumento notável, principalmente após a publicação em 2006 da Lei da Nacionalidade aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de abril) (Quadro 3.13). Com efeito, se em 2007 as certidões de aquisição de nacionalidade emitidas para os cidadãos ucranianos representavam pouco mais de 2,5% do total, passados 5 anos ascendem já a 18,3%.

Quadro 3.13. Aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de cidadãos ucranianos (N.º e %) (2007-2012)

Ano	Certidões emitidas (Nº)	%*	Total
2007	451	2,58	17 490
2008	1 567	3,94	39 736
2009	1 858	5,07	36 661
2010	1 302	9,09	14 319
2011	3 478	12,75	27 277
2012	5 019	18,32	27 391

Fonte: SEF (2007 a 2012) * (os cálculos em % foram de autoria própria).

De entre os nossos entrevistados, apenas 5 possuem nacionalidade portuguesa, a qual foi adquirida em anos recentes: em 2010, 2012 e 2013 um cidadão em cada ano e em 2011 dois cidadãos. Os restantes entrevistados ainda não tinham a nacionalidade lusa, e destes, 7 equacionam a hipótese ou pensam mesmo em pedi-la no futuro, dado que, segundo o seu ponto de vista, a aquisição da nacionalidade trará vantagens, tais como maiores condições para arranjar trabalho, facilitará a vida quotidiana, ajudará a uma melhor integração, quer no mercado de trabalho, como também na sociedade de acolhimento. A entrevistada n.º4 (50 anos, no país desde 2004) reforçou esta ideia, referindo que: “Acho que agora sem nacionalidade não se consegue nada no mercado de trabalho. Tenho o exemplo da minha filha que é magistrada e do meu genro que também

é magistrado e oficial, pessoas impecáveis para trabalhar e a porta está fechada”. Outra das razões mencionadas prende-se com o facto de, sendo um cidadão comunitário, existirem menos complicações e problemas relacionados com a documentação. A este propósito, a entrevistada n.º3 (38 anos, desde 2007 no país) reforçou que: “(...) a Ucrânia não dá duas nacionalidades, mas o embaixador explicou que quando entrarmos na Ucrânia devemos dizer que nós temos nacionalidade e usamos os documentos ucranianos e quando chegamos aqui usamos os documentos portugueses. Eu não sei qual o problema da Ucrânia mas se tenho duas devia ser assim. (...) Facilita muito as viagens por causa dos vistos e isso assim”.

3.2.9.3. *Aspetos positivos e negativos da vida em Portugal*

Procurando compreender como tem decorrido o processo de integração dos imigrantes no país, perguntamos-lhes igualmente que aspectos consideram positivos e negativos na sua vida. Para 4 dos entrevistados, tudo é difícil ou nada é fácil. Para a entrevistada n.º1 (40 anos, desde 2001 em Portugal): “Mais fácil... sinceramente não posso dizer o que é que mais fácil. É muito complicado, tudo”. Para os outros entrevistados, e entre o que tem sido mais fácil nas suas vidas, foram salientadas as mais diversas respostas, tais como: a socialização com os nacionais, a receção dos nacionais para com os imigrantes, questões políticas e de segurança, o estilo de vida do país, a existência de trabalho e salários superiores aos praticados na Ucrânia, a presença e ajuda da rede de familiares e amigos na integração no país e, ainda, o clima.

Por outro lado, quando questionados sobre o que caracterizam como mais difícil no decorrer das suas vidas no nosso país, os entrevistados referem a distância em relação à família e as saudades da Ucrânia, as dificuldades de compreensão no funcionamento dos sistemas de ensino e saúde portugueses, a burocracia existente no país, bem como problemas relacionados com a legalização e a documentação, com a integração, dificuldades em encontrar trabalho (adequado também às habilitações) e dificuldades económicas.

Em relação aos problemas mais difíceis que estes imigrantes têm enfrentado desde que chegaram a Portugal, é de salientar a multiplicidade de respostas dadas. Destaca-se que alguns dos entrevistados referiram dificuldades a nível económico, dificuldades em arranjar trabalho ou, por alternativa, o acesso a um trabalho melhor.

Outras dificuldades apontadas estão relacionadas com a documentação e a aprendizagem da língua, tendo sido ainda abordadas a dificuldade de compreensão ou adaptação ao sistema de saúde e educação existentes e, no âmbito mais geral, a mentalidade e cidadania existentes em Portugal. Para além de todas estas situações, uma entrevistada revelou ter enfrentado problemas ao nível amoroso e, por outro lado, a entrevistada n.º1 (40 anos, desde 2001 em Portugal) abordou uma situação que se sucedeu com o marido: “Mais difícil... então, o que nós ultrapassámos do, sobre os ordenados, que mentiram na altura, disseram que vai fazer a documentação, tiraram dinheiro do ordenado final, não... não foram... legal. Não tinha documentação, que nós tivemos procurar outras pessoas neste aspeto. Mais difícil o quê...”.

3.2.9.4. *Perceção da integração em Portugal*

Dos entrevistados, 12 assumiram estar, ou sentirem-se, bem integrados. Tal deve-se, sobretudo, ao facto de existir o sentimento de já ser mais português do que ucraniano, gostar do país, das tradições, da gastronomia, de ter trabalho e amigos portugueses, como salientaram a entrevistada n.º2 (57 anos, no país desde 2002) e o entrevistado n.º10 (53 anos, em Portugal desde 2001), como também ao sentimento de satisfação nas necessidades de vida (ter trabalho, casa e dinheiro para as despesas do quotidiano) retratados pela entrevistada n.º3 (38 anos, no país desde 2007) e igualmente pelo entrevistado n.º11 (53 anos, em Portugal desde 2001). Outras razões são apontadas, tais como o conhecimento do funcionamento dos sistemas de saúde e de educação e ainda da área da cultura, como também o sentimento de pertença ao país, e o facto de os portugueses serem boas pessoas, ajudarem e gostarem dos imigrantes.

Os restantes entrevistados classificaram a sua integração como de nível médio, normal ou até como mais ou menos, e tal deve-se a razões como o facto de se ter conseguido algumas coisas boas no passado, mas no momento atual não existir motivação (referido pela entrevistada n.º4, 50 anos, em Portugal desde 2004), a falta de possibilidade de aprender e conversar em português, aliada ao não domínio da língua (referido pela entrevistada n.º7, 43 anos, em Portugal desde 2003), o ter dinheiro para sobreviver (referido pelo entrevistado n.º9, 38 anos, em Portugal desde 2001) e a mentalidade dos imigrantes de Leste ser mais fechada (referido pelo entrevistado n.º12, 30 anos, desde 2001 no país).

No que respeita à autoavaliação da experiência migratória no nosso país (questão 18), 15 em 16 inquiridos fizeram um balanço positivo da sua experiência em Portugal. As razões que explicam essa autoavaliação positiva prendem-se com a abertura de novos horizontes inerentes à imigração, bem como com a satisfação das necessidades de vida, tal como apontou a entrevistada n.º1 (40 anos, desde 2001 em Portugal): “Porque aprendi muito na vida. Muito. Ou seja, com as coisas positivas, com coisas negativas, nós ultrapassámos por isso, e mesmo pessoa, como eu pessoa, mesmo para mim, ‘coiso’ cresci muito... e abri outras visões, ... horizontes, como é que era. E se calhar, no nosso país, se ficamos... ou seja, também é preciso viver, é preciso chegar até a algum ponto não é, mas... comparando que este país não é nosso e conseguimos, acho eu que isso são as coisas positivas mesmo”. Já na opinião do entrevistado n.º10 (53 anos, em Portugal desde 2001): “Porque positivo, porque aqui está, primeiro, primeiro bom clima. Outro, ganhamos dinheiro também, e isso dá para comprar o que queres, e ganhamos todos os meses. Pronto, porque eu trabalho na agricultura na minha terra, nós trabalhámos 3 anos e ninguém, não paga, disse “depois paga” ”. No seguimento do referido pelo compatriota, a entrevistada n.º2 (57 anos, em Portugal desde 2002) afirmou que: “Acho que fiz bem. Eu acho que... sim, porque eu consegui dar estudo do meu filho, eu estou aqui, estou a trabalhar, estou a ganhar, estou... pronto, estou bem. Estou bem, por enquanto”.

Relativamente a uma das entrevistadas, o balanço da experiência em Portugal começou por ser positivo, mas com o tempo foi-se alterando. A entrevistada n.º14 (34 anos, desde 2002 no país) argumenta que: “Eu estar a dar a minha opinião e acho que o governo está a aproveitar-se dos imigrantes... e também agora a economia cá em Portugal não é boa para ter aqui os imigrantes porque, infelizmente, nem os portugueses têm emprego e com estes aumentos de impostos ninguém consegue sobreviver e por isso a lei da imigração que está em vigor e que vai dar visto de residência a pessoas que não têm entrada legal e que vão investir na economia portuguesa não está a funcionar”.

Para outra das entrevistadas, o balanço não é negativo, mas também não é totalmente positivo, pois, por um lado, considera que o país faz muito pela vida dos imigrantes, mas, por outro lado, e tendo a noção que também existe noutros países, a entrevistada aponta a burocracia existente. A entrevistada n.º7 (43 anos, desde 2003 no nosso país) afirmou que: “Também não, não posso falar que é negativo, porque penso que Portugal faz muito, muito coisas, para imigrantes, muito coisas, e, e... dá... e dá

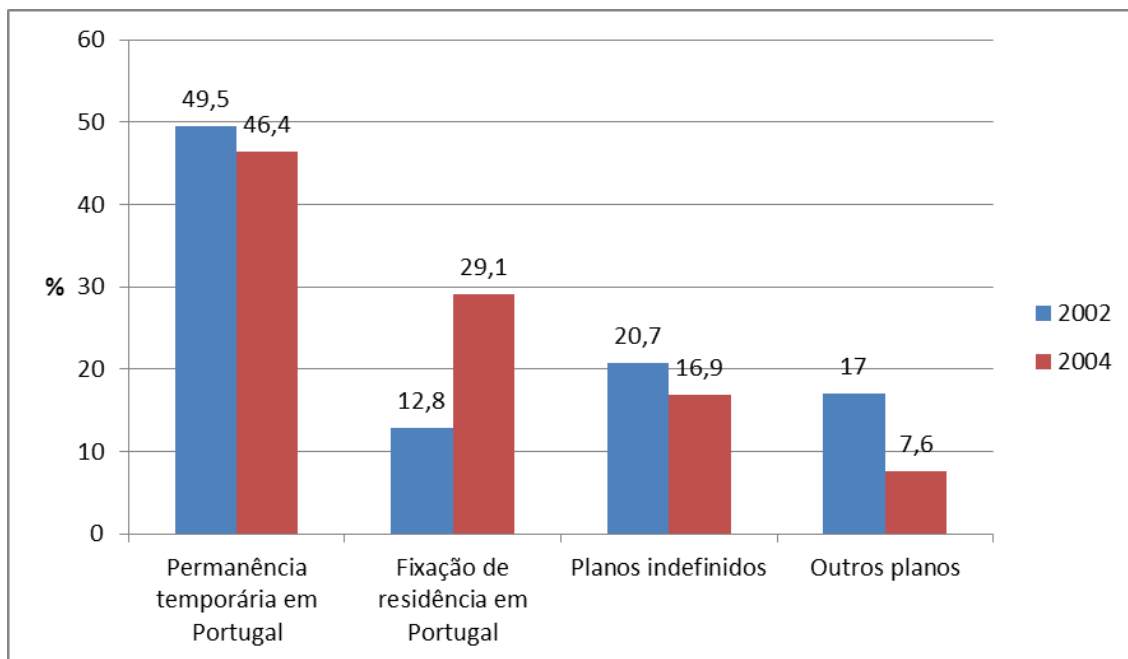
passos para fazer, por exemplo, nacionalidade... têm algumas... burocracias, sim exatamente, mas penso que estas burocracias tem na todos os países. Na nosso também, não posso falar que isto só em Portugal...”. Os resultados obtidos nesta questão vão ao encontro dos que Baganha, Marques e Góis (2004) obtiveram. Neste estudo, a escala de respostas variava entre 0 (experiência muito negativa) e 10 (experiência muito positiva) e foi possível concluir que em 2004 mais de 80% dos inquiridos, caracterizavam a sua experiência migratória como positiva ou muito positiva. Por outro lado, um pouco mais de 1/10 da amostra (11%) consideravam como negativa a sua experiência em Portugal. Atualmente, é possível que a imagem negativa acerca da experiência migratória no país se tenha acentuado devido à crise económica que atravessamos.

3.2.9.5. *Perspetivas futuras dos imigrantes ucranianos: permanência, retorno e reemigração*

No que toca à evolução dos fluxos migratórios, é importante perceber quais as intenções e perspectivas dos imigrantes no futuro, a médio e longo prazo. No seu estudo, Baganha, Marques e Góis (2004) concluíram que tanto em 2002 como em 2004, aproximadamente metade da amostra percecionava a sua estadia em Portugal como temporária, o que se enquadra na concretização de objetivos económicos. Os imigrantes procuram obter um trabalho, em que ganhem algum dinheiro, de modo a satisfazer as suas necessidades e despesas imediatas, bem como realizar alguma poupança e retornar ao país de origem, o que nem sempre acaba por suceder. A entrevistada n.º11 (47 anos, em Portugal desde 2000) salientou que: “...só procurar trabalho, e não é, eu pensava “vou trabalhar só meio ano”, nunca pensei estar Portugal como eu já estou aqui 12 anos. Nunca”. Ainda assim, e de acordo com a Figura 3.3., apesar de para ambos os anos a maioria percecionava a experiência migratória como temporária, a percentagem de imigrantes que pensava fixar residência em Portugal também aumentou mais do dobro, pois em 2002, aproximadamente 13% pretendia ficar no país, ao passo que em 2004 mais de 29% tinha planos para fixar residência. Tal facto acontece dada “A progressiva consolidação da presença destes imigrantes ao longo da presente década, facilitada por modificações institucionais como os processos de regularização de 2001 e 2004, a introdução de um mecanismo de reagrupamento familiar um pouco mais generoso, a transição das autorizações de permanência para autorizações de residência e as próprias

alterações introduzidas na Lei da Nacionalidade em 2006, têm contribuído para tornar mais reais as suas perspetivas de se estabelecerem em Portugal” (Silva, 2010: 58).

Figura 3.3. Perspetivas a longo prazo dos imigrantes, 2002 e 2004 (%)



Fonte: Baganha, Marques e Góis (2004). (Elaboração própria).

Como referido anteriormente, a permanência no país poderá ser um sinal da tendência para a reunificação familiar. No âmbito desta amostra, mais de 20% (2002) e aproximadamente 17% (2004) não tinham planos definidos e, segundo o mesmo autor (2010), o facto de ser um fluxo migratório relativamente recente, acrescendo o facto de os imigrantes não possuírem qualquer tipo de vínculo ao país e das características culturais serem distintas, pode explicar essa indefinição de planos. Consta-se ainda que 17% (2002) dos imigrantes tinham outros planos, ao passo que essa percentagem decresceu para aproximadamente 8% (2004).

No estudo de Perista (2004) foi possível concluir que o retorno ao país de origem era pensado por aproximadamente 43% dos inquiridos que afirmou ter planos de regresso ao país de origem, 47% disse pensar continuar em Portugal e, por último, 10% afirmaram não saber o que iriam fazer. Relativamente aos imigrantes que equacionavam o regresso, três em cada quatro inquiridos referiam ter um prazo máximo de cinco anos para o fazer, e metade pretendia regressar num período de dois anos. Resultados semelhantes obtiveram Baganha, Marques e Góis (2004), dado que no inquérito realizado em 2004, concluíram que mais de metade dos imigrantes inquiridos (55,3%)

pretendia permanecer em Portugal 3 anos, aproximadamente 40% durante 5 anos, quase 5% durante 10 anos, e somente 2,2% durante um período superior a 10 anos.

Os resultados alcançados através das entrevistas realizadas para o presente caso de estudo permitem contrariar os resultados destes dois trabalhos, pois quando questionados sobre quais as respetivas expectativas e escolhas futuras, as respostas dos imigrantes ucranianos dividiram-se. Num prazo de 5 anos, a maioria dos entrevistados pretende continuar em Portugal, e tal deve-se sobretudo ao facto de se sentirem integrados. A entrevistada n.º6 salientou: “Não volto, eu fico cá. Porque o meu marido é português e ele não quer emigrar. Ele quando vem a Portugal é como se fosse férias para ele, gosta muito. Não, vamos ficamos aqui”. A entrevistada n.º8 apontou que: “Aqui...continuar aqui”. Quando questionada porquê, referiu: “Por correr tudo bem... gosto muito do país e dos praias e dos pessoas”. Acrescentado, o entrevistado n.º15 reforçou que: “Continuar em Portugal. Porque gosto, o que não gosto é para deitar fora para o lixo... Olhe, eu quero continuar aqui em Portugal”.

Ainda assim, alguns entrevistados referiram que gostariam de continuar em Portugal, mas que tal decisão ainda não é certa devido à deterioração da conjuntura económica e das condições de vida no país. A entrevistada n.º2 apontou que: “Gostaria de ficar”. Ainda assim acrescenta: “Não sei a situação. Como se vai piorar, se vai melhorar, se, se, se consigo arranjar trabalho, pronto se consigo trabalhar mais, e vou ter trabalho, vou ter, continuo a trabalhar e eu vou ficar sem problema nenhum. Sem trabalho, é o quê? Para ir para a rua, para pedir “pau”? Não”. Neste cenário, o entrevistado n.º12 relatou que: “Para já não sei responder, num futuro próximo vamos ver como vai ser o nível de vida aqui em Portugal porque se piorar como nos últimos dois anos se calhar vamos mudar”. Por outro lado, um dos entrevistados pretende reemigrar temporariamente, para depois voltar a Portugal. O entrevistado n.º16 justificou que: “...quero só sair para algum tempo... onde... pronto... ordenado maior, que consiga escapar a algum buraco aqui, e depois voltar”. Por outro lado, também não descarta continuar no país, pois pode: “arranjar um trabalho... que paga-se mais ou menos... e fico aqui, não viajo”.

Por último, dos entrevistados, apenas 1 afirmou abertamente que quer voltar à Ucrânia. O entrevistado n.º10 argumentou que: “Eu quero voltar na Ucrânia. Eu quero, porque agora já está aqui na Portugal, já está, não tem trabalho, porque não tem, não arranjam trabalho, não dá para pagar a renda de casa, e que vamos fazer? Não vamos

dormir para, para baixo da, da ponte não é. Aqui não, não tem (tenho), não arranjamos nenhum... agora no fundo de desemprego, mais ou menos 2 anos. Depois acabou o fundo de desemprego, e não arranjo trabalho, e que vou fazer aqui?”. Já 2 dos entrevistados põem a possibilidade de voltar à Ucrânia, mas tal também não é certo. A entrevistada n.º11, há 12 anos em Portugal, argumentou que: “ainda não sei, porque 12 anos de vida lá já é diferente, se aguento, porque cada vez que eu tive férias, saí, eu já não aguento lá. Esse é muito mau para lá, pessoas... perdemos lá, não encontramos aqui. Estamos no meio do mundo”. Ainda assim: “Quero voltar, para experimentar... se eu aguento viver lá”.

3.2.9.6. *Representações*

Noutro âmbito, relativamente ao que os ucranianos entrevistados creem que os portugueses pensam sobre os ucranianos imigrados no país, é de salientar a multiplicidade de respostas apresentadas. A diversidade nas opiniões foi patente nas respostas de todos os entrevistados, dado que para a maioria (9) existe tanto uma imagem positiva como uma menos positiva, ou seja, por um lado, afirmaram que alguns portugueses pensam que os ucranianos estão a roubar-lhes os trabalhos e, por outro lado, que outros portugueses gostam da qualidade do seu trabalho. A entrevistada n.º14 (34 anos, no país desde 2002) referiu que “Depende das comunidades, depende das pessoas, depende de com quem já tiveram experiências. Há muitos portugueses que pensam mal dos ucranianos porque ouviram na televisão que houve um ucraniano que matou ou uma mulher ucraniana que deixou uma criança que nunca podia ser, mas pronto. Também há muitas pessoas que falam bem dos ucranianos porque são bem-educados, ou seja, têm um nível geral de educação mais elevado que os portugueses e em 100% dos ucranianos 90% têm ensino superior. Gostam muitos dos ucranianos por essa razão, porque são trabalhadores, porque são respeitadores e ajudam, são responsáveis (...)”. Segundo o entrevistado n.º9 (38 anos, desde 2001 no país) “Alguns pensam que os imigrantes vêm para cá e roubam o trabalho deles. Já tive essas conversas com muitos. Os outros, aquelas pessoas que têm mais alto nível de inteligência, pensam que nós damos entrada de muito dinheiro para o governo de Portugal”. Na mesma linha dos compatriotas, a entrevistada n.º8 (36 anos, em Portugal desde 2001) acrescenta que “Cada pessoa pensa do seu juízo (...)”.

Por outro lado, alguns (6) dos entrevistados consideraram que existe uma imagem positiva acerca dos ucranianos, o que pode ser confirmado pela resposta da entrevistada n.º11 (47 anos, desde 2000 no país): “Sobre os ucranianos, são bons trabalhadores. (...) São bons trabalhadores, só porque eu sei porque é assim, já entrei em várias classes da..., da cidadania, só pensa assim, ucranianos são bons trabalhadores, pronto”. De modo semelhante, o entrevistado n.º13 (40 anos, no país desde 2002) considera que os portugueses: “Gosta ucranianos. (...) eles dizer nós trabalhamos bem certo, e trabalhadores, e inteligentes”. Em sentido contrário, apenas uma das entrevistadas afirma que existe um sentimento de desconfiança por parte dos portugueses em relação aos ucranianos, referindo que: “(...) acho que desconfiam muito não sei porquê. Quando vejo televisão e vejo que notícias dão da Rússia, e sabendo o que acontece lá, vejo que é quase tudo negativo e virado numa maneira que não é verdade e é uma má imagem que vem de lá”.

Quando questionados sobre a evolução da imagem dos imigrantes ucranianos ao longo do tempo (melhorado, piorado ou mudado), as respostas dividiram-se: 1 entrevistado pensou que tal depende das pessoas, 2 não souberam responder, outros 2 referiram que a imagem sobre a comunidade ucraniana tem-se mantido, outros 2 creem que a imagem tem mudado com o tempo. Por outro lado, dos restantes entrevistados (8), 4 pensam que a imagem tem piorado e igualmente 4 são da opinião que a imagem tem melhorado.

Já em relação à eventual diferença da imagem entre homens e mulheres, 3 dos entrevistados não souberam responder, 3 consideraram que a imagem entre ambos os sexos é distinta e a maioria (10) considerou que a imagem é igual entre homens e mulheres.

Acerca da designação «Imigrantes de Leste», Mendes (2010: 115) tem uma atitude crítica dado que, para esta investigadora, a designação “emerge como uma amálgama, vazia de conteúdo, agregando indivíduos e grupos imigrantes muito diversos e contrastantes”. Acrescenta ainda que estes imigrantes “constituem um dos grupos migrantes com maior número de efectivos entre nós, existindo no seu interior uma heterogeneidade marcada por fortes contrastes e especificidades entre as várias nacionalidades que passam despercebidas ao senso comum” (Mendes: 2010: 116). De acordo com este último apontamento da autora, é possível pensar no argumento de que

para os nacionais, nem sempre existe uma distinção entre as diversas comunidades no que a estes imigrantes em particular diz respeito.

Partindo da abrangência da designação «Imigrantes de Leste», procurou-se saber se, na ótica dos entrevistados, os imigrantes de Leste eram ou não todos iguais. Alguns dos entrevistados (6) consideraram que os imigrantes oriundos do Leste eram todos iguais e, para o justificar, mencionaram a existência das mesmas raízes já oriundas do tempo da União Soviética, a semelhança da língua (em relação aos russos), a partilha de uma cultura comum, ainda a comemoração de igual forma das principais festas e, por fim, a mentalidade. Já a maioria dos entrevistados (9) afirmou que os imigrantes de Leste não são todos iguais, e quando questionados sobre o que distingue um ucraniano de um russo ou de um moldavo, os motivos foram os mais diversos: a mentalidade e o carácter, o facto da educação, a língua e a cultura serem distintas (sobretudo em relação aos moldavos), a maior semelhança que os moldavos apresentam com os romenos e já não estudarem a língua russa, o gosto que os ucranianos têm pelo trabalho, e serem trabalhadores, os russos pensarem bem, mas não serem tão trabalhadores e caracterizarem-se por uma maior rigidez, juntamente com a mentalidade dos russos (demonstrarem racismo e superioridade em relação à Ucrânia). É de salientar que apenas uma entrevistada referiu que são iguais, mas simultaneamente distintos, pela diferença ao nível linguístico.

Na ótica da grande maioria dos entrevistados (12 em 16), os russos são o grupo mais próximo dos ucranianos, o que é explicado pelas raízes, pela similaridade cultural, linguística, pela religião, tradições e mentalidade. Por outro lado, só 2 dos entrevistados afirmaram os moldavos como sendo o grupo mais próximo, e dos outros 2 entrevistados, 1 sente que os ucranianos não têm um grupo em específico ao qual sejam mais próximos e o outro não soube responder.

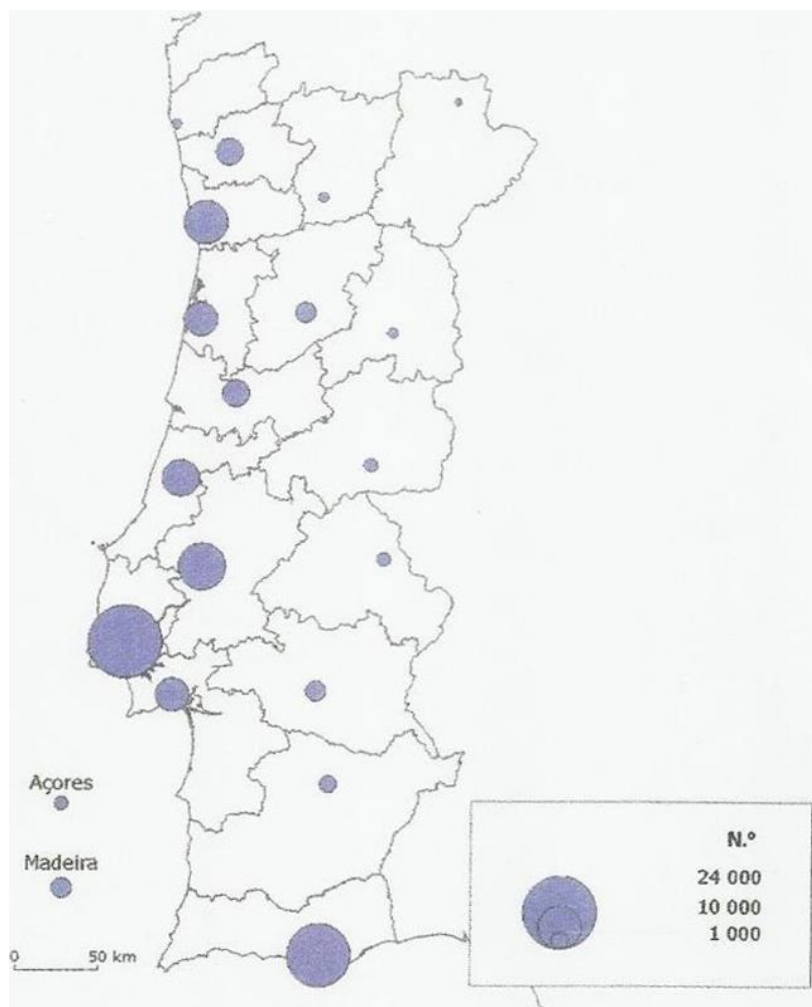
3.2.10. Dispersão espacial dos imigrantes ucranianos

Outro dos aspetos que é importante compreender e que está relacionado com os fluxos migratórios provenientes do Leste Europeu é a dispersão espacial destes imigrantes em território nacional.

A distribuição espacial dos imigrantes de Leste, onde se inserem os ucranianos, é diferenciada se comparada com a dos brasileiros e africanos dos PALOP (Silva, 2010; Fonseca, 2007). Estes imigrantes têm um alto grau de dispersão geográfica, como

demonstra a Figura 3.4, que é expresso pela dispersão, presença em todo o país (Rocha-Trindade, 2004). Na mesma linha, Fonseca (2007) argumenta que, regra geral, estão mais dispersos pelo território nacional, não existindo desta forma uma concentração significativa junto da região de Lisboa.

**Figura 3.4. Stock de estrangeiros nacionais de países da Europa Central e Oriental (N.º)
(2005)**



Fonte: Fonseca (2007).

Nesta linha de pensamento, segundo a mesma autora (2007), os Europeus de Leste distribuem-se longe da cidade de Lisboa (em Lisboa, estavam presentes nos bairros históricos), especialmente nos concelhos da margem Norte do Tejo, como Sintra, Mafra e Azambuja, e na margem Sul do Tejo, nos concelhos do Montijo, Alcochete e Setúbal. Esta ideia é compartilhada por Mendes (2010: 197), quando aponta que “O padrão dominante revela que, tendencialmente, os entrevistados residem nos concelhos periféricos da AML, e não tanto em Lisboa”. É importante referir a existência da

dispersão espacial dentro da Área Metropolitana de Lisboa, dado que dois em cada três imigrantes inquiridos repartiam-se por outros concelhos da região (Perista, 2004), existindo ainda uma presença relevante nas áreas rurais do interior do país (Silva, 2010).

Estes imigrantes aceitaram trabalhar também na agricultura, concretamente no Alentejo, Ribatejo e Oeste, e em zonas com alguma especialização industrial (como o casos da indústria têxtil, do vestuário e calçado), especialmente no Norte e Centro Litoral, em locais que se caracterizavam, como já referido anteriormente, pela insuficiência de oferta de mão-de-obra nacional, explicada pelo envelhecimento da população e pela deslocação dos mais jovens para profissões mais bem remuneradas, menos duras e socialmente mais valorizadas ou, para outras regiões, dentro do país e no estrangeiro (Fonseca, 2007; e Fonseca, Nunes e Alegria, 2004). De acordo com Mendes (2010) e Malheiros e Esteves (2013), os novos fluxos de estrangeiros procedentes da Europa de Leste, e com Autorizações de Residência (AR) identificam que os ucranianos apresentam um padrão similar aos russos e romenos (Lisboa, Faro e Setúbal), no entanto, o distrito de residência geralmente é Faro, ao qual se segue Lisboa.

Estes imigrantes caracterizam-se ainda pela elevada mobilidade residencial, dado que somente 1/3 esteve sempre no mesmo alojamento, desde que chegou a Portugal (Perista, 2004). Esta é uma situação que se encontra intimamente ligada com o tempo de permanência no país. Segundo Perista (2004), contrariamente ao que sucedeu com a grande maioria dos imigrantes provenientes dos PALOP, que habitaram na mesma casa durante décadas, para os imigrantes oriundos do Leste Europeu a primeira residência é, em grande parte dos casos, uma solução de caráter temporário que, com o passar do tempo, é substituída por soluções mais vantajosas. O tempo médio de residência no alojamento atual é de quinze meses, pelo que este valor é variável, principalmente em função do tempo de permanência em Portugal: 26 meses para os que aí residem desde antes do ano 2000, 8 meses para os que vieram depois de 2001; 16 e 13 meses para os que chegaram em 2000 e 2001, respetivamente (Perista, 2004).

Nas entrevistas efetuadas no contexto do presente estudo de caso, 5 entrevistados residem atualmente em Setúbal, 3 em Lisboa, 3 no concelho de Palmela, 2 no concelho de Oeiras, 1 na Amadora, 1 em Cascais e 1 no Seixal. Em relação ao local de residência, todos os entrevistados já mudaram de casa desde que chegaram a Portugal, sendo que apenas 6 têm vivido no mesmo concelho desde a data de entrada no país. Desta última situação são exemplos as trajetórias da entrevistada n.º8 (36 anos, em

Portugal desde 2001) e do entrevistado n.º12 (30 anos, no país desde 2001), já que ambos residiram sempre no mesmo concelho: a primeira (Linda-a-Velha, Cruz Quebrada-Dafundo e Oeiras), e o segundo, que em Lisboa já mudou de bairro de residência por 3 vezes.

Por outro lado, as trajetórias do entrevistado n.º10 (53 anos, no país desde 2001) e da entrevistada n.º 11 (47 anos, em Portugal desde 2000) demonstram precisamente o contrário: ambos viveram sempre em diferentes locais até à actualidade, o que traduz a mudança frequente de residência. O primeiro residiu no Algarve, Sesimbra, Arruda dos Vinhos, Porto, Portel, e por fim, Amadora, ao passo que a segunda morou no Gerês, Almada, Loures, Lisboa, Parede e Cascais. Quer em situações de residência no mesmo ou em diferentes concelhos, a trajetória migratória é explicada pela distribuição espacial de ofertas de trabalho, bem como pelas situações de reagrupamento familiar. Outro aspeto a que importa fazer referência é o facto de todos os entrevistados terem sempre vivido com familiares, sendo que pelo menos 3 já viveram sozinhos num dado momento da sua experiência migratória no nosso país. No estudo efetuado por Malheiros e Esteves (2013), entre 296 Europeus de Leste inquiridos, 37,2% (110) afirmaram não terem mais pessoas a residir consigo. Ainda relativamente a este estudo, mas no âmbito de todas as comunidades inquiridas, e não apenas a dos Europeus de Leste, em relação aos respondentes que não viviam com a família e que residiam com pessoas do seu país de origem, a maioria afirmou residir com 1 pessoa (23% aproximadamente), contrastando apenas com aproximadamente 3%, que referiu residir com 6 pessoas.

No que diz respeito ao tipo de residência, e particularmente em relação ao primeiro tipo de alojamento, constata-se que 4 entrevistados ficaram alojados em quartos ou pensões, 5 entrevistados numa moradia, e a grande maioria dos entrevistados (7) residiram em apartamento. Por último, focando apenas a residência atual, 15 em 16 entrevistados moravam em apartamentos. No estudo de Malheiros e Fonseca (2008), em que foi abordada a temática do acesso à habitação e problemas residenciais de imigrantes, um dos focos de estudo incidiu sobre a proporção de população residente em alojamentos clássicos quer próprios, como também arrendados e subarrendados. Citando dados não publicados dos Censos 2001 e em relação aos imigrantes da Europa de Leste, a nível nacional, aproximadamente 24% residia em alojamento próprio, sendo que para a AML o valor foi inferior ao registado a nível nacional, tendo-se estabelecido

nos 20,02% (Quadro 3.14). Por outro lado, 69% destes imigrantes residia em alojamentos arrendados e subarrendados, valor superior ao nacional (61,07%).

Quadro 3.14. Proporção de imigrantes provenientes da Europa de Leste a residir em alojamentos clássicos próprios e em alojamentos clássicos arrendados e subarrendados, 2001 (%)

Território	Alojamentos clássicos próprios	Alojamentos clássicos arrendados e subarrendados
Portugal	23,93	61,07
AML	20,02	69,62

Fonte: Malheiros e Fonseca (2008) (Elaboração própria; Adaptação).

CAPÍTULO IV: REPRESENTAÇÕES DOS UCRANIANOS PELOS PORTUGUESES

Em primeiro lugar, é importante lembrar que esta tese, pretende estudar os retratos e as construções sociais dos ucranianos em Portugal. Neste capítulo, serão analisados os 200 inquéritos realizados, entre fevereiro e abril de 2013, a cidadãos portugueses residentes na AML. Esta apresentação dos resultados baseia-se em quadros de frequências, complementados por quadros de cruzamentos realizados entre as várias questões. Após a recolha de informação, através de inquirição directa, realizou-se o tratamento dos dados recolhidos. Para tal, numa primeira fase foram codificadas as perguntas do inquérito e as respostas dos inquiridos, tendo-se construído uma base de dados no programa SPSS, onde mais tarde se realizaram os quadros de frequências e os cruzamentos que se consideraram mais pertinentes e relevantes no contexto do presente trabalho de investigação. A única questão aberta deste inquérito foi trabalhada através do software *Wordl* (<http://www.wordle.net/>).

Os resultados agora apresentados estão divididos em duas partes: a primeira, onde é analisada a Questão 1 (4.2. e 4.3.), e a segunda, onde são analisadas as restantes questões, da 2 à 9 (4.4.).

4.1. Caracterização dos inquiridos na AML

Na amostra snowball de 200 questionários, o inquirido mais novo tinha 18 anos (idade mínima para poder responder) e o inquirido mais velho 83 anos. Para facilitar a análise, as idades dos inquiridos foram agrupadas em classes, tendo ficado definidas 8 classes. Como é demonstrado no Quadro 4.1, as três classes mais representativas foram a dos 20-30 anos (29% do total), seguidamente da faixa dos 30-40 anos (22,5% do total), e da classe dos 50-60 anos (18,5% do total).

Quadro 4.1. Distribuição dos respondentes, por grupo etário e por género (N.º e %)

Grupos etários (anos)	Sexo dos Inquiridos		Total	
	Feminino	Masculino	Nº	%
18-20	9 (6,5%)	6 (9,8%)	15	7,5
20-30	37 (26,6%)	21 (34,4%)	58	29,0
30-40	37 (26,6%)	8 (13,1%)	45	22,5
40-50	25 (18,0%)	9 (14,8%)	34	17,0
50-60	26 (18,7%)	11 (18%)	37	18,5

60-70	3 (2,2%)	5 (8,2%)	8	4,0
70-80	1 (0,7%)	1 (1,6%)	2	1,0
80-90	1 (0,7%)	0 (0,0%)	1	0,5
Total	139 (100,0%)	61 (100,0%)	200	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Já por sexos, constata-se uma concentração dos indivíduos do sexo feminino em dois dos grupos etários (dos 20-30 anos e dos 30-40 anos, cada um com 37 inquiridos, o que no total perfaz mais de metade das inquiridas, com 53,3%). Seguidamente encontra-se a classe dos 50-60 anos (18,7% do total). Em relação ao sexo masculino, as classes etárias com maior proporção de inquiridos foram a dos 20-30 anos (34,4% do total), seguida pela dos 50-60 anos (18% do total) e pela dos 40-50 anos (14,8% do total).

Ainda relativamente à distribuição dos inquiridos por género, importa destacar que parte significativa da amostra é do sexo feminino (69,5%, o correspondente a 139 inquiridas), sendo os restantes 61 inquiridos do sexo masculino (30,5% do total da amostra). Este desequilíbrio por género é explicado pela maior predisposição das inquiridas do sexo feminino em responder a este inquérito.

Focando a distribuição espacial dos inquiridos, e de acordo com o Quadro 4.2, existem 4 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa que se destacam dos demais, por agruparem 67,5% do total da amostra. São eles: Lisboa (26,5%), Palmela (22,5%), Setúbal (10,5%) e Sintra (8%). A concentração de respondentes em poucos concelhos deveu-se não só à maior mobilidade da minha parte para esses concelhos, como também à maior disponibilidade, abertura e interesse para a realização do inquérito.

Quadro 4.2. Distribuição dos respondentes, por concelho de residência na AML (N.º e %)

Concelhos da AML	N.º	%
Margem Norte	102	51,0
Amadora	6	3,0
Cascais	2	1,0
Lisboa	53	26,5
Loures	9	4,5
Mafra	9	4,5
Odivelas	5	2,5
Oeiras	1	0,5
Sintra	16	8,0
Vila Franca de Xira	1	0,5
Margem Sul	98	49,0

Alcochete	3	1,5
Almada	8	4,0
Barreiro	5	2,5
Moita	3	1,5
Montijo	3	1,5
Palmela	45	22,5
Seixal	7	3,5
Sesimbra	3	1,5
Setúbal	21	10,5
Total	200	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

No que às habilitações literárias dos inquiridos diz respeito (Quadro 4.3), a maioria destes (40,5% do total) possuía escolaridade entre o 10º e o 12º Ano. Seguidamente, 40% dos inquiridos tinham um curso superior, mas se se juntar a estes últimos, os inquiridos que revelaram ter como habilitações a frequência de um curso no ensino superior, então um pouco mais de metade da amostra (50,5% do total) tem um curso ou já frequentou um curso no ensino superior. É, ainda, de salientar que 7% da amostra detinha escolaridade do 5º ao 9º Ano e, por último, 2% da amostra possuía habilitações literárias até à 4ª Classe.

Quadro 4.3. Distribuição dos respondentes, por habilitações literárias (N.º e %)

Habilitações literárias	N.º	%
Até à 4ª Classe	4	2,0
5º ao 9º Ano	14	7,0
10º ao 12º Ano	81	40,5
Ensino Superior	80	40,0
Ensino Superior (Frequência)	21	10,5
Total	200	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Em primeiro lugar, o presente inquérito tinha como objetivo identificar e compreender quais as imagens e opiniões dos cidadãos portugueses acerca dos imigrantes ucranianos. Passando à análise das afirmações da Questão 1, procurava-se saber em que medida os inquiridos concordavam ou discordavam com 17 afirmações relativas aos imigrantes ucranianos. A classificação variava de 1) Discordo Totalmente (DT) a 4) Concordo Totalmente (CT), havendo ainda uma 5ª opção, caso o inquirido

não soubesse ou optasse por não responder (Não Sabe / Não Responde - NS/NR). No contexto desta análise, e de modo a simplificá-la, foi reduzido o número de classes (de 5 para apenas 3, sendo estas: Discordo - D; Concordo - C; e Não Sabe/Não Responde - NS/NR).

4.2. Multiculturalidade e integração

Conforme indica o Quadro 4.4, quando questionados sobre se a presença dos imigrantes ucranianos no país é enriquecedora do ponto de vista cultural, económico e social, a maioria dos inquiridos (69%) concordou com a afirmação, dando valor à presença destes no país. Por grupos etários, verificou-se que os grupos que demonstraram maior concordância foram os dos 20-30 anos (29% do total), dos 30-40 anos (23,2%) e dos 50-60 anos (21,7%). É de salientar que as faixas dos 18-20 anos e dos 40-50 anos igualam a concordância demonstrada pelos inquiridos entre os 50-60 anos.

Quadro 4.4. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %)

Grupo etário (anos)	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	3	10	2	15	20,0	66,7	13,3	100,0
20-30	11	40	7	58	19,0	69,0	12,1	100,0
30-40	7	32	6	45	15,6	71,1	13,3	100,0
40-50	9	20	5	34	26,5	58,8	14,7	100,0
50-60	6	30	1	37	16,2	81,1	2,7	100,0
60-70	2	5	1	8	25,0	62,5	12,5	100,0
70-80	2	0	0	2	100,0	0,0	0,0	100,0
80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	40	138	22	200	20,0	69,0	11,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Estes resultados são semelhantes (69% de concordância com a afirmação) aos obtidos pelo estudo “Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses”, coordenado por António e Policarpo (2011) do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. Neste estudo, e concretamente no que diz respeito às atitudes acerca do impacto dos imigrantes na vida do país, 74% dos

respondentes concordou ou concordou totalmente sobre a presença de imigrantes ser enriquecedora para a vida cultural de Portugal, e 61% que são fundamentais para a vida económica do país.

Já por género, entre as mulheres, valor correspondente à concordância é de 68,3%, e nos homens de 70,5%. Por outro lado, são também estes últimos os que mais discordaram (23%) (Quadro 4.5.).

Quadro 4.5. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %)

Género	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Feminino	26	95	18	139	18,8	68,3	12,9	100,0
Masculino	14	43	4	61	23,0	70,5	6,5	100,0
Total	40	138	22	200	20,0	69,0	11,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Cruzando a informação sobre se em algum momento o respondente já tinha interagido ou interagira com imigrantes ucranianos e se a presença destes era enriquecedora para o país (Quadro 4.6.), conclui-se que 72,3% dos respondentes que já contactaram ou contactam com ucranianos e aproximadamente 69% dos que não contactaram ou contactam concordam com a afirmação.

Quadro 4.6. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %)

Interação com imigrantes ucranianos	A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Sim	23	94	13	130	17,7	72,3	10,0	100,0
Não	14	44	6	64	21,9	68,8	9,3	100,0
NS/NR	3	0	3	6	50,0	0,0	50,0	100,0
Total	40	138	22	200	20,0	69,0	11,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Relativamente à questão sobre se os imigrantes ucranianos devem ter os mesmos direitos que os cidadãos portugueses (Quadro 4.7.), aproximadamente 70% da amostra concordou com tal afirmação. Por grupos etários, verifica-se que em todos eles mais de metade dos inquiridos concordou, destacando-se o dos 20-30 anos (81%), 50-60 anos (78,4) e 60-70 anos (75%). Por outro lado, o que mais discordou foi o dos 40-50 anos (mais de 41%) e o dos 70-80 anos (100%).

Quadro 4.7. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Devem ter os mesmos direitos que os portugueses” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	5	10	0	15	33,3	66,7	0,0	100,0
20-30	10	47	1	58	17,2	81,0	1,8	100,0
30-40	16	26	3	45	35,5	57,8	6,7	100,0
40-50	14	18	2	34	41,2	52,9	5,9	100,0
50-60	7	29	1	37	18,9	78,4	2,7	100,0
60-70	2	6	0	8	25,0	75,0	0,0	100,0
70-80	2	0	0	2	100,0	0,0	0,0	100,0
80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	56	137	7	200	28	68,5	3,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Por género, é de notar que existiu maior concordância no sexo feminino (69,1%) do que no sexo masculino (67,2%) no sexo masculino.

Cruzando a informação sobre se em algum momento o respondente já tinha interagido ou interagia com imigrantes ucranianos e se estes últimos deviam ter os mesmos direitos que os portugueses (Quadro 4.8.), mais de 75% dos respondentes que já interagiram ou interagem com ucranianos e aproximadamente 60% dos inquiridos que não contactaram ou que não contactam consideraram que os imigrantes ucranianos deviam ter os mesmos direitos, quando comparados com os nacionais.

Quadro 4.8. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “Devem ter os mesmos direitos que os portugueses” (N.º e %)

Interação com imigrantes ucranianos	Devem ter os mesmos direitos que os portugueses							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total

Sim	26	98	6	130	20,0	75,4	4,6	100,0
Não	25	38	1	64	39,1	59,4	1,5	100,0
NS/NR	5	1	0	6	83,3	16,7	0,0	100,0
Total	56	137	7	200	28,0	68,5	3,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

No que diz respeito ao processo de legalização dos imigrantes ucranianos, como é perceptível pelo Quadro 4.9., 32,5% demonstrou oposição, mas principalmente mais de metade dos 200 respondentes (62%) considerou que este deveria ser facilitado, demonstrando que entre os inquiridos, existia a noção da dificuldade que muitos imigrantes atravessam para ver a sua situação devidamente regularizada. Em ambos os sexos, mais de metade concordou com a afirmação, sendo ainda assim essa percentagem mais elevada no seio do sexo feminino.

Quadro 4.9. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “O processo de legalização deveria ser facilitado” (N.º e %)

Género	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Feminino	44	88	7	139	31,7	63,3	5,0	100,0
Masculino	21	36	4	61	34,4	59,0	6,6	100,0
Total	65	124	11	200	32,5	62,0	5,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Se em relação à facilitação do processo de legalização dos imigrantes ucranianos, a grande maioria dos respondentes demonstrou concordância, já no que respeita à facilitação do processo de aquisição da nacionalidade os resultados obtidos foram opostos, pelo que ficou bem patente que aproximadamente metade da amostra (49% dos inquiridos) discordou com tal afirmação. Os dados recolhidos comprovam que mais de 40% das mulheres inquiridas concordou com a afirmação, sendo também relevante verificar que, por outro lado, mais de metade dos inquiridos do sexo masculino discordou dela. (Quadro 4.10.).

Quadro 4.10. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “O processo de aquisição da nacionalidade deveria ser facilitado” (N.º e %)

Género	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Feminino	67	58	14	139	48,2	41,7	10,1	100,0
Masculino	31	24	6	61	50,8	39,4	9,8	100,0

Total	98	82	20	200	49,0	41,0	10,0	100,0
-------	----	----	----	-----	------	------	------	-------

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

No estudo “Os imigrantes e a população portuguesa – imagens recíprocas: análise de duas sondagens”, editado pelo então ACIME e realizado por Lages *et al.* (2006) em abril e junho de 2004, os autores puderam concluir que mais de 83% dos portugueses inquiridos concordou relativamente a dever ser facilitada a naturalização dos estrangeiros. Pelo contrário, os resultados obtidos através do trabalho de campo desta dissertação contrariam os do estudo de Lages *et al.* (2006), dado que, apesar de 41% dos respondentes terem concordado, a maioria (49%) discordou relativamente à facilitação do processo de aquisição da nacionalidade aos imigrantes ucranianos. Tais resultados permitem evidenciar que a tendência se pode estar a alterar com o tempo, à qual não será de todo alheio o agravamento da crise económica e social existente em Portugal, como também uma alteração na Lei da Nacionalidade, em 2006, que facilita o acesso a esta.

No que respeita à afirmação “A um nível geral, estão bem integrados quer sócio como profissionalmente em Portugal”, e como é observável a partir do Quadro 4.11., a tendência geral foi a maioria dos inquiridos (52,5%) ter considerado que os imigrantes ucranianos estão bem integrados no nosso país. Por grupos etários, os dados demonstram particularidades: nos grupos etários dos 20-30, 30-40, 40-50 e 50-60, apenas no primeiro referido e ao contrário dos restantes três, a proporção de respondentes que discordou foi superior (44,9%).

Quadro 4.11. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A um nível geral, estão bem integrados quer sócio como profissionalmente em Portugal” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	6	6	3	15	40,0	40,0	20,0	100,0
20-30	26	22	10	58	44,9	37,9	17,2	100,0
30-40	14	26	5	45	31,1	57,8	11,1	100,0
40-50	14	19	1	34	41,2	55,9	2,9	100,0
50-60	6	26	5	37	16,2	70,3	13,5	100,0
60-70	3	5	0	8	37,5	62,5	0,0	100,0
70-80	2	0	0	2	100,0	0,0	0,0	100,0
80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	71	105	24	200	35,5	52,5	12,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Como é possível observar pelo Quadro 4.12., 56,1% dos respondentes que já tiveram ou têm contacto com imigrantes ucranianos, bem como mais de 48% dos respondentes que não contactaram ou contactam com estes imigrantes, consideraram que estes estão bem integrados quer sócio como profissionalmente em Portugal.

Quadro 4.12. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “A um nível geral, estão bem integrados quer sócio como profissionalmente em Portugal” (N.º e %)

Interação com imigrantes ucranianos	A um nível geral, estão bem integrados quer sócio como profissionalmente em Portugal							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Sim	44	73	13	130	33,8	56,1	10,0	100,0
Não	23	31	10	64	35,9	48,4	15,7	100,0
NS/NR	4	1	1	6	66,6	16,7	16,7	100,0
Total	71	105	24	200	35,5	52,5	12,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Quando questionados sobre se a presença destes imigrantes contribui para um país multicultural (Quadro 4.13.), os resultados foram esclarecedores: aproximadamente 85% dos respondentes concordou com a afirmação. Apesar disso, é de salientar que 1/10 da mesma discordou, ou seja, não considerou relevante a presença de imigrantes ucranianos no contexto de um país multicultural. É importante igualmente referir que em 2 grupos etários foi demonstrada (70-80 e 80-90 anos) 100% de concordância. Para além destes 2 grupos em particular, outros grupos revelaram elevada concordância com a afirmação, tais como o dos 20-30 anos (87,9%), 30-40 anos (88,9%), 50-60 anos (89,2%) e, por fim, o grupo etário entre os 18-20 anos, com mais de 93%. O grupo que apresentou maior discordância foi o dos 60-70 anos, com 25% dos respondentes.

Quadro 4.13. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A sua presença em particular contribui para a multiculturalidade do nosso país” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	0	14	1	15	0,0	93,3	6,7	100,0
20-30	3	51	4	58	5,2	87,9	6,9	100,0
30-40	5	40	0	45	11,1	88,9	0,0	100,0

40-50	7	24	3	34	20,6	70,6	8,8	100,0
50-60	3	33	1	37	8,1	89,2	2,7	100,0
60-70	2	4	2	8	25,0	50,0	25,0	100,0
70-80	0	2	0	2	0,0	100,0	0,0	100,0
80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	20	169	11	200	10,0	84,5	5,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Outro dos cruzamentos efetuados tinha como objetivo averiguar se, em algum momento, os respondentes tinham interagido ou se interagiam com imigrantes ucranianos, relacionando essa questão com a afirmação “A sua presença em particular contribui para a multiculturalidade do nosso país” (Quadro 4.14.). Entre 200 respondentes, 84,5% revelou concordar que a sua presença contribui para a multiculturalidade de Portugal. Dos 130 respondentes (65%) que afirmaram que tinham interagido ou interagem com imigrantes ucranianos, a maioria (86,9%) concordou relativamente à sua presença contribuir para um país multicultural, já 10,8% discordou. O mesmo aconteceu entre os 32% que afirmaram não ter interagido ou interagir com imigrantes ucranianos, já que a maioria (aproximadamente 83%) demonstrou concordância, considerando a presença dos imigrantes importante para a multiculturalidade.

Quadro 4.14. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre as afirmações “Em algum momento, interagi ou interage com imigrantes ucranianos?” e “A sua presença em particular contribui para a multiculturalidade do nosso país” (N.º e %)

Interação com imigrantes ucranianos	Presença contribui para a multiculturalidade do país							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Sim	14	113	3	130	10,8	86,9	2,3	100,0
Não	4	53	7	64	6,3	82,8	10,9	100,0
NS/NR	2	3	1	6	33,3	50,0	16,7	100,0
Total	20	169	11	200	10,0	84,5	5,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Quando inquiridos sobre se os ucranianos e as diversas comunidades dos países do Leste da Europa são diferenciadas entre si, os resultados obtidos foram elucidativos (Quadro 4.15.). Aproximadamente 68% dos portugueses inquiridos concordou com a afirmação, pelo que através destes resultados fica patente a ideia de que os portugueses

conseguem reconhecer a existência de variadas comunidades e assim, as respetivas especificidades. Por outro lado, aproximadamente 14% discordou da afirmação e 19% não soube ou não respondeu. Por habilitações literárias, os grupos de inquiridos que mais concordaram foram os que tinham frequentado um Curso Superior (76,2%) ou os que detinham um curso no mesmo nível de ensino (77,5%). Por outro lado, os grupos que mais discordaram foram os pertencentes aos inquiridos que detinham um nível mais baixo de qualificações, quer do 5º ao 9º Ano (mais de 14%), como também do 10º ao 12º Ano, com aproximadamente 20% dos inquiridos.

Estas diferenças entre valores eram previsíveis, atendendo ao facto de, quando comparados com as faixas menos instruídas da população, os respondentes com habilitações mais elevadas terem mais capacidade para reconhecer as diferenças existentes entre os cidadãos das várias comunidades de Leste, não os inserido por um lado, num grupo homogéneo entre si, e conseguindo, por outro lado, reconhecer as especificidades e particularidades inerentes às várias comunidades.

Quadro 4.15. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “Os ucranianos e as restantes comunidades provenientes do Leste Europeu são distintas entre si” (N.º e %)

Habilitações literárias	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Até à 4ª Classe	0	2	2	4	0,0	50,0	50,0	100,0
5º ao 9º Ano	2	9	3	14	14,3	64,3	21,4	100,0
10º ao 12º Ano	16	46	19	81	19,7	56,8	23,5	100,0
Ensino Superior	7	62	11	80	8,8	77,5	13,7	100,0
Ensino Superior (Frequência)	2	16	3	21	9,5	76,2	14,3	100,0
Total	27	135	38	200	13,5	67,5	19,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

4.3. Trabalho

No que diz respeito a se estes imigrantes possuem ou não qualificações superiores à dos portugueses, tal como é perceptível a partir do Quadro 4.16., 61% dos inquiridos concordou com tal afirmação, o que demonstra o conhecimento que a população nacional revela sobre o facto de, regra geral, estes imigrantes serem detentores de elevadas qualificações. Em todos os grupos etários, à exceção do grupo

dos 18-20 e dos 70-80 anos, a maioria concordou, destacando-se os mais de 70% dos inquiridos no grupo dos 50-60 e os 71,1% no grupo etário entre os 30-40 anos.

O facto dos imigrantes oriundos do Leste Europeu serem, de uma forma geral, portadores de elevadas habilitações literárias é um aspeto focado por Baganha, Marques e Góis (2011), dado que, no estudo que realizaram, concluíram que 55,1% dos respondentes possuía um curso de ensino politécnico, licenciatura ou um curso de pós-graduação.

Quadro 4.16. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “A um nível geral, têm habilitações superiores às dos portugueses” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	5	5	5	15	33,3	33,3	33,3	100,0
20-30	16	32	10	58	27,6	55,2	17,2	100,0
30-40	5	32	8	45	11,1	71,1	17,8	100,0
40-50	5	21	8	34	14,7	61,8	23,5	100,0
50-60	6	26	5	37	16,2	70,3	13,5	100,0
60-70	2	5	1	8	25,0	62,5	12,5	100,0
70-80	0	0	2	2	0,0	0,0	100,0	100,0
80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	39	122	39	200	19,5	61,0	19,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Questionados acerca dos imigrantes ucranianos efetuarem os trabalhos que os portugueses não querem realizar (Quadro 4.17.), mais uma vez as respostas são afirmativas entre aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos inquiridos: 74,5% considerou que os ucranianos realizam os trabalhos que os nacionais não efetuam e um pouco mais de 20% discordou com esta afirmação. Por habilitações literárias, é de salientar que no grupo de inquiridos com qualificações do 5º ao 9º Ano, aproximadamente 79% concordou, no grupo de inquiridos com Ensino Superior esse valor chega até aos 85%, e no grupo que detém até à 4ª Classe, todos os indivíduos concordaram.

Quadro 4.17. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “Realizam os trabalhos que os portugueses não querem fazer” (N.º e %)

Habilitações literárias	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Até à 4ª Classe	0	4	0	4	0,0	100,0	0,0	100,0
5º ao 9º Ano	3	11	0	14	21,4	78,6	0,0	100,0

10º ao 12º Ano	20	52	9	81	24,7	64,2	11,1	100,0
Ensino Superior	11	68	1	80	13,7	85,0	1,3	100,0
Ensino Superior (Frequência)	7	14	0	21	33,3	66,7	0,0	100,0
Total	41	149	10	200	20,5	74,5	5,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Outro dos cruzamentos efetuados tinha como objetivo perceber a relação entre a interação com imigrantes ucranianos por parte dos portugueses com a eventualidade destes últimos realizarem os trabalhos que os portugueses não querem fazer (Quadro 4.18.). Como foi possível verificar, em todas as categorias (71,5% entre os respondentes que já interagiram/interagem com imigrantes ucranianos e 79,7% entre os respondentes que não interagiram/interagem e 83,3% dos que não souberam ou não responderam), existiu concordância, o que significa que, no seio da sociedade portuguesa, está bem patente a consciência da realidade existente no mercado de trabalho português, no qual estes imigrantes, como outros, desempenham trabalhos que, pelas mais variadas razões, os nacionais não executam.

Quadro 4.18. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “Realizam os trabalhos que os portugueses não querem fazer” (N.º e %)

Interação com imigrantes ucranianos	Realizam os trabalhos que os portugueses não querem fazer							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Sim	29	93	8	130	22,3	71,5	6,2	100,0
Não	12	51	1	64	18,7	79,7	1,6	100,0
NS/NR	0	5	1	6	0,0	83,3	16,7	100,0
Total	41	149	10	200	20,5	74,5	5,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

No seguimento das afirmações anteriores, em que a maioria dos portugueses inquiridos concordava que os ucranianos executam os trabalhos que os nacionais não desejam fazer, o Quadro 4.19. mostra que uma parte significativa dos inquiridos (66%) concorda em relação aos imigrantes ucranianos serem explorados no trabalho e, auferirem salários mais baixos dos que os portugueses. Por género, ambos os sexos revelaram concordar com a afirmação, sendo essa concordância mais elevada entre o

sexo feminino (67,6%) do que entre o sexo masculino (62,3%). É entre os inquiridos homens que se registou aproximadamente ¼ de discordância (23%).

Quadro 4.19. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “São explorados no trabalho e recebem salários mais baixos” (N.º e %)

Género	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Feminino	19	94	26	139	13,7	67,6	18,7	100,0
Masculino	14	38	9	61	23,0	62,3	14,7	100,0
Total	33	132	35	200	16,5	66,0	17,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Através da afirmação anterior, e como indica o Quadro 4.20, foi possível perceber que uma elevada proporção dos respondentes considerou que os imigrantes ucranianos, de uma forma geral, realizam trabalhos não condizentes com as qualificações que realmente possuem (82%). Por habilitações literárias, e apesar de em todos os grupos mais de 70% dos inquiridos ter concordado, os valores são ainda mais elevados em 3 deles: 81% entre os que possuíam frequência de um curso do Ensino Superior, 85,7% entre os que detinham qualificações do 5º ao 9º Ano de Escolaridade, e 90% dos que detinham um curso no Ensino Superior. Os resultados patentes nos Quadros 4.19. e 4.20. demonstram que, de uma forma generalizada, existe entre os portugueses o conhecimento e a noção da existência de situações em que estes imigrantes são alvos de exploração no mercado de trabalho (seja, a título de exemplo, em relação à não existência de vínculos contratuais entre a entidade empregadora e o imigrante, horas extra sem pagamento, e atraso ou até não pagamento dos salários), como também ao facto de desempenharem trabalhos não condizentes com as qualificações que possuem. Estes resultados são ainda consonantes com o que António e Policarpo (2011) constataram no respetivo estudo, dado que neste, de um modo genérico, os inquiridos concordaram não só que os imigrantes ganham menos que os nacionais como também que possuem habilitações a mais para os trabalhos que realizam.

**Quadro 4.20. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação
“Geralmente realizam trabalhos abaixo da sua qualificação” (N.º e %)**

Habilitações literárias	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Até à 4ª Classe	0	3	1	4	0,0	75,0	25,0	100,0
5º ao 9º Ano	0	12	2	14	0,0	85,7	14,3	100,0
10º ao 12º Ano	3	60	18	81	3,7	74,1	22,2	100,0
Ensino Superior	0	72	8	80	0,0	90,0	10,0	100,0
Ensino Superior (Frequência)	4	17	0	21	19,0	81,0	0,0	100,0
Total	7	164	29	200	3,5	82,0	14,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Em relação ao grau de adaptação destes imigrantes aos postos de trabalho, 77,5% dos inquiridos considerou que os ucranianos se adaptam bem, 18% não soube ou não respondeu e somente 4,5% discordou. Por género, e seguindo a tendência verificada nos valores totais, mais de 70% concordou com esta afirmação, em ambos os sexos. A proporção dos indivíduos que discordou também foi relativamente baixa, se se tiver em conta que esses valores variaram entre 3,3% e 5% (Quadro 4.21.).

Quadro 4.21. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “Adaptam-se bem aos postos de trabalho” (N.º e %)

Género	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Feminino	7	111	21	139	5,0	79,9	15,1	100,0
Masculino	2	44	15	61	3,3	72,1	24,6	100,0
Total	9	155	36	200	4,5	77,5	18,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Quando interrogados sobre se os ucranianos são pessoas trabalhadoras e disciplinadas, como é perceptível pelo Quadro 4.22, 72% considerou que sim, tendo concordado com esta afirmação, e 6% discordou. Estes resultados vão ao encontro do estudo que Lages et al. (2006) realizaram, dado que para 51% dos portugueses inquiridos nessa ocasião, os imigrantes de Leste são bons profissionais, para 48% são competentes e cumpridores e para outros 48% são educados. Voltando ao caso de estudo desta dissertação, e particularizando em 3 dos grupos etários, todos os inquiridos aí inseridos concordaram e, noutra dos grupos, quase 100% concordou. É de salientar, ainda, que entre os que discordaram, a proporção é mais elevada na faixa dos 40-50

anos, com 17,6%, o correspondente a 6 pessoas e, por outro lado, o valor é nulo em 5 dos 8 grupos.

Quadro 4.22. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “São trabalhadores e disciplinados” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	0	9	6	15	0,0	60,0	40,0	100,0
20-30	3	35	20	58	5,2	60,3	34,5	100,0
30-40	3	33	9	45	6,7	73,3	20,0	100,0
40-50	6	21	7	34	17,6	61,8	20,6	100,0
50-60	0	35	2	37	0,0	94,6	5,4	100,0
60-70	0	8	0	8	0,0	100,0	0,0	100,0
70-80	0	2	0	2	0,0	100,0	0,0	100,0
80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	12	144	44	200	6,0	72,0	22,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Sobre se os imigrantes ucranianos produzem mais do que os portugueses, na ótica dos respondentes, a tendência de respostas foi distinta em comparação com as restantes afirmações. Como é observável pelo Quadro 4.23., a maioria dos respondentes (40,5%) afirmou não saber ou não quis responder a essa afirmação, 36% discordou e, por fim, 23,5% concordou. Por grupos etários, em 2 dos grupos (20-30 e 30-40 anos), a maioria dos inquiridos discordou da afirmação (41,4% e 40%, respetivamente). Nos restantes 6 grupos etários, com excepção dos maiores de 80 anos, a maioria dos inquiridos, com valores entre os 41% e os 62,5%, afirmou não saber ou optou por não responder à afirmação.

Quadro 4.23. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Produzem mais do que os portugueses” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	4	4	7	15	26,7	26,7	46,6	100,0
20-30	24	11	23	58	41,4	19,0	39,6	100,0
30-40	18	13	14	45	40,0	28,9	31,1	100,0
40-50	12	8	14	34	35,3	23,5	41,2	100,0
50-60	13	8	16	37	35,1	21,7	43,2	100,0
60-70	1	2	5	8	12,5	25,0	62,5	100,0
70-80	0	0	2	2	0,0	0,0	100,0	100,0

80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	72	47	81	200	36,0	23,5	40,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Quando os respondentes foram questionados acerca de os imigrantes ucranianos viverem fechados no círculo da sua comunidade e não conviverem com portugueses (Quadro 4.24.), 57,5% discordou, 24% concordou e 18,5% não soube responder. Foram apenas 2 os grupos etários em que a maioria concordou: dos 60-70 anos (62,5%) e dos 70-80 anos (100%), ao passo que, nos restantes 6 grupos, a maioria discordou. Esta tendência maioritária dos portugueses inquiridos, manifestada pela discordância em relação a esta afirmação, vai ao encontro aos resultados do inquérito aplicado a imigrantes no estudo de Lages *et al.* (2006), dado que, neste último, 81% dos imigrantes da Europa de Leste já tinha sido convidado para ir a casa de algum português, aproximadamente 72% destes imigrantes tinha convidado um português para ir a sua casa e cerca de 88% possuía um amigo português.

Quadro 4.24. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Vivem fechados na sua comunidade e não convivem com portugueses” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	11	2	2	15	73,3	13,3	13,3	100,0
20-30	32	12	14	58	55,2	20,7	24,1	100,0
30-40	29	9	7	45	64,4	20,0	15,6	100,0
40-50	22	8	4	34	64,7	23,5	11,8	100,0
50-60	17	10	10	37	46,0	27,0	27,0	100,0
60-70	3	5	0	8	37,5	62,5	0,0	100,0
70-80	0	2	0	2	0,0	100,0	0,0	100,0
80-90	1	0	0	1	100,0	0,0	0,0	100,0
Total	115	48	37	200	57,5	24,0	18,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Quando questionados sobre se já tinham interagido ou se interagem com cidadãos ucranianos e se estes últimos viviam fechados na respetiva comunidade e não conviviam com os nacionais (Quadro 4.25.), para os que já tinham experienciado ou experienciam contacto com estes imigrantes, esse valor foi de aproximadamente 64%, enquanto para os nacionais que não conviviam ou não convivem, o valor reduz-se para cerca de 47%.

Quadro 4.25. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “Vivem fechados na sua comunidade e não convivem com portugueses” (N.º e %)

Interação com imigrantes ucranianos	Vivem fechados na sua comunidade e não convivem com portugueses							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Sim	83	27	20	130	63,9	20,7	15,4	100,0
Não	30	19	15	64	46,9	29,7	23,4	100,0
NS/NR	2	2	2	6	33,3	33,3	33,3	100,0
Total	115	48	37	200	57,5	24,0	18,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Relativamente à afirmação colocada acerca de os imigrantes serem pessoas de confiança, 11% do total da amostra demonstrou discordância, aproximadamente 43% concordou e a maioria (52,4%) não soube responder ou não respondeu. Por grupos de habilitações literárias, constatou-se que, em todos os grupos, a maioria concordou com a afirmação, exceção feita ao grupo de inquiridos com habilitações até à 4ª Classe, em que apesar de 25% ter concordado, outros 25% não souberam responder ou não responderam, e ao grupo de respondentes com frequência de Ensino Superior, em que mais de metade (52,4%) não soube responder ou não respondeu (Quadro 4.26.).

Quadro 4.26. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “São pessoas de confiança” (N.º e %)

Habilitações literárias	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Até à 4ª Classe	0	2	2	4	0,0	25,0	25,0	100,0
5º ao 9º Ano	0	8	6	14	0,0	57,1	42,9	100,0
10º ao 12º Ano	15	36	30	81	18,6	44,4	37,0	100,0
Ensino Superior	6	42	32	80	7,5	52,5	40,0	100,0
Ensino Superior (Frequência)	1	9	11	21	4,8	42,8	52,4	100,0
Total	22	97	81	200	11,0	48,5	40,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Já por grupos etários (Quadro 4.27.), à exceção do grupo dos 20-30 anos, 70-80 anos e 80-90 anos, observou-se que mais de metade dos respondentes concordou, com

valores compreendidos entre os 50% (nos inquiridos entre os 60-70 anos) e aproximadamente 65% (nos inquiridos com idades compreendidas entre 50-60 anos). O grupo etário em que existiu maior discordância foi o dos 40-50 anos, com aproximadamente 18% do total da amostra.

Quadro 4.27. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “São pessoas de confiança” (N.º e %)

Grupo etário	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
18-20	1	8	6	15	6,7	53,3	40,0	100,0
20-30	7	19	32	58	12,0	32,8	55,2	100,0
30-40	5	23	17	45	11,1	51,1	37,8	100,0
40-50	6	19	9	34	17,6	55,9	26,5	100,0
50-60	2	24	11	37	5,4	64,9	29,7	100,0
60-70	1	4	3	8	12,5	50,0	37,5	100,0
70-80	0	0	2	2	0,0	0,0	100,0	100,0
80-90	0	0	1	1	0,0	0,0	100,0	100,0
Total	22	97	81	200	11,0	48,5	40,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Como se constata pelo Quadro 4.28., relacionando o facto de o respondente ter ou não interagido em algum momento com imigrantes ucranianos, com o atributo destes serem pessoas de confiança, a maioria (56,2%) considerou que são pessoas de confiança. Relativamente aos respondentes que não interagiram ou interagiram (48,4%) e àqueles que não souberam ou responderam (83,3%), a maioria não consegue tomar posição em relação a serem, ou não, pessoas de confiança. Estes resultados demonstram que, face a um contacto caracterizado pela maior proximidade e regularidade, existe a tendência para a imagem transmitida aos nacionais por estes imigrantes ser positiva, como é patente pelo Quadro seguinte.

Quadro 4.28. Opinião dos inquiridos, sobre as afirmações “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?” e “São pessoas de confiança” (N.º e %)

Interação com imigrantes ucranianos	São pessoas de confiança							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Sim	12	73	45	130	9,2	56,2	34,6	100,0

Não	9	24	31	64	14,1	37,5	48,4	100,0
NS/NR	1	0	5	6	16,7	0,0	83,3	100,0
Total	22	97	81	200	11,0	48,5	40,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Como se verifica pelo Quadro 4.29., quando interrogados acerca de estes imigrantes serem violentos e estarem relacionados com grupos criminosos, a maioria dos respondentes demonstrou discordância (46%), 38% não soube responder ou não respondeu e 16% concordou. Por grupos de habilitações literárias, em 3 dos 5 grupos, a maioria dos inquiridos discordou: 39,5% entre os que detinham do 10º ao 12º Ano, 50% entre os que detinham até à 4ª Classe, e 57,5% para quem detinha um curso Superior.

As tendências de resposta manifestadas anteriormente permitem, de certo modo, contrariar as tendências noticiosas transmitidas pelos media, em especial pelos dois títulos da imprensa nacional, abordados no 2.º capítulo desta dissertação. Relembre-se que parte das referências dos media analisados dizia respeito ao envolvimento destes imigrantes na prática de crimes, - apesar de existirem referências a estes imigrantes como vítimas. No entanto, como referido anteriormente, a maioria dos respondentes discordou em relação à associação dos imigrantes ucranianos à violência e à máfia (tal é patente em 3 das 5 classes), importando também salientar que nesta pergunta existiu uma elevada percentagem de não-respostas, o que pode estar relacionado com o desconhecimento do assunto. Já em todos os grupos etários, à exceção do grupo dos 50-60 anos, dos 70-80 anos e dos 80-90 anos, a maioria dos respondentes discordou, com valores compreendidos entre os 46,5% e 62,5%.

Quadro 4.29. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “São violentos e ligam-se muito a máfias” (N.º e %)

Habilitações literárias	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Até à 4ª Classe	2	1	1	4	50,0	25,0	25,0	100,0
5º ao 9º Ano	4	2	8	14	28,6	14,3	57,1	100,0
10º ao 12º Ano	32	18	31	81	39,5	22,2	38,3	100,0
Ensino Superior	46	7	27	80	57,5	8,7	33,8	100,0
Ensino Superior (Frequência)	8	4	9	21	38,1	19,0	42,9	100,0
Total	92	32	76	200	46,0	16,0	38,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

4.4. Discriminação, experiências de interação e imagens

Quando questionados sobre se os imigrantes ucranianos são, de alguma forma, discriminados (Quadro 4.30.) no seio da sociedade portuguesa, está bem presente a ideia de que existe discriminação, dado que a maioria dos respondentes (122 respondentes) considerou que sim e destes, 78% (95 respondentes) pensa que estas situações de discriminação se dão na esfera do trabalho, 6,5% (8) no domínio da habitação e 15,6% (19) noutros domínios.

Quadro 4.30. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre as afirmações “Considera que os imigrantes ucranianos são, de alguma forma, discriminados?” e “Se sim, em que domínio?” (N.º e %)

Discriminação dos imigrantes ucranianos	Domínio de discriminação							Total
	Número				%			
	Trabalho	Habitaç.	Outro	Total	Trabalho	Habitaç.	Outro	
Sim	95	8	19	122	77,9	6,5	15,6	100,0
Não	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
NS/NR	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	95	8	19	122	47,5	4,0	9,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Já por grupo etário (Quadro 4.31.), é de salientar que em todos os grupos, exceção feita aos dois que agregam os respondentes mais idosos, mais de metade dos respondentes já interagiu ou interage com imigrantes ucranianos.

Quadro 4.31. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos” (N.º e %)

Grupo etário (anos)	Interação com imigrantes ucranianos							
	Número				%			
	Sim	Não	NS/NR	Total	Sim	Não	NS/NR	Total
18-20	8	7	0	15	53,3	46,7	0,0	100,0
20-30	37	20	1	58	63,8	34,5	1,7	100,0
30-40	32	12	1	45	71,1	26,7	2,2	100,0
40-50	23	9	2	34	67,6	26,5	5,9	100,0
50-60	23	14	0	37	62,2	37,8	0,0	100,0
60-70	7	1	0	8	87,5	12,5	0,0	100,0

70-80	0	0	2	2	0,0	0,0	100,0	100,0
80-90	0	1	0	1	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	130	64	6	200	65,0	32,0	3,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Procurou-se igualmente cruzar o facto de o respondente ter interagido ou interagir com estes imigrantes, e em caso afirmativo, com a informação acerca de quantos conhece. Constatou-se que parece não existir uma elevada rede social em torno dos mesmos, já que mais de metade (55,4%) conhece apenas 1 a 3.

Ainda em relação à interação com imigrantes ucranianos, procurou-se perceber se o respondente interagiu ou interage com estes imigrantes, e em caso afirmativo, qual é a frequência desse contacto. Foi possível observar que 31,5% declarou outra frequência de contacto (e.g., ocasional), seguidamente por 24,6% dos inquiridos que afirmou que esse contacto é mensal.

Considerando apenas os que interagiram ou interagem com imigrantes ucranianos segundo a idade (Quadro 4.32.), constatou-se que o grupo dos 40-50 (43,5%) e o dos 18-20 (37,5%) inclui os inquiridos em que a frequência de contacto é maioritariamente diária. O grupo em que os valores correspondentes a outra frequência foram mais elevados foi o dos 50-60 anos, com 39,1%. Há ainda a salientar que, no caso do grupo dos 60-70 anos, a frequência de contacto é tripartida pela diária, semanal e outra. Por fim, nos dois grupos de respondentes mais idosos (70-80 e 80-90), as frequências de contacto são nulas, o que evidencia, na sequência do que transparece em quadros anteriores, maiores limitações na interação entre esta população e os estrangeiros, não só devido à existência de barreiras linguísticas mais pronunciadas, mas também por via de uma menor abertura e “flexibilidade cultural” entre os portugueses mais velhos.

Quadro 4.32. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Se sim, qual é a frequência do contacto” (N.º e %)

Grupo etário (anos)	Se sim, qual é a frequência do contacto									
	Número					%				
	Diária	Sema.	Mensal	Outra	Total	Diária	Sema.	Mensal	Outra	Total
18-20	3	1	2	2	8	37,5	12,5	25,0	25,0	100,0
20-30	4	7	12	14	37	10,8	18,9	32,4	37,9	100,0
30-40	8	7	5	12	32	25,0	21,9	15,6	37,5	100,0

40-50	10	4	7	2	23	43,5	17,4	30,4	8,7	100,0
50-60	4	5	5	9	23	17,3	21,8	21,8	39,1	100,0
60-70	2	2	1	2	7	28,6	28,6	14,2	28,6	100,0
70-80	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
80-90	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	31	26	32	41	130	23,9	20,0	24,6	31,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

A frequência de contacto foi ainda relacionada com a variação temporal da imagem sobre os imigrantes ucranianos, na ótica dos respondentes. A partir do Quadro 4.33., concluiu-se que, entre os respondentes que declararam que a imagem tem melhorado como também mudado com o tempo, a frequência maioritária de contacto registada é diária, com 29% e 16,1%, respetivamente. Já para os respondentes que afirmaram que a imagem tem piorado, a frequência maioritária de contacto é outra, e para os inquiridos que pensam que a imagem tem estabilizado, a frequência maioritária de contacto é semanal (69,2%). Assim, conclui-se que para uma melhor imagem acerca destes cidadãos, contribui uma maior frequência de contacto.

Quadro 4.33. Opinião dos inquiridos sobre as afirmações “Essa imagem tem...?” e “Se sim, qual a frequência de contacto?” (N.º e %)

Se sim, qual é a frequência do contacto	Imagem									
	Número					%				
	Melhorado	Piorado	Estabilizado	Mudado c/ o tempo	Total	Melhorado	Piorado	Estabilizado	Mudado c/ o tempo	Total
Diária	9	2	15	5	31	29,0	6,5	48,4	16,1	100,0
Sema.	3	1	18	4	26	11,5	3,9	69,2	15,4	100,0
Mensal	5	2	21	4	32	15,6	6,3	65,6	12,5	100,0
Outra	9	3	26	3	41	22,0	7,3	63,4	7,3	100,0
Total	26	8	80	16	130	20,0	6,2	61,5	12,3	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

A questão de resposta aberta analisada no contexto deste inquérito deu origem à nuvem de palavras (Figura 4.1.). Esta foi originada a partir das respostas dos inquéritos e permite, a partir da ótica dos respondentes, verificar quais as características mais associadas aos imigrantes ucranianos. Em termos gerais, as características mais frequentemente associadas a estes imigrantes incluem elementos como serem pessoas ‘lutadoras’, ‘empenhadas’, ‘competentes’, ‘humildes’, ‘honestas’, ‘respeitadoras’,

respondentes do sexo feminino, a maioria (48,2%) considerou que “não” e, portanto, que a imagem é igual independentemente do género dos imigrantes. Já entre os respondentes do sexo masculino, a maioria (47,5%) ressaltou não saber responder ou não respondeu, sendo que para 39,4% não o é, e para pouco mais de 13% a resposta é “sim”, isto é, a imagem é diferente entre os imigrantes de ambos os sexos. Estes resultados indiciam que entre os nacionais tenderá a existir uma generalização na imagem, não ocorrendo diferenciações entre ucranianos e ucranianas. Essa generalização da imagem terá impactos diversos, na medida em que, por um lado, sendo constituída maioritariamente por aspetos positivos, levará à perduração de uma imagem marcadamente favorável; por outro lado, se for caracterizada maioritariamente por aspetos negativos, conduzirá à continuação de uma imagem marcadamente negativa.

Quadro 4.34. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “[A imagem] É diferente entre homens e mulheres“ (N.º e %)

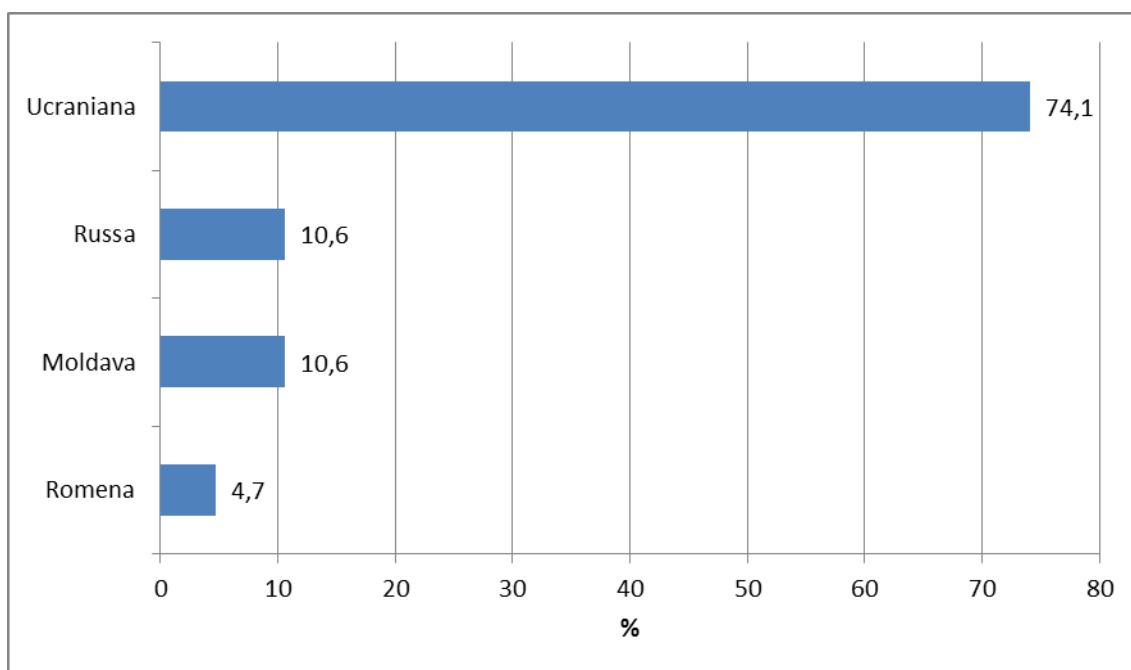
Género	Imagem diferente dos homens e mulheres							
	Número				%			
	Sim	Não	NS/NR	Total	Sim	Não	NS/NR	Total
Feminino	16	67	56	139	11,5	48,2	40,3	100,0
Masculino	8	24	29	61	13,1	39,4	47,5	100,0
Total	24	91	85	200	12,0	45,5	42,5	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Outros dos cruzamentos efetuados relaciona a imagem diferente entre as várias comunidades da Europa de Leste, e em caso afirmativo, qual a comunidade que o respondente considerava melhor integrada (Figura 4.2.). Para os respondentes que consideraram que a imagem era diferente entre as diversas comunidades (85), a comunidade ucraniana foi apontada como a melhor integrada por 74% dos mesmos. A larga distância desta, aparecem, com valores iguais, a comunidade russa e a comunidade moldava (ambas com 10,6%). Por fim, apenas 4,7% destes respondentes considerou a comunidade romena como sendo a melhor integrada no nosso país.

Apesar de este inquérito ser focado na comunidade ucraniana, e de eventualmente poder ter havido tendência dos respondentes para orientarem a resposta neste sentido, estes resultados também demonstram o eventual conhecimento por parte dos nacionais, de situações relativas à integração dos cidadãos ucranianos.

Figura 4.2. Opinião dos inquiridos sobre as afirmações “Essa imagem é diferente entre as várias comunidades da Europa de Leste?” e “Se sim, qual considera ser a comunidade melhor integrada?” (N.º e %)



Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

A derradeira questão do inquérito incidia sobre perceber se, para os respondentes, o número de imigrantes ucranianos no país deveria aumentar, manter-se ou diminuir. Relacionando tal questão com uma das afirmações da Questão 1 “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (Quadro 4.35.), concluiu-se que os respondentes que consideraram que o número de ucranianos em território nacional deveria aumentar ou manter-se e, mesmo os que não souberam responder ou não responderam, são os que em larga maioria manifestaram concordância relativamente à importância da sua presença para o país: 100%, aproximadamente 82% e 70,7%, respetivamente.

Pelo contrário, os respondentes que se manifestaram a favor da diminuição no número destes imigrantes são os que, na sua maioria (52%), demonstraram maior discordância relativamente à importância da sua presença. Desta forma, e ainda que minoritários, estes resultados em que é patente o desejo no decréscimo no número de imigrantes, bem como a não valorização do seu papel económico, social e cultural do nosso país, geram alguma apreensão e preocupação dado que, num contexto de crise económica como o que atualmente Portugal vive, em que o aumento da taxa de desemprego é significativo, é de esperar a curto e médio prazo entre a população

nacional, o aumento de atitudes xenofóbicas e estereotipadas de rejeição, negação e preconceito face aos imigrantes.

Quadro 4.35. Opinião dos inquiridos sobre as afirmações “O número de ucranianos em Portugal deveria?” e “A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal” (N.º e %)

O nº de ucranianos em Portugal deveria?	A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal							
	Número				%			
	Discordo	Concordo	NS/NR	Total	Discordo	Concordo	NS/NR	Total
Aumentar	0	8	0	8	0,0	100,0	0,0	100,0
Manter-se	5	49	6	60	8,3	81,7	10,0	100,0
Diminuir	26	23	1	50	52,0	46,0	2,0	100,0
NS/NR	9	58	15	82	11,0	70,7	18,3	100,0
Total 200	40	138	22	200	20,0	69,0	11,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Pela observação do Quadro 4.36., relativamente ao número de ucranianos em Portugal, 41% não soube responder ou não respondeu, 30% manifestou vontade para a manutenção do número de ucranianos no país, 25% pela sua diminuição e somente 4% considerou que o seu número deveria aumentar. Por grupos etários, e seguindo a tendência geral, verificou-se que em metade dos grupos etários, a maioria dos inquiridos não soube responder ou não respondeu. Por outro lado, apenas um grupo (70-80 anos) assumiu na totalidade que o número de ucranianos deveria diminuir, tendo-se destacado também 3 grupos em que a maioria considerou que o número deveria manter-se.

Quadro 4.36. Opinião dos inquiridos, por grupo etário, sobre a afirmação “Considera que o número de ucranianos em Portugal deveria?” (N.º e %)

Grupo etário	O número de ucranianos em Portugal deveria?									
	Número					%				
	Aumentar	Manter-se	Diminuir	NS/NR	Total	Aumentar	Manter-se	Diminuir	NS/NR	Total
18-20	1	6	3	5	15	6,7	40,0	20,0	33,3	100,0
20-30	1	20	10	27	58	1,7	34,5	17,2	46,6	100,0
30-40	2	10	14	19	45	4,4	22,2	31,1	42,2	100,0
40-50	1	12	11	10	34	2,9	35,3	32,4	29,4	100,0
50-60	2	9	9	17	37	5,4	24,3	24,3	45,9	100,0
60-70	1	2	1	4	8	12,5	25,0	12,5	50,0	100,0
70-80	0	0	2	0	2	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
80-90	0	1	0	0	1	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Total	8	60	50	82	200	4,0	30,0	25,0	41,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Por género (Quadro 4.37.), é de notar que, em ambos os sexos, a maioria dos inquiridos não soube responder ou não respondeu, 40,3% entre o sexo feminino e 42,6% no sexo masculino. Ainda assim, e apesar de a maioria ter demonstrado a tendência referida anteriormente, existe uma distinção a fazer: enquanto no sexo feminino, 31,7% dos respondentes afirmou que o número de ucranianos no país deveria manter-se, no sexo masculino, 28% dos inquiridos revelou que o número destes imigrantes deveria diminuir.

Quadro 4.37. Opinião dos inquiridos, por género, sobre a afirmação “Considera que o número de ucranianos em Portugal deveria?” (N.º e %)

Género	O número de ucranianos em Portugal deveria?									
	Número					%				
	Aumentar	Manter-se	Diminuir	NS/NR	Total	Aumentar	Manter-se	Diminuir	NS/NR	Total
Feminino	6	44	33	56	139	4,3	31,7	23,7	40,3	100,0
Masculino	2	16	17	26	61	3,3	26,2	27,9	42,6	100,0
Total	8	60	50	82	200	4,0	30,0	25,0	41,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

Já por habilitações literárias (Quadro 4.38.), os grupos de inquiridos que mais consideraram que o número de ucranianos deveria aumentar foram o dos respondentes com habilitações entre o 5º e o 9º Ano (7,1%) e os que tinham frequentado o Ensino Superior (9,5%). Por outro lado, os grupos que mais se inclinam para uma diminuição foram o dos respondentes entre o 10º e o 12º Ano (32,1%) e o daqueles que tinham entre o 5º e o 9º Ano (35,7%). Relativamente à manutenção do número, destacaram-se igualmente 35,7% dos respondentes que tinham entre o 5º e o 9º Ano, bem como 75% dos inquiridos com habilitações até à 4ª Classe.

Quadro 4.38. Opinião dos inquiridos, por habilitações literárias, sobre a afirmação “Considera que o número de ucranianos em Portugal deveria?” (N.º e %)

Habilitações literárias	O número de ucranianos em Portugal deveria?									
	Número					%				
	Aumentar	Manter-se	Diminuir	NS/NR	Total	Aumentar	Manter-se	Diminuir	NS/NR	Total
Até à 4ª Classe	0	3	1	0	4	0,0	75,0	25,0	0,0	100,0
5º - 9º Ano	1	5	5	3	14	7,1	35,7	35,7	21,4	100,0

10° - 12° Ano	2	20	26	33	81	2,5	24,7	32,1	40,7	100,0
Ens. Superior	3	26	14	37	80	3,8	32,5	17,5	46,2	100,0
Ens. Superior (Frequência)	2	6	4	9	21	9,5	28,6	19,0	42,9	100,0
Total	8	60	50	82	200	4,0	30,0	25,0	41,0	100,0

Fonte: Inquéritos realizados a portugueses entre fevereiro e abril de 2013 na AML.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de investigação que agora termina permitiu chegar a diversas conclusões acerca das representações dos ucranianos pelos portugueses, quer a partir da análise da bibliografia temática, como também dos resultados adquiridos através das entrevistas a imigrantes e dos inquéritos realizados a portugueses.

Em primeiro lugar, as representações sociais são interpretações ou formas exteriorizadas baseadas em teorias, como também na cultura, em ideologias ou em experiências do quotidiano, por parte de um sujeito individual ou de grupos acerca de um dado objeto, com o objetivo de criar opiniões acerca desse objeto, como também de situações. Estas são socialmente criadas e partilhadas por um grupo e têm em vista a explicação das relações fixadas entre esse grupo e outros grupos. Controlam também as interações sociais, criadas através das comunicações estabelecidas, colaborando ainda para gerar atitudes e comportamentos.

São ainda juízos que se expressam, quer por imagens, como por teorias, e direcionam um dado sujeito no que à maneira como interage com o outro diz respeito. Perante um objeto, as diferenças sociais criadas ao nível do comportamento explicam a existência de diversas representações sobre ele. Essa diversidade de representações acerca de um objeto é explicada pela variedade de identificações e contextos sociais em que o sujeito se desloca.

Sendo as representações sociais, emergente no contexto académico e científico, uma temática que procura dar a conhecer a realidade das comunidades imigrantes, têm sido focadas as imagens e representações que são construídas acerca destas na ótica dos nacionais. Na sociedade de destino, a imagem em relação às principais comunidades imigrantes é marcada pelo estereótipo e por aspetos depreciativos. Constatou-se que os imigrantes são vistos como ameaças e tal deveu-se à existência da ideia de que estes são concorrentes dos nacionais relativamente ao mercado de trabalho (Mendes, 2010), como também é patente entre os nacionais, a oposição a mais imigrantes (Lages e Policarpo, 2002), o que significa concordância em relação à diminuição do número de imigrantes no país. A oposição à imigração verificou-se maioritariamente nos indivíduos com idades mais avançadas, como nos nacionais que tinham níveis de escolaridade mais baixos. Em comparação com os indivíduos que contactavam mais com imigrantes, entre as pessoas em que tal não acontecia, tendia a haver uma oposição mais elevada à vinda

de mais imigrantes. Apesar de os estudos se referirem por norma aos imigrantes em geral, no que diz respeito aos imigrantes ucranianos, a sociedade de destino salientou o facto de serem bons trabalhadores e possuírem uma boa formação escolar (Mendes, 2010), o que indicia as elevadas habilitações que, de uma forma generalizada, caracterizam estes imigrantes. A imagem positiva que existiu primeiramente acerca destes tem-se modificado, o que é explicado pela associação não só a máfias e a grupos de criminalidade violenta e organizada, como também ao tráfico de mão de obra, e às práticas de prostituição. Também foi possível verificar que esta imagem é alargada aos imigrantes na sua generalidade, pela sua associação a temas mais referidos na imprensa como o crime (sobretudo autores dos mesmos) e a clandestinidade.

No entanto, salienta-se igualmente que existe entre os nacionais, quer uma atitude favorável à integração, como também o reconhecimento da importância dos imigrantes para Portugal. Estas ideias estão patentes não só na discordância maioritária dos nacionais relativamente às afirmações que a convivência entre imigrantes e portugueses trazer sempre problemas e conflitos e a estes receberem da segurança social mais do que dão, mas fundamentalmente pelo facto de os imigrantes efetuarem os trabalhos que os portugueses rejeitam. Além disso, registou-se uma significativa concordância em relação ao facto de serem fundamentais para a vida económica do país, sua presença constituir-se como enriquecedora para a vida cultural de Portugal, deverem possuir os mesmos direitos que os nacionais (e.g., o de voto), terem a sua família em Portugal e também de se poderem naturalizar (Lages *et al.*, 2006).

Neste trabalho, efetuada a pesquisa nos dois títulos de imprensa para os períodos temporais definidos, foi possível concluir que a distribuição das temáticas associadas aos registos noticiosos sobre a comunidade ucraniana foi idêntica. Se por um lado, foram encontradas referências noticiosas acerca das estatísticas da imigração ucraniana no país, por outro, uma significativa parte das mesmas estava relacionada especialmente com a temática do crime (tanto como vítimas, como igualmente autores) e com a morte violenta de imigrantes. Através dos dados apresentados, verificou-se que outros temas, tais como os relacionados com as práticas de convivência e integração em Portugal, obtiveram um baixo número de registos, não se revelando desta forma, significantes no conjunto das temáticas respeitantes à imigração ucraniana. Tais tendências permitiram aferir que, no período analisado, as referências analisadas se pautavam pelo destaque de

aspectos negativos, o que contribui de certa forma, para a manutenção ou criação de preconceitos e sentimentos de negação que lhes são associados.

No que ao panorama da imigração em Portugal diz respeito, foi a partir dos anos 70 que as comunidades cresceram, sobretudo provenientes das ex-colónias portuguesas de África e de imigrantes oriundos do Reino Unido e Alemanha. Nos anos 80, a tendência manteve-se, nomeadamente com o crescimento da imigração proveniente da Ásia (indianos, paquistaneses e chineses) e da América do Sul (Brasil). Relativamente à imigração proveniente do Leste da Europa para Portugal, constatou-se que estes surgiram no final da década de 90, com o aparecimento de um elevado número de cidadãos oriundos da Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia. Estes cidadãos vieram para Portugal pois vários países da UE (Alemanha, e.g.) concederam vistos de entrada no Espaço Schengen, embora outros fatores também expliquem este fluxo. São eles as elevadas diferenças salariais e de condições de vida entre os países de origem e Portugal, as “agências de viagem” existentes nos países do Leste Europeu que ofereciam pacotes atrativos e acessíveis para Portugal, a regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes em 2001, e a necessidade de mão de obra para o preenchimento de postos de trabalho no setor da construção e obras públicas, limpezas e serviços domésticos.

Relativamente às entrevistas realizadas a imigrantes, constatou-se que uma significativa parte veio para Portugal por motivos económicos, contíguos à crise económica que se vivia na Ucrânia, que levou ao encerramento de postos de trabalho, e consequentemente, a situações de desemprego que afetavam a vida quotidiana destes cidadãos. A maioria dos entrevistados chegou durante o ano de 2001, e em relação às dificuldades no momento de chegada a Portugal, foram apontadas diversas, tais como a alimentação (nos primeiros dias de estadia), a documentação, legalização, alojamento, procura de trabalho, acesso a cuidados de saúde, a distância perante os familiares que ficaram na Ucrânia e ainda dificuldades financeiras.

Escolheram Portugal para viver devido à rede de amigos e familiares no país, ao *feedback* positivo por parte de outros ucranianos que já cá se encontravam, às melhores condições de vida, hipóteses de regularização e a procura de trabalho (melhor remuneração). Também foram salientadas razões como o preço dos vistos, a vontade em mudar de vida, o clima, as pessoas e o gosto pessoal pelo país.

Sendo detentores de elevadas qualificações (a maioria dos entrevistados detinha Ensino Superior e Ensino Superior com Curso Técnico), estes imigrantes desempenham em Portugal, tarefas não condizentes com essas habilitações, adquiridas na Ucrânia. Assim, verificou-se que normalmente inserem-se no mercado secundário de trabalho, - caracterizado por empregos de duração limitada, salários baixos, e fracas possibilidades de ascensão na carreira, - em profissões pouco exigentes em termos de qualificações, nos setores da construção civil e obras públicas (os homens), no trabalho doméstico e nos serviços de limpezas, no caso das mulheres.

Entre as entrevistadas, por norma, os empregos que têm exercido depois do primeiro têm sido nas mesmas áreas de atividade (restauração, limpezas, estabelecimentos comerciais). Já entre os entrevistados, o primeiro emprego foi maioritariamente no setor das obras públicas e construção, como também foi evidente que em empregos posteriores, continuaram a exercer regra geral, no mesmo setor de atividade.

Outro aspeto a que importa fazer referência é o papel que a aprendizagem da língua tem na integração dos imigrantes ucranianos no país. A sua aprendizagem permite um melhor acesso quer ao mercado de trabalho como também no domínio da cidadania (e.g., aquisição da nacionalidade). Entre os entrevistados, foi significativo o número dos que tiveram aulas de aprendizagem da língua, nos seus municípios de residência. A ideia patente nos entrevistados sem exceção, e relativamente à integração, foi de que aprender a língua é da maior importância para a integração, para a expressão escrita e oral, para a obtenção de trabalho, para a resolução de problemas da vida diária, para o convívio/interação com os nacionais. Associada à aprendizagem da língua portuguesa, está a evolução profissional depois do primeiro emprego, dado que com a aprendizagem e com elevadas qualificações que os caracterizam, os imigrantes ucranianos são procurados noutros setores ou em empregos muito qualificados, caso haja reconhecimento dos seus diplomas alcançados na Ucrânia.

Como parte inerente a qualquer processo de integração, os problemas mais complexos sentidos no país também foram apontados por estes. Entre a diversidade de respostas dadas, foram referidas dificuldades a nível económico, na obtenção de trabalho (e de um trabalho melhor), como ainda com a documentação, a aprendizagem da língua, a dificuldade em perceber o funcionamento dos sistemas de saúde e educação existentes, e questões relacionadas com a cidadania. Apesar dos problemas

referenciados, no seio dos entrevistados, uma parte considerável revelou estar ou sentir-se bem integrado em Portugal, fundamentalmente devido a razões como existir o sentimento de pertença ao país (sentirem-se mais portugueses do que ucranianos), o gosto por Portugal e pelos portugueses como pessoas, o facto de socializarem com os nacionais, mas também ao sentimento de satisfação nas necessidades de vida (trabalho, casa e dinheiro para as despesas do quotidiano). Em consonância com este último aspeto, os imigrantes entrevistados avaliam como positiva, a sua experiência em Portugal até à atualidade e tal deve-se à satisfação das necessidades de vida, como à abertura de novos horizontes, de novas oportunidades que a vinda para Portugal lhes proporcionou. Assim, e quando questionados acerca de planos futuros, enquanto alguns entrevistados referiram que gostariam de continuar em Portugal, mas que tal é incerto devido à deterioração das condições de vida e da conjuntura económica no contexto da atual crise, a tendência geral foi para os inquiridos afirmarem que queriam permanecer em Portugal, devido ao facto de se sentirem bem integrados.

Com o objetivo de conhecer os retratos sociais dos ucranianos construídos pelos portugueses, os inquéritos realizados aos nacionais permitiram chegar a alguns resultados: mais de 2/3 concordou relativamente à sua presença ser importante cultural, social e economicamente para o nosso país, à igualdade de direitos entre ucranianos e os nacionais, metade concordou relativamente a estarem bem integrados em Portugal, enquanto uma significativa parte dos inquiridos demonstrou concordância no que respeita à sua presença ser um contributo para um Portugal mais multicultural (90% de concordância entre os respondentes do grupo etário mais jovem); houve igualmente acordo relativamente a possuírem mais habilitações que os nacionais, a executarem os trabalhos que os portugueses rejeitam, incluindo o desempenho de trabalhos inferiores às habilitações e à boa adaptação aos postos de trabalho (aspeto salientado por mais de 70% dos respondentes de ambos os sexos). Os resultados revelaram que foi entre o grupo etário (50-60 anos), que 2/3 do mesmo concordou relativamente a estes imigrantes serem pessoas de confiança.

Observou-se também que a maioria dos portugueses já interagiu com ucranianos (1 a 3), pelo que, foi no seio dos respondentes de dois grupos etários (30-40 anos e 60-70 anos) que se verificou uma maior proporção de inquiridos que alguma vez já interagiu ou interage com estes imigrantes. A frequência maioritária de contacto entre os respondentes foi outra que não diária, não semanal, nem mensal. Destaque ainda para

o facto de uma relevante parte dos nacionais ter admitido que a imagem é distinta entre as várias comunidades da Europa de Leste.

Verificou-se igualmente que a comunidade melhor integrada no país é a ucraniana, e que a maioria dos portugueses mostrou-se favorável à manutenção do número de ucranianos imigrados, e estes, consideraram que a sua presença é enriquecedora ao nível cultural, social e económico para o país. Por outro lado, a maioria dos portugueses rejeitou a possível ligação dos ucranianos às máfias, como a questão da possível não convivência com os próprios nacionais e sobre estes imigrantes produzirem mais que os nacionais.

Em síntese, os resultados alcançados permitiram responder às questões complementares, mas principalmente à questão de partida, na medida em que foi possível verificar que os imigrantes ucranianos estão bem integrados em Portugal, e que tal se refletiu de uma forma generalizada, nas representações de cariz positivo que os portugueses construíram acerca destes cidadãos. Destacou-se principalmente—o reconhecimento da importância da sua presença para a vida do país a vários níveis, como igualmente para a multiculturalidade. Como tal, os objetivos propostos para a investigação foram conseguidos. Ainda assim, é importante destacar que durante esta investigação, deparámo-nos com certas limitações, como a escassez de alguma informação estatística detalhada, e tempo disponível para efetuar a pesquisa.

Por fim, esta investigação procurou e procura ser o ponto de partida para que no futuro, possam surgir novos estudos acerca das imagens e representações sobre as comunidades imigrantes no geral, e sobre a comunidade ucraniana em particular, tendo em conta que o interesse nesta área de estudo tem emergido entre a comunidade científica.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, D. (2005). *Análise de Dados II : Programa*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- António, J., (coord.), Policarpo, V. (coord.), Rutland, A., Pereira, C., Marques, J., Costa, L., Monteiro, M; Rodrigues, R; Lopes, R; Pires, S; Correia, T; (2011). *Os Imigrantes e a Imigração aos Olhos dos Portugueses – Manifestações de Preconceito e Perspectivas Sobre a Inserção de Imigrantes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Universidade Católica Portuguesa.
- Antunes, M. J. (2007). A Decisão de Migrar - Portugal Como Destino da Imigração da Europa de Leste na Viragem do Século. *Cidades - Comunidades e Territórios*, N.º 15, pp. 87-100.
- Arango, J. (2003). La Explicación Teórica de las Migraciones. *Migración y Desarrollo*, número 001.
- Araujo, M. (2008). A Teoria das Representações Sociais e a Pesquisa Antropológica. *Revista Hospitalidade*, 5, 2, pp. 98-119. Disponível em: <http://rbtur.org.br/ojs/index.php/hospitalidade/article/viewFile/155/180>
- Baganha, M. I., & Fonseca, M. L. (2004). *New Waves: Migration From Eastern To Southern Europe*. Lisbon: Luso-American Foundation.
- Baganha, M. I., Ferrão, J., & Malheiros, J. M. (1999). Os Imigrantes e o Mercado de Trabalho: O Caso Português. *Análise Social*, XXXIV (150), pp. 147-173.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., & Góis, P. (2004). Novas Migrações, Novos Desafios: A Imigração do Leste Europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 95-115.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., & Góis, P. (2011). *Imigração Ucrâniana em Portugal e no Sul da Europa: A Emergência de Uma ou Várias Comunidades?* Lisboa: ACIDI. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/Estudo_Comun_3.pdf
- Cádima, F., Figueiredo, A., Azevedo, J., Alvares, M., Ormond, M., Azevedo, R., et al. (2003). *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas na Imprensa*. Lisboa: Observatório da Comunicação (OBERCOM). Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Estudo%20Obercom.pdf>
- Castles, S., & Miller, M. (2010). Chapter 3 – Globalization, Development and Migration. In Castles, S. & Miller, M. *The Age of Migration – International Population Movements in the Modern World* (pp. 51-78). New York; London: The Guilford Press.

- Castro, A. (2011). Abordagens Teóricas da Migração Internacional. *Interdisciplinar – Revista Eletrônica da Univar*, 5, pp. 23-29. Disponível em: <http://www.univar.edu.br/revista/downloads/migracaointernacional.pdf>
- Castro, F. (2008). A Europa do Outro – A Imigração em Portugal no Início do Século XXI: Estudo de caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa. Tese de Mestrado em Estudos sobre a Europa – A Europa: as Visões do Outro. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_16.pdf
- Ferin, I., Santos, C., Filho, W., & Fortes, I. (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006* (Vol. 28). Lisboa: Observatório da Imigração do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (OI-ACIDI). Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Col_EstudosOI/OI_28.pdf
- Ferin, I., Santos, C., Filho, W., & Fortes, I. (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2007* (Vol. 28). Lisboa: Observatório da Imigração do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (OI-ACIDI). Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Col_EstudosOI/OI_28_act.pdf
- Ferin, I., Santos, C., Silveirinha, M., & Peixinho, A. (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas* (Vol. 6). Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Disponível em: <http://www.oiacidi.gov.pt/docs/imprensa.pdf>
- Figueiredo, J. (2005). Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento - Realidades Compatíveis no Contexto Europeu? Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Col_Teses/3_JMF.pdf
- Fonseca, M. L. (2007). Inserção Territorial - Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Políticas Locais de Atracção. In Vitorino, A; Catarino, P; Cruz, P. T.; Fonseca, M. L.; Justino, D; Machado, F. L.; Peixoto, J; Pires, R.P.; et al., *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? - Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração* (pp. 1-33). Lisboa: Principia. Disponível em: http://mighealth.net/pt/images/8/8c/LucindaFonseca_ForumImig.pdf
- Fonseca, M. L., Ormond, M., Malheiros, J., Patrício, M., & Martins, F. (2005). *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal* (Vol. n.º 15). Lisboa: ACIME, Coleção Observatório da Imigração. Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_15.pdf
- Góis, P. (2004). Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão e Roterdão. Tese de Mestrado em

- Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Col_Teses/5_PG.pdf
- Gomes, A. M., & Baptista, S. (2003). Imigração, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho - O Caso Português. *Estudos Regionais*, N.º 1, pp. 99-132. Disponível em: <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER01/ART05.PDF>
- Gubhaju, B., & Jong, G. F. (2009). Individual versus Household Migration Decision Rules: Gender and Marital Status Differences in Intentions to Migrate in South Africa. *Int Migr*, 47(1), pp. 31-61. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20161187>
- Jackson, J. (1991). A Migração como um Processo Social. In *Migrações* (pp. 1-22). Lisboa: Escher, Fim de Século.
- Lages, M., & Policarpo, V. (2002). *Análise Preliminar de Duas Sondagens Sobre os Imigrantes em Portugal*. Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa; ACIME. Disponível em: <http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Sondagem%20Imigrantes.pdf>
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P., & António, J. (2006). *Os Imigrantes e a População Portuguesa - Imagens Recíprocas* (Vol. 21). Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_21.pdf
- Malheiros, J. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa: Os Anos de Mudança: Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Malheiros, J. (2001). Transnacionalismo e Inovação. Tese de Doutoramento em Geografia (Geografia Humana), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Malheiros, J; (coord.) & Fonseca, L. (coord.) (2011). *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal* (Vol. N.º 48). Lisboa: ACIDI. Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo48_WEB.pdf
- Malheiros, J. M., & Esteves, A. (coords.) (2013). *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal*. Lisboa: ACIDI. Disponível em: http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Col%20Portugal%20Imigrante/EstudoNacional_Web.pdf
- Martins, A. (2005). A Escola e a Escolarização em Portugal: Representações dos Imigrantes da Europa de Leste. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa. http://www.oiacidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_15.pdf

- Massey, D. (1990). Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. (O. o. Research, Ed.) *Population Index*, Vol. 56, No. 1 (Spring, 1990), pp. 3-26.
- Massey, D., Arango, J., Hugo, G., & Ali Kouaouci, A. P. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, Vol. 19, No. 3 (Sep., 1993), pp. 431-466. Disponível em: http://cis.uchicago.edu/outreach/summerinstitute/2011/documents/sti2011-parks-theories_of_international_migration.pdf
- Mateus, J. (2008). Lost in Lisbon: Eastern European Immigrants Surviving on the Streets. In *Cities in Movement: Migrants and Urban Change* (pp. 79-105). Lisbon: Centro de Estudos Geográficos, University of Lisbon.
- Matias, A. R. (2004). Da Ucrânia a Portugal: Trajectos Migratórios e Modalidades de Inserção no Mercado de Trabalho. *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Migrações e Etnicidades*, pp. 1-8. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e056a60c0_1.pdf
- Matsuo, H., McIntyre, K., Cheah, W., & Karamelic, A. (2010). Ambivalent Prejudice Toward Refugees: The Role of Social Contact and Ethnic Origin. *The Missouri Sociological Association*, 10. Disponível em: <http://www.mosoc.org/MEJS/Articles/Attitude%20toward%20refugees%20%28MEJS%29.pdf>
- Mazzotti, A. (2008). Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à Educação. *Revista Múltiplas Leituras*, 1, 1, pp. 18-43. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>
- Mendes, M. (2010). *Imigração, Identidades e Discriminação: Imigrantes Russos e Ucrânicos*. Lisboa: ICS: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ministério da Administração Interna; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2001). *Estatísticas 2001*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2001.pdf
- Oulhaj, L. (2007). Globalização, Migrações Internacionais e Pobreza - Um Ponto de Vista Marroquino. *Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações, Ciclo "África Começou Mal, África Está Mal: A Tragédia Africana"*, pp. 1-20. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/oulhaj.pdf
- Papademetriou, D. (2004). Imigração: perspectivas e desafios. In *Congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania - Integração, Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania - Integração* (pp. 22-30).

- Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Actas%20CongressoIm.pdf>
- Papademetriou, D. (2006). Gerir Melhor as Migrações Internacionais: Princípios e Perspectivas para Maximizar os Benefícios das Migrações. In Papademetriou D. (coord.), *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI* (pp. 14-67). Lisboa: Fundação Luso-Americana. Disponível em: <http://www.flad.pt/documentos/1240859109I5fAW3ba9Cq23HS5.pdf>
- Peixoto, J. (2004). As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações) Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>
- Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e Regimes Migratórios: O Caso das Migrações Internacionais em Portugal. *Análise Social, XLII (83)*, pp. 445-469. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n183/n183a04.pdf>
- Peixoto, J. (2008). Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Investigação e Tendências. *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, 2, pp. 19-46. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_2/migracoes2_art1.pdf
- Penninx, R., Berger, M., & Kraal, K. (eds.) (2006). *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe - A State of the Art*. Amsterdam: IMISCOE Joint Studies, Amsterdam University Press. Disponível em: <http://dare.uva.nl/document/45578>
- Pereira, S. (2008). Trabalhadores Imigrantes de Origem Africana: Precariedade Laboral e Estratégias de Mobilidade Geográfica. *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, 2, pp. 47-71. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_2/migracoes2_art2.pdf
- Pereira, S. (2009). Que Lugar Para os Trabalhadores de Origem Africana no Mercado de Trabalho em Portugal? Análise do Impacto das 'Novas' Vagas de Imigração. Tese Submetida Para a Obtenção do Grau de Doutor em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/533/1/20244_ulsd_re507_TD.pdf
- Perista, P. (2004). Imigrantes de Leste em Portugal: Da Migração à Inserção. *Actas Dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Migrações e Etnicidades*, pp. 127-130. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e59f4bafc_1.pdf

- Pimentel, P. (2006). Imigração e Identidade – Processos que se Cruzam. Tese de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Porto. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/622/1/LC372.pdf>
- Pires, R. (2003). Migrações e Integração - Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa. Celta Editora.
- Rocha-Trindade, M. B. (2004). A Realidade da Imigração em Portugal. *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania - Integração, 18/19 Dezembro de 2003*, pp. 172-184. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Actas%20CongressoIm.pdf>
- Rosa, M. J., Seabra, H. d., & Santos, T. (2003). *Contributos dos "Imigrantes" na Demografia Portuguesa - O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*. Lisboa: ACIME. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/estudoOIdemografia.pdf>
- Sassen, S. (2001). *The Global City: New York, London, Tokyo* (Second Edition ed.). New Jersey: Princeton University Press.
- Sêga, R. (2000). O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, 13, pp. 128-133. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>
- Semedo, G. (2011). Políticas de Integração: O Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa no Contexto de Acolhimento e Integração de Adultos Imigrantes. Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: http://run.unl.pt/bitstream/10362/7255/1/Dissertacao%20Políticas%20Integracao%20Ensino_aprendizagem%20lingua%20imigrantes.pdf
- Silva, E. (2010). Competências Linguísticas e Trajectórias Profissionais dos Imigrantes Ucrainianos e Moldavos na AML. Tese de Mestrado em População, Sociedade e Território, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5449/1/igotul001139_tm.pdf
- Simões, E. (2007). Representações Sociais da Escola Rural de Meados do Século XX em Portugal. *Análise Psicológica*, 2 (XXV), pp. 211-228. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v25n2/v25n2a04.pdf>
- Spink, M. (1993). The Concept of Social Representations in Social Psychology. *Cad. Saúde Públ.*, 9 (3), pp. 300-308. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/17.pdf>

Vala, J., (coord.), Monteiro, M., Santos, Á., Caetano, A., Sousa, E., Jesuíno, J., *et al.* (1993). *Psicologia Social*. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian.

Fontes Estatísticas e Jornais

Correio da Manhã. (s.d.). Obtido de <http://www.cmjornal.xl.pt/>

Diário de Notícias. (s.d.). Obtido de <http://www.dn.pt/inicio/default.aspx>

Instituto Nacional de Estatística. (1984). *XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos 1981*. Disponível em:

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

Instituto Nacional de Estatística. (1996). *XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos 1991*. Disponível em:

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=65588377&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

Instituto Nacional de Estatística. (2002). *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos 2001*. Disponível em:

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=133411&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *A População Estrangeira em Portugal - 2011*. Lisboa, INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos 2011*. Disponível em:

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

OIM (International Organization for Migration). (2003). Chapter 1 - Approaches to And Diversity of International Migration. *In World Migration – An Overview of International Migration* (pp. 4-24). Geneva. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2003.pdf

OIM (International Organization for Migration). (2008). Chapter 1 - International Labour Mobility in the Evolving Global Labour Market. *In I. W. Series (Ed.), World Migration Report 2008 – Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy* (Vol. 4, pp. 23-49). Geneva. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_1.pdf

PORDATA. (2013). Obtido de <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+%28percentagem%29+d+o+PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantess+%28base+2006%29-883>

Portal de Estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (s.d.). Obtido de <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

Russia-Ukraine-Travel. (s.d.). Obtido de <http://www.russia-ukraine-travel.com/ukraine-maps.html>

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2006). *Relatório de Actividades 2006 - Imigração, Fronteiras e Asilo*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2007). *Relatório de Actividades 2007 - Imigração, Fronteiras e Asilo*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2008). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2009). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2009*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2009.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2010). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2010*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2011). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2011*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2012*. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>

State Statistics Service of Ukraine. (s.d.). Obtido de <http://www.ukrstat.gov.ua/>

Ukraine Census. (s.d.). Obtido de http://database.ukrcensus.gov.ua/PXWEB2007/eng/news/op_1_e.pdf

United Nations - Department of Economics and Social Affairs. (2011). *International Migration Report 2009: A Global Assessment*. New York: United Nations. Disponible en:
<http://www.un.org/esa/population/publications/migration/WorldMigrationReport2009.pdf>

ANEXOS

Guião de Inquérito a Portugueses



INQUÉRITO N.º (NÃO PREENCHER): Idade: ____ Sexo: M ____ F ____

Concelho de Residência: _____

Habilitações Literárias: _____

Data de Realização: _____ / 2013

CÓDIGO (NÃO PREENCHER): _____

Guião de Inquérito a Portugueses (Versão Final - fevereiro de 2013)

O meu nome é Nuno Machado, sou aluno do Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. No âmbito da minha Tese de Mestrado, e com a realização deste inquérito, pretende-se identificar e compreender quais as imagens e opiniões de nós portugueses acerca dos imigrantes ucranianos. Peço, por favor, que responda com a maior sinceridade às questões que lhe serão colocadas. O inquérito é de carácter confidencial, pelo que todas as respostas serão somente utilizadas para fins estatísticos.

Questão 1. Em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações em relação aos imigrantes ucranianos?

#		DT	D	C	CT	NS / NR
1	A sua presença é enriquecedora cultural, social e economicamente para Portugal					
2	Devem ter os mesmos direitos que os portugueses					
3	O processo de legalização deveria ser facilitado					
4	O processo de aquisição da nacionalidade deveria ser facilitado					
5	A um nível geral, estão bem integrados quer socio como profissionalmente em Portugal					
6	A sua presença em particular contribui para a multiculturalidade do nosso país					
7	Os ucranianos e as restantes comunidades provenientes do Leste Europeu são distintas entre si					
8	A um nível geral, tem habilitações superiores à dos portugueses					
9	Realizam os trabalhos que os portugueses não querem fazer					
10	São explorados no trabalho e recebem salários mais baixos					
11	Geralmente realizam trabalhos abaixo da sua qualificação					
12	Adaptam-se bem aos postos de trabalho					
13	São trabalhadores e disciplinados					
14	Produzem mais do que os portugueses					

15	Vivem fechados na sua comunidade e não convivem com portugueses					
16	São pessoas de confiança					
17	São violentos e ligam-se muito a máfias					

CLASSIFICAÇÃO: DT – Discordo Totalmente | D – Discordo | C – Concordo | CT – Concordo Totalmente | NS / NR – Não Sabe / Não Responde

Questão 2. Considera que os imigrantes ucranianos são, de alguma forma, discriminados?

1. Sim ____ 2. Não ____ 3. Não sabe / Não responde ____

Questão 2.1. Se sim (Questão 2), em que domínio?

1. Trabalho ____ 2. Habitação ____ 3. Outro ____ : _____

Questão 3. Em algum momento, interagiu ou interage com imigrantes ucranianos?

1. Sim ____ 2. Não ____ 3. Não Sabe / Não Responde ____

Questão 3.1. Se sim (Questão 3), quantos conhece?

1. 1 a 3 ____ 2. 4 a 6 ____ 3. 7 a 9 ____ 4. 10 ou mais ____

Questão 3.2. Se sim (Questão 3), qual a frequência de contacto?

1. Diária ____ 2. Semanal ____ 3. Mensal ____ 4. Outra ____ : _____

Questão 4. A um nível geral, o que pensa sobre os imigrantes ucranianos?

Questão 5. Essa imagem tem:

1. Melhorado ____ 2. Piorado ____ 3. Estabilizado ____
4. Mudado com o tempo ____

Questão 6. É diferente entre homens e mulheres?

1. Sim ____ 2. Não ____ 3. Não Sabe / Não Responde ____

Questão 6.1. Se sim (Questão 6), porquê?

Questão 7. Essa imagem é diferente entre as várias comunidades da Europa de Leste?

1. Sim ____ 2. Não ____ 3. Não Sabe / Não Responde ____

Questão 8. Se sim (Questão 7), qual considera ser a comunidade melhor integrada?

1. Ucraniana ____ 2. Russa ____ 3. Moldava ____ 4. Romena ____

Questão 9. Considera que o número de ucranianos em Portugal deveria?

1. Aumentar ____ 2. Manter-se ____ 3. Diminuir ____
4. Não Sabe / Não Responde ____

Guião de Entrevista a Imigrantes Ucranianos

ENTREVISTA N.º: _____

DATA E LOCAL DA REALIZAÇÃO: ___/___/ 2013 ; _____



IGOT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

GUIÃO DE ENTREVISTA A APLICAR A IMIGRANTES UCRANIANOS (VERSÃO FINAL)

O meu nome é Nuno Machado, sou aluno do Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. No âmbito da minha dissertação, e com a realização deste guião, pretende-se compreender como se processou a integração socioprofissional da comunidade Ucraniana (residente na Área Metropolitana de Lisboa), desde o momento de chegada ao nosso país, até à atualidade.

PERFIL SOCIOGRÁFICO	
A – NOME (só o 1º nome): _____	B – IDADE: ____
C - SEXO: M __ ; F__	D - ESTADO CIVIL: _____
E – GRAU DE INSTRUÇÃO: _____ CURSO TÉCNICO: S__ ; N__ ANOS DE ESTUDO: _____	F - NATURALIDADE (Especificar Cidade e Oblast): _____
G – ÚLTIMA PROFISSÃO ANTES DA VINDA PARA PORTUGAL: _____	H - CONDIÇÃO ATUAL PERANTE O TRABALHO: _____ (Exerce Profissão, Doméstico(a), Estudante, Reformado(a), Desempregado(a))

I - PROFISSÃO ATUAL: 	J - ANO DE CHEGADA A PORTUGAL: 	L - CONCELHO DE RESIDÊNCIA (EM PORTUGAL):
M - AGREGADO FAMILIAR (Com quem vive em Portugal): 		

I. CAUSAS DA IMIGRAÇÃO PARA PORTUGAL

1. Que motivos o (a) levaram a emigrar? Qual era a sua situação na Ucrânia? E do ponto de vista económico e social, como estava a sociedade ucraniana? Quando emigrou (mês e ano)? **(A ideia é perceber o(s) motivo(s) que fizeram com que os entrevistados saíssem da Ucrânia. Tenta-se perceber se a situação do país exerceu influência na decisão de emigrar)**
2. Quando saiu da Ucrânia, veio diretamente para Portugal ou trabalhou noutra país antes de cá chegar? Por que razões escolheu Portugal para viver? Como veio para cá (em relação ao meio de transporte, outras pessoas que o acompanharam, custo da viagem, etc.) **(A ideia é perceber se Portugal constituiu a primeira opção para estes imigrantes, e como se caracterizou todo o processo de mobilidade até Portugal. Pretende-se perceber se existiu influência das chamadas ‘redes ilegais’ no ato de vinda para o nosso país)**
3. Como caracteriza essa decisão? (grau de dificuldade; foi uma decisão refletida?) a nível individual? A nível familiar? Teve o apoio da família? Se sim, como? **(A ideia é perceber se a decisão foi realizada ao nível do agregado familiar, ou se por outro lado, foi pensada apenas pelo imigrante em questão. Caso tenha tido o apoio da família, tenta-se também perceber se consistiu num apoio “psicológico”, eventualmente financeiro)**

II. INTEGRAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL NA SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO (DESCRIÇÃO, EXPECTATIVAS, DIFICULDADES)

4. Pode traçar brevemente a sua trajetória migratória desde que saiu da Ucrânia até chegar a Portugal? (Em que países viveu? Durante quanto tempo esteve em cada um desses países? Com quem viveu?) **(A ideia é compreender como se caracterizou todo o percurso migratório do entrevistado)**
5. Pode traçar brevemente a sua trajetória profissional desde que saiu da Ucrânia até chegar a Portugal? (Que empregos teve? Qual a duração de cada emprego? Tinha contrato de trabalho nesses empregos?) **(A ideia é**

compreender como se caracterizou todo o percurso profissional do entrevistado)

6. No momento da sua chegada a Portugal, que dificuldades sentiu? (trabalho, documentação, alojamento, alimentação, outras). Seja o mais detalhado possível. **(A ideia é compreender que tipo de problemas/dificuldades o entrevistado se deparou)**
7. Teve algum(ns) problema(s) na procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho português? (Se sim, especificar quais). **(A ideia é identificar que tipo de problemas o entrevistado se deparou, aquando da procura e da integração profissional, por exemplo, problemas com a questão da língua, problemas com os documentos, problemas com as qualificações, etc...)**
8. Desde que está inserido (a) profissionalmente em Portugal, que empregos tem tido? (Especificar a profissão, a duração de cada emprego, a existência de contrato de trabalho, a compatibilidade com as suas qualificações). **(A ideia é compreender se a trajetória profissional do entrevistado têm sido caracterizada por trabalhos qualificados/desqualificados, no mercado primário/secundário de trabalho; se os contratos têm sido a termo e tempo certos ou indeterminados; se existe desadequação entre as habilitações e o trabalho desenvolvido que os entrevistados têm desenvolvido)**
9. Desde que está em Portugal, teve períodos de desemprego? Se sim, especifique quando e a duração de cada um. **(A ideia é perceber se desde a chegada ao nosso país, se o entrevistado já passou por essa situação em particular, e como se caracteriza essa situação temporária – desemprego temporário, desemprego permanente)**
10. Desde que está em Portugal, já foi trabalhar para o estrangeiro, mesmo que por períodos curtos? **(A ideia é perceber se as pessoas já foram trabalhar a Espanha, França ou outro país por exemplo, mas mantêm a residência em Portugal, como também perceber se existem estratégias para contornar a crise atual)**
11. Desde que chegou a Portugal onde viveu (bairro e concelho ou cidade) e com quem viveu? Quanto tempo é que lá viveu? Qual era o tipo de residência? (Especificar a duração de cada período de residência e o tipo de residência) **(A ideia é perceber a trajetória residencial e se já houve reagrupamento familiar)**
12. Frequentou aulas para aprender português? Se sim, onde? Que curso era? Qual a importância da aprendizagem da língua portuguesa na sua integração no mercado de trabalho nacional e, conseqüentemente, na sociedade que o (a) acolheu?) **(A ideia é perceber se a língua portuguesa exerceu algum tipo de influência no que à integração na nossa sociedade diz respeito, e se sim, como)**
13. Já tem a nacionalidade portuguesa? Se sim, desde quando? Se não, pretende solicitá-la? Porquê? **(A ideia é perceber se a solicitação da nacionalidade portuguesa, reveste-se de algum tipo de importância para o entrevistado)**

14. O que considera que tem sido mais fácil e mais difícil na sua vida como imigrante, em Portugal? (emprego / mercado de trabalho, documentação, habitação, alimentação, diferenças culturais / religiosas) **(A ideia é perceber que fatores tem facilitado e dificultado a integração e vida quotidiana no nosso país)**
15. A nível geral, que problemas mais difíceis tem enfrentado em Portugal? **(A ideia é identificar que problemas mais têm dificultado a vida em Portugal)**
16. No que concerne às suas redes sociais, com quem se relaciona, aqui em Portugal? Família? Colegas de trabalho? Amigos? São Portugueses ou Ucrrianos? De que forma classifica o relacionamento que possui com essas pessoas? **(A ideia é perceber como se caracterizam as redes de sociabilidade dos inquiridos: se interagem mais com família, amigos - dando preferência a outros Ucrrianos ou se “apostam” em constituir amizades com os nativos - e compreender se essas relações são de menor ou maior proximidade)**
17. Como classifica o seu nível de integração em Portugal? Porquê? **(A ideia é perceber como o imigrante autocategoriza a sua integração no nosso país)**
18. Até ao momento, como caracteriza a sua experiência migratória em Portugal? Faz um balanço positivo ou negativo? Porquê? **(A ideia é perceber como o imigrante descreve a sua experiência no nosso país, desde o momento de chegada até à atualidade)**
19. O que é que acha que os Portugueses pensam sobre os Ucrrianos? Acha que essa imagem tem melhorado? Piorado? Mudou com o tempo? É diferente entre homens e mulheres? **(A ideia é perceber do ponto de vista destes imigrantes, qual a sua opinião sobre o que é que os Portugueses pensam acerca dos Ucrrianos)**
20. Acha que os Imigrantes de Leste são todos iguais? O que distingue um Ucrrianos de um Russo, Moldavo? Qual é o grupo que é mais próximo aos Ucrrianos? **(Sendo a designação e a comunidade ‘Imigrantes de Leste’ abrangentes, a ideia é entender se estes imigrantes consideram que os diversos grupos são semelhantes. Procura-se perceber o que os diferencia face a outras comunidades do Leste Europeu. Por fim, procura-se compreender qual é o grupo que estes imigrantes consideram ser mais próximo dos Ucrrianos, ao nível cultural, sobretudo)**
21. No futuro próximo (digamos 5 anos), pensa continuar em Portugal, emigrar para outro país (se sim, qual?), ou pretende voltar à Ucrânia? Porquê? **(A ideia é perceber quais são as expectativas futuras destas pessoas, no que respeita à mobilidade, e compreender os motivos que sustentam essas expectativas/futuras escolhas)**